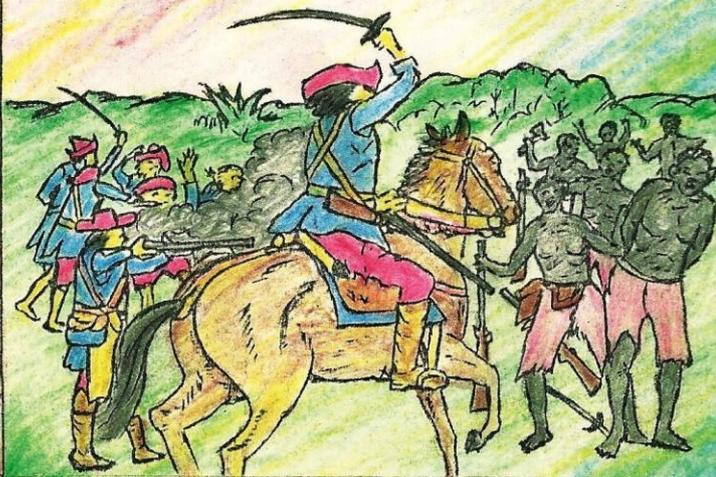


QUEM SOMOS?

DE ONDE VIEMOS?

M

O



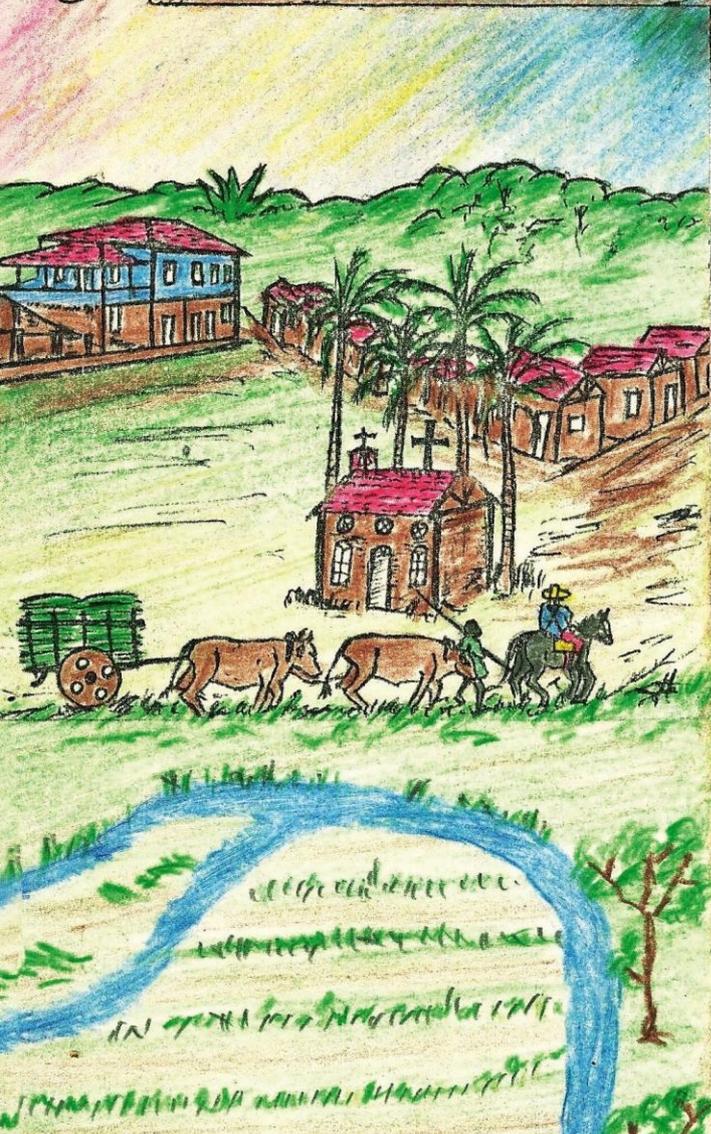
M

O

E

M

A



M

A

T. J. MARTINS

**PRIMÓRDIOS DO
CENTRO-OESTE,
ALTO PARANAÍBA,
TRIÂNGULO
E SUDOESTE DE MINAS**

**AS ORIGENS
DO POVOADO DO
DOCE**

*Terceira Edição
Revisada e Atualizada*

TARCÍSIO JOSÉ MARTINS

MOEMA

**As Origens do Povoado do Doce
Terceira Edição**

**TEJOTA EDITOR
MG QUILOMBO Editora Ltda
São Paulo - 2022**

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

APRESENTAÇÃO DESTA SEGUNDA EDIÇÃO IMPRESSA

Mensagem do Poder Executivo Municipal de Moema-MG

Em meados de 1985, ano em que Tarcísio José Martins conheceu o seu padrinho de crisma, Rafael Bernardes Ferreira, então Prefeito Municipal de Moema, nasceu de ambos a vontade de romper com a especulação e com as hipóteses infundadas sobre a história deste município para, através da pesquisa documentada, desvendar, elucidar e resgatar a história e as origens do povoado do Doce.

Passados pouco mais de dois anos, em Agosto de 1987, graças a um trabalho incansável, pautado na investigação documental dos arquivos de Pitangui e demais cidades da região, das entrevistas e depoimentos de pessoas mais velhas residentes no lugar, bem como de uma análise minuciosa dessa realidade, pôde o autor entregar à comunidade de Moema a primeira edição de “Moema, Origens do Povoado do Doce”, obra que mais tarde, através de Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal dos Vereadores em 21 de maio de 1998, se tornaria a fonte oficial de informações sobre a história do município.

Desde então, pôde-se perceber que o moemense Tarcísio Martins se viu cada vez mais interessado pelo seu objeto de pesquisa: Moema, nossa terra tão querida! E seu interesse pela literatura permitiu que ele alçasse voos ainda maiores. Assim, Tarcísio escreveu diversas obras de extrema relevância, demonstrando seu potencial, inteligência e capacidade ao contestar escritores e teses para escrever um novo capítulo da História de Minas e dar às claras acontecimentos ocorridos nos anos setecentos. Recentemente em 2011, imortalizou-se como membro efetivo do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais, cadeira nº 92 Teodoro Sampaio, graças ao seu trabalho, sendo considerado hoje por seus pares a maior autoridade do Brasil em assuntos da história quilombola de Minas Gerais.

A ascensão de seu trabalho e o reconhecimento nacional fizeram com que o autor, chamado pelos seus colegas de T.J. Martins, aumentasse cada vez mais o seu vínculo com a terra natal (Moema/MG). Movido pelo desejo de investigar e averiguar fatos, dados e personagens da nossa história, o mesmo reeditou em 2001 o livro “Moema, Origens do Doce”, publicando a obra em seu site particular. Recentemente, retomou esses estudos para enriquecê-los, fornecer mais detalhes ao arquivo original e reafirmar as convicções expostas nas primeiras publicações, sem fugir do embasamento de sua tese original, mas no intuito de acrescentar dados e transmiti-los novamente ao povo.

É por isto e muito mais que a Administração 2009/2012, ciente do seu papel de resgatar a memória do município, valorizar a nossa cultura e disseminar o conhecimento, como previsto na Lei Orgânica do Município, espera fazer com que cada cidadão moemense tenha acesso a este livro. Seja através das escolas, bibliotecas ou nos diferentes pontos estratégicos em que pretendemos divulgá-lo. Objetivamos que assim, os Moemenses das mais diversas idades possam entender suas raízes históricas e passar a diante a informação, traçando uma linha entre passado e presente para melhor compreenderem o futuro.

Por fim, em nome da municipalidade, apresentamos sincero agradecimento ao ilustríssimo escritor Tarcísio José Martins pela dedicação, zelo e comprometimento ao tornar realidade o sonho coletivo de se registrar a história local e disponibilizá-la gratuitamente a toda a sociedade. Temos o prazer de repetir um enunciado sempre lembrado pelo autor: “um povo sem memória, é um povo sem história”, por isso mais uma vez o agradecemos pela sua contribuição no resgate de nossas memórias e reconstituição de um dos bens mais preciosos: a nossa história, eterna herança que deixaremos para a nova geração.

Atenciosamente
Administração Municipal - 2009/2012

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Capa: João Batista Martins

Revisão da 3ª Edição: Tarcísio José Martins

Editoração da 3ª Edição: Tarcísio José Martins

Martins, Tarcísio José

“MOEMA - As Origens do Povoado do Doce” - 3ª Edição
História do Brasil - Minas Gerais - 1ª Edição/1987 - 2ª Edição/2001 - 3ª Edição 2022.
Brasil - Minas Gerais - Moema - História
Prefeitura Municipal de Moema-MG
TEJOTA EDITOR
Registro FBN nº. 240.472, Livro 426, Folha 132.
ISBN nº. 978-65-00-51784-2
22-125517
Moema: Minas Gerais: Estado: História 981.51
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

CDD-981.51

Copyright - 1987-2001-2022

Tarcísio José Martins

Todos os direitos reservados ao autor.

DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA E GRATUITA

no site pessoal do autor

<https://tjmar.adv.br/reflexoes/politica/2-tarcisio-jose-martins>

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO DESTA SEGUNDA EDIÇÃO IMPRESSA.....	3
ÍNDICE	5
NOTAS QUE SE FIZERAM À PRIMEIRA EDIÇÃO EM 1987.....	7
PRÓLOGO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	7
Dedicatórias da Primeira Edição	8
Nota que o autor fez à Primeira Edição	9
LEI MUNICIPAL Nº 732/98 DE 21 DE MAIO DE 1998	11
PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO	12
QUEM SOMOS NÓS.....	16
HÁ PESSOAS NOUTROS PLANETAS?	16
HAVERÁ OUTRAS TERRAS ALÉM-MAR?	17
HAVERÁ GENTE NOUTRAS TERRAS?	19
A EXPLORAÇÃO DO LITORAL BRASILEIRO	21
INÍCIO DA COLONIZAÇÃO	22
O TERCEIRO ELEMENTO	25
TERRA DE NINGUÉM.....	26
OS PAULISTAS	27
A DESCOBERTA DO OURO NAS MINAS GERAIS	30
A GUERRA DOS EMBOABAS	31
PITANGUI.....	34
REVOLTAS DE VILA RICA	41
DEVISSAMENTO DA REGIÃO ENTRE O LAMBARI E O SÃO FRANCISCO	45
QUILOMBO DO CAMPO GRANDE	53
A História Roubada do Povo	53
A Participação do Negro Forro na História Mineira.....	56
A Desclassificação dos Pretos Livres	57
As Primeiras Revoltas de Negros nas Minas Gerais.....	63
Os Primeiros Efeitos do Imposto da Capitação	63
A Primeira Guerra ao Campo Grande	66
Acabaram com a Capitania de São Paulo!.....	79
O Ressurgimento do Campo Grande	82
A Segunda Guerra ao Campo Grande	86
Custos e Resultados da Segunda Guerra ao Campo Grande.....	101
BOM DESPACHO E SANTO ANTÔNIO DO MONTE	111
BOM DESPACHO - SANTO ANTÔNIO DO MONTE - BRASIL.....	120
A Costura da História em Manchetes no Tempo	120
ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO	142
PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.....	145
VAI PASSAR! VAI PASSAR!	147
ENTRE O CÓRREGO DOS MACHADOS E O RIBEIRÃO DE SANTA LUZIA	149
A SESMÁRIA DO RIBEIRÃO DE SANTO ANTÔNIO	150
O SURGIMENTO DO DOCE	164
Os Pioneiros	164
Registro de Terras em 1855/6.....	178
Fazenda Cachoeira do Picão.....	178
Fazenda da Capitinga	178
Fazenda Capivari de Baixo.....	178
Fazenda do Capivari de Cima.....	178
Fazenda da Bocaina	178
Fazenda da Caiçara.....	178
Fazenda da Chapada.....	179
Fazenda da Forquilha	179

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Fazenda da Lagoa Verde	179
Fazenda do Retiro.....	179
Fazenda dos Machados.....	179
Fazenda do Doce	179
A Fazenda do Doce - Ou Simplesmente Doce	183
O POVOADO E A CAPELA.....	188
Um Cruzeiro.....	189
Primeira Missa.....	189
Doação do Terreno e a Primeira Capela.....	190
CRESCE O ARRAIAL.....	195
O Distrito e o Nome Moema	196
Havia Índios em Minas Gerais?.....	201
Estrutura Administrativa.....	207
A Segunda Igrejinha	207
O Cemitério.....	208
A Igreja Matriz (a antiga)	208
GENTE E “CAUSOS”	209
AS FESTAS DO DISTRITO	210
MUNICÍPIO	211
COROINHA, SOLDADO, CHOFER E PREFEITO.....	213
TRIBUTO A RAFAEL BERNARDES	215
UM HOMEM BOM	217
FONTES DE PESQUISA	221
1 - Fontes Primárias (manuscritas)	221
2 - Fontes Bibliográficas (Livros, Monografias, autores).....	222

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

NOTAS QUE SE FIZERAM À PRIMEIRA EDIÇÃO EM 1987

PRÓLOGO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Prezado leitor:

“MOEMA - ORIGENS DO DOCE”, trata-se de uma verdadeira obra-prima. Neste livro, o autor, levado pelo grande desejo de conhecer sua “Terra Natal”, busca-a, inicialmente, na fertilidade de sua mente exímia e, depois, inicia a narrativa do levantamento histórico que se desfecha num pequenino lugarejo do Estado de Minas Gerais: Moema, mais conhecida como “Terra Doce de Minas”.

Moema é um município de 211 km² inserido à Comarca de Bom Despacho. Banhado pelo rio São Francisco, localiza-se a 165 km de Belo Horizonte, às margens da BR-262, sob as coordenadas geográficas da latitude 19º e longitude 46º, delimitando-se com os municípios de Luz, Santo Antônio do Monte, Bom Despacho e Lagoa da Prata.

Ao ler este livro, você não só conhecerá um pouco da “terrinha” tão amada e querida pelo autor, como também obterá informações históricas que, a partir das Grandes Navegações, vão-se direcionando, em meio à exploração e ocupação do território brasileiro e à formação da civilização do centro-oeste mineiro, até o surgimento do DOCE, o primeiro nome de Moema.

O autor, pessoa culta e persistente, buscou peça por peça em arquivos remotos de cidades vizinhas, para resolver o que poderíamos chamar de um quebra-cabeças e compor os fatos que deram origem a esta obra-prima que, agora, você tem em seu poder.

Moema poderá sentir-se orgulhosa, pois são poucos os municípios de um país que têm a honra e o privilégio de ter como filho pessoa que, levada pelo seu amor patriótico e dotada de tão grande inteligência, escrevesse um livro em sua homenagem.

“MOEMA - ORIGENS DO DOCE”, além de ser um instrumento de entretenimento e de meditação cívica, o levará a mergulhar nas profundezas de seus antepassados, numa tese que dá fundamento à gênese e à evolução étnica do povo do lugar.

Mas, antes de penetrar no conteúdo deste tesouro, conheça um pouco sobre o autor que, a seguir, narra como nasceu-lhe a vontade-necessidade de conhecer e escrever sobre a sua pequenina “Terra Natal”.

Portanto, prezado leitor, não há mais tempo a perder. Inicie já a sua caminhada no mundo maravilhoso de “MOEMA - AS ORIGENS DO DOCE”!

Atenciosamente,
PROF. FERNANDO JOSÉ CARDOSO

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Dedicatórias da Primeira Edição

Dedico este livro a
RAFAEL BERNARDES FERREIRA
e a todos os meninos de Moema

Homenagem póstuma
a um anjo chamado
Araci Cardoso de Mesquita

aos meus saudosos pais
Alexandrina e Zé Jacó

Agradecimentos

ao meu saudoso primo
Jacob Batista de Castro
que fez a revisão da 1ª edição deste livro

ao mano
João Batista Martins
que desenhou a capa deste livro

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Nota que o autor fez à Primeira Edição

Meu nome é Tarcísio e nasci em Moema, aos 26 de junho de 1949. Em 1950, com menos de dois anos de idade, fui-me embora com a minha família, que se sumiu na poeira da rodovia, para Uberaba.

Vivemos lá durante doze anos. Em 1962, mudamo-nos para São Paulo, onde vivemos até hoje. Moema, nunca mais. Mas não conseguia esquecer. Cresci ouvindo de minha mãe as histórias de Moema e de seu bondoso povo. Aos quinze anos, já em São Paulo, fiz-lhe uma tentativa de poesia:

Todos cantam sua terra,
eu não sei cantar a minha...
migrei bebê.

O pouco que dela sei,
foi minha mãe quem contou;
o pouco que dela herdei,
foi minha mãe quem plantou.

Sei que não é enorme;
MOEMA é o nome que sei,
sei que quando ela dorme,
vêm-me ruas que sonhei!

Todos cantam sua terra,
eu não sei cantar a minha...
migrei bebê.

O pouco que dela sei,
os meus instintos contaram;
do pouco que dela herdei,
meus sentimentos brotaram!

Não sei se é a maior
e, tampouco, sei se sei;
sei que sinto um amor,
um amor que precisei!

Todos cantam sua terra,
TAMBÉM VOU CANTAR A MINHA!

-Moema,
um amor que não vi,
mas sinto.

E senti muito quando, procurando conhecer mais alguma coisa de minha cidade, fui à Biblioteca Municipal de São Paulo (Mário de Andrade) onde, tudo que pude encontrar foi o pequeno texto contido na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros editada em 1957. Desde aquela tarde cinzenta, comprometi-me comigo mesmo de, algum dia, iniciar um levantamento histórico da minha querida e desconhecida cidade.

Em 1983, durante as férias de julho, fui conhecer a minha Doce terra. As suas ruas, por incrível que pareça, eram do mesmo jeitinho que sempre as vira em meus sonhos infantis. Fui ao cemitério municipal onde, em 1948, fora enterrado o meu pai. Depois, saí pelos cerrados e pude conversar com cada planta silvestre, em cujas flores via, em cada uma delas, um pouco do meu velho pai que, a esta altura, já há muito tempo nelas se transformara. Fiquei conhecendo o meu querido padrinho de batismo José Evaristo de Lacerda e a minha bondosa madrinha Lourdes. Depois, acabadas as férias, voltei para o cinzento de minha melancolia em meio à fumaça de São Paulo.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Somente em julho de 1985, pude voltar a Moema. Desta feita, pude encontrar um menino de doze anos, do qual a minha mãe sempre falou. Um menino queimado do sol e já com os cabelos um pouco grisalhos. Pudera! muitos anos se haviam passado desde que fora o meu padrinho de crisma.

Meu padrinho Rafael Bernardes Ferreira, então, Prefeito de Moema. Ele entusiasmou-se e entusiasmou-me, não só pelo encontro do padrinho e do afilhado, mas também pela ideia de se escrever um histórico de Moema, o que, também a ele, há muito tempo preocupava. Deu-me todo o apoio para que pudesse encetar as primeiras pesquisas. Depois, juntamente com o professor Fernando Cardoso, entrevistamos muitas pessoas vividas de Moema e percorremos as cidades de Bom Despacho, Santo Antônio do Monte e Belo Horizonte a procura de informações e documentos para, numa primeira fase, iniciarmos os estudos.

Descoberta a principal fonte de informação, qual seja, o Arquivo Judiciário de Pitangui, pudemos obter as informações necessárias para poder terminar este modesto livrinho.

Assim, ofereço este trabalho, através da prefeitura municipal, ao povo de Moema. Ofereço-o, porém não como um produto acabado - longe disto - ofereço-o como uma enzima para fermentar o interesse de toda a população no sentido de, não apenas levantar e conhecer a nossa História, mas também, de cultivá-la, amá-la e ensiná-la aos filhos.

MOEMA, 11 de agosto de 1987
TJMARTINS

Apresento agora a 3ª edição deste livro em papel, revisada e atualizada a partir de informações obtidas em novos documentos localizados em vários de nossos arquivos históricos, reafirmando e detalhando muitos acontecimentos de nossa História.

Informamos que adotamos o critério de sempre iniciarmos os nomes de lugares, repartições e entidades com letras maiúsculas; já os nomes de cargos e títulos administrativos, eclesiásticos e militares, sempre os iniciamos com letras minúsculas, exceto os substantivos Rei e Vice-Rei, bem como, em sequência à utilização do nome da pessoa, quando voltamos a citar apenas o seu cargo, título ou patente, situação em que iniciamos esses nomes com maiúsculas.

São Paulo, 9 de setembro de 2022
TJMARTINS

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

LEI MUNICIPAL Nº 732/98 DE 21 DE MAIO DE 1998



CÂMARA MUNICIPAL DE MOEMA

CEP 35.604-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 732/98

DISPÕE SOBRE A OFICIALIZAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO DO LIVRO "AS ORIGENS DO DOCE", DE AUTORIA DO DR. TARCISIO JOSE MARTINS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Moema/MG., por seus representantes legais aprovou e eu, nos termos do Art. 38, inciso I, letra "f", e Art. 186, inciso II, parágrafo 7º, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Lei:

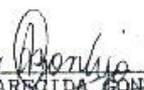
Art. 1º - Torna-se oficial a 2ª EDIÇÃO DO LIVRO "AS ORIGENS DO DOCE".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Moema-MG. 21 de Maio de 1998.


ANTONIO FERREIRA DO AMARAL
Ver. Presidente


ADRIANA APARECIDA GONFIJO
Ver. 1ª Secretária

241.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO

“Só do labor geral me glorifico: por ser
de minha terra é que sou nobre, por ser
de minha gente é que sou rico”

Olavo Bilac

Na fisionomia social e étnica destas Gerais há diversidade típica de nossa gente, embora guarde em comum o inconfundível “ser mineiro”.

Extensa região mediterrânea aberta ao desabrido e descontrolado povoamento em massa a partir do fim do século XVII, acolheu não apenas o reinol ávido à cata de ouro e diamantes, mas, também, a escravaria que atulhou as senzalas - sem cuja mão de obra não seria possível abarrotar o erário português durante o longo reinado de dom João V - os baianos, fluminenses e paulistas, cujas sementes dos caracteres foram aqui lançadas, vicejadas e frutificadas na serra do Sul e dos Campos das Vertentes, no cerrado do Oeste, no planalto do Triângulo, no chapadão do Norte, enfim, na imensidão de nossa abençoada terra.

Um traço de união, no entanto, se generalizou: a força telúrica que nasce e morre conosco. De então, o surrado conceito de que somos gregários, municipalistas.

Tudo é Minas, mas lá bem no fundo, no recôndito da alma, brilha sempre a terra natal, modesta e acanhada que seja, nossa, inteiramente, nossa.

Não foi isto o que aconteceu com Tarcísio José Martins quando ousou penetrar nos impérvios caminhos dos arquivos civis e religiosos em busca de meios para escrever a história de Moema?

Em boa hora ele o fez. Dotado de obstinada capacidade para a pesquisa, vasculhou o Arquivo Público Mineiro, os arquivos de Mariana, de São João del-Rei, de Pitangui, de Bom Despacho, de Santo Antônio do Monte e mais fosse aonde pudesse agarrar um fiapo, coletando dados que devem ter superado sua expectativa, capazes que foram de sedimentar uma importante e um tanto esquecida abordagem: a do quilombismo, com destaque para o Quilombo do Campo Grande, de marcas profundas pela região que abarcou o oeste, parte do sudeste, do Triângulo e do Alto Paranaíba, no afã de resgatar as memórias de quantos, até mesmo não escravos, forros e brancos pobres, pagaram caro pelo direito de sonhar com a liberdade.

O autor, revestido com paciência de garimpeiro, foi buscando nos documentos e alfarábios na Vila do Infante das Minas de Pitangui, a partir da segunda década do Dezoito, a formação política, econômica, social e religiosa da gente que povoou o oeste, onde se aboletaram, definitivamente, Bom Despacho e Santo Antônio do Monte e, espremida entre os dois municípios, sua terra natal, Moema, que no desabrochar da existência foi DOCE.

Numa linguagem escorreita, bem-posta e urdida, por vezes um tanto cáustica, de começo o trabalho abarca as razões da administração lusitana que, um tanto para lá e outro tanto

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

para cá, fizeram mudar o sistema de impostos que imperava então. Segundo o autor, a formação dos quilombos, a partir de 1734, decorreu muito em função do imposto de Capitação decretado por Gomes Freire de Andrada com o propósito de acabar com o que denominou “ociosidade dos pretos livres”. Ora, entre os pretos livres estavam paulistas e brancos pobres, e os efeitos fizeram-se logo sentir na revolta de Maria da Cruz, na região de Montes Claros, onde ficou patente o inconformismo ante a prepotência do fisco.

A coisa tomou vulto. Dois anos após, um Bando do Governador da Capitania mandou que fossem presos e remetidos às justiças ordinárias os vadios que “vagueassem sem fazenda sua ou a maior ofício ou amo a quem sirvam”.

Em 1.741, Bando em forma de Lei, emanado do próprio Rei, determinava que “todos os negros que fossem achados em quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em uma espádua com a letra F. Se, quando preso, já possuísse a marca, que lhe cortasse uma orelha, sem processo algum”.

Tarcísio José Martins desce às minúcias tão indispensáveis para que se possa voltar ao século XVIII e sentir o que foi o regime dominante em Minas. Destaca os quilombos que constituíram o Campo Grande, enfocando o do Ambrósio, desde 1.725, no atual município de Cristais, margem direita do rio Grande.

Para recompor todo o quadro não foi fácil ao historiador buscar cacos na vasta azulejaria que formou o painel do Campo Grande. Fê-lo com mestria, num sério detalhamento de datas, nomes, acontecimentos e locais.

Em 1.751, já no reinado de dom José I, Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, botou cobro ao tributo da Capitação, voltando a cobrança através de Casas de Fundição.

O Quilombo do Campo Grande foi exterminado em 1.759. Após o massacre, a população dantes estimada entre quinze e vinte mil habitantes, se reduzira de tal modo ao ponto de o capitão Antônio Francisco França ter noticiado que “já na Quaresma próxima passada se desobrigaram (ato de desobriga) mil e cem pessoas, pouco mais ou menos”.

Nos antecedentes da história de Moema, a fazenda da Cabeceira do Picão, de propriedade de Luiz Ribeiro da Silva, ocupava lugar de destaque, eis que dela se formou o Vilarejo de Bom Despacho, filial de Pitangui, tendo o patrimônio da Capela sido instituído e homologado por sentença de 26 de junho de 1.767, tendo Nossa Senhora do Bom Despacho como padroeira.

Bom Despacho, cidade rica de tradição do Oeste de Minas, recebeu o título de Paróquia em 14 de julho de 1.832, desmembrando-se de Pitangui.

O Arraial Doce de Cima ficou integrado ao município de Santo Antônio do Monte a partir de 16 de novembro de 1.875. Doce - a atual cidade de Moema que inspirou o trabalho de Tarcísio José Martins - porque nos albores de sua existência, no córrego à margem do povoado, havia caído um carro de boi sopesado com rapaduras. Ficou, então, a denominação, liricamente popular. E conta a tradição que Manoel da Costa Gontijo e Pedro Ferreira da Silva

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

foram lá os primeiros residentes, tendo esse doado o terreno para a edificação da primeira Capela dedicada ao culto de São Pedro.

A presente edição, ampliada, constitui repositório de valor para a história do Oeste de Minas. O autor escreveu-a com seriedade, por vezes até parecendo contestatória, apoiado em fontes de crédito, colocando no ápice sua terra natal.

Ao término destas considerações, lembremo-nos de J. M. Macedo quando escreveu que:

“é impossível negar em suas naturais
e suavíssimas predileções, o coração
distingue sempre entre todos os distritos,
cidades e diversos pontos do país,
o torrão limitado do berço pátrio: pobre
ou mesquinho, esquecido ou decadente,
agreste ou devastado, é sempre amado
por nós e sempre grato para nós”

Celso Falabella de Figueiredo Castro¹

¹ Presidente Emérito do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais; pesquisador laborioso, mestre do bico pena, autor, entre outros, do livro “Os Sertões de Leste - Achegas para a História da Zona da Mata”, BH, 1987. Falecido em 28.11.2017, com mais de cem anos de idade.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Antes, não tinha Terra...
Minha mãe foi minha Terra.
Agora, não tenho mãe...
E nem um quadro na parede.
Dói também. Dói até mais, Poeta....

-0-

Dedico este livro à minha Mãe Alexandrina Barbosa da Silva

<https://tjmar.adv.br/reflexoes/moema-origens/21-a-minha-mae>

“Ninguém acende uma lâmpada para a cobrir com um vaso ou para a esconder debaixo da cama; pelo contrário, põe-na no velador, para que vejam a luz aqueles que entram”.

“PORQUE NÃO HÁ COISA OCULTA QUE NÃO VENHA A MANIFESTAR-SE, NEM ESCONDIDA QUE NÃO SE SAIBA E VENHA À LUZ”.

“Vede, pois, como ouvis, porque àquele que tiver, dar-se-lhe-á, mas àquele que não tiver ser-lhe-á tirado mesmo o que julga possuir”.

São Lucas, 8, 16 a 18

Bíblia editora Stampely - imprimátur católico apostólico romano

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

QUEM SOMOS NÓS

- Quem somos nós?
- De onde viemos?

Ah! meu filho, desde que o mundo tem sido mundo, a humanidade tem feito essas perguntas às estrelas do céu. Os homens sábios da antiguidade ficaram sem as respostas e, os homens de hoje, apesar de terem ido à lua, também não sabem, ainda, como responder a essas perguntas. O que eu, com a minha ignorância, posso fazer é ensinar-lhe as coisas de Deus e contar-lhe a história de seus avós. O homem precisa se conscientizar da existência de Deus. Precisa, também conhecer a história de seus avós e deixar histórias para os seus netos contarem, senão, se igualaria aos porcos que não se importam com nada a não ser comer, dormir e viver na imundície do chiqueiro. Era assim que falava minha avó; era assim que falava a minha mãe.

HÁ PESSOAS NOUTROS PLANETAS?

Vivemos num planeta chamado Terra, que faz parte de um grupo de planetas que giram em torno de uma grande estrela. Esta “grande” estrela, que não é das maiores, se chama Sol e esse grupo de planetas é o nosso Sistema Solar. Iguais a este, existem incontáveis outros sistemas solares, isto, só em nossa galáxia. Iguais à nossa galáxia, existem incontáveis outras e assim por diante. A isto, para não complicar a cabeça, chamamos de universo infinito. Infinito é coisa que sabemos que existe, mas não conseguimos explicar ou imaginar como é. Ninguém sabe, realmente, como tudo começou. Há o ensinamento religioso que diz que tudo começou no Paraíso. Há as várias teorias evolucionistas que dizem que, após o esfriamento da Terra, surgiram os seres unicelulares, os vermes, os répteis, os peixes, os mamíferos e os pássaros, sendo, cada um, resultado da transformação natural, inclusive o homem. Como se vê, nós somos mesmo muito pequenos e não sabemos é de nada. Mas, o homem não é como o porco. Ele pensa e sabe que existe a infinita sabedoria que, ainda, é Deus.

Para se fazer uma casa, primeiro é preciso construir os alicerces, depois as paredes e, por último, o telhado. Vamos escolher um terreno mais firme, quando o homem, na Europa, já tinha percorrido um longo caminho; quando começaram as Grandes Navegações. O “mundo” conhecido naquela época era quase que somente a Europa, a Ásia e o norte da África. Contam que, um pouco antes, um jovem aventureiro

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

italiano chamado Marco Polo andou por um lugar chamado Índias, que começava na Pérsia (hoje Irã) e terminava no Japão e, na volta, escreveu um livro contando as maravilhas que viu. Havia, por lá, povos bem adiantados. Os tecidos europeus eram produtos grosseiros se comparados com as finíssimas sedas das “Índias”. Isto, sem se falar das belas joias e das porcelanas. Havia, em abundância, mercadorias como açúcar, pimenta, canela, noz-moscada, cravo e gengibre que, na Europa, de tão raras e procuradas, eram chamadas de especiarias. Assim, as cidades italianas de Gênova e Veneza, terra de Marco Polo, passaram a comprar essas mercadorias que eram trazidas em lombo de camelo até Constantinopla, hoje Istambul, de onde as retiravam em navios e as levavam pelo mar Mediterrâneo para serem vendidas aos outros países da Europa. As cidades italianas estavam ficando cada vez mais ricas, porém, em 1453, os turcos invadiram Constantinopla e acabaram com o grande negócio. Portugal e Espanha sempre quiseram entrar no comércio das especiarias que, assim, no entanto, ficava inviável para sempre. Como descobrir um outro caminho para as Índias? O mar Mediterrâneo, na verdade, era apenas uma pequena “lagoa”, se comparado com os mares que teriam de enfrentar. Os marinheiros pensavam que o alto mar fosse cheio de monstros horripilantes e de outros perigos. Os navios eram pesadões e, em dia de pouco vento, ficavam imobilizados. Os mapas eram imperfeitos e os meios de orientação se baseavam apenas na posição dos astros. O que era pior: pensavam que a Terra era plana - uma bolacha - e que, de repente, o navio poderia cair no abismo do fim do mundo!

HAVERÁ OUTRAS TERRAS ALÉM-MAR?

Essa pergunta, sem dúvida, andava pela cabeça dos europeus, assim como outras acerca de haver mais pessoas no mundo, de como seriam, ou que aparência teriam, assim como nós, hoje, nos indagamos sobre a existência de vida noutros planetas.

Mas, o que move tudo é o comércio; é o dinheiro. O negócio rendoso das Índias estava praticamente parado. Era preciso descobrir um novo caminho para lá. Portugal tinha tudo para isto. Tinha um governo monárquico forte, apoiado pelos comerciantes que eram os maiores interessados. Enquanto países como a França e a Inglaterra estavam em guerra (Guerra dos Cem Anos), e a Espanha tentava expulsar os árabes de seu território, Portugal estava em paz e tranquilo. Além do mais, sendo Portugal geograficamente voltado para o oceano Atlântico, isto facilitava bem seu desenvolvimento tecnológico e embalava os sonhos de seu aventureiro povo.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Em 1416, o príncipe dom Henrique já fundara em Sagres a primeira escola de navegação do mundo, conseguindo reunir os melhores geógrafos, cartógrafos e navegadores da época a serviço de Portugal. Estava tudo se encaminhando. Descobertas e invenções, como a bússola (aparelho com uma agulha magnética sempre voltada para o Norte) e o astrolábio (instrumento para medir a posição dos astros e sua altura acima da linha do horizonte), como equipamentos de orientação; a Caravela (navio cujas velas são móveis, possibilitando a utilização de ventos em qualquer direção) como meio de transporte, e a pólvora dos chineses (utilizada como arma na Guerra dos Cem Anos); tudo isto encorajava os portugueses de que “*navegar é preciso, viver não é preciso*”. Os espanhóis, também, é claro, estavam no páreo e começou a grande corrida.

As teorias e os projetos dos países eram diferentes. Portugal pretendia, atravessando o estreito de Gibraltar, ir abeirando o Continente Africano até encontrar o seu “fim”; daí, o contornaria até sair nas Índias. A Espanha tinha projeto mais arrojado. Acreditando que o mundo era uma bola - e não uma bolacha - seguiriam em frente, sempre em frente, na direção contrária à das Índias; assim, fatalmente, chegariam às Índias, ou até mesmo, se fosse o caso, retornariam ao ponto de onde tinham saído. Assim:

- Em 1415, Portugal conquistou Ceuta, no norte da África; conquistou ainda algumas ilhas no Atlântico.

- Em 1488, Bartolomeu Dias, também por Portugal, contornou o Cabo da Boa Esperança, comprovando a ligação do oceano Atlântico com o Índico (que é o “mar das Índias”).

- Em 1492, a Espanha deu o pulo do gato e, com Cristóvão Colombo, só não chegou às Índias porque a América “estava no caminho”. Chegou à América Central e voltou para a Espanha pensando ter chegado às Índias.

- Em 1498, Portugal chegou às Índias, pela sua rota, através do navegante Vasco da Gama.

- Em 9 de março de 1500, Portugal, através de Pedro Álvares Cabral, sai com grande esquadra de navios e, talvez, fingindo que ia para as Índias, “descobriu” o Brasil em 22 de abril de 1500. Depois de rezar missa em terra firme, partiu - realmente para as Índias - desviando um navio de volta a Portugal levando a famosa carta de Pero Vaz de Caminha. Deram a entender que pensavam ter descoberto uma grande ilha, à qual deram o nome de Ilha de Vera Cruz.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

HAVERÁ GENTE NOUTRAS TERRAS?

Os portugueses e os espanhóis descobriram que sim. Em toda a América - Norte, Central e Sul - havia pessoas. Chamaram-nas de “Índios”, porque, como se viu, principalmente o Colombo (Espanha), pensavam ter chegado às Índias. Hoje, sabemos que nossos “índios” foram os primeiros habitantes de nossa terra e que aqui já estavam havia mais de 10 mil anos. Nossos nativos não são peles-vermelhas, são amarelos de origem asiática ou polinésia (semelhantes aos japoneses, chineses, coreanos etc.). Entre os grupos ou nações mais importantes, estão os caraíbas, o grupo mais feroz e que ocupava a região do baixo Amazonas e parte dos Estados do Amapá e Roraima; os nuaruaques ocupavam parte do Amazonas e Ilha do Marajó e, fora do território brasileiro, desde a Bolívia até a costa setentrional da Venezuela; os guaranis e os tupis, que habitavam principalmente o litoral brasileiro, desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas e que, portanto, foram os que tiveram o primeiro contato com os brancos; e os jês ou tapuias que, em relação aos demais grupos, estavam num estágio mais atrasado e dominavam todo o planalto central, na região que corresponde hoje ao oeste de Minas Gerais, ao Estado de Goiás e à parte oriental do Mato Grosso, além de Maranhão e Piauí.

Para a época do “descobrimento” do Brasil, calcula-se uma população de aproximadamente três ou quatro milhões. Nossos índios, desde a época do descobrimento foram, progressivamente, sendo escravizados ou administrados (até 1755) e exterminados pelo branco. Hoje, sertanistas, antropólogos e religiosos têm feito o que podem para protegê-los contra a ambição e o poder econômico destruidores.

Segundo o historiador Laércio Rodrigues, não há vestígios de aldeamentos indígenas em nossa região que talvez, dado ao seu aspecto geográfico, só fosse caminho por onde passavam grupos como os cataguas que perambulavam pelo centro, oeste e sul de Minas. Registra ainda o magnífico pesquisador que *“por ocasião da descoberta das riquezas auríferas de Pitangui (1709), o silvícola não se fazia presente na região ora estudada, e pouquíssimos sinais há de sua eventual permanência ali, em outros tempos²”*.

Os primeiros grupos indígenas a ter contato com os brancos foram os tupis e os guaranis, que habitavam o litoral. Foi com esses índios que, nos anos 500 e 600, os paulistas e os baianos mais se misturaram. Foram esses grupos, também, os mais catequizados pelos jesuítas e mais exterminados pelos selvagens paulistas. Os paulistas misturaram-se tanto aos grupos tupis e guaranis que nem mesmo falavam

² História de Bom Despacho, 1968, de Laércio Rodrigues, p. 14.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

mais o português e sim a língua geral, um misto de espanhol, português e tupi-guarani³.

Os índios, inicialmente, eram também escravizados. A partir de 1755, por decisão do futuro marquês de Pombal, houve não só a proibição ao cativo dos índios, como também a decretação da capacidade jurídica e social dos filhos dos índios e índias, com portuguesas e portuguesas, dando-lhes acesso não só a todos os direitos dos homens brancos, como ao direito de cidadania e vassalagem⁴, ou seja, podiam chegar até mesmo à nobreza e aos mais importantes cargos públicos⁵.

Os índios, miseravelmente traídos milhares de vezes pelo homem branco, jamais deram a menor importância para os “direitos” que tal Lei lhes concedia. Porém, os pardos ou mulatos (mestiços de branco e negro) alforriados (libertados), desde 1755 - já que a abolição total da escravização dos pretos só ocorreria em 1888, 133 anos, portanto, depois da “abolição” dos índios - passaram a negar, sempre que possível, sua etnia de origem africana e a se apegar exageradamente à etnia indígena (às vezes até irreal), para justificar a sua “morenez” e, assim, não perderem as chances de subir na vida. Aliás, pense nisto e descobrirá que são mesmo exagerados o nosso costume de dizer e a nossa ênfase em afirmar que tivemos uma avó bugra apanhada a laço⁶.

Por isto foi que os escravocratas, a partir de 1850, começaram a incentivar escritores, poetas e jornalistas, no sentido de se recriar uma “cultura tupi-guarani”, isto com a clara intenção de promover uma falsificação cultural e tirar a identidade étnica do povo brasileiro. E o pior, a falsa cultura tupiniquista acabou sendo discriminatória e prejudicial aos próprios índios, pois, os índios de que falam os romances e as poesias ditas indianistas são falsos... são apenas portugueses pelos fingendo-se de índios. Nada têm a ver com os nossos verdadeiros índios brasileiros.

Enquanto Gonçalves Dias declamava suas poesias, o governo da Província de São Paulo massacrava índios no interior de São Paulo e Mato Grosso. Enquanto moças casadoiras choravam lendo livros e folhetins de José de Alencar, os verdadeiros índios eram exterminados em todo o Brasil; outros, em reservas miseráveis, como é o caso das 19 aldeias criadas no Triângulo Mineiro, morriam todos de fome e de doença. Na época, se alguém tocava no assunto sobre os verdadeiros índios que estavam sendo massacrados ou morrendo de fome nas reservas, diziam que, esses, não eram índios, não eram descendentes da brava raça tupi-guarani, eram bugres, eram bestas, eram bicho do mato que, como tal, deviam morrer mesmo.

3 “Método Moderno de Tupi Antigo, a língua do Brasil dos primeiros séculos”, de Eduardo de Almeida Navarro, Editora Vozes, 1998.

4 Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo, Paz e Terra, 1997, pp. 53 e 59.

5 Quilombo do Campo Grande: História de Minas roubada do povo, p. 286.

6 ... E Disse o Velho Militante José Correia Leite - CUT, PMSP, 1992, pp. 53.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Por isto, alertamos, desde já, o leitor, de que, por várias e várias vezes, falaremos e atacaremos com veemência o tal “tupiniquismo falsificado”, no entanto, fique claro, estamos falando da falsa cultura criada e recriada pelas elites genéticas do final do século XIX; não estamos falando mal do VERDADEIRO índio brasileiro de quem, sem dúvida, somos também descendentes.

A EXPLORAÇÃO DO LITORAL BRASILEIRO

Portugal tinha investido muito dinheiro para descobrir o caminho para as Índias e o descobriu. As Índias lhe dariam lucros imediatos com o comércio. Era preciso fomentar o negócio. Mesmo porque, outros países, a exemplo da Espanha, França, Inglaterra e Holanda, também estavam entrando no páreo. Terra por terra, Portugal, um país cuja população talvez fosse menor do que a da atual Belo Horizonte (de 1987), as tinha na Europa, na África, na Ásia e na América do Sul (Brasil). O negócio era ganhar dinheiro rápido, e o Brasil foi ficando descoberto e abandonado.

O Brasil, na verdade, já pertencia a Portugal, antes de ser descoberto. É que, quando Colombo descobriu a América em 1492, Portugal exigiu da Espanha um tratado que dividisse entre os dois países as terras descobertas. Primeiro houve a “*Bula Inter Coetera*”, feita pelo Papa Alexandre VI que não deu certo. Em 1494, os governantes da Espanha e Portugal se reuniram e resolveram a questão com o Tratado de Tordesilhas, ou seja, estabeleceram um meridiano (uma linha imaginária) a 370 léguas a oeste de Cabo Verde (ilhas de Portugal), sendo que, as terras que ficassem a oeste desta linha pertenceriam a Espanha, e as que ficassem a leste, a Portugal. O Setor do território brasileiro que ficou para Portugal ia da atual Cidade de Belém do Pará até Laguna, uma Cidade de Santa Catarina, ou seja, dois terços, aproximadamente, do que hoje é o Brasil, pertenciam à Espanha e um terço a Portugal. Goiânia seria uma cidade espanhola e Brasília, brasileira; é que a linha imaginária passaria exatamente entre a Cidade de Goiânia e a Capital Federal de hoje.

Então, como se viu, Portugal descobriu uma terra que, pelo Tratado de Tordesilhas, já era sua, em parte. Não deu muita importância porque o negócio era ganhar dinheiro no comércio com as Índias. Em 1501 mandou Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio para explorarem a costa brasileira. Estes, chegando à altura do Rio Grande do Norte, foram descendo e dando nomes a acidentes geográficos, a exemplo do Cabo de São Roque, RIO SÃO FRANCISCO, Baía de Todos os Santos e Rio de Janeiro, entre outros. Aí, se aperceberam de que a terra era muito grande e que não era uma ilha. Então começaram a chamá-la de Terra de Santa Cruz.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

A Terra só vinha servindo para fornecer o pau-brasil, matéria-prima para a indústria de tintas. Em 1503, Américo Vespúcio e Gonçalo Coelho vieram novamente explorar a costa brasileira e levar pau-brasil. Posteriormente, a Terra foi arrendada pelo Rei a um rico comerciante chamado Fernando de Noronha e a outros, para a exploração do pau-brasil. Foram fundadas feitorias para fiscalizar a costa e negociar com os índios. Descobriram que os piratas e corsários estrangeiros estavam deitando e rolando na Terra. Os franceses, por exemplo, eram muito jeitosos com os índios e, em troca de bugigangas, faziam com que trabalhassem duro entregando-lhes pau-brasil e outras mercadorias como plumagens, aves, animais, peles etc.

Em 1516, Portugal ainda continuava ganhando dinheiro nas Índias. Mesmo assim, resolveu mandar uma expedição militar, comandada por Cristóvão Jaques, para combater os piratas na nova Terra. Cristóvão Jaques combateu energicamente os piratas, mas pouco conseguiu, pois, a costa brasileira era muito grande para ser vigiada por simples patrulhamento de veleiros. Voltou para Portugal em 1519. Os piratas continuaram a desfalcar a nossa terra de suas riquezas naturais. Jaques voltou em 1526 e fez o que pôde. Retornou a Portugal e informou ao Rei que, se não quisesse que o BRASIL - sim, agora já era Brasil, a terra do pau-brasil - virasse terra de piratas, só havia um jeito: povoá-lo de verdade. Portugal teve notícias de que a Espanha descobrira ouro e prata em suas colônias americanas e começou a pensar que o Brasil também poderia lhe render bons lucros.

INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

Em 1530, Portugal enviou ao Brasil a primeira expedição colonizadora, comandada por Martim Afonso de Souza. Martim deveria fundar núcleos de povoamento e de defesa, combater corsários franceses e explorar o litoral até o rio da Prata. Para isto, trouxe nesta expedição, além de agricultores e criadores de gado, soldados e degredados. Estes últimos eram criminosos e vagabundos recolhidos das prisões lusitanas. Entre outros feitos, esta expedição realizou ataques aos franceses que estavam invadindo o Pernambuco, fez explorações nas costas do Maranhão, além de ter fundado a primeira Vila do Brasil, a Vila de São Vicente. Nesta Vila, plantou-se pela primeira vez a cana-de-açúcar no Brasil e construiu-se o primeiro engenho, chamado Engenho do Governador.

O empreendimento serviu para mostrar ao Rei de Portugal a impossibilidade de colonizar o Brasil com pequenas expedições que trouxessem pouca gente para os negócios, administração e defesa do território, mesmo porque, a França, a Holanda, a Inglaterra e a própria Espanha já tinham dado mostras de que não pretendiam respeitar o Tra-

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

tado de Tordesilhas que dava domínio das terras a Portugal. Era preciso ocupar a Terra.

O território a ser ocupado era muito grande e a colonização exigiria volumosa aplicação de recursos. Dom João III, Rei de Portugal, resolveu utilizar o sistema de Capitânicas Hereditárias, visto que já o utilizara nas outras colônias que tinha nas ilhas Madeira, Cabo Verde e Açores e, além disto, contaria com o capital privado. Dividiu o Brasil em 15 lotes, cujo tamanho variava de 20 a 100 léguas, os quais entregou a 12 donatários, começando em 1534 o sistema de Capitânicas Hereditárias.

As Capitânicas eram regidas por dois documentos: a Carta de Doação que era a concessão da capitania para o donatário, e o Foral, que estabelecia os direitos e deveres do mesmo. Entre outros aspectos, esses documentos estabeleciam que o donatário deixaria, por herança, a capitania ao seu filho mais velho, que o Rei tinha o direito de retomar a capitania, que as terras não podiam ser vendidas e nem divididas e que o donatário tinha o direito à escravização dos gentios da Terra e da África (índios e negros).

Os ataques dos índios às plantações, a distância que os navios tinham de enfrentar para levar as mercadorias para Portugal, a falta de dinheiro e de gente para a colonização e a escolha de donatários incompetentes fizeram com que o sistema não desse certo. Somente duas capitânicas prosperaram: a de Duarte Coelho, em Pernambuco, e a de Martim Afonso de Souza, em São Vicente.

O açúcar era uma mercadoria rara na Europa. Era vendido nas farmácias como remédio e era caríssimo. Quem tinha açúcar, tinha ouro. Era o melhor negócio do mundo.

A Capitania de Pernambuco teve o maior sucesso porque guardava uma distância menor de Portugal, contou com a colaboração de grupos indígenas nas plantações, o solo de massapê e o clima quente e úmido eram condições favoráveis no cultivo da cana, além do mais, Duarte Coelho demonstrou grande capacidade administrativa.

A Capitania de São Vicente já não foi tão bem. Martim Afonso de Souza retornou a Portugal deixando em seu lugar o padre Gonçalo Monteiro.

Desenvolvia-se também, essa Capitania, graças à cultura da cana-de-açúcar, porém, quando Pernambuco começou a produzir açúcar para valer, São Vicente entrou em decadência. Assim, os vicentinos passaram a se dedicar ao apresamento de índios e à busca de metais preciosos.

Em 1548, dom João III, Rei de Portugal, resolveu mudar as coisas. Instituiu, através de Regimento Real, o Governo Geral criando o cargo de governador geral do Brasil, com a incumbência de coordenar a administração, defender as costas brasileiras dos ataques corsários, fiscalizar as capitânicas e desenvolver economicamente o Brasil. Auxili-

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ariam o governador geral, o ouvidor-mor, autoridade suprema na administração da justiça, o provedor-mor, responsável pelos negócios da Fazenda, e o capitão-mor, responsável pela defesa da costa.

Assim, em 1549, chega ao Brasil o seu primeiro governador geral, Tomé de Souza. Trouxe consigo mais colonos, entre estes, mais degredados. Trouxe também, além de soldados, seis padres jesuítas, chefiados pelo padre Manuel da Nóbrega que, durante muito tempo, foi o superior da ordem da Companhia de Jesus aqui no Brasil. Seu governo foi até o ano de 1553, registrando os seguintes acontecimentos: fundação de Salvador, a primeira capital do País, criação do primeiro bispado do Brasil, com dom Pero Fernandes Sardinha; fundação de um colégio em Salvador, dirigido pelos Jesuítas; incentivo à agricultura e introdução de gado no Nordeste.

Em 1553, chega à colônia, o segundo governador geral, Duarte da Costa. Outros jesuítas vieram com ele, entre os quais, José de Anchieta. Seu governo não foi muito bem. O Bispo dom Pero Fernandes Sardinha, passou a criticar a vida irregular do filho do Governador que, além disto, apoiava a escravização de índios, o que o contrariava. O Bispo ia para Portugal a chamado do Rei, quando seu navio naufragou nas costas de Alagoas, sendo os sobreviventes devorados pelos índios Caetés. Em 1555, os franceses comandados por Villegagnon invadem o Rio de Janeiro; além disto, os índios Tamoios se reuniram e passaram a apoiar os franceses, na chamada Confederação dos Tamoios. Em 1554, os jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta fundaram a Vila de São Paulo.

Em 1558, toma posse o terceiro governador geral, Mem de Sá, que teria o mais longo mandato, governando até 1572 quando faleceu na Bahia onde foi sepultado. Em seu governo, ocorreu a fundação do Rio de Janeiro em 1565, a pacificação da Confederação dos Tamoios por Nóbrega e Anchieta, a expulsão dos franceses em 1567 (ficaram 12 anos no Rio de Janeiro). Houve um grande incentivo à agricultura, combate ao contrabando e DESENVOLVIMENTO DA ESCRAVIDÃO.

Morto Mem de Sá em 1572, o Brasil foi dividido em dois governos: Norte e Sul, tendo como capitais, respectivamente Salvador e Rio de Janeiro, e como governadores dom Luiz de Brito e dom Antônio Salema. Como se pode notar, o “Sul” ficou prejudicado, pois a maior riqueza da época - a cana de açúcar - concentrava-se quase totalmente no Nordeste.

Em 1578, Lourenço da Veiga tornou-se o único governador geral, reunificando a nossa Terra. Nesse ano, no entanto, morreu dom Sebastião, o jovem Rei de Portugal que lutava contra os mouros (árabes) em Alcácer-Quibir. Sucedeu-lhe no trono de Portugal o seu tio-avô, cardeal dom Henrique. O Cardeal também morreu em 1580 e o Rei da Espanha Felipe II, tornou-se soberano de Portugal que ficou sob domínio espanhol até 1640.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

O TERCEIRO ELEMENTO

Para contar a história da formação de nosso povo fala-se do branco e depois do índio. O negro, geralmente, é o último. Quem é esse negro⁷? De onde veio? Como chegou aqui?

Como se viu, a colonização do Brasil só interessava a Portugal na medida em que isto lhe desse grandes lucros. Escolheu a produção de açúcar, neste início de colonização, para atingir seus objetivos. Contar com mão de obra portuguesa não lhe seria interessante pois, além de ter uma população pequena, os colonos só viriam para o Brasil atraídos por altos salários. Para ter todo o lucro que queria, Portugal precisava de mão de obra abundante e barata, ou gratuita. A escravização do índio, em si, não trazia lucro para os portugueses. Em suas colônias na Ásia e na África, Portugal já vinha utilizando mão de obra escrava negra. Os negros, além disto, estavam num estágio de civilização mais avançado do que os índios brasileiros e produziam melhor (Os negros já sabiam fundir e trabalhar os metais; os índios brasileiros estavam no estágio de pedra polida). Assim, o negócio de utilizar negros nas plantações passou a ser duplamente vantajoso, pois além de mão de obra gratuita, a própria captura e venda de negros, já por si só, constituíam um comércio altamente lucrativo para os portugueses. Ao contrário, a escravização do índio enriqueceria apenas os potentados do Brasil, o que não interessava a Portugal.

Os negros sequestrados para a escravidão no Brasil se dividem basicamente em dois grupos: Os bantos ou bantus e os sudaneses. Os bantos eram procedentes de Angola, Moçambique e Congo e, aqui no Brasil, foram levados mais para o Rio de Janeiro e Pernambuco. Os sudaneses vieram de Guiné, da Costa do Ouro e do Daomé e foram levados mais para a Bahia. Minas se tornou majoritariamente banto.

Em sua terra natal, a África, os bantus e os sudaneses viviam em tribos; muitas confederadas em estados; tinham muitas religiões, domesticavam animais, praticavam agricultura diversificada, construíam ferramentas e algumas máquinas (monjolo, teares etc.) trabalhavam com metais e não possuíam escrita própria.

Os europeus conseguiam negros através do sequestro, guerra ou compra e os levavam para os navios negreiros. Cada navio levava de 300 a 500 negros. Muitos morriam na viagem, outros se atiravam ao mar. Eram colocados nos porões dos navios, acorrentados dois a dois. Vez ou outra eram levados para a cobertura para respirarem ar puro e não morrerem, isto, apenas para evitar prejuízo, pois o negro era uma mercadoria. A data provável da introdução do negro no Brasil é 1532, data da fundação de São Vicente⁸ e da introdução da cana-de-açúcar

⁷ Quilombo do Campo Grande - História de Minas que se devolve ao povo, pp. 236 a 260.

⁸ São Vicente é, portanto, a primeira Vila oficial do Brasil - Vide História e Consciência do Brasil, 2º Grau, p. 39.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

no Brasil. Em 1548 chegou a primeira grande leva de escravos (criação do Governo Geral) e em 1550 chega a Salvador a primeira grande partida de negros para o Nordeste.

TERRA DE NINGUÉM

Durante o domínio espanhol - 1580 a 1640 - aconteceram muitas coisas. Os portugueses, como se viu, conheciam os caminhos do mar e sabiam navegar. Os holandeses eram ricos comerciantes e vendiam na Europa todos os produtos que Portugal conseguia em suas colônias. Os empreendimentos Portugal/Holanda envolviam também a produção de açúcar no Nordeste. Agora, Portugal estava sob domínio espanhol e a Espanha estava em guerra com a Holanda. Os holandeses resolveram invadir o Brasil para não perder o negócio. Em 1624 tomaram Salvador, sendo expulsos em 1625. Em 1630 tomaram Olinda e Recife (Pernambuco).

Em 1637, após ter sido conquistada toda a região, chega ao Brasil holandês, o conde João Maurício de Nassau. Homem de grande visão, conquista a confiança dos brasileiros e, entre outras realizações, estimulou o plantio da cana-de-açúcar, amparando os lavradores, financiando a reconstrução de engenhos destruídos pela guerra e garantindo bons preços para o açúcar produzido. Estendeu o domínio holandês da foz do São Francisco até o Maranhão. Levou para o Nordeste vários artistas e cientistas. Escolheu Recife para capital do Brasil holandês, fazendo-a uma cidade bela e moderna. Construiu pontes, palácios, canais e até um observatório astronômico. Em 1640, Portugal voltou a ser governado por uma dinastia portuguesa, a de Bragança. Mesmo assim, o Brasil holandês continuava forte e resistindo a qualquer investida.

A decadência começou em 1644, quando os compatriotas de Maurício, com inveja de suas realizações, chamaram-no de volta para a Holanda. Os seus substitutos quiseram dar duro em cima dos brasileiros e provocaram revoltas. João Fernandes Vieira, liderou a Insurreição Pernambucana que teve outros três líderes, cada qual, representando sua raça. O negro Henrique Dias, o índio Felipe Camarão e o branco André Vidal de Negreiros. Em 24 de janeiro de 1654 os holandeses se renderam e foram embora⁹.

A expulsão dos holandeses trouxe duas consequências: despertou o sentimento nativista com a união do branco, do índio e do negro, contra o estrangeiro invasor, levando os brasileiros a desconfiarem que o Brasil era mais deles do que dos portugueses. A riqueza gerada pelo açúcar entrou em decadência, porque os holandeses levaram a experi-

9 O Príncipe de Nassau, Paulo Setúbal, Editora Nacional, 10ª Edição, 1993.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ência açucareira para suas colônias nas Antilhas e lá, dentro de pouco tempo, superaram a produção brasileira e dominaram o mercado europeu.

Foi nesse período também que o elemento negro provou que não era um ser passivo, covarde, nascido para ser escravo. Se não conseguiu sua libertação, mais tarde, pela guerra e pela força, é porque isto, realmente, era impossível dado o sistema de escravidão utilizado pelo branco que tinha uma cultura mais uniforme (maioria portugueses) e um maior desenvolvimento tecnológico e bélico. O episódio de Palmares é exemplo da bravura negra. Os negros fugidos escondiam-se na mata e, para sobreviver, se organizavam em grupos que recebiam o nome de quilombos. O mais conhecido dos quilombos foi o de Palmares que durou de 1630 a 1695. Ocupou área de cerca de 400 km² nos atuais Estados de Pernambuco e Alagoas e resistiu bravamente aos ataques dos brancos. Seu primeiro grande chefe se chamou Ganga Zumba. Os portugueses e holandeses não paravam de atacá-los. Em 1678 Ganga Zumba fez paz com os brancos e, por isto, foi assassinado. Foi então que Zumbi assumiu o comando. Negro forte e inteligente, era respeitado até pelos inimigos portugueses e holandeses. Aguentou dezesseis expedições enviadas contra ele. Em 1692 apesar de ter vencido as forças paulistas enviadas contra ele, foi ferido numa perna, mas continuou lutando. Seus guerreiros tinham poucas armas. Escondiam-se na floresta e atacavam de surpresa. Construíram uma cerca de cinco quilômetros perto do quilombo principal. Foram encurralados pelo bandeirante Domingos Jorge Velho que, em 1694, comandou contra Palmares uma força de três mil homens. A República Negra foi vencida, mas Zumbi conseguiu fugir. Um ano mais tarde (1695) foi descoberto e, juntamente com vinte companheiros, lutou até a morte. O fim da República de Palmares motivou seis dias de festa na Cidade de Recife. Os negros livres de Palmares eram considerados os maiores inimigos de Portugal, depois da Holanda¹⁰.

OS PAULISTAS

A cana-de-açúcar trouxe grande desenvolvimento para o Nordeste, se bem que, hoje, ainda sentimos este “desenvolvimento” que, por ter devastado toda a mata Atlântica para plantação de cana-de-açúcar, enfraqueceu o solo, alterou profundamente a fauna e a flora e secou os rios. Hoje, o que há é seca, enchentes e miséria do povo.

A Capitania Hereditária de São Vicente, fundada em 1530, apesar de ter sido a pioneira no plantio de cana e na construção de engenhos, não prosperou. Assim que a Capitania Hereditária de Pernam-

¹⁰ História e Consciência do Brasil, 2º grau, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, p. 74.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

buco passou a produzir açúcar em grande escala, entrou em decadência a de São Vicente. Em 25 de janeiro de 1554, os padres Nóbrega e Anchieta fundaram nessa Capitania a Vila de São Paulo. Para se ter uma ideia da diferença entre as duas regiões açucareiras, note-se que enquanto Pernambuco em 1620, tinha 150 engenhos, São Vicente tinha somente 14 e, realmente, dadas as condições desfavoráveis, não tinha como enfrentar a concorrência. Os vicentinos foram deixando o litoral e se transferindo para o planalto na Vila de São Paulo, onde passaram a se dedicar a uma modesta lavoura de subsistência. Buscaram a floresta à procura de carne, peixes, mel e frutas para complemento de sua alimentação. Aprenderam a se relacionar com os índios e, com eles, a viver na mata e a viajar por longos períodos sem qualquer conforto. A falta de recursos não lhes permitia comprar escravos negros que eram muito caros, então, passaram a escravizar os índios.

O perfil desse brasileiro do Piratininga, chamado de “paulista”, apesar do muito que já se escreveu sobre ele, merece destaque nos seguintes aspectos: **a)** - A Vila de São Paulo desenvolveu-se mais no período em que Portugal esteve sob o domínio de Espanha. **b)** - A Vila surge e se desenvolve à sombra de um colégio jesuíta que, além da língua oficial (espanhol e português no período de 1580 a 1640), ensinava com muita ênfase, também, a língua geral (Anchieta sistematizara e escrevera dicionário e gramática da língua geral)¹¹; **c)** portanto, os paulistas do povo NÃO falavam a língua portuguesa e sim a língua geral, um misto de tupi-guarani com espanhol. Apenas a nobreza paulista sabia falar bem e escrever em português¹².

Os rios paulistas nascem perto do mar, no topo do planalto, e correm suavemente para o interior. Tudo isto fez com que os paulistas, pobres e isolados, resolvessem buscar na floresta a solução de seus problemas. ASSIM, SURGIRAM OS BANDEIRANTES.

Desde o início da colonização, foram organizadas expedições para o interior da terra. Estas expedições se chamavam entradas, eram oficiais, ou seja, tinham o apoio do governo e, portanto, não ultrapassavam a linha imaginária de Tordesilhas, isto, porque, como vimos, dois terços das terras do Brasil de hoje pertenciam à Espanha. As mais conhecidas entradas foram as de Américo Vespúcio e de Antônio Dias Adorno.

Sobre nossa região, destacam-se: a entrada de André Leão que, em 1601 (Governo espanhol), a mando do governador dom Francisco de Souza, tentou encontrar minas de prata. Por nove meses percorreu o interior de São Paulo, cruzou o rio Paraíba, subiu a serra da Mantiqueira e atingiu as cabeceiras (nascentes, no caso, serra da Canastra) do rio São Francisco. Nesta expedição, não descobriram as minas de

11 Artes de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil, Pe. Joseph de Anchieta, S.J. Edição fac-similar, Loyola, 1990.

12 Método Moderno de Tupi Antigo, a língua do Brasil dos primeiros séculos, de Eduardo de Almeida Navarro, Editora Vozes, 1998.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

prata, mas abriram caminho a novas expedições. A bandeira de Belchior Dias Carneiro saiu em 1606 (Governo espanhol) e por dois anos andou pelo sertão. Em 1608, falecido Belchior, o comando foi passado a Antônio Raposo, o Velho, que regressou a São Paulo em 1609 só com uma parte de seu contingente.

As bandeiras eram particulares e não respeitavam a linha de Tordesilhas. Os bandeirantes, no período em que Portugal ficou sob o domínio da Espanha, aproveitaram para conquistar os dois terços de nossa terra que, então, pertenciam à Espanha. A grande maioria das bandeiras partiam de São Paulo e de outras pequenas localidades vizinhas, a exemplo de Taubaté, Itu, Sorocaba e Porto Feliz. Cada bandeira era uma verdadeira cidade ambulante, composta do capitão, que era o chefe, dos mamelucos, filhos de índio com branco, que eram bons guias e profundos conhecedores das matas, índios aculturados e negros, além de padres, mulheres e crianças. Essas cidades ambulantes, algumas compostas de milhares de pessoas, deslocavam-se principalmente a partir dos rios Tietê (então Anhambi), Paraíba, Paraná etc. A rudeza da vida, os ataques de índios e de animais ferozes, além das doenças e da fome, ceifavam centenas de vidas dizimando as bandeiras. Apesar disto, penetraram milhares de quilômetros no interior do Brasil, atingindo terras espanholas que, mais tarde, foram incorporadas ao território brasileiro.

A mais bela e lírica obra literária que há sobre a Epopeia Bandeirante, a meu ver, continua sendo a de Paulo Setúbal¹³.

Os paulistas estavam completamente adaptados à vida rude da Terra. Falavam a língua geral e tinham um grande contingente de mamelucos e de índios agregados. Quando o escravo negro se tornou mais escasso no Nordeste, passaram a aprisionar índios de outras terras em grande escala para vendê-los aos senhores de engenho. Isso se deu principalmente durante o domínio holandês no Pernambuco. É que Maurício de Nassau, para garantir escravos para o seu Brasil holandês, conquistou Angola, na África, que era o grande fornecedor de escravos para Portugal. O Brasil não holandês (Bahia e Rio de Janeiro) ressentiu-se da falta de escravos e os paulistas passaram a atacar missões espanholas do Sul (mesmo durante o domínio de Espanha) para capturar índios aculturados, que eram os preferidos dos senhores de engenho do Nordeste. Destacaram-se, nesse período, as bandeiras de Manuel Preto e, principalmente, as de Antônio Raposo Tavares. Este último, só no ataque que fez às missões de Guairá (sic), aprisionou cerca de dez mil índios. Com a expulsão dos holandeses em 1654 (Portugal se libertara da Espanha em 1640), as bandeiras da caça ao índio foram-se acabando, porque a compra e venda do índio fora proibida.

13 Livros: Ensaios Históricos; O Romance da Prata; O Sonho das Esmeraldas; A Bandeira de Fernão Dias; El-Dorado; O Ouro de Cuiabá e Os Irmãos Leme, todos republicados pela Editora Nacional, Centenário do Autor, em 1993.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Os paulistas se dedicaram também ao sertanismo de contrato, ou seja, eram contratados para recuperar escravos fugidos da zona açucareira. Neste ciclo, o nome mais conhecido foi o de Domingos Jorge Velho que destruiu os quilombos de Palmares. Porém, prestavam esse serviço em qualquer região, sendo que, em troca, recebiam terras, geralmente aquelas que antes estavam ocupadas pelos quilombos.

A vergonhosa História do Campo Grande, o “Palmares Mineiro”, ocorrida nos segundo e terceiro quartéis dos anos 700, é mais um episódio onde se destaca mais um desses paulistas, no caso, o renegado Bartolomeu Bueno do Prado, filho de Domingos Rodrigues do Prado, o que que defendeu Pitangui da vergonhosa opressão tributária.

A DESCOBERTA DO OURO NAS MINAS GERAIS

Como já vimos, o interesse de Portugal sobre o Brasil era um só: o lucro. Com a decadência da economia açucareira do Nordeste, já que não dava para enfrentar a concorrência dos holandeses que, agora, produziam açúcar nas Antilhas, era preciso dar um jeito para que o Brasil voltasse a lhe dar riquezas. Aliás, a esta altura, a sobrevivência de Portugal dependia da produção de suas colônias. Ao libertar-se do domínio espanhol, em 1640, Portugal estava na miséria. Precisava achar ouro e outras riquezas no Brasil para recuperar as finanças reais. Caso houvesse ouro no Brasil, quem poderia encontrá-lo, sem dúvida, seriam os bandeirantes paulistas que sempre moraram na boca da mata, no planalto do Piratininga (Vila de São Paulo). E os reis de Portugal, agora da dinastia de Bragança, prometeram que dariam honorárias e recompensas aos paulistas caso eles descobrissem minérios preciosos nos sertões brasileiros.

E os paulistas foram à luta, agora, à procura de metais preciosos. Dirigiram-se primeiro pelos rios Tietê e Paraíba, subiram a serra da Mantiqueira e ganharam o vale do São Francisco.

Em 1674, teve início a bandeira de Fernão Dias Paes Leme que partiu de São Paulo à procura das esmeraldas. Durante cerca de sete anos percorreu quase todo o interior de Minas Gerais. Fernão Dias contou também, entre outros companheiros, com o seu genro Borba Gato, com Matias Cardoso de Almeida e com Francisco Pires Ribeiro. A bandeira levou cerca de 40 homens brancos e quatro tropas. Fernão Dias acabou morrendo às margens do rio das Velhas, pensando ter encontrado esmeraldas, quando o que encontrou foram turmalinas. Sua bandeira foi importante porque permitiu a exploração do interior de Minas Gerais.

Em 1693, Antônio Rodrigues Arzão e Borba Gato (que obteve perdão e voltou às Minas em 1700) descobriram ouro em Minas Gerais. Destacaram-se também Bartolomeu da Silva, o segundo Anhan-

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

guera, que se estabeleceu entre os rios das Velhas e o Pará, além dos seus primos João Leite da Silva Ortiz, que fundou o Curral Del Rei, e Domingos Rodrigues do Prado, um dos fundadores de Pitangui.

Quanto ao fato da efetiva descoberta do ouro, escreveu o Pe. Antonil, em 1711, portanto após dezoito anos do ocorrido, que “*Há poucos anos que se começaram a descobrir as Minas Gerais dos Cataguás, governando o Rio de Janeiro Artur de Sá; e o PRIMEIRO DESCOBRIDOR, DIZEM FOI UM MULATO que tinha estado nas minas do Paranaguá e Curitiba*”¹⁴. O nome desse mulato (mestiço de branco e negro) era Duarte Lopes¹⁵.

A GUERRA DOS EMBOABAS

Descobertas as Minas, os próprios paulistas estabeleceram sua organização política, administrativa, fiscal e judicial, nomeados que foram pelo Rei para exercer todos os cargos de mando nessa nova terra, ligada à Capitania Hereditária de São Paulo que, por sua vez, era subordinada à Capitania da Coroa do Rio de Janeiro e ao governador geral, chamado também de Vice-Rei, sediado na Cidade da Bahia de São Salvador. Grupos de portugueses poderosos sediados nessas duas cidades passariam a disputar entre si as riquezas das Minas, através da sonegação de impostos, contrabando e desvio de ouro.

Gente de todo o Brasil se deslocou para as Minas num curto espaço de tempo; também de Portugal e de suas ilhas concorreu um grande número de homens, configurando a chamada Grande Invasão, todos febris pela ambição enlouquecida de encontrar ouro e ficar ricos a qualquer custo. Ante a problemas mais graves, os paulistas recorriam ao governador do Rio de Janeiro que lhes encaminhavam soluções, autoridades e até tropas armadas para a manutenção da ordem. Porém, no ano de 1702, o Rei e seu Conselho mandaram implantar nas Minas o Regimento da Superintendência das Minas, dando o governo das Minas a um superintendente e proibindo o governador do Rio de Janeiro de ir às Minas ou intervir no seu governo¹⁶.

José Vaz Pinto, o superintendente nomeado, ante a inúmeras contradições, inclusive por ter tanto poder, mas depender das tropas do Rio de Janeiro, cujo governador não era obrigado a atendê-lo, ameaçado pelos ricos comerciantes e governos da Bahia e do Rio de Janeiro e também por alguns potentados paulistas, resolveu se demitir e sair fugido das Minas em 1º de julho de 1704. Borba Gato e demais autoridades das Minas, sem a presença do Superintendente, ficaram poli-

14 Cultura e Oportunidade do Brasil, Itatiaia/Edusp, 1982, p. 164.

15 Fatos e nome confirmados nas seguintes obras: Passeio a Ouro Preto, Lúcia Machado de Almeida, Itatiaia/Edusp, 1980, pp. 21/22; Vila Rica do Pilar, Fritz Teixeira Salles, Itatiaia/Edusp, 1982, pp. 21/22; Corografia Histórica da Província de Minas Gerais/1837, Raimundo José da Cunha Matos, Itatiaia/Edusp, 1981, Vol. I, p. 81; Relatos Sertanistas, Afonso de E. Tounay, Itatiaia/Edusp, 1981, p. 172.

16 Minas Gerais: ORIGENS, pp. 48-116 e 233-243.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ticamente deslegitimados, assim como o governador do Rio de Janeiro, apesar de suas tentativas de alterar o Regimento.

Além disso, o Rei mandara retirar dos paulistas todos os seus índios administrados e até parentes, fazendo com que fossem colocados em aldeias próximas à Vila de São Paulo, onde ficariam sob a tutela do Rei e só trabalhariam por salários, isto, se o Rei permitisse.

Sem os seus administrados, amigos e parentes índios, os paulistas sofreram um grande enfraquecimento numérico, econômico e bélico. Só lhes restaria comprar escravizados negros. Porém, levaram outro golpe. O Rei publicou uma Lei proibindo que se mandassem “*para as Minas de São Paulo (hoje, Minas Gerais) mais que duzentos negros cada ano*”. Em seguida, revelando sua verdadeira intenção, essa Lei passou a restringir a venda de negros apenas para os paulistas, das Minas e da Vila de São Paulo, para tanto, nomeou um fiscal-corretor no Rio de Janeiro. Em 9 de dezembro de 1701 o Rei mandou que Artur de Sá já impusesse essa restrição aos navios da Companhia da Guiné que deveriam conduzir cerca de 8 mil escravos às Minas para serem vendidos sem restrição apenas aos portugueses¹⁷.

Além de terem de pagar os Quintos e outros impostos, os habitantes das Minas eram explorados também através dos chamados estancos: exclusividade e monopólio que o Rei concedia a alguns portugueses para somente eles poderem vender fumo, aguardente etc. O corrupto governador do Rio de Janeiro, dom Fernando Mascarenhas concedeu ao frei Francisco de Meneses o indevido estanco da carne.

Mesmo sem nenhuma força bélica, sabendo que os reinóis também odiavam o estanco e que o governador do Rio de Janeiro não tinha competência para concedê-lo, as autoridades paulistas denunciaram ao Rei as irregularidades desse contrato e barraram o poderosíssimo frei Francisco e demais frades seus asseclas, impedindo o tal estanco.

Intrigante e habilidoso, frei Francisco passou a encanzinar os portugueses dizendo que os paulistas queriam expulsá-los das Minas e, provavelmente, espalhando o boato de que o nome “emboaba” de que os paulistas os chamavam, significava galinhas calçadas, isso para debocharem de suas roupas e calçados, mentira repetida por muitos memorialistas entre os anos de 1745 e 1750, além de historiadores, desde então até os dias de hoje. A palavra “emboaba” como esclareceu Teodoro Sampaio e outros estudiosos das línguas tupi e guarani (a língua dos paulistas), significava amigo, ligado por amizade e era utilizada pelos paulistas para se referir a qualquer branco europeu, sem qualquer intenção de menosprezo a quem quer que fosse.

Os Vice-Reis sediados em Salvador-BA, em relação às Minas, sempre se comportaram apenas como governadores da Capitania da Bahia e não como governadores-gerais e, ao invés de zelar por todas as

¹⁷ Minas Gerais: ORIGENS, pp. 119-151 e 211-228.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

demais capitânias, passaram a fazer de tudo para desviar das Minas o máximo de ouro que pudessem, fosse por vendas de gado e mercadorias proibidas, fosse por sonegação de Quintos e contrabando de ouro, além de reiteradamente tentarem esbulhar territórios mineiros do norte e nordeste do atual Estado de Minas Gerais. Para isso, deram, informalmente, todos os poderes para o criminoso português Manuel Nunes Viana, procurador de dona Isabel Maria Guedes de Brito, filha do mestre de campo Antônio Guedes de Brito e viúva do capitão Antônio da Silva Pimentel que, da mesma forma, vinha praticando os mesmos crimes contra os governos das Minas Gerais.

Vendo o enorme poder desse criminoso português, o esperto frei Francisco a ele se uniu. Juntos, começaram a tomar o poder a partir da região do Rio das Velhas onde, com a força de seus escravizados negros, desarmaram os debilitados paulistas e os expulsaram das Minas. Depois, estabelecendo pena de morte para qualquer português que continuasse a ter amizade com paulistas, sagraram Nunes Viana, na Cachoeira do Campo, com o Governador das Minas e passaram a desarmar e expulsar os paulistas das demais regiões.

Nunes Viana, sabendo que os próprios paulistas não tinham simpatia pelos irmãos Pedroso de Barros, orientado por frei Francisco, inventou a famosa questão da espingarda que estes diziam que havia sido roubada por um reinol. Desafiou o covarde Jerônimo Pedroso para um duelo e o teria matado, não fosse a intervenção do superintendente Manuel de Borba Gato, tio deles. Sem agregados índios e qualquer escravizado preto, vendo Borba sem poder bélico, Nunes Viana o destituiu por escrito de seu cargo e a todas as demais enfraquecidas autoridades paulistas e se apoderou de todo o Governo das Minas.

Tudo isso engrossou o trânsito de paulistas caminhando rumo Sul e fugindo para a Vila de São Paulo. A Comarca do Rio das Mortes não aderiu ao espúrio governo de Nunes Viana e nenhum problema tinha com seus paulistas. Frei Francisco, para comprometer os reinóis de São João del-Rei, mandou que o criminoso carioca, Bento do Amaral Coutinho e sua tropa de pretos cercasse alguns mamelucos paulistas em região dessa Vila. Prometeu que perdoaria a todos os paulistas que, na verdade, já estavam desarmados, e que os pouparia caso se rendessem. Eles se renderam e foram trucidados a mando de Bento Coutinho. Este episódio ficou conhecido como o Capão da Traição.

Chegados à Vila de São Paulo, sua Câmara se reuniu e decidiu que os paulistas, com novas armas, sob o comando de Amador Bueno da Veiga, deveriam voltar às Minas e retomar todas as lavras e demais propriedades que os portugueses lhes haviam roubado. Por influência dos Pedroso de Barros, resolveram atacar o Fortim onde os reinóis e alguns paulistas haviam se refugiado. Erro tolo: tiveram que fugir e aumentar mais ainda a fama de covardes. Quem os venceu? - *“juntos os moradores de fora e os do Arraial se fez resenha e consta a lista dos*

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

brancos de duzentos e sessenta, pouco mais ou menos e, a dos negros, de perto de quinhentos, e alguns destes com armas, dos quais se formou uma companhia, que se entregou a um forro de nome Lourenço da Mota, com os quais fez muito bem a sua obrigação e foi um dos feridos. E os mais se armaram com foices de roça e paus de pontas tostadas”.

Pode-se afirmar que, sem os seus soldados negros, os portugueses emboabas jamais teriam vencido os paulistas. O Rei mandou criar a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, com um só governador para paulistas e portugueses. Os paulistas seriam novamente enganados, pois o projeto era anulá-los e fortalecer as estruturas das Minas.

PITANGUI

Conta-nos o historiador José Afonso Mendonça de Azevedo, que *“a luta dos emboabas deixara atrás de si uma atmosfera envenenada de ódios e vinganças. Os paulistas, a quem tanta vez, espontaneamente, a Metrópole e seus agentes reconheceram os serviços prestados a Portugal - pondo a nu o velocino de ouro das Gerais - foram pela solércia do frei Francisco de Meneses e imperiosa ousadia de Manuel Nunes Viana, postos fora de seus descobertos, após o brutal trucidamento de que foram vítimas, graças a manobras de surpresa e traição, com que sua lealdade e boa-fé não podiam contar. Ficariam, por esta forma, despovoadas as Minas e privada a Coroa de seus cabedais. (...). Uma das poucas regiões, em que ainda predomina o elemento paulista, para ali atraído pelo rico descoberto do Batatal, é Pitangui. Rival de Vila Real (Sabarâ), onde prepondera o elemento reinol, dela depende Pitangui, judicialmente”*¹⁸.

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros registra que *“foram os bravos Paulistas Domingos Rodrigues do Prado, Bartolomeu do Prado, seu filho e os irmãos José e Bernardo de Campos Bicudo, Rodrigues Velloso, Batista Maciel, Pais e Silva, Rego Braga, Faria Sodré e Borba Gato, que, do Sabarabossu (Sabarâ), romperam rumo oeste, guiando-se pelas serras do Tombadouro, Negra, da Aparição e morro do Mateus Leme que cercam o vale do Pitangui. Pernoitando às margens do córrego Caracu ou Lava-Pés, faleceu, picado de cobra, o velho guia que já estava enfermo. Somente ele conhecia o ponto certo do destino da caravana. Resolveram os demais regressar, desanimados e abatidos que estavam com a morte do guia. A pouca distância do córrego, no morro que hoje se chamaria Batatal, encontraram grãos de ouro à flor da terra. Fizeram alto, acamparam e iniciaram a exploração. Era fácil a extração no princípio, pois o metal aflorava à superfície à guisa de batatas. Daí o nome de Batatal. Era o ano de 1709. A notícia correu célere. O povoado, erguido com casas de palha de coco, aumentou pelas encostas do morro. À beira dos*

¹⁸ Documentos do Arquivo da Casa dos Contos de Minas Gerais, pp. 121/122; Minas Gerais: Cai. de S. Paulo e Minas do Ouro, pp. 390-400.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

*córregos ergueram-se casas e o burburinho próprio à garimpagem aumentava sempre. As casas de palha eram substituídas pelas de taipa. Nasceu, assim, a Vila do Infante das Minas de Pitangui*¹⁹.

A História não teria sido bem assim. O que dom Brás Baltazar da Silveira informou, através de carta ao Rei, é que *“foi onde se achou a grandeza que os paulistas entendiam ser ouro de beta, e não pagaram a Vossa Majestade os Quintos por serem negros e carijós (pretos e mame-lucos) os que fizeram o descobrimento, e quando seus senhores lhes acudiram já eles tinham sumido com o que haviam tirado*”²⁰.

Os governadores dom Brás Baltazar da Silveira e, depois, dom Pedro de Almeida, o conde de Assumar, continuaram a fazer de tudo para expulsar de Pitangui, os paulistas, e confiscar para os reinóis todos os seus bens e lavras. Primeiramente, através de desonestos camaristas de Sabará, passaram a lhes cobrar os Quintos por uma espécie de Capitação em 1 arroba de ouro, mais que o dobro do que deviam. O pretensioso nobre paulista Jerônimo Pedroso de Barros, mesmo assim, contra a vontade de Domingos Rodrigues do Prado, cobrou do povo a cobertura do valor Lançado e pagou o que faltou do próprio bolso. Em troca, recebeu o posto de coronel da cavalaria da Ordenança do regimento de Pitangui, a autoridade mais importante daquele Arraial²¹.

Provavelmente a pedido do mesmo Jerônimo Pedroso, o Arraial foi elevado a Vila e, sua tributação, elevada para 3 arrobas, seis vezes mais do que devia o povo de Pitangui, depois, se elevou a 5 arrobas, dez vezes mais que o devido, afora outras provocações aos paulistas. Vendo as traições de Jerônimo, que também era juiz ordinário, o paulista Sulpício Pedroso Xavier, seu cunhado, o desafiou, matando a tiros seu irmão Valentim Pedroso e ferindo Jerônimo que tratou de fugir de Pitangui e de ir pedir proteção ao Governador²².

Os Vice-Reis sediados na Bahia, muito mais para tentar enfraquecer o poder do governo das Minas, passaram apoiar os paulistas de Pitangui em sua justa pretensão de serem anexados à Comarca de São Paulo da, então, Capitania de São Paulo e Minas do Ouro. As Minas cresciam cada vez mais. Em cartas trocadas entre o governador da Repartição Sul e o Vice-Rei, ainda em 1704, ambos temiam ficar sozinhos em suas sedes, pois todos estavam se mudando para as Minas Gerais. Até funcionários públicos e soldados estavam desertando por essa causa²³. Assim, as intrigas do Vice-Rei sediado na Bahia passaram a alimentar o ânimo dos paulistas de Pitangui e de São Paulo de que conseguiriam se livrar dos gananciosos reinóis das Minas.

19 Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1957, verbete “Pitangui”.

20 Pesquisando a História de Pitangui, Edição de 1965, p. 11; Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, pp. 380-390.

21 Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, pp. 400-438.

22 Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, pp. 438-447.

23 Museu do Arquivo Nacional - Coleção dos Governadores do Rio de Janeiro, livro XIII, A. F. 273-v.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Os paulistas de São Paulo, vendo esta abertura, passaram a recorrer com ênfase ao Vice-Rei, marquês de Angeja, sediado na Bahia. Este, rapidamente, respondeu-lhes: *“E para mostrar quanto de minha parte concorro para todos os seus aumentos e conveniências, mandei passar duas provisões para que os Dízimos das novas minas de Pitanguí e Pará pertençam à Provedoria da Fazenda de Santos e São Vicente e São Paulo e nela sejam sentenciadas as causas pertencentes à mesma Fazenda Real, e outra para pleitos ordinários, crimes e cíveis que à dita Provedoria não tocarem tenham seu recurso perante o ouvidor-geral dessa cidade de São Paulo, cujas provisões remeto ao senhor governador e capitão general dom Brás Baltazar da Silveira as mande cumprir e fazer guardar (...). Bahia e setembro de 1713. Marquês de Angeja”*²⁴.

Análise ao texto de tais provisões, deixa clara a pretensão do Vice-Rei de dar a São Paulo uma independência político-judicial: *“(...) e pelo que toca ao pleito e pretensão que o rendeiro dos Dízimos (das Comarcas) das Minas Gerais pretende sobre os frutos das terras de Pitanguí, chamadas Minas Novas, o rendimento desses Dízimos se porá em depósito pelo provedor da Fazenda de Santos e São Paulo para que, ouvindo-se as partes, se hajam de remeter as razões de uns e outros a esta Bahia e Provedoria Geral do Estado para nela se resolver e julgar a dita pretensão, havendo-se procedido até agora nesta parte incurialmente, introduzindo ao reverendo Bispo do Rio de Janeiro no julgar e dar despachos sobre este pleito o que não podia fazer por estarem os Dízimos de todo este Estado do Brasil sujeitos à jurisdição real totalmente separados dos prelados ordinários (...). Bahia de Todos os Santos, em cinco de setembro de 1715”*²⁵.

Apesar da verdadeira extorsão com que se cobrava os Quintos por Capitação de Pitanguí, mais de dez vezes e que chegariam a quase trinta vezes mais do que deviam, o Governo do conde de Assumar continuou com a cobrança até mais violenta. Depois, mandou um perito conferir a verdadeira situação de Pitanguí e resolveu que, realmente, não deviam, no total, mas que cinco quilos de ouro. Mesmo este Lançamento era ainda um tremendo excesso de exação. Domingos Rodrigues do Prado mandou pagar 5,706 quilogramas de ouro. Assumar achou muito pouco e Domingos Rodrigues do Prado, seu sogro e famílias resolveram abandonar a Vila de Pitanguí.

Porém, atrás de Domingos e família, muitos outros paulistas também abandonaram a Vila de Pitanguí que ficou quase deserta. Preocupado, Assumar publicou um Bando perdoando a todos e oferecendo vantagens a quem quisesse voltar²⁶.

“Dom Pedro de Almeida e Portugal, conde de Assumar (...) chegando a mim a notícia de que as Minas de Nossa Senhora da Piedade do

24 Pesquisando a História de Pitanguí, de Silvio Gabriel Diniz, p. 126.

25 Pesquisando a História de Pitanguí, p. 126 e Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, pp. 435-437.

26 Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, pp. 438-460;

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Pitangui e seus distritos são de tanta importância pela sua preeminência e de que delas podem resultar grandíssimas utilidades para a Fazenda de Sua Majestade (...), as quais, por falta de gente que as habite estão quase desertas e abandonadas e inúteis à Fazenda Real e aos seus vassallos, sendo causa disto não só a exorbitante carga que se impôs à Vila em matéria de Quintos nos anos passados (...) sendo, outrossim, necessário segurar os ânimos do povo, para que o temor do castigo que merecem não os obrigue a deixar de todo aquele país (lugar), o que se seguiria de grande prejuízo. (...). Em nome de El Rei, Nosso Senhor, dou por perdoados todos os moradores do crime das sublevações que por essas causas cometeram, com todas as consequências que delas se originaram e, assim mais todos os crimes antecedentes que tenham praticado pelas mesmas razões (...). Que esta providência obrigue a repouso a dita Vila, não só com os moradores que antes tinha, mas com todos os que da Comarca de São Paulo quiserem ali novamente estabelecer-se, ao mesmo tempo, aos paulistas, e ficarem, o ânimo de protegê-los em virtude das ordens de Sua Majestade, nas quais se manda praticar em remuneração de incomparável serviço que os paulistas lhe fizeram no descobrimento destas minas (...) lhes concedi o perdão e indulto com condição de que se recolham, durante um ano, dentro da Vila e do seu distrito, inclusive todos os paulistas que, da Comarca de São Paulo, quiserem de novo se estabelecer, com suas mulheres e famílias e com todo o estabelecimento de negros e carijós que tinham antes, mesmo aqueles que sem serem casados, tiverem esta mesma fábrica (negros e carijós), mas que façam constar que virão com ânimo de residirem em Pitangui; não se deverá fazer distinção entre estes e os vassallos de Sua Majestade, e concedo a todos, tanto a uns como a outros, uma cobrança de Quintos com suavidade, sendo que os novos moradores da Vila que tiverem mais de dez negros ou carijós, nos próximos dois anos, só pagarão metade dos Quintos; serão dadas aos novos moradores que tiverem família, por Sesmarias “in perpetuum” a eles e a seus descendentes, terras para suas lavouras; concedo, ainda aos novos moradores que vierem a se estabelecer na Vila de hoje em diante, as ocupações de juizes, vereadores e provedores, através de eleição, as quais, lhes darão o privilégio de cavaleiros na forma que Sua Majestade concedeu à Câmara da Cidade de São Paulo; todos serão obrigados a se recolherem à Vila e ao seu distrito dentro deste ano (1718), sendo que a contagem de tempo principiar-se-á ao primeiro de julho próximo e os que não se recolherem à Vila neste prazo não gozarão deste perdão e indulto, mas ficarão sujeitos às leis do reino (...). Este Bando foi publicado em muitas Vilas da Capitania e na Cidade de São Paulo. Data de Vila do Carmo, aos 30 de maio do ano de 1718²⁷.

²⁷ Documentos do Arquivo da Casa dos Contos de Minas Gerais, pp. 123 e 143/144.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

O plano de Assumar, na verdade, era encher Pitanguí de reinóis e favorecer o filho de Fernão Dias, o riquíssimo Garcia Rodrigues Pais que, através de prepostos resolveu se assenhorar do Batatal através da mineração com fogo, ou seja, com explosivos.

A partir de 2 de agosto de 1718, Assumar se apercebeu da corrupção das Câmaras no Lançamento do imposto, uma espécie de Capitação com total fixo prometido. Assim, tirou delas o poder de Lançar e fiscalizar e passou para oficiais por ele nomeados. Reconheceu que Pitanguí fora mesmo vítima de tão violento excesso de exação que seus moradores resolveram abandonar a Vila, motivando o perdão que fora obrigado a conceder-lhes. Porém, nada fala e nem mandou punir os vereadores corruptos da Vila de Sabará que haviam feito esses criminosos Lançamentos contra os paulistas de Pitanguí²⁸.

O novo Lançamento de Assumar provou que nos anos anteriores Pitanguí, realmente, NÃO devia nada e na competência 1717-1718 recebeu um Lançamento de apenas 3,590 kg. Mesmo assim, passou a humilhar e ameaçar os paulistas que haviam ficado em Pitanguí, sob a falsa alegação de que havia impedido que o reinol brigadeiro João Lobo de Macedo, que nomeara para reger a Vila e proteger os interesses do riquíssimo Garcia Rodrigues Pais e dos novos reinóis, entrasse na Vila e tomasse posse desse cargo. Prometeu que se sua Câmara não obedecesse em tudo as suas ordens, iria com uma tropa invadir pessoalmente a Vila e castigar a todos os paulistas e mandar pôr fogo em tudo para que dela não restasse mais memória. Quanto à reclamação dos camaristas de que a Vila fora vítima de criminoso excesso de exação, Assumar disse-lhes que não tocassem mais nesse assunto, pois somente ele e o Rei tinham autoridade para isso²⁹. Ou seja, o povo de Pitanguí tinha que aceitar ser roubado e ficar calado.

Depois de tantas ameaças, Assumar descobriu que o brigadeiro João Lobo sequer tentara entrar em Pitanguí e que estava se dedicando a outros afazeres particulares. Além disso, chegara-lhe a notícia de que João Lobo havia se apropriado de um escravo pertencente a Sulpício Pedroso, com quem estava em contenda. Assumar lhe deu ordem para resolver isso e ir imediatamente para Pitanguí. Na mesma data, Assumar escreveu ao Ouvidor-Geral do Sabará insinuando-lhe de que não precisaria mais invadir Pitanguí. Depois, passou a escrever cartas a reinóis e paulistas submissos de Pitanguí, ameaçando-os³⁰ e determinando que recebessem o novo capitão-mor, João Lobo de Macedo. Simultaneamente, voltou a solicitar ao Ouvidor-Geral de Sabará que preparasse uma grande tropa para invadir Pitanguí.

Finalmente, tendo notícia de que João Lobo de Macedo, sem nenhuma dificuldade, entrara em Pitanguí, Assumar escreve aos homens

28 Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, pp. 460-467;

29 APM SC 11, fls. 47-47v, de 08.09.1718.

30 Documentos do Arquivo da Casa dos Contos de Minas Gerais, pp. 123/125.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

mais ricos de Pitangui, agradecendo-os por terem facilitado a entrada e dado posse de Capitão-Mor ao seu preposto. Entre maio e junho de 1719, Domingos Rodrigues do Prado, sem seu sogro e família, voltara com outros paulistas para Pitangui³¹.

Assumar fica indignado com o seu capitão-mor, João Lobo de Macedo, por ter este perdoado aqueles que acusara de ser amotinados, bem como, de ter elegido uma Câmara composta de paulistas, alguns deles ligados a Domingos Rodrigues do Prado. Depois disso, João Lobo colocou em estanco (monopólio a particulares) a cachaça, prejudicando os numerosos fabricantes que havia em Pitangui. Acabou, por isso e por outras desavenças, sendo expulso de Pitangui.

Em 11 de agosto de 1719, o Vice-Rei pediu ao Rei a separação da Comarca de São Paulo, sua conversão em Capitania autônoma, dividida com a das Minas “*pelo rio Grande ATÉ O PITANGUI e que lhe pertença o Porto de Santos*”³². Em fins de novembro desse ano, Sulpício Pedroso mata o juiz ordinário Manoel Andrade de Figueiredo³³, espião que Assumar colocara em Pitangui para mantê-lo informado dos pontos fracos por onde Pitangui poderia ser invadida³⁴.

Assumar volta atrás em todas as suas promessas e perdão, mandando o ouvidor do Rio das Velhas atacar Pitangui, recomendando-lhe as prisões de Sulpício Pedroso e de Domingos Rodrigues do Prado. Em fins de dezembro de 1719, o Ouvidor marcha com poderosa força contra Pitangui, para atacar Domingos Rodrigues do Prado e seus agregados nos ranchos onde moravam, cerca de 4 léguas de Pitangui. Depois inventaria muitas mentiras dizendo que os paulistas é que se haviam entrincheirado para atacar suas tropas. Assumar arregimentou um verdadeiro exército de mais de 400 homens, entre reinóis e escravizados negros, liderados pelos seus quinze Dragões e pelo Ouvidor-Geral do Sabará. Domingos e seus poucos paulista, juntos com seus poucos agregados mamelucos, talvez, não chegassem a 30 homens brancos. Mesmo assim, mataram e feriram muitos reinóis e alguns dragões e, sem nenhuma baixa, fugiram para a banda sul do rio Pará.

Em janeiro de 1720, Bernardo Pereira de Gusmão e Noronha, ouvidor-geral do Rio das Velhas, entra em Pitangui e instaura a Devassa para apurar as responsabilidades dos amotinados³⁵.

Vendo os fatos de maneira global, e não regionalmente isolados como sempre fizeram os historiadores mineiros, fica claro que as Revoltas de Pitangui foram apenas uma reação à continuação da Guerra dos Emboabas, onde os governadores das Minas, através de perseguições, humilhações e excesso monstruoso de exação, queriam apenas

31 Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, pp. 460-476.

32 Documentos Interessantes - SP, Vol. LIII, pp. 174 e 175.

33 Documentos do Arquivo da Casa dos Contos de Minas Gerais, p. 125.

34 Pesquisando a História de Pitangui, p. 147.

35 Documentos do Arquivo da Casa dos Contos de Minas Gerais, pp. 125/126.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

expulsar de vez os paulistas mais orgulhosos e tomar-lhes todos os bens e lavras para redistribuir aos novos moradores reinóis que instalara naquela Vila. Os paulistas de Pitangui, como lhes assegurara o Vice-Rei, tinham a esperança de que a Comarca de São Paulo se tornaria uma Capitania autônoma, abrangendo a Vila de Pitangui, por eles descoberta e povoada. Por outro lado, também o conde Assumar só mandou atacá-los, julgá-los e condená-los porque já devia saber da decisão real que punha por terra os planos do marquês de Angeja e dos paulistas de Pitangui e da Vila de São Paulo: ou seja, que o Rei, em 27 de janeiro de 1720, concordou com a recriação e separação da Capitania de São Paulo, mas, quanto a seus limites, determinou “*porém pelo que pertence à divisão pelo sertão, esta se fará pela mesma que há entre a Comarca de São Paulo e a do Rio das Mortes (...)*”, ou seja, pelo Morro do Caxambu, hoje Cidade de Caxambu³⁶.

O conde ficou inconformado de não ter conseguido prender ou matar Domingos Rodrigues do Prado ou qualquer outro paulista. O Ouvidor-Geral do Rio das Velhas mandou enforcar em estátua a Domingos Rodrigues do Prado, transformando-o num morto-vivo, segundo a Lei portuguesa. Sabendo disso, Prado também mandou enforcar o Ouvidor-Geral em estátua às margens do rio Pará, zombando da Lei e do Rei de Portugal. *E os três levantes de Pitangui terminariam nesta curiosa comédia se, antes e depois, várias mortes não houvessem a lamentar*”, registrou o historiador José Afonso Mendonça de Azevedo. Depois disto, todas as propriedades de Domingos, de Sulpício Pedroso e outros paulistas foram confiscadas arrasadas ou leiloadas³⁷.

Assim, Assumar, contando com aliados paulistas, a exemplo do paulista Jerônimo Pedroso de Barros, do Velho da Taipa e seu clã, também paulistas traidores, mandou que o genro do falecido Borba Gato, o reinol Francisco Duarte Meireles, assumisse a governança daquela Vila, conseguindo, assim, pacificar e dominar a Vila de Pitangui.

Sobre Domingos Rodrigues do Prado, escreve o historiador Laércio Rodrigues: “*Bandeirante de inegáveis méritos, a ação de Domingos Rodrigues do Prado, como homem desbravador e revoltoso, está a exigir estudo sério e objetivo. Sobre ele, se escreve até hoje que foi “insigne matador”, mera repetição do péssimo conceito que do ousado paulista fazia o conde de Assumar, contra o qual levantara homens e armas, na PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO DO INCONFORMISMO MINEIRO ANTE À ODIOSA TIRANIA FISCAL*”³⁸. Realmente, as constantes provocações e humilhações que os governadores da nova Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, culminadas com o monstruoso excesso de exação, tudo isso exacerbado pelo criminoso governador conde de Assumar, tudo

36 Documentos Interessantes-SP, Vol. LIII, pp. 174 e 175.

37 Documentos do Arquivo da Casa dos Contos de Minas Gerais, pp. 126.

38 História de Bom Despacho, p. 16.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

isso visou apenas e tão somente a expulsar os paulistas mais orgulhosos e roubar todos os seus bens e lavras que tinham em Pitangui.

O conde de Assumar e seus sucessores não conseguiram prender Domingos Rodrigues do Prado. Juntamente com seu sogro, Bartolomeu Bueno da Silva, seguiu em 1722 para os Goiases, fizeram grandes descobertas. Em 1742, bem idoso, estava arranchado no Piumhi³⁹.

Além do falso crime de sublevação, o morto-vivo Domingos Rodrigues do Prado foi acusado de muitos outros crimes, inclusive de assassinato, na verdade cometidos por parentes seus, incluindo o de um oficial militar português que, em sua defesa, seu filho Bartolomeu matou no Catalão (Goiás). Nossos antigos historiadores, em geral monarquistas, sempre mentiram para ocultar os crimes dos governadores⁴⁰.

Depois disso, até o final de seu Governo, Assumar continuou humilhar reinóis e paulistas que ainda permaneciam em Pitangui. Continuou a mentir para o Rei narrando grandes feitos de seus oito ou nove Dragões que, na verdade, não conseguiram prender a nenhum paulista e que, só não foram mortos, porque as tropas de Ordenança de brancos e pretos os protegeram.

Ao final, os reinóis que o Governador praticamente havia obrigado a irem para Pitangui, perceberam que haviam sido enganados, bem como, que houvera vários crimes contra os paulistas, principalmente um monstruoso excesso de exação. Assumar os acusou de falta de vassalagem e amor ao Rei. Porém, continuou a mentir, sempre, em sua correspondência interna e para o Reino.

A nova Capitania de São Paulo surgiu com seu governador próprio e seus cidadãos trataram de voltar às suas expedições de procura de ouro, rumo aos Goiases e ao Mato Grosso, no ano de 1722.

REVOLTAS DE VILA RICA

A correspondência do conde de Assumar noticia, sucessivamente, uma tal Sublevação Geral dos Negros e, depois, as Revoltas de Vila Rica, estas últimas supostamente chefiadas por Pascoal da Silva Guimarães, Felipe dos Santos e Tomé Afonso Pereira.

Assumar viera para impor a ordem na, então, Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, fortalecer sua administração e prepará-la para se tornar a Capitania independente das Minas Gerais. Transformou o sistema de Quintos por Oferta do Povo em uma espécie de Capitação, enquanto esperava ordens reais para implantar o sistema de Quintos por Casas de Fundação. Os reinóis, com suas tropas de negros arma-

³⁹ História de Bom Despacho, pp. 16/17.

⁴⁰ Pesquisando a História de Pitangui, p. 145/146.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

dos haviam expulsado os paulistas, tornando-se, porém muito poderosos e ameaçando o poder constituído das Comarcas mineiras.

Segundo Augusto de Lima Júnior, os governadores anteriores exploravam a vaidade dos poderosos, fazendo com que criassem e armassem à própria custa essas forças que “*tinham como missão, em tempo de guerra, defender os seus bens, as suas casas e as suas famílias, de hostilidade e invasão inimigas*”⁴¹. Como vimos, no entanto, foi com essas tropas de pretos, que os reinóis portugueses venceram e se impuseram aos paulistas, que perderam seus índios e foram impedidos de comprar mais de 200 escravizados negros por ano.

Para que não fiquem dúvidas de que o contingente dessas tropas era, basicamente de negros e pardos, vejam-se os nomes de algumas dessas tropas na nova Capitania das Minas Gerais, informados por Lima Júnior: Terço dos Homens Pretos de Vila Rica, também chamados os Henriques; Homens Pardos da Cidade de Mariana; Homens Pardos do Termo do Inficcionado; Regimento Auxiliar de Infantaria do Guarapiranga; Terço dos Homens Pardos do Sabará; etc⁴².

Neste sentido, Assumar, que esperava pela chegada de tropas de dragões na Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, passou a demonizar as tropas negras. Assim, em carta ao Rei, já sugerira que fosse proibido o uso de armas pelos negros, bem como, a que pudessem usar roupas de seda. E explicou: quanto à proibição do uso de roupas de seda, era para “*perderem os brios e descobrirem que nasceram para escravos dos brancos*”. Quanto à proibição do uso de armas pelos negros, justificou que, assim, “*não haverá tantos régulos (chefetes, pequenos ditadores) nas Minas, que todos se fundam no maior número de voz com escravos e, se estes não puderem ser armados, não intimidarão e cessarão os rebuliços*”⁴³. Isto, sem se falar da proibição até mesmo de suas festas, do perigo que representavam para as Minas e o risco de se sublevarem. Assumar desprezava e odiava obsessivamente os pretos.

Em 20 de abril de 1719, Assumar escreve ao Rei informando que desbaratara em São João del-Rei uma insurreição de negros prestes a explodir. O plano que os negros pretendiam pôr em prática na quinta-feira da Semana Santa era esperar que os brancos fossem para as igrejas para roubarem as armas que deixassem em casa e, com elas, fazer a revolta que tinha o objetivo de degolar todos os brancos da capitania. A rebelião seria geral, pois os negros enviavam mensagens a todas as Comarcas através de escravos viajantes. No começo, o Governador disse pensar que fosse alguma festa ou folguedo dos negros, mas logo se convenceu do perigo ao constatar que tinham realmente se articulado em toda a capitania, organizando-se com rei, príncipes e oficiais militares. Um traidor negro delatou os planos por causa de um desentendi-

41 "A Capitania das Minas Gerais", Itatiaia/Edusp, 1978, p. 102.

42 "A Capitania das Minas Gerais", Itatiaia/Edusp, 1978, pp. 103 a 104.

43 "Documentos Interessantes - SP", vol. LIII, 1674/1720, pp. 192 e 193.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

mento entre os grupos de etnia bantu e sudanesa que pretendiam, cada qual, que o Rei fosse de sua raça⁴⁴.

Era tudo mentira do conde de Assumar. A verdade é que mandara João Ferreira Tavares, a quem queria promover a tenente-general, a São João del-Rei para que este coagisse pessoas a testemunhar que os pretos dos heróis do Fortim na luta contra os paulistas, Ambrósio Caldeira Brant, sargento-mor preto Lourenço da Mota e também do ouvidor-geral Valério da Costa Gouveia seriam os revoltosos, solicitando ao próprio Ouvidor a prisão dos mesmos⁴⁵.

O valente Ouvidor não se intimidou. Deu-se por suspeito e enviou o processo para o juiz ordinário da Vila que, ao final, desmascarou as falsas testemunhas e demonstrou que o militar apaniguado de Assumar era torturador e coator de testemunhas.

Também o ouvidor-geral e o juiz ordinário de Vila Rica, desobedecendo Assumar, absolveram todos os pretos acusados. Assumar teve de pedir desculpas ao Dr. Valério da Costa Gouveia. Mas, continuou escrever mentiras para o Rei, pedindo a promoção do criminoso João Ferreira Tavares ao posto de tenente-general, até conseguir. O Governador da nova Capitania das Minas Gerais, desmentiria Assumar, denunciaria sua fraude e as razões dela⁴⁶.

Durante a vigência de Quintos por Capitação de quantia certa, o terror dos pobres, Assumar, precipitadamente, anunciou que, dentro de um ano, implantaria o sistema de Quintos por Casa de Fundição, onde o ouro em pó perderia 20% de seu valor. Essa dupla opressão provocou o vencimento antecipado das dívidas dos mineiros, a escassez do crédito, a fuga da oferta de mercadorias, a falência e o esvaziamento das Minas. Pior, depois Assumar prorrogaria por mais um ano toda essa agonia socioeconômica.

A 23 de julho de 1720, deveria ter início o funcionamento das Casas de Fundição de ouro em Vila Rica. Assumar acusou os seus inimigos pessoais, os reinóis Pascoal da Silva Guimarães, Dr. Mosqueira da Rosa, frei Vicente Botelho, frei Monte Alverne e Sebastião da Veiga Cabral, de articular e pôr em prática uma rebelião⁴⁷.

Assim, na noite de 28 de junho de 1720, segundo Assumar, mandaram que duas turmas, compostas, cada qual, de seis mascarados e quarenta negros armados, descessem o Morro do Ouro Podre e atacassem a casa do corrupto ouvidor Martinho Vieira de Freitas. Arrombaram-na e destruíram tudo o que encontraram, inclusive processos e documentos judiciais e oficiais⁴⁸.

44 "Cadernos de Arquivo-1/APM", p. 37, transcrevendo o doc. SC. Cód. 4, p. 587-96v. APM.

45 "Documentos Interessantes - SP", vol. LIII, 1674/1720, p. 193.

46 Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, pp. 308-379

47 "Documentos do Arquivo da Casa dos Contos de Minas Gerais", pp. 127 e 131.

48 "Revista do APM", vol. de 1900, p. 221.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Ainda, segundo o Governador, o momento culminante da revolta ocorreu entre 1º e 2 de julho de 1720, quando mais de 1500 revoltosos marcharam sobre o Ribeirão do Carmo (Mariana) onde morava o Conde⁴⁹. Ele só não fugiu porque, além de seus dragões, inúmeros negros armados de seus amigos o acudiram. Entre esses amigos, estava o traidor paulista Jerônimo Pedroso de Barros e o reinol Ambrósio Caldeira Brant e demais heróis do Fortim de São João del-Rei, não por amizade ao criminoso Governador, mas por fidelidade ao Rei e à Lei⁵⁰.

Ainda segundo Assumar, o emboaba Pascoal e seus associados reinóis, com bastante cinismo e habilidade política, fingindo que nada tinham a ver com os mascarados, assumiram a liderança do “povo” e apresentaram reivindicações escritas ao Conde, onde se incluíam os pedidos de que não implantasse as Casas de Fundação e que perdoasse a todos. O conde de Assumar fingiu aceitar a imposição.

Depois, por volta de 13 de julho de 1720, oferecendo 100 oitavas de ouro para quem matasse um mascarado, Assumar conseguiu que fossem presos os supostos revoltosos, chegando ao reinol Pascoal e seus supostos associados a quem mandou que o capitão de dragões Manoel de Barros Guedes Madureira também prendesse. Ficou, porém, num impasse, pois não tinha alçada para julgar tais portugueses riquíssimos ou pertencentes à nobreza lusitana e à Igreja⁵¹.

Em outras ações, disse Assumar que, “*insistindo no seu propósito para que o Morro não fosse um quilombo de brancos, tão pernicioso quanto o de pretos*”, determinou que todas as casas ali situadas, de brancos pobres e de pretos forros, fossem queimadas e arrasadas⁵².

A partir daí é que dá publicidade às prisões dos pobres e sem nobreza, Felipe dos Santos Freire e Tomé Afonso Pereira, a quem se refere, inclusive em cartas ao Rei, como se fossem os verdadeiros líderes da revolução. Descobre que Tomé Afonso, apesar de criminoso degredado, era padre portador de ordens menores, sendo, portanto, protegido pela Igreja e desiste de matá-lo. Manda que Felipe dos Santos Freire seja arrastado por cavalos e depois manda esquartejá-lo, distribuindo seus restos pelos lugares onde, supostamente, pregara a rebelião⁵³. Quanto ao rico Pascoal da Silva Guimarães e seus supostos associados nobres, o covarde Governador apenas os prendeu e mandou para o Rio de Janeiro e, dali, para Portugal.

Uma vez em Portugal, Pascoal da Silva Guimarães, com o seu dinheiro e com seu prestígio, acabou invertendo os papéis e moveu contra o conde de Assumar um processo de responsabilidade, só atalhado - por sorte de Assumar - com a morte deste reinol que, supostamente,

49 Revista do APM, 1903, Vol. 8, Fasc. I e II, pp. 467/468, itens 45 a 49 do documento “Instrução”.

50 “Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil”, pp. 63 e 84.

51 Documentos do Arquivo da Casa dos Contos de Minas Gerais, p. 130.

52 Documentos do Arquivo da Casa dos Contos de Minas Gerais, p. 131.

53 Documentos do Arquivo da Casa dos Contos de Minas Gerais, p. 131 a 132.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

teria sido o verdadeiro líder da sublevação que, na verdade, foi causada pela arrogância de Assumar que, para bajular o Rei, levou a, então, Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, ao sofrimento e à miséria⁵⁴.

Raciocinando um pouco sobre todos os acontecimentos até aqui narrados, pode-se concluir também como se dividiam e se relacionavam os vários estamentos sociais.

Econômica e civilmente, pode-se dizer que havia os senhores e os escravos, regidos por legislação mercantil, comercial, civil e usos e costumes bastante consolidados.

Social e politicamente, havia o estamento dos homens bons, composto da nobreza reinol e da terra, que deviam ser brancos. Em outro estamento, ficavam os brancos sem nome ou pés-rapados; logo depois vinham os pardos forros ou livres bem-nascidos (filhos de brancos ricos ou nobres); depois vinham os pretos (negros e pardos) forros ou livres que fossem comerciantes, funcionários públicos ou militares; ao final, vinham os artesões e trabalhadores livres; os vadios, fossem brancos ou pretos, não tinham nenhum *status* social e eram, muita vez, considerados salteadores ou calhambolas.

Assim, qualquer membro da aristocracia, reinol ou da terra, de fato, podia roubar ou matar, sem nenhum problema, os integrantes de qualquer outro estamento, excetuando-se o caso de protecionismo ou intervenção de outro aristocrata. Porém, conforme há sobejas provas, entre a própria aristocracia, aplicava-se, sem desvios, a Lei. O próprio Rei zelava para que as classes dominantes se respeitassem e não se destruíssem mutuamente. O aristocrata que roubasse ou matasse um seu igual - seja reinol ou da terra - dificilmente escapava da justiça.

Surge a nova Capitania das Minas Gerais, com a posse de seu governador, dom Lourenço de Almeida, em 18 de agosto de 1721⁵⁵.

Pitanguí, agora definitivamente sob o controle dos reinóis de Minas Gerais, se torna o centro irradiador do devassamento da região centro-oeste de Minas Gerais.

DEVASSAMENTO DA REGIÃO ENTRE O LAMBARI E O SÃO FRANCISCO

Sobre o devassamento de nossa região, quem, melhor e mais objetivamente, pesquisou e escreveu primeiro, foi o certo e cristalino Laércio Rodrigues em seu livro “História de Bom Despacho”, razão por que recomendamos sua leitura e estudo por parte daqueles que, com seriedade, quiserem se introduzir ao conhecimento da História de nossa região e de nosso povo.

54 "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil", pp. 195 a 196.

55 Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, pp. 598-725

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

O desenvolvimento dos povoados, em geral, sempre ocorreu às margens de algum rio ou curso d'água. A água tem o poder de agregar as comunidades, de torná-las ricas, de fazê-las pobres ou de expulsá-las. Vejam, por exemplo, as sérias consequências econômicas que até mesmo um humilde córrego, como o nosso Doce, pode trazer à comunidade. A fertilidade de suas margens atraiu e fixou nossos pioneiros que, durante muitos anos, tiveram fartura em suas roças. Hoje (1987), um acidente ecológico inundou a "Vargem do Valo", transformando-a no chamado Espraiado e empurrando nossas lavouras para terras improdutivas, gerando pobreza em nossa região. Imaginem, então, a importância de um rio como o São Francisco. Como vimos, a sua foz (onde deságua no mar) foi descoberta em 1501, quando Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio exploravam as costas brasileiras. Suas nascentes foram conhecidas por André Leão em 1601, o qual, saindo de São Paulo, cruzou o rio Paraíba, adentrou as futuras terras mineiras e chegou até as cabeceiras (Cachoeira Casca D'Anta) do mais brasileiro dos rios, o nosso São Francisco.

Conta-nos Laércio Rodrigues a lenda em que os antigos diziam que o São Francisco nascia de um belo lago, às margens do qual havia uma cidade chamada Manoa, cujos habitantes se vestiam e se enfeitavam com objetos de ouro. Isto fez com que, desde os mais remotos tempos de seu descobrimento, o São Francisco fosse sempre procurado pelos aventureiros e sonhadores que vieram à nossa região⁵⁶.

Pitangui, a partir de 1709, ou talvez até um pouco antes, fundada e ocupada por uma constelação de aventureiros, foragidos, frades e padres, mocambeiros (mestiços e negros fugidos) etc., passou a ser o centro de onde se irradiaram inúmeras expedições de procura de ouro, de devassamento e de povoamento de nossa região. Neste sentido, sobre as origens de Bom Despacho, nosso Laércio registra fato narrado pelo octogenário Nicolau Valério Filho ao Monsenhor Vicente Soares, segundo o qual, quando o revoltoso Domingos Rodrigues do Prado se retirava para Goiás, teria acampado com sua gente em nossa região, sendo, por isto, considerado o fundador de Bom Despacho. Inclusive, por ter ele prosseguido viagem abrindo picadas e devastando matas, deram-lhe o apelido de "*Picão Camacho*", razão do nome do rio Picão, próximo a Bom Despacho. Laércio Rodrigues lança luzes sobre o assunto, que podem eliminar esta versão, conforme veremos mais adiante⁵⁷.

Registre-se, por hora, apenas que a palavra PICÃO significa espécie de escopro com ponta, para lavrar pedra, ou seja, uma picareta; figuradamente, pode significar ainda indivíduo, em geral bem-

56 História de Bom Despacho, p. 13.

57 História de Bom Despacho, p. 15 a 22.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

apessoado, que atrai invulgarmente as mulheres. A palavra CAMACHO, diz-se de, ou significa indivíduo coxo⁵⁸.

É certo, no entanto, que bem antes do início do povoamento efetivo de Bom Despacho, muita gente cruzou o seu território, passando inclusive pela região do Doce. Em 1730, chega a Pitangui a expedição de Batista Maciel Aranha trazendo notícia de que haviam descoberto ouro na região de Piuí (hoje, Piumhi). O vigário de Pitangui, padre Luiz Damião, recebeu com entusiasmo a notícia e, com bem municada bandeira, partiu de Pitangui em direção a Piuí (hoje, Piumhi), guiado por Batista Maciel e seus filhos. Porém, voltaram de cabeças baixas, visto que não encontraram nenhum ouro em Piuí (hoje, Piumhi). Batista Maciel acabou incriminado pela falsa notícia do ouro⁵⁹.

A Historiadora Dilma de Moraes, de Santo Antônio do Monte, registra fatos narrados por Monsenhor Vicente Horta em “História de Pitangui”, sobre viagens empreendidas por expedição chefiada pelo alferes Moreira, sendo que, em 1º de agosto de 1731, saiu de Pitangui e chegou a Bambuí, que era a última fazenda rio-acima. Depois, de retorno, passou pelo Lambari, “*que é um rio que, nascendo emparelhado com o de Pitangui, entrou oito léguas abaixo da Vila do mesmo nome*”. O alferes, nesta viagem, se perdeu completamente. Assim, teve de retornar a Pitangui, mesmo porque, já se iniciavam as chuvas. O explorador português tentou de novo e tornou a dar com os burros n’água. Veja o fim de sua narrativa: “*Chegando ao rio Grande, com bastante dias de viagem, arranhei-me em uma roça e plantei outra. Depois, soube que fora lançada e plantada por outros aventureiros no mesmo morro, mas sem efeito. De Piuí, lancei uma bandeira que me gastou um mês, e foi buscar o morro da Esperança (Na verdade, Serra das Esperanças, região das atuais Cristais-MG e Guapé-MG), como disse o guia. Enfim, não consegui, então, aquele descobrimento, porque me desamparou o guia, induzido de um paulista, JOÃO BATISTA MACIEL, que se achava situado em Piuí e que mais me desviou cinco escravos*”⁶⁰.

Este paulista é o mesmo Batista Maciel de Pitangui que, não encontrando ouro em Piuí (hoje, Piumhi), resolveu subtrair os escravos do reinol para não perder a viagem. Esses fatos foram contados pelo próprio alferes em uma carta que mandou ao padre Diogo Soares, cujo manuscrito hoje se encontra no museu de Évora, em Portugal⁶¹. A esta época, já os paulistas - terrivelmente oprimidos pelos reinóis - estavam aliados aos quilombolas e negros forros na região do Sapucaí do nascente Quilombo do Campo Grande.

Como vimos, o Bando em que o conde de Assumar concedeu perdão aos amotinados de Pitangui em 30 de maio de 1718, prometia

58 Dicionário Aurélio.

59 História de Bom Despacho, p. 17.

60 Santo Antônio do Monte - Doces Namoradas / Políticos Famosos, 1983, p. 16.

61 A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração, 1971, pp. 30/31.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

aos paulistas que ali se instalassem com seus escravos, além de cargos públicos, redução da metade dos Quintos, Sesmarias de terras para lavouras *“in perpetuum”* a seus herdeiros, desde que ficassem recolhidos por um ano nos limites de Pitangui. Assim, Antônio Rodrigues Velho, o da Taipa e outros paulistas, inimigos de Domingos Rodrigues do Prado, devem ter perdido as Sesmarias que tinham em Pitangui e resolveram buscar outras na esteira dessa concessão do conde de Assumar.

Diz-nos Laércio Rodrigues que *“as primeiras entradas que se fizeram com o objetivo definido de conhecer os sertões além do Lambari até o São Francisco, foram empreendidas por José de Campos Bicudo, João Veloso de Carvalho e Antônio Rodrigues Velho, este último conhecido pela alcunha de “Velho da Taipa”, um dos fundadores de Pitangui⁶². Em documento publicado pelo Cônego Trindade, declara-se que Veloso e Rodrigues Velho, pelos anos de (setecentos e) trinta e tantos, situaram fazenda no sítio do Mamboim (Bambuí) de uma e de outra parte do São Francisco e ainda mais acima desta paragem no sítio chamado Forquilha. Nessas incursões pelo território virgem do atual município de Bom Despacho, Antônio Rodrigues Velho aí abriu picadas e lançou posse em matos e campos, mais tarde reclamados pelo seu neto, o capitão-mor INÁCIO DE OLIVEIRA CAMPOS⁶³”*.

Registra a “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” que *“foi um português, genro do bandeirante paulista Antônio José Velho, chamado Manoel Picão CamaCHO, que primeiro se internou em terras que constituem o atual município de Bom Despacho, onde se fixou, isto, por volta de 1730⁶⁴”*.

Até pouco tempo, tive como certo que o historiador Laércio Rodrigues, salvo melhor interpretação, esclarecera quase que totalmente esta questão. O nome verdadeiro do homem, segundo ele, era Manoel Picão CamaRGO e não CamaCHO; sua nacionalidade, brasileira e não portuguesa ou espanhola; era cunhado, e não genro, do Velho da Taipa. Neste sentido, teria sido um dos companheiros do Velho da Taipa em suas expedições para nossa região, no entanto, uma de suas filhas, Damiana, mudou seu nome para Joana Maria Bicudo, excluindo o nome de seu pai, o qual, também, misteriosamente, não consta do “Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil”. Para explicar este fato, Laércio Rodrigues conta-nos que existe estória que há muito contam, segundo a qual, em visita a um amigo, o garimpeiro Manoel Picão Camargo viu sobre a mesa da sala do amigo um baita diamante que o simplório pensava que fosse pedra sem valor. Então, fingindo que a pedra realmente não valia nada, Picão Camargo pediu ao amigo que lhe desse a pedra para servir-lhe de prendedor de papéis. O amigo bo-

62 Esse traidor dos paulistas NÃO foi um dos descobridores e fundadores de Pitangui.

63 História de Bom Despacho, p. 17/18.

64 Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1957, verbete “Bom Despacho”.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

balhão deu-lhe a pedra e ele foi-se embora para Portugal, de onde nunca mais voltou para o Brasil⁶⁵.

Já na primeira edição deste livro, registrei que achava pouco convincente a história supracitada. Neste sentido, o fato é que Damiana, filha de Manoel Picão Camargo, antes de se casar com o reinol José Dias Maciel (nascido na Freguesia de Nossa Senhora do Monte Serrate, na Vila de Viana, Arcebispado de Braga/Portugal), poderia ter mudado o seu nome por outras razões, a exemplo de se envergonhar de seu pai que teria abandonado sua mãe, ou por ter cometido algum crime - poderia ter sido realmente companheiro do revoltoso Domingos Rodrigues do Prado - ou pelo simples fato de não ter tido sucesso em seus garimpos e, pobre, ter voltado para São Paulo. Este português José Dias Maciel é tronco da linhagem dos Maciel, família de muito poder político de onde, entre outros, saíram políticos como Olegário Maciel, presidente (sic) do Estado de Minas Gerais.

Apesar de não sentir mais tanta certeza na tese do Dr. Laércio Rodrigues, não tenho, ainda, nenhuma versão melhor que a sua para o fato supra. Vale ressaltar que Picão significa picareta, alvião e almocafre (instrumentos de mineração) e que Camacho, significa indivíduo manco ou coxo. Quanto aos nomes Camargo e Camacho, estes, são realmente nomes de paulistas ligados ao Velho da Taipa. Encontramos em "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil" mais atualizado, oito sertanistas com o sobrenome Camacho, todos paulistas, entre os quais se destacam Manoel Fernandes Camacho, irmão de Antônio Bicudo Camacho, filhos de Sebastião Fernandes Camacho e de sua mulher Isabel Bicudo de Brito; em 1675 já estavam em bandeiras pelo sertão, sem haver qualquer outra informação⁶⁶.

Consigne-se ainda, a existência, antiquíssima, do topônimo Camacho⁶⁷, designando, primeiramente, o Distrito de Nossa Senhora das Dores do Camacho, da Vila de Tamanduá (Itapecerica), elevado a Cidade com esse mesmo nome somente em 30 de dezembro de 1962.

Voltando ao raciocínio de que a história é escrita pelos poderosos e para os poderosos, conclui-se que talvez seja por isto, também, que nos históricos de devassamento de regiões, fala-se dos negros aqui-lombados como se fossem uma praga brotada do chão. O certo, no entanto, é que desde a fundação dos primeiros povoados de Minas Gerais, já os negros fugiam das Vilas e expedições e se embrenhavam no mato, procurando locais escondidos para viverem livres da escravidão. Há, em nossa região, inúmeros locais e rios com nomes africanos e até mesmo com o nome específico de QUILOMBO, a exemplo do córrego do Quilombo em Bom Despacho. Os negros, sem dúvida, devem ter sido

65 História de Bom Despacho, p. 19/20.

66 "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil", Itatiaia/Edusp, 1989, pp. 96/97 e 98/102.

67 Francisco Camacho, homem casado, morador na Picada de Goiasés, estava presente na expedição de Pamplona de 1769; fez-lhe até uma poesia jocosa - pp. 76/77 da Revista ABN n° 108 de 1988.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

os primeiros a pisar esta região, pois seria muito simplório acreditar que fugiriam para ficar em algum local já pisado e conhecido pelo branco. Talvez os quilombos de nossa região não tenham tido todo o brilho e glória do Quilombo de Palmares que, conforme vimos, resistiu aos ataques dos brancos por mais de sessenta anos, porém, devem ter reagido bravamente à escravidão, organizando-se em pequenos grupos espalhados por toda a nossa região. Registremos, então, que os negros, embora anônimos, estão entre os grandes desbravadores de nossa região, assim como em toda a nossa Pátria. É preciso conclamar a todos para que sejam levantados e estudados os locais e os vestígios desses quilombos, já que pouco ou nada há na nossa história acerca desses nossos ancestrais. Sim, os negros são também nossos ancestrais, visto que mais de noventa por cento de nós o “o povão”, somos miscigenados há muitas gerações.

Laércio Rodrigues, deixou claro que o negro escravo não era um ser passivo e covarde, bem como, que havia um esquema terrível montado para assegurar o seu cativeiro. *“A topografia daqueles sertões de horizontes amplos facilita, de certa forma, o conhecimento rápido das extensas áreas, em cujos capões de mato escondia-se, porém, um inimigo faminto e rancoroso: OS QUILOMBOS. Localizar e desbaratar esses aglomerados de escravos fugidos era tarefa difícil e arriscada. Dado o perigo que os quilombos representavam para a ordem pública, tinha o governo o mais vivo interesse em exterminá-los. (...) Daí, a luta de morte que, durante muitos anos, se travou entre os quilombos e seus implacáveis inimigos: OS CAPITÃES DE MATO”*. Neste sentido, o governo, além de premiar com terras a quem destruísse os quilombos, oferecia armas e munições, pagava prêmios pelas cabeças dos negros fugidos e corrompia a consciência de brancos, mestiços e negros, oferecendo recompensa a quem denunciasse os quilombos e ameaçando com castigos terríveis aos que omitissem tais informações”. Ainda segundo Laércio, *“em Pitanguí organizavam-se expedições com o objetivo de combater os mocambeiros (negros e mestiços aquilombados) da região, cuja presença constituía sério entrave à sua colonização”*⁶⁸.

Estas informações trazidas pelo Dr. Laércio deixaram-nos muita curiosidade e reflexão. Foi a partir daí que passamos a nos interessar, ainda mais, pelo assunto, redundando, dez anos depois, no livro *“Quilombo do Campo Grande: História de Minas roubada do povo”* que escrevemos e publicamos em novembro de 1995⁶⁹.

Desde 1720, os caminhos para as Minas Gerais estavam trancados e proibida a abertura de novos caminhos. Porém, como vimos, a região entre o Lambari e o São Francisco já havia sido atravessada por inúmeros entradistas, viajantes, contrabandistas, refugiados e esca-

68 História de Bom Despacho, p. 27 e 28.

69 Quilombo do Campo Grande - A História de Minas Roubada do Povo, Edit. A Gazeta Maçônica, 1995.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

vos fugidos, que se utilizaram das trilhas naturais ou particulares. Em 1736, o governador Gomes Freire de Andrade concedeu a Caetano Rodrigues Álvares da Horta e a seus sócios, rasgarem picada de São João del-Rei a Paracatu e Goiás, cortando o rio São Francisco perto da barra do Bambuí. Também a Domingos de Brito, Manoel Pinto e Luiz Aires, autorizou a abertura de caminho partindo de Pitangui para Paracatu, passando pela paragem da Piraquara, junto ao rio São Francisco. Este caminho, a picada Pitangui-Piraquara-Paracatu, segundo Laércio Rodrigues, é referido em autos de medição de Sesmarias datados de 1772, já merecendo a categoria de estrada. Começava na Ponte do Lambari, seguindo rumo Oeste entre as nascentes dos córregos do Ermo e dos Alves, passando em seguida pelo norte da Cidade, atravessando o córrego das Areias, atingindo as cabeceiras do rio Picão e, daí, a Fazenda da Piraquara e o rio São Francisco. A Fazenda da Piraquara já era conhecida com este nome muito antes da fundação de Bom Despacho⁷⁰.

Por volta dos anos de setecentos e cinquenta e tantos, as minas de Pitangui já muito pouco produziam. Em 1750, assumia a Coroa de Portugal o Rei dom José I, fazendo seu Primeiro-Ministro o futuro marquês de Pombal. Pitangui ressentia-se da mesma decadência que se verificava em toda a Capitania. *“Os que insistiam no trabalho das catas (de ouro) ainda atraídos pela sedução do enriquecimento rápido, viam com desilusão o fracasso de seus esforços, salvo uma minoria de privilegiados, cujos largos cabedais (recursos, riquezas) permitiam uma exploração relativamente compensadora”*⁷¹.

Assim, os nossos ancestrais, garimpeiros, comerciantes, agiotas e contrabandistas, brancos, negros e mestiços, acordaram do sonho fantástico e encararam a realidade. O negócio, agora, era buscar os sertões e estabelecer fazendas de criações e de lavouras de mantimentos. Começou, então, uma outra grande corrida, com a finalidade de conquistar os melhores campos para as fazendas. Assim, principalmente entre os anos 1755 e 1800, dezenas de famílias dirigiram-se com tudo que tinham para a região entre os rios do Lambari e São Francisco, se bem que os mais abastados, como se verá, aí também levaram todas as vantagens da Coroa Portuguesa⁷².

O mais antigo título de terras encontrado por Laércio Rodrigues foi expedido a favor de Antônio Rodrigues da Rocha, datado de 1763. Para habilitar-se, saiu de Pitangui a 2 de maio de 1758, acompanhado de Domingos Gonçalves Viana, Antônio Dias Nogueira e do sargento-mor Gabriel da Silva Pereira, além de escravos e guias. Abastecidos de provisões e protegidos por quatorze armas de fogo, meteram-se sertão adentro, do Lambari ao São Francisco, encontrando o local povoado

70 História de Bom Despacho, pp. 23/25.

71 História de Bom Despacho, p. 26.

72 História de Bom Despacho, pp. 26/27.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

somente de FERAS E NEGROS DO MATO. Dos seus companheiros de expedição, o sargento-mor Gabriel da Silva Pereira, voltou para Pitanguí onde, em 1761, era juiz ordinário e, em 1762, veio a falecer. Domingos Gonçalves Viana ficou estabelecido, criando a Fazenda do Capivari do Picão, ao sul do território municipal de Bom Despacho, onde viveu e deixou filhos⁷³.

Francisco Ferreira Fontes, português da Ilha Terceira, Angra, morador, então, em Itapeçerica (Divinópolis) obteve do governador Gomes Freire de Andrade, uma portaria que o autorizava, em 1755, a desbaratar quilombos, a qual, aparentemente, levou a bom termo nos sertões entre o Lambari e o São Francisco, sendo que quinze anos mais tarde impetrou pedido de Sesmaria, como primeiro povoador. Conseguiu sua carta em 1770 a qual passou a Domingos Fernandes dos Santos, não ficando, portanto, em nosso território. Suas três léguas de terras, no entanto, não puderam se demarcar com tranquilidade, eis que deveriam se situar entre o Lambari e o São Francisco “fazendo pião (marco central da demarcação) onde mais conveniente for”. Assim, Domingos Fernandes dos Santos, ao tentar a medição e demarcação em 1784, mandou “fincar o pião no alto de um cerrado que faz vertente para o córrego da Boa Vista e para o riacho das Pedras”, tendo como confrontantes a Fazenda da Chapada (que então já existia). Teve seu pedido embargado por José Gonçalves de Oliveira e João Garcia Pereira, com os quais demandou por quase dois anos⁷⁴.

“Também o capitão Inácio de Oliveira Campos, (Neto do Velho da Taipa e marido de dona Joaquina do Pompeu) andou perseguindo escravos aquilombados em terras bom-despachenses. Aliás, seu ofício era mesmo este, de “limpar as estradas de ladrões e prender a negraria escapa em mocambos”. Varou grande parte dos sertões do Oeste Mineiro (...)”⁷⁵. Como se verá, em nossa região Inácio nunca atacou quilombos.

O sistema de concessão de Sesmarias era, formalmente, bastante seguro e se cercava de minudentes cláusulas para evitar litígios e prevenir demandas. Porém, em região como a nossa, de campos extensos com poucos pontos firmes de demarcação, os abusos - mormente de pessoas poderosas e ligadas aos governantes - sempre se sucediam. Apesar de, no caso do Brasil, a Lei portuguesa conceder somente três léguas quadradas a cada sesmeiro, muita gente se apropriou de 10, 20 e até 50 léguas, impedindo e turbando a posse de outras pessoas, gerando conflitos e demandas⁷⁶.

Entre 1760 e 1780, Laércio Rodrigues comprovou a presença dos seguintes moradores: ANTÔNIO RODRIGUES DA ROCHA, José Fernandes Coura, DOMINGOS GONÇALVES VIANA, Domingos Fernandes

73 História de Bom Despacho, p. 34/37.

74 História de Bom Despacho, pp. 34/35.

75 História de Bom Despacho, p. 29.

76 História de Bom Despacho, pp. 31/33.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

dos Santos, José Gonçalves de Oliveira, Manoel Pereira do Couto, capitão Francisco de Araújo e Sá, LUIZ RIBEIRO DA SILVA, Pe. Agostinho Pereira de Melo, Francisco Dias dos Santos, Manoel Rodrigues do Prado, José Fiúza da Silva, Manoel Francisco Guimarães, Cristóvão Dias, Manoel Afonso Gonçalves, DOMINGOS LUIZ DE OLIVEIRA, FRANCISCO MARQUES DA COSTA, ANTÔNIO DA COSTA DE ANDRADE, José Pinto de Carvalho e José Gonçalves Viana. Muitos deles acabaram não fixando residência e outros nem chegaram a morar em nossa região, conforme são os casos de João Gonçalves Paredes e Francisco Ferreira Fontes. A partir de 1770 intensificou-se o movimento povoador⁷⁷.

Novos estudos aos documentos mencionados pelo Dr. Laércio nos permitem afirmar atualmente que: **a)** O tal Francisco Ferreira Fontes nunca atacou quilombo nenhum; era um português oportunista que, de posse de uma carta de Sesmaria - não se sabe se verdadeira ou falsa - vendeu-a a várias pessoas e em diversos lugares. Foi desmascarado no mencionado processo, embargado por José Gonçalves de Oliveira. **b)** Inácio de Oliveira Campos, neto do Velho da Taipa, paulista que aderiu aos reinóis, somente atacou os restos que sobraram dos negros fugidos⁷⁸, muitos anos depois da última guerra que o governador fez ao Quilombo do Campo Grande. A sua Sesmaria - a partir de uma cartagrilo - pretendeu se demarcar nas mesmas terras de Antônio Rodrigues da Rocha, gerando enorme contenda judicial nunca elucidada.

Quanto à expansão do povoamento a partir de 1760, como se verá, está intimamente ligada, isto sim, às guerras e ao extermínio dos quilombos do Campo Grande, mormente no centro-oeste, centro-sul, Alto São Francisco, Alto Paranaíba, Triângulo e sudoeste das Minas Gerais, alcançando o nordeste de São Paulo. Vejamos a seguir.

QUILOMBO DO CAMPO GRANDE

A História Roubada do Povo

Antes de mais nada, queremos chamar a atenção do leitor para um enorme “buraco” que existe na História Mineira.

Os fatos históricos conhecidos, a partir da Descoberta do Ouro entre 1693 e 1695, são: a Guerra dos Emboabas entre 1706 e 1709, que culminou na criação da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro em 1710; as Revoltas de Pitangui entre 1709 e 1719 e as Revoltas de Vila Rica entre 1719 e 1720, que culminaram na separação das capitanias de São Paulo e Minas em 1720/1. A partir daí, só “vamos ter

⁷⁷ História de Bom Despacho, p. 34.

⁷⁸ No Triângulo Mineiro.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

História de novo” no período de 1788 a 1792, com a Inconfidência Mineira. Ou seja, no período de 1720 a 1788 parece que nada houve de importante nas Minas Gerais. Pois bem, é exatamente nesse período de 68 anos que eclodiu um dos fatos mais importantes da História Mineira, a que damos o título de Guerras ao Campo Grande.

A História de Moema e de cerca de mais quarenta outras cidades está intimamente ligada a tais fatos. Por isto é que a primeira edição do presente livro, apesar de nosso esforço, parecia não fazer sentido, parecia não se conectar com a História de Minas. É que a História de Minas tinha uma grande lacuna. Pois bem, com o nosso livro “*Quilombo do Campo Grande - A História de Minas Roubada do Povo*”⁷⁹, trouxemos à luz todos esses fatos que, apesar dos poucos dados obtidos, deixaram expostas muitas omissões e inverdades consagradas pela História e pela Sociologia mineiras. Em 2008 publicamos “*Quilombo do Campo Grande - História de Minas que se devolve ao povo*”, comprovando documentalmente todos os indícios levantados no primeiro⁸⁰.

Mas não nos iludamos. Talvez, ainda se passem muitos anos antes de tais fatos serem, definitivamente, incorporados à nossa História. Na divulgação de nosso primeiro livro, o Estado de Minas Gerais foi o espaço mais desinteressado e fechado que encontramos. Isto não deve espantar ninguém. Historiadores como João Dornas Filho, Augusto de Lima Júnior, Diogo de Vasconcelos, Joaquim Felício dos Santos e outros que, hoje, dão nomes a cadeiras no Instituto Histórico e Geográfico e Academia Mineira de Letras, que dão nomes a eventos culturais e cívicos em Minas Gerais, verdadeiros monstros sagrados da cultura reinol-mineira, ficam, aparentemente, bastante desmoralizados - sem nenhuma intenção nossa - com aquele trabalho.

O conhecimento das obras desses historiadores, como fonte do imaginário histórico-cultural mineiro, é que deu e ainda dá todo o miolo e sustentação a muitas gerações de intelectuais mineiros que, sem muita perspicácia, aceitaram-nos e os reproduziram em mais e mais obras literárias de História e Sociologia. De maneira que seria muito difícil àqueles discípulos dos mesmos - que hoje estão no poder - aceitarem que a cultura historiográfica que julgavam ter, não tem a sustentação e nem a fidedignidade que pensavam. Os fatos trazidos à lume em nosso livro são desconcertantes. Por exemplo: a maioria desses historiadores - mais hodiernamente o Prof. Waldemar de Almeida Barbosa - durante anos tiveram em mãos o Mapa do Campo Grande⁸¹; durante anos analisaram e escreveram muita coisa sobre esse mapa, porém, nunca se haviam apercebido de que sempre estudaram o mapa “de cabeça para baixo” (?!). Este último historiador, inclusive, escreveu, em 1972, o livro “Negros e Quilombos em Minas Gerais” exata-

79 Editora A Gazeta Maçônica, 1995, Registro FBN nº 220.424 - 386 - 84.

80 Terceira Edição, 1032 páginas, MGQUILOMBO Editora Ltda, 2018.

81 Que mostra todos os quilombos do Campo Grande, desde a guerra de 1743 até 1760 - site do MGQUILOMBO.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

mente com a intenção inversa do nosso livro, ou seja, a de tentar provar que o Quilombo do Campo Grande - resumindo-o apenas ao Quilombo do Ambrósio em Ibiá - foi um fato insignificante⁸². Porém, seu *status* intelectual, salvo melhor juízo, ficou ainda pior do que o de seus mestres de antanho, perante a posteridade.

Carlos Magno Guimarães da UFMG conseguiu induzir o IPHAN⁸³ e o APM a tombar o Quilombo do Ambrósio de Ibiá⁸⁴ com base em documentos das guerras de 1746, que se referem, na verdade, a Formiga e a Cristais e NÃO a Ibiá⁸⁵. Mesmo completamente desmascarados⁸⁶, o IPHAN e o APM mantêm a errada indicação dos documentos de 1746 e ignoram os tombamentos municipais feitos por Formiga e Cristais.

Dos quatro primeiros historiadores mencionados, Diogo de Vasconcelos e Joaquim Felício dos Santos, tiveram em comum o fato de terem estudado Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo⁸⁷, e de, assim como Augusto de Lima Júnior, terem pertencido, ou pelo menos se iniciado, na maçonaria da época, a qual foi atuante, sim, na Proclamação da República, porém, foi atuante também no projeto reacionário dos escravocratas ante a iminente abolição da escravatura, projeto este composto de três frentes, quais sejam: 1) o expurgo à população preta⁸⁸; 2) o imigrantismo⁸⁹; 3) e o tupiniquismo falsificado. Portanto, o dirigismo com que escreveram suas obras não deveria causar espanto a ninguém; tampouco, haveria de desmerecê-los, pois que, quando escreveram, estavam dentro de um contexto muito grave e intrincado.

A faculdade de Direito do Largo de São Francisco, fundada por decreto de dom Pedro I em 1827, era, na época, a única do Brasil, a par de sua coirmã de Olinda-PE; era onde iam estudar os bem-nascidos, os nobres, a elite genética da época, por isto é que tais mineiros estudaram lá. Por ironia do destino, também o autor que vos escreve - filho de uma pobre viúva e nascido em Moema - lá estudou.

Quem nos conhece, sabe que levamos muito a sério a nossa História. Lemos e estudamos (até 2006) cerca de 450 livros sobre a História e a Sociologia mineiras, mormente sobre o século XVIII (anos 700), dos quais, compilamos, citamos e/ou debatemos apenas 89 obras em nosso livro Quilombo do Campo Grande. Porém, a nossa fonte principal foi a fonte primária, ou seja, o estudo e reestudo de documentos antigos obtidos nos arquivos históricos do APM - Arquivo Público Mi-

82 Vide Artigo "Dois Quilombos do Ambrósio: um em Cristais, outro em Ibiá" no site do mgquilombo.

83 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, subordinado ao Ministério da Cultura.

84 Artigo "Herança de Minas para o Brasil - Estado vai ter o primeiro quilombo tombado do País", Jornal Estado de Minas de 07.03.1999.

85 Laudo IPHAN, Depto. de Proteção nº 004/98 de 25.08.98.

86 Vide livros de Tarcisio José Martins no site <https://www.mgquilombo.com.br/loja/>

87 Hoje, FADUSP, pertencente à USP.

88 Através do "voluntariado de pau e corda" com que capturavam pretos para mandar para a Guerra do Paraguai.

89 Que propugnava pela "vinda de europeus para branquear nosso sangue aguado", fraco, de negro. Vide livro "Onda Negra, Medo Brando", Célia Marinho de Azevedo, Paz e Terra, 1987.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

neiro em BH; Museu do Ouro, em Sabará; AJP - Arquivo Judiciário de Pitangui, Arquivos de São João del-Rei, Instituto de Estudos Brasileiros - USP/SP e AHU de Portugal. Vamos aos prolegômenos dos fatos⁹⁰.

A Participação do Negro Forro na História Mineira

Quando se quer a verdade, não pode haver meias-palavras. O nosso povo mineiro, apesar de ser, em mais de 90%, miscigenado com negros, é um dos povos mais preconceituosos em relação aos ancestrais negros. Durante cerca de quinze anos viajamos profissionalmente por todo o Brasil, quando ficamos conhecendo a maioria das capitais brasileiras e uma média de quatro a cinco cidades do interior de cada Estado. É com base nessa experiência que, sem nenhum medo de errar, fazemos tal afirmação. Consigne-se que não excluimos a nossa pessoa desse estranho aleijão cultural de que somos vítimas.

O nosso absurdo desprezo aos negros - inclusive por parte dos próprios negros mineiros - no entanto, não deve nos espantar. Nunca nos foi ensinado na escola que entre os primeiros descobridores do ouro, em Ouro Preto, esteve um bandeirante mulato (mestiço de negro e branco) e que seu nome era Duarte Lopes⁹¹.

Nunca aprendemos que os ancestrais emboabas só venceram os ancestrais paulistas porque tinham em suas fileiras tropas de negros armados; nunca soubemos e talvez jamais venhamos a saber o nome daquele “*valeroso*” negro que foi um dos primeiros a morrer no embate com os paulistas no Capão da Traição; nunca nos ensinaram que a tropa de mais de 1500 paulistas, comandada por Amador Bueno, foi vencida no Fortim do Arraial Novo TAMBÉM com a ajuda do negro forro (liberto) chamado Lourenço Mota que, com a sua tropa de quinhentos negros, “*foi um dos feridos e fez muito bem a sua obrigação*”⁹².

Nunca aprendemos que a derrota dos paulistas revoltosos de Pitangui teve como fator primordial, também, a participação dessas tropas de negros dos reinóis⁹³.

Nunca aprendemos que o emboaba Pascoal da Silva Guimarães, só enfrentou a opressão fiscal porque se fiava no seu exército de negros; nunca aprendemos que o conde Assumar, para dominar os revoltosos de Vila Rica, também contou com exércitos de negros armados

90 Quilombo do Campo Grande, 1995, pp. 312/318.

91 “Cultura e Opulência do Brasil”, Itatiaia/Edusp, 1982, p. 164; Passeio a Ouro Preto, Lúcia Machado de Almeida, Itatiaia/Edusp, 1980, pp. 21/22; Vila Rica do Pilar, Fritz Teixeira Salles, Itatiaia/Edusp, 1982, pp. 21/22; Corografia Histórica da Província de Minas Gerais/1837, Raimundo José da Cunha Matos, Itatiaia/Edusp, 1981, Vol. I, p. 81; Relatos Sertanistas, Afonso de E. Tounay, Itatiaia/Edusp, 1981, p. 172.

92 “Episódio da Guerra dos Emboabas e sua Geografia”, Itatiaia/Edusp, 1984, p. 124 e Revista História em Curso, Editora Minuano, set/out-2012, pp. 21-22.

93 “Pesquisando a História de Pitangui”, pp. 148 e 149.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

fornecidos por Ambrósio Caldeira Brant e outros, pois que ainda nem mesmo consolidara a criação dos dragões em Minas Gerais⁹⁴.

Nunca aprendemos praticamente nada, enfim, sobre a participação dos negros - como guerreiros e não só como escravos - nas lutas e batalhas que forjaram o nosso povo. Ou seja, falsificaram a nossa História, retirando dela todos os fatos onde, também os negros, lutaram pelo engrandecimento de nossa Pátria.

A Desclassificação dos Pretos Livres

Voltemos, pois, a 1721, quando em 18 de agosto foi criada a Capitania autônoma das Minas Gerais. Quando, enfim, os novos portugueses, os reinóis-emboabas, dominaram definitivamente os paulistas e demais elites da terra e se impuseram como uma nova elite genética de donos do poder em nossa Pátria.

Tudo tem o seu preço. Os reinóis, ao virem para as Minas, vieram sozinhos, sem mulheres. Por esta razão, se juntaram com as negras gerando o maior contingente de mulatos (pardos) que o mundo já viu. Evidentemente, este fato gerou muitas alforrias. Diferentemente dos paulistas que perderam seus índios e foram impedidos de comprar escravizados negros, os reinóis puderam comprar sempre. Para vencer os paulistas, os reinóis armaram seus negros e com suas tropas é que venceram os paulistas. Essas vitórias dos negros, sem dúvida, geraram muitas alforrias. O próprio trabalho da mineração, pelas suas características, gerou ainda muito mais alforrias, popularizando, nas Minas Gerais, a figura jurídica da Quartação, ou seja, a compra da alforria pelo próprio escravo, mediante parcelamento em quatro pagamentos⁹⁵.

Todos estes fatos acabaram conduzindo muitos pretos (negros e pardos) forros (libertos) para dentro da própria sociedade branca, fato sobejamente conhecido pela maioria dos historiadores, porém, nunca divulgado com clareza: ao final, havia na sociedade mineira pretos sargentos, alferes e capitães de milícias, afora os capitães do mato; havia pretos funcionários públicos, inclusive escrivães nas Câmaras das Vilas; pretos ricos, inclusive senhores e possuidores de numerosa escravaria; até nas justiças havia pretos juizes, principalmente juizes de vintena⁹⁶. Essa participação de pretos na sociedade branca sempre foi proibida pela legislação portuguesa; no entanto, foi o preço que os reinóis tiveram que pagar, pois, sem os seus soldados pretos talvez jamais tivessem vencido os paulistas.

94 "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil", pp. 63/64, verbete "Jerônimo Pedroso de Barros e pp. 84/85 verbete "Ambrósio Caldeira Brant".

95 Cadernos do Arquivo 1 - Escravidão em Minas, APM, 1988, p. 146.

96 Cadernos do Arquivo 1 - Escravidão em Minas, APM, 1988, p. 22, remetendo à DAC-CMOP, Cx. 136, Doc. 23 - APM.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Os potentados paulistas estavam completamente derrotados nas Minas Gerais. Procuraram outros rumos. Voltaram a explorar a região de Goiás, onde fundaram Vila Boa e a região do Mato Grosso, onde fundaram a Vila de Cuiabá. Suas fronteiras com a nova Capitania das Minas Gerais continuaram a se demarcar pelo Morro do Caxambu, ou seja, a partir daí, rio Sapucaí e rio Grande abaixo, toda a margem esquerda desse rio (hoje, o sudoeste de Minas) pertencia a São Paulo⁹⁷. Se haviam perdido algum território, conquistaram muitos outros, abrangendo, ao sul, toda a extensão passando pelo Rio Grande do Sul até o território do atual Uruguai, e ao norte, passando pelo Triângulo Mineiro, todo o território dos atuais Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Com seus naturais espalhados por todo o Brasil - onde eram empossados em cargos importantes - a Vila de São Paulo e as outras Vilas paulistas, com este abandono, entraram em decadência e passaram a diminuir cada vez mais⁹⁸.

Os reinóis de Minas Gerais haviam utilizado os negros para derrotar os paulistas. Assumar havia criado as tropas de Dragões nas Minas Gerais e começou a desmoralizar o militarismo particular com tropas de pretos. Agora, porém, restara um número muito grande de pretos forros (libertos) e livres na nova Capitania, ocupando cargos públicos e se imiscuindo em todos os círculos legalmente reservados apenas aos homens bons (brancos ricos e proprietários de terras). Não sabiam como conviver com esses pretos. Precisavam dar um basta nesse estado de coisas. E foi o que fizeram. Não nos esqueçamos de que nenhuma Lei surge para prever ou combater fato abstrato ou inexistente, e sim para coibir uma realidade fática presente e crescente.

Em 19 de setembro de 1725, os reinóis deram um basta na ascensão social dos pretos (pardos e negros) forros e livres. Ficou definitivamente proibido que quem tivesse sangue impuro (de negro), até a quarta geração, ou seja, *“homem algum que seja mulato dentro nos quatro graus em que o mulatismo é impedimento”* pudesse ter acesso a qualquer emprego ou cargo público e a titular Sesmarias. Mas, é claro, continuou aberta a possibilidade de serem capitães do mato, na verdade, soldados do mato, milícias especializadas em caçar escravos fugitivos e atacar os quilombos. *“Desta sorte ficarão aqueles ofícios dignamente ocupados e poderá conseguir-se que os homens daquele país procurem deixar descendentes não defeituosos, impuros, vendo que de outro modo não podem alcançar, nem para si nem para os seus, os empregos de maior distinção e honra das terras em que vivem, pois o afeto de consegui-los é natural a quase todos os homens”*⁹⁹.

Observe-se que, a esta época, os índios ainda eram escravizados, porém a título de administrados, o que tornou esse escravismo inviável

97 Documentos Interessantes, Vol. LIII, 1674/1720, p. 175.

98 Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo, Heloisa Liberalli Bellotto, 1979, pp. 30/32.

99 A Capitania das Minas Gerais, Edusp/Itatiaia, 1978, p. 77.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

comercialmente. Assim, a impureza de sangue prevista nesta Lei só abrangeu os pretos¹⁰⁰, mesmo porque, os índios locais - que eram pouquíssimos nas Minas e não confiavam nos reinóis - dificilmente se interessavam por ascender na sociedade branca.

Outra consequência da legislação supra foi a inabilitação dos pretos forros e livres para obter a posse e o domínio da terra, ou seja, os pretos forros, mesmo pardos, não poderiam obter do governo a titulação de terras, cujo processo de demarcação tinha como peça inicial a chamada carta de Sesmaria, só alcançável pelos chamados homens bons, de sangue “não impuro”. Neste sentido, em 1738 foi estatuído, retroativamente, que, a partir de 1732, toda a posse que permanecesse sem a respectiva carta de Sesmaria deveria ser considerada ilegítima, revertendo-se, a quem denunciasse o posseiro, o direito às mesmas terras. Evidentemente, os mais atingidos por esta Lei foram os pretos forros pioneiros e posseiros de terras. Veja-se, aqui, portanto, uma das profundas raízes do nosso atual conflito de terras¹⁰¹.

Em 1733, chega ao Rio de Janeiro aquele que seria o maior genocida da História do Brasil: o governador e general Gomes Freire de Andrada, conhecido também como o primeiro conde de Bobadela. Até agora só se sabia do genocídio que - juntamente com os espanhóis - comandara contra os guaranis das missões jesuíticas do Sul¹⁰². Agora, ficará provado que genocídio maior ainda, comandou contra os pretos livres/forros e a gentinha pobre das Minas Gerais, fato este, sempre escamoteado e escondido pela maioria dos historiadores paulistas e mineiros.

O sistema escravista só dava espaço para quem fosse senhor ou escravo. Os outros, se não fossem padres, militares ou funcionários públicos, não tinham lugar na sociedade. Eram considerados “vadios”. Além do mais, pedir esmolas era uma atividade normal e até incentivada, mas, trabalhar, não; trabalhar era um ato vergonhoso para qualquer homem livre; era mais vergonhoso do que roubar. Este é um fator nunca tratado com a devida importância pelos historiadores e sociólogos em geral e, principalmente, pelos mineiros. Ora, sem entender este aspecto, não há como entender os acontecimentos do século XVIII.

Os negros forros, além de trabalhar nas lavras e pagar impostos, aceitavam trabalhar também como artífices - latoeiros, ferrageiros, lenheiros, barbeiros, alfaiates, carapinas, pintores, escultores, músicos etc¹⁰³. Mas, os pardos forros, sobre eles, diziam, que a *“mistura que têm de brancos, os enche de tanta soberba e vaidade que fogem ao tra-*

100 Pretos em gênero, em espécie eram chamados de negros, crioulos, cabras, pardos e pardos claros.

101 História de Itaúna, Vol. I, 1986, pp. 57 e 63/65.

102 La Devocion de Gomes Freire de Andrada a Santa Tereza em Júbilos da América”, de Buenaventura Caviglia, 1937, Livraria do Globo, pp. 14 a 46; vide artigo “O Outro lado de Gomes Freire”, no site do mgquilombo.

103 Vide “Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais - Vila Rica 1804”, Herculano Gomes Mathias, Ministério da Justiça - Arquivo Nacional, RJ, 1969.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

*balho servil, com que poderia viver, e assim vive a maior parte como gente ociosa*¹⁰⁴.

As razões disto ficam bem claras no “Instruções”, livro escrito por Teixeira Coelho no ano de 1780: “*Não há na Capitania de Minas um homem branco, ou uma mulher branca que queiram servir, porque se persuadem que lhes fica mal um emprego, que eles entendem que só compete aos escravos. (...) essa presunção e ociosidade dos brancos se tem transferido aos mulatos e negras, porque uma vez que são forros não querem trabalhar, e nem servir, e como a necessidade os obriga a procurarem as suas subsistências por meios ilícitos - se precipitam os homens e as mulheres, cada um nos vícios que correspondem aos diferentes sexos*”¹⁰⁵.

O Rei de Portugal, convencido pelos cálculos de Alexandre de Gusmão, resolveu acabar com a ociosidade de todos os pretos. Mandou implantar o sistema de Quintos por Capitação, já experimentado em parte pelo Conde de Assumar¹⁰⁶. A partir de 1734, somente para as lavras de diamante, no Tijuco (hoje, Diamantina). A partir de 1735, o sistema foi implantado, mediante fraudes e torturas, por Gomes Freire, para toda a atividade produtiva, abrangendo a qualquer pessoa que trabalhasse com as mãos nas Minas e em outras capitanias¹⁰⁷.

Os brancos e os pretos forros que possuíssem escravos tinham que pagar semestralmente o imposto de 4 oitavas e 3 quartos de ouro por cabeça de escravo, utilizasse-os, ou não, na mineração¹⁰⁸. Os pretos (negros, crioulos, cabras, pardos e pardos claros) forros ou livres, tivessem ou não escravos, mesmo que fossem mendigos ou prostitutas, tinham que pagar, também por si mesmos, a Capitação semestral de 2 oitavas, 1 quarto e 4 vinténs de ouro, isto, sob pena de prisão, açoite, multa e degredo. Isto, como é evidente, tornava muito difícil a vida dos pretos livres e brancos pobres nas Vilas organizadas, onde houvesse justiças e coletores de impostos¹⁰⁹.

Ao contrário do que se pensa hoje em dia - quando a maioria dos “morenos” rejeitam ou desconhecem a sua ascendência negra - a população de pretos nas Minas Gerais era imensa. O sistema escravista, por medida de segurança, sempre pregou que a população de escravos de uma Vila fosse, no máximo, de 45% do total e, a de livres, de pelo menos 55% do total de almas. Porém, desses livres, a média de sua composição sempre apontou cerca de 75% a 80% de pretos (negros,

104 Desclassificados do Ouro, Graal, 1982, p. 107, citando cartas de 17.06.1733 e 20.05.1732, APM, SC, Cód. 18.

105 “Revista do APM”, vol. 8, 1903, itens 4 e 5 da p. 561.

106 Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, pp. 606-622.

107 “Revista do APM”, vol. 8, 1903, pp. 473//474.

108 1 oitava é igual a 1/8 da onça, ou seja, 3,586 gramas.

109 “Revista do APM”, vol. 8, 1903, itens 17 a 19 do “Instruções” das pp. 492/493.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

crioulos, cabras, pardos e pardos claros) forros e livres, e apenas 25% a 20% de brancos e índios¹¹⁰.

Tiradentes, quando pregava aos pretos e pobres, atribuía à Derama efeitos semelhantes (mas, inverídicos) aos da Capitação, de então recente e aterrorizante memória¹¹¹. Por isto, os historiadores que escreveram sobre a Inconfidência Mineira, deixando-se levar por esta retórica estratégica de Tiradentes, passaram para a História que o sistema tributário mais injusto e cruel das Minas Gerais fora o da época: o sistema de Quintos por produção, com Casas de Fundação. Isto, no entanto, é um grande equívoco. O sistema tributário mais cruel e violento de todos os tempos foi mesmo o da Capitação.

Foi com este sistema, como se vê, que o reinol emboaba mineiro deu um fecho de ouro à traição e desclassificação que, inapelavelmente, perpetrou contra aqueles companheiros de luta que, lado a lado, o haviam ajudado, à custa de suas vidas e de seu sangue, na derrota dos paulistas e na conquista do poder nas Minas Gerais: os pretos escravos e também aos livres e alforriados ou forros.

Assim, não foi por acaso que, a partir de 1734, passou a constar da agenda dos governadores a seguinte rotina administrativa: “*devem ordenar aos oficiais militares dos distritos que prendam os negros e mulatos forros (libertos), ociosos, que cometerem algum delito (não pagar a Capitação era um delito) e que lhes remetam para ser exterminados, e que não se consintam vadios*”¹¹².

O fato supra a este se conecta: “*Gomes Freire de Andrada etc. porquanto no primeiro do mês de dezembro se há de principiar a correição e Devassa dos escravos sonogados à Capitação, e tenho notícia que algumas pessoas por descuido não têm ainda matriculado os seus escravos, sem embargo nas penas declaradas no meu Bando de onze de julho, declaro que deste dito dia primeiro de dezembro exclusive se acham de executar as penas nele conteúdas, conforme as ordens de Sua Majestade, e se hão de tomar por perdidos todos e quaisquer escravos de qualquer número ou condição que sejam, excetuando somente os notoriamente inválidos e que por tais se reconhecerem na correição, se constar que seus donos os têm já matriculados e paga a Capitação e da mesma sorte se procederá contra os negros, negras, mulatos, mulatas **forros**, pessoas que têm ofícios, lojas, vendas, tavernas, estalagens, boticas, cortes de carne, e mascates, que serão exterminados para fora dessas Minas e remetidos para esse efeito a esta Vila, além das mais penas pecuniárias determinadas no dito Bando, sem que os Intendentes possam admitir outra escusa mais do que terem dado penhores em tem-*

110 Vide: a) Documentos Interessantes, Vol. LIII, 1674/1720, pp. 191/195; b) A Devassa da Devassa, 1995, p. 302; c) Cadernos de Arquivo I - Escravidão em Minas, 1988, APM, pp. 29 a 31.

111 Tiradentes, de José Crux Rodrigues Vieira, pp. 221, 255 e 213, remetendo, esta última, às pp. 215 a 227 do Vol. 8 dos próprios Autos da Devassa.

112 “Revista do APM”, vl. 8, ; item 12 da p. 436 - “Instrução” de J. J. Teixeira Coelho.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

po hábil, ou sejam de ouro ou prata, ou escravos para logo serem arre-matados na forma do Regimento, e para que venha à notícia de todos este meu Bando, mando que se publique ao som das caixas no Arraial do Tijuco e Vila do Príncipe, fixando na parte mais pública deles, regis-trando-se primeiro na Secretaria deste Governo. Dado em Vila Rica, a 12 de novembro de mil setecentos e trinta e cinco. Gomes Freire de Andra-da". Grifos e negritos, nossos¹¹³.

Algumas povoações mineiras, mesmo lideradas por gente da nobreza paulista radicadas no norte de Minas, como é o caso da chama-da Revolta de Maria da Cruz, tentaram reagir contra a Capitação e se deram muito mal. Seus líderes foram remetidos para a Bahia onde fo-ram condenados e degredados para o Rio Sena, entre outras penas¹¹⁴.

Assim, não tendo como viver nas Vilas dos brancos, os pretos li-vres mais pobres começaram a buscar os sertões à procura de novos descobertos, onde iniciavam pequenos povoados.

Da mesma forma, brancos pobres e sem nome, possuidores de poucos escravos, ante a inadimplência perante o fisco, sabiam que a primeira coisa de que seriam privados seria os seus escravos que eram confiscados; além disto, sonegação era crime grave¹¹⁵. Assim, ao invés de mandarem seus escravos fugirem para os sertões, fugiam junta-mente com os mesmos e passavam a viver nesses povoados de pretos livres, em sertões longínquos, onde não havia justiças e nem coletores de impostos.

É de se concluir que os paulistas, principalmente aqueles que habitavam o atual sudoeste de Minas (que, então pertencia à Capitania de São Paulo), muito espertos, vendo que uma forma de enfraquecer os reinóis seria tirar os negros deles, começaram a convidar os pretos li-vres e os brancos pobres das Minas Gerais para que passassem para a margem esquerda do rio Grande e ali se instalassem, pois que, ali não teriam que pagar o Imposto da Capitação. Aquela mesopotâmia de rios e solos férteis ficou estrelada de pequenas povoações totalmente liber-tas da justiça dos reinóis-emboabas das Minas Gerais. É nesse contex-to que se situa a vergonhosa História do Campo Grande, culminada com o maior genocídio de nossa História¹¹⁶.

Por isto é que alguns historiadores, principalmente os mineiros e monarquistas, tanto de ontem quanto de hoje, sempre tentaram, atra-vés da omissão ou das versões fictícias, esconder e sumir com este pe-daço de nosso passado¹¹⁷.

113 Cadernos de Arquivo 1 - Escravidão em Minas Gerais, 1988, p. 87, remetendo ao SC, Cód. 01, p. 185 e verso, do APM.

114 Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais, de José Joaquim da Rocha, 1780, Governo de Minas, 1995, p. 146.

115 Revista do APM, 1903, Vol. 8, p. 485, item 36 do "Instrução".

116 Revista do APM, Ano II, 1897, p. 376.

117 Livro "Roubando a História, mantando a Tradição: Carta da Câmara da Vila de Tamanduá à Rainha-1793"

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

As Primeiras Revoltas de Negros nas Minas Gerais

Em relação ao Quilombo de Palmares, o Campo Grande, como se verá, diferencia-se principalmente pelo fato de que, enquanto naquele quilombo predominavam os escravos fugidos, neste, diferentemente, até o ano de 1750, abrigaram-se também muitos pretos forros e livres, paulistas e brancos pobres, estes, fugidos do imposto da Capitação.

Sobre a tal rebelião geral de 1719, apesar de ter sido criminosa-mente inventada pelo conde de Assumar, ressaltamos a perseguição aos pretos livres do Rio das Mortes e a tentativa de desmoralizar estes heróis do Fortim de São João del-Rei que, ao final, acabaram inocentados na Justiça. Porém, o medo reinol da ascensão dos pretos livres em sua sociedade continuou a legislar para afastá-los, até desclassificá-los socialmente em 1725. A pesada tributação implantada em 1735, no entanto, provocou a primeira reação dos pretos forros e livres.

Como vimos, Batista Maciel, encarcerado em Pitangui - pela notícia não confirmada da descoberta de ouro - acabou voltando para o sertão, onde, inclusive, lesou o português alferes Moreira, desviando-lhe os negros em 1731. Pois bem, no ano de 1732 (e não 1736), em bandeira na região da serra das Esperanças¹¹⁸ - que já era habitada por pretos livres e paulistas - juntamente com o companheiro Agostinho Nunes de Abreu, foi atacado pelos negros do “Quilombo do Queimado”, perecendo no embate¹¹⁹.

Os Primeiros Efeitos do Imposto da Capitação

Os efeitos da Capitação foram fulminantes e se fizeram sentir rapidamente em toda a Capitania.

O primeiro deles, ocorrido no centro-norte de Minas Gerais região de Montes Claros até o rio Verde, chamado Motins do Sertão, ou Revolta de Maria da Cruz, onde já aparece o nome do legendário Pe. Antônio Mendes Santiago, é uma das mais belas páginas de nossa História e, esta sim, talvez seja a segunda manifestação do inconformismo mineiro ante a prepotência do fisco lusitano¹²⁰.

A gentilha e os pretos livres, pelo jeito, sumiram das Vilas organizadas - que possuíam Câmaras ou senados de homens bons e justiças - indo para os sertões, onde descobriam novos córregos e territórios auríferos e fundavam povoações.

Ante esta realidade, no período de 1735 a 1736, utilizando-se de paulistas que permaneciam nas Minas Gerais e de portugueses a estes

118 Entre Piuí (hoje, Piumhi) e Pains/Pimenta e Formiga.

119 Revista do APM, Ano II, 1897, p. 378, e Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil, verbete “Abreu, Agostinho Nunes de”, p. 11.

120 “História Média de Minas Gerais”, edição de 1918, pp. 109 a 141.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ligados¹²¹, o governo da Capitania mineira desenvolveu uma política de abertura de picadas, não só para que pudesse seguir os passos dos paulistas em seus novos descobertos, como para garantir os Quintos reais. São desta época as picadas que mandou abrir (ou melhorar) para Goiás e a Pitangui-Piraquara-Paracatu, entre outras. Descobriu, estupefacto, que, “o *Campo Grande, pelo seu retiro até então desconhecido e pela falta de o haverem entrado*”, já estava todo estrelado de pequenas povoações de brancos pobres e pretos livres que, assim, não estavam pagando o imposto da Capitação¹²².

É de 16 de julho de 1736, o Bando em que o governo da Capitania mineira estabeleceu que “(...) *todos os vadios que vagarem por estas Minas, sem fazenda sua ou a maior ofício ou amo a quem sirvam, se dentro de vinte dias não tiverem estabelecimento por algum dos referidos meios e o havendo por pretexto o tornarem a largar para viverem em vida livre sejam presos e remetidos às justiças ordinárias (...)*”¹²³.

E, para que não se tenha dúvida acerca de quem seriam esses “vadios”, o conde Valadares, em 1764, viria a defini-los com precisão: “*Eles (os vadios) a exceção de um pequeno número de brancos, são todos mulatos, caboclos, mestiços e negros forros (...)*”¹²⁴.

Como se vê, é evidente que interessava ao governo que todos os pretos forros e brancos pobres morassem e trabalhassem somente dentro das Vilas oficiais para que, assim, fossem matriculados, fiscalizados e cobrados semestralmente do imposto da Capitação.

É também desse período - ano de 1741 - o Bando em forma de lei, emanado do próprio Rei, determinando que “*todos os negros (incluindo, pois, forros e escravos) que forem achados em quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em uma espádua com a letra F, que para este efeito haverá nas Câmaras; e se quando for a executar esta pena, for achado já com a mesma marca, se lhe cortará uma orelha (...) sem processo algum e só pela notoriedade do fato, logo que do quilombo for trazido, antes de entrar para a cadeia*”¹²⁵.

Nesse mesmo ano de 1741, aproveitando o ensejo, o próprio governador da Capitania de Minas Gerais, expediu outro Bando, onde ordenou “*a todos os capitães-mores e mais oficiais de milícias do Distrito do Sertão das Contagens (região compreendida entre São José del-Rei e Tamanduá) para fora que, tendo notícias de que os ditos negros quilombolas se achavam em algumas paragens arranchados ou em outra qualquer parte onde façam malefícios, ponham todo cuidado e diligência em os prender, forçando-os com gente e seguindo-os até com efeito os*

121 Geralmente, por casamentos com mulheres paulistas.

122 Revista do APM, Ano II, 1897, p. 376.

123 APM SC-130, fls. 55 e 56v.

124 “Revista do APM”, vol. 8, p. 479 - “Instrução” de J.J. Teixeira Coelho.

125 “Cadernos de Arquivo-1/APM”, p. 104 e 106.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

*amarrarem a todos; e caso os ditos negros oponham resistência os atacarão com fogo, obrigando-os a que se rendam por força das armas*¹²⁶.

Note-se que, se ainda hoje há um radical rigorismo à letra da lei, imagine-se quais seriam as regras de interpretação do texto legal no ano de 1741 na Capitania de Minas Gerais. É evidente que, para ser considerado um quilombola, nas Minas Gerais de então, não havia necessidade de que se tratasse de escravo fugido; bastava ser preto (negro, mulato, cabra, cariboca¹²⁷) e se encontrar num quilombo “*voluntariamente*”, para ser chamado de quilombola. Como se verá, até brancos, encontrados em quilombo, eram chamados de aquilombados. Além disto, é evidente que qualquer povoação de pretos livres que tentasse barrar a entrada dos oficializadores de Vilas e dos cobradores de imposto¹²⁸, seria, sem dúvida, considerada como se quilombo fosse. Os oficiais reinóis poderiam fazer, legalmente, tudo que bem quisessem¹²⁹.

Assim, o governo da Capitania de Minas Gerais desenvolveu, também, uma política de mandar os membros das Câmaras das Vilas mais próximas dessas povoações irem até elas e delas tomar posse em nome de El Rei, mediante a ereção de um pelourinho, eleição de vereadores reinóis, obviamente, com a redistribuição das datas das lavras descobertas pelo povo, posse da terra para quem fosse homem bom (português ou brasileiro de bom nascimento), o que deixava sem nada os verdadeiros descobridores e fundadores do Arraial.

Bom (ou mal) exemplo desta política foi a ereção do povoado do Tamanduá (hoje Itapeçerica) em Vila. A povoação já existia desde a época em que Domingos Rodrigues do Prado, fugindo para Goiás, por lá estivera. O paulista Feliciano Cardoso de Camargo em todo este tempo estivera minerando com seus compatriotas no povoado do Quilombo¹³⁰. Em 1739 foi para o Tamanduá, considerando-se a si mesmo como fundador da povoação. Pois bem, em 1744 para lá se dirigiram (muito bem armados) os oficiais da Câmara da Vila de São José del-Rei (hoje, Tiradentes) e, assim, a 18 de junho desse ano, elegeram as autoridades que passariam a mandar no povoado e, “*a bem dessa república*”, tomaram posse de tudo. Feliciano Cardoso e outros paulistas que moravam no Povoado, e que, inclusive, haviam colaborado com o Governo mineiro na abertura de picadas - Agostinho Nunes de Abreu, Estanislau de Toledo Piza, Bartolomeu Bueno do Prado (filho de Domingos Rodrigues do Prado) e Francisco Xavier do Prado - após assinar a

126 Negros e Quilombos em Minas Gerais, p. 62, citando SCAPM, Cód. 69, fl. 22.

127 Cariboca, na verdade, é sinônimo de cafuzo, mistura de índio e negro.

128 “Terceirizados”, também chamados de contratadores, que arrematavam o direito de prestar esse serviço público. Os inconfidentes ricos eram quase todos desses “contratadores” que oprimiam o povo.

129 “Revista do APM” - ano XXII, 1928, pp. 168 e 169.

130 Localizado ao sul do atual município de Itaguara.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

“posse” do povoado para os reinóis, não sendo contemplados com nenhum cargo público, tiveram que se retirar do local¹³¹.

A Primeira Guerra ao Campo Grande

Dentro de todo o contexto até agora demonstrado, também a atual Cidade de Campanha teve um início semelhante ao de Tamanduá¹³². O caso de Campanha, porém, foi muito mais grave e, atrás de sua verdadeira História, é onde se escondem não só as raízes, talvez inconscientes, mas genéticas, da tendência separatista do Sul de Minas que esta urbe guerreira sempre encabeçou - já manifestadas inúmeras vezes, destacando-se os anos de 1845, 1863, 1869, 1889, 1892 - bem como, o início da verdadeira História dos Quilombos do Campo Grande¹³³.

O Quilombo do Ambrósio, segundo carta de Gomes Freire datada de 1746, já existia havia 20 anos, portanto, teria se iniciado um ano depois da Lei de 1725 que bloqueara a mobilidade social dos pretos forros e livres dentro da sociedade reinol-mineira. Esse primeiro Quilombo do Ambrósio, cujo nome verdadeiro mencionado no Mapa do Campo Grande é PRIMEIRA POVOAÇÃO DO AMBRÓSIO, não se localizava em Ibiá. Localizava-se, isto sim, no território do atual município de Cristais, portanto em território da Capitania Mineira de então, na margem direita do rio Grande¹³⁴.

A Cidade de Campanha situa-se, por sua vez, na margem esquerda do rio Grande e, mais precisamente, na margem direita do rio Sapucaí. Como vimos, a margem esquerda do rio Grande abaixo, a partir do Morro do Caxambu, pela determinação real de 1720, pertencia à Capitania de São Paulo. Para se saber se a região do atual município de Campanha pertenceria ou não à Capitania de São Paulo, a questão era de interpretar se, para fechar na margem esquerda do rio Grande, dever-se-ia partir em linha reta desde o Morro do Caxambu até atingir o rio Grande, ou se, desse morro, se devia fechar no rio Sapucaí seguindo-o até que desaguasse no rio Grande. A considerar a primeira hipótese, evidentemente, o território de Campanha, então, pertenceria à Capitania de São Paulo; na segunda hipótese, estando na margem direita do rio Sapucaí, pertenceria à Capitania de Minas Gerais. Por aí, começaram, ou melhor, continuaram os problemas.

Sabedor de que os pretos livres e a gentilha branca, ou sejam, os “vadios”, haviam descoberto ouro nas chamadas “*Minas do Rio Verde*”, o ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, Cipriano José da Rocha, por

131 Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais, 1971, p. 234.

132 Hoje, Itapeçerica.

133 Notícias da cidade de Campanha, Antônio Casadei, 1987, pp. 206/209.

134 Quilombo do Campo Grande: História de Minas roubada do povo, 1995, p. 183/187.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ordem do governador interino das Minas Gerais, Martinho de Mendonça Pina e Proença (o governador oficial era Gomes Freire), em 1737, marchou com uma tropa de reinóis para a região. Encontrou o Arraial completamente deserto, pois que seus habitantes, pressentindo sua chegada, haviam fugido, como faziam comumente os quilombolas. O Arraial já possuía praças, ruas em boa ordem e muito boas casas. Seus arredores estavam todos plantados com muitas roças e havia muito mantimento colhido e a colher. O reinol redistribuiu todas as datas minerais, os mantimentos, as casas e as terras para os companheiros reinóis de sua tropa, elegeu uma Câmara de homens bons e erigiu o povoado em Vila a que, “modestamente”, deu o nome de São Cipriano (o Santo de seu próprio nome). Feito isto, foi-se embora à procura do Governador interino que também se achava em viagem. Posteriormente, acabou sendo acusado pelos seus companheiros reinóis de corrupção na distribuição das datas e das terras. Parece que os reinóis empossados no poder não conseguiram se manter por muito tempo na nova Vila¹³⁵.

Em 1742, parece que havia muito que os reinóis já tinham desocupado a povoação que, pelo governo da Capitania de São Paulo, era referida apenas como Paragem do Sapucaí. Assim, a 21 de dezembro desse ano, o governador da Capitania de São Paulo, dom Luiz Mascarenhas, nomeou e passou provisão de superintendente e comissário para governar aquelas minas, ao alferes Bartolomeu Correia Bueno¹³⁶.

Sabedores da retomada paulista da região e da Vila, no ano de 1743, lá vão novamente os reinóis, desta feita na pessoa do Dr. José Antônio Callado, ouvidor geral e corregedor da Comarca do Rio das Mortes, acompanhado dos oficiais da Câmara de São João del-Rei e suas tropas armadas. Desta vez, se dizem donos - no auto de posse que lavraram em 25 de fevereiro de 1743 - não só da Vila, a que, agora, deram o nome de Santo Antônio da Campanha do Rio Verde, mas de todos os distritos desse Arraial, sertões do rio Sapucaí, alegando - indevidamente - que as fronteiras da Capitania de São Paulo se faziam no alto da serra da Mantiqueira (e não mais no Morro do Caxambu)¹³⁷.

Dois personagens presentes, que também assinaram os mencionados autos, merecem destaque. O primeiro, Domingos Gonçalves Viana, é mesmo o companheiro de Antônio Rodrigues da Rocha que, em 1758, viria com este a conquistar dos negros do mato a região entre os rios Lambari¹³⁸ e São Francisco, dando início aos primórdios da História de Moema. O segundo, Francisco Martins Lustosa, português de bom nascimento, morador da Vila paulista de Mogi das Cruzes, onde em 1732 fora tabelião, casado com a paulista filha do português João

135 Notícias da Cidade de Campanha, 1987, de Antônio Casadei, pp. 15/16 e 31/36.

136 “Documentos Interessantes - SP”, vol. XXII, pp. 177 e 178.

137 “Revista do APM”, julho/set. 1896, pp. 457/458.

138 Este é o Lambari que deságua no rio Pará, afluente do São Francisco.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Domingos de Carvalho e da paulista Tereza de Jesus. Este reinol-paulista tinha toda a proteção dos portugueses nobres que, a esta época, comandavam a Vila de Santos. Lustosa, daqui para frente, como se verá, transforma-se no principal personagem da resistência paulista na manutenção das fronteiras daquela capitania, onde se aliou aos aquilombados e quilombolas da região¹³⁹.

O palco dessas lutas, pode-se subdividir pela qualificação social das pessoas que se mantiveram na liderança de cada Arraial.

Comprovamos que os ataques de 1741, 1742, 1743 e 1746 foram desfechados contra povoações de escravos fugidos, brancos pobres, pretos forros e seus respectivos escravos, estes últimos fugidos do imposto da Capitação, as quais se localizavam nas regiões geográficas a seguir indicadas:

- 1) Anos de 1741 a 1742 - Sertão das Contagens para fora, Susuy e Peropeba até o rio Grande: apesar de não terem sido incluídos no famoso Mapa do Campo Grande - e por isto não se poder afirmar - as evidências toponímicas em confronto com os mapas mais antigos, apontam: A) Quilombo do Pequi, que fica à quarta do sudeste desse município, entre os córregos Pedras/Quilombo e ribeirão Águas Claras, a sul da fazenda da Chácara¹⁴⁰; B) Quilombo de Divinópolis, a sudoeste de São Gonçalo do Pará-MG e sudeste da serra do Quilombo, margens do córrego do Quilombo¹⁴¹. C) Quilombo de Pedra do Indaiá, ao sul da atual Pedra do Indaiá-MG¹⁴², nascente esquerda rio Indaiá, afluente do Lambari que deságua no rio Pará. D) Bambuí, ao sudoeste da atual São Sebastião do Oeste-MG¹⁴³, ambas as margens do córrego do Bambuí, vertentes de afluentes esquerdos do rio Itapecerica. Apesar de não trazer o nome quilombo, o topônimo Guarita, próximo, indica que o fosse. E) Fazenda Quilombo de Lamounier, barra do córrego do Paiol no Santo Antônio, afluente direito do rio Gama, a leste de Lamounier, distrito de Itapecerica-MG, margem da Rodovia MG 260, divisa com Cláudio-MG, próxima da antiga Estação Sabarazinho, ao norte da famosa serra

139 Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil, Itatiaia/Edusp, 1989, verbete "Lustosa, Francisco Martins", p. 229.

140 Carta Pará de Minas, Depto. S. Geográfico e Geológico de MG, f. n° 54, N4, O1, 1950. O topônimo foi suprimido do lugar e do córrego na folha IBGE Pará de Minas, SE 23-Z-C-IV, de 1976. Foram mantidos, porém, os nomes dos demais cursos d'água, incluindo o córrego Macumbé, afluente do Águas Claras.

141 Carta município de Divinópolis-MG, 1938, Serviço Geográfico do Estado de Minas Gerais, com sua toponímia confirmada pela carta Divinópolis do IBGE, SF-23-X-A-I-1, de 1976, exceto a serra do Quilombo, que poderia ser a atual serra do Caetano ou serra Negra, visualizadas na carta IBGE, Serra Negra, SF-23-C-II-2, de 1969.

142 Carta Itapecerica, Depto. S. Geográfico e Geológico de MG, f. n° 40, N2, O2, 1932. O topônimo foi suprimido na folha IBGE Itapecerica, SF 23-C-II-4, de 1969. A proximidade dos topônimos faz. do Paiol, faz. Galés e o nome do pequeno rio Indaiá, permite a hipótese de que poderia ter sido este o primeiro Quilombo do Indaiá.

143 Carta Itapecerica, Depto. S. Geográfico e Geológico de MG, f. n° 40, N2, O2, 1932. O topônimo foi mantido na folha IBGE Itapecerica, SF 23-C-II-4, de 1969. A proximidade do topônimo faz. Guarita e o nome do pequeno córrego do Bambuí, permite a hipótese de que poderia ter sido este o primeiro Quilombo do Bambuí.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Quebra Cangalha¹⁴⁴. F) Quilombo de Carmo da Mata I, ao sul da fazenda do Quilombo acima citada e da serra Quebra Cangalha, oeste do território municipal de Carmo da Mata - MG, entre o córrego Contas de Lágrima e ribeirão do Paiol, hoje, córrego Ponte Funda/da Casca e ribeirão do Paiol/ do Quilombo, nas encostas leste da serra do Quilombo¹⁴⁵. G) Quilombo de Carmo da Mata II, a leste desse município, encostas nortes do morro Grande, integrante da atual serra da Tamanca, vertentes dos atuais córrego Cachoeira dos Martins, ribeirão das Tamancas, córrego Bom Jardim e córrego do Paiol¹⁴⁶. H) Quilombo de Carmópolis, entre Carmópolis de Minas e Passa Tempo, destacando-se as toponímias serra do Ambrósio, fazenda do Quilombo e córrego do Quilombo, entre os ribeirões da Mata e Paciência, nascentes do ribeirão do Curral, afluente esquerdo do rio Pará¹⁴⁷. Essas evidências toponímicas e alguns indícios revelados pelas fontes primárias indicam que estes fatos históricos foram roubados da História do Povo e deslocados para dentro do Triângulo, então Goiano.

Ano de 1743 - Dentro do contexto dos fatos ligados ao expansionismo reinol, que começou por abocanhar a atual Cidade de Campanha-MG, ocorreram os ataques aos seguintes quilombos: A - Quilombo do Gondum, localizado em território hoje compreendido ao sudoeste do Município de Carmo da Cachoeira ou ao sul do Município de Nepomuceno¹⁴⁸. B - O Quilombo dado como “Despovoado” no Mapa de Todo o Campo Grande poderia ser: a) Quilombos das Trombucas ou do Calunga, localizados em território do atual Município de Nepomuceno¹⁴⁹; b) o próprio Quilombo do Cascalho I, localizado ao sul da serra de Três Pontas, como indicou o pesquisador três-pontano Paulo da Costa Campos. C - Quilombo Quebra-Pé é o próprio atual distrito três-pontano de Martinho Campos¹⁵⁰. D - Quanto ao Boa Vista I, sem dúvida que ficava ao sul do atual Município de Campos Gerais. E - Quilombo do Cascalho I. Este quilombo não constou do mapa feito em 1763 pelo capitão França. O colega Costa Campos localizou o quilombo mencionado na carta de Sesmaria de 1763: “*A Sesmaria de Luiz Corrêa Lourenço, a que se refere o documento*

144 Carta Itapecerica, Depto. S. Geográfico e Geológico de MG, f. n° 40, N2, O2, 1932. O topônimo foi suprimido na folha IBGE Cláudio, SF 23-X-A-I-3, de 1975. A proximidade do topônimo faz. Paiol e o pequeno córrego do Paiol confirmam e dão fidedignidade ao nome da toponímia suprida.

145 Carta Itapecerica, Depto. S. Geográfico e Geológico de MG, f. n° 40, N2, O2, 1932. O topônimo foi mantido na folha IBGE Oliveira, SF 23-X-A-VI-1, de 1976. Toponímia totalmente confirmada e vigente na atualidade.

146 Carta Itapecerica, Depto. S. Geográfico e Geológico de MG, f. n° 40, N2, O2, 1932. O topônimo foi mantido na folha IBGE Oliveira, SF 23-X-A-VI-1, de 1976. Toponímia totalmente confirmada e vigente na atualidade.

147 Carta IBGE, Carmópolis de Minas, SF 23-X-A-IV-2, de 1976.

148 Quilombo do Campo Grande, 1995, pp. 177-178.

149 Quilombo do Campo Grande, 1995, p. 178.

150 Quilombo do Campo Grande, 1995, p. 179.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

supracitado, situava-se na fazenda da Mutuca que até hoje conserva a mesma denominação". Esse quilombo, no entanto, considerados os dados da toponímia antiga, pode ter mudado de lugar muitas vezes: a) topônimo Cascalho repetido duas vezes às margens do ribeirão do Cascalho, nascentes do Boa Vista, norte da atual Bela Vista¹⁵¹; b) a norte de Santana da Vargem, fazenda dos Gorduras, córrego do Cascalho, afluente esquerdo do ribeirão das Três Pontas¹⁵²; c) entre as atuais cidades de Perdões e Bom Sucesso, o topônimo Cascalho, ao sul da serra da Gurita, cerca da dos topônimos Gurita e fazenda do Paiol, toponímia que, sem dúvida, indica local de quilombo¹⁵³. Afora os supracitados, como concluiu Costa Campos: "*Há outro "Cascalho", na região de Carmo do Rio Claro (MG), situado do lado esquerdo do rio Sapucaí, hoje Lago de Furnas*"¹⁵⁴. Este, foi atacado em 1760. Também estes fatos foram roubados da História do Povo e deslocados para dentro do então Triângulo Goiano.

2) A famosa Guerra de 1746 contra o Palanque de Defesa e o Primeiro Quilombo do Ambrósio que se localizavam respectivamente ao norte da atual Cidade de Formiga-MG e ao norte da atual Cidade de Cristais-MG, bem como seus demais resquícios toponímicos, nos territórios das atuais cidades de Pains-MG, Arcos-MG¹⁵⁵, Guapé-MG, Pimenta-MG, Capitólio-MG, Piumhi-MG, Alpinópolis-MG e Carmo do Rio Claro-MG. Após este ataque, sumiram para sempre cerca de 3.500 escravos das listas do Imposto da Capitação. Da mesma forma, todos os fatos ocorridos nessas batalhas foram roubados da História do Povo e deslocados para dentro do então Triângulo Goiano¹⁵⁶.

As famosas Cartas Chilenas, pasquins apócrifos que circularam em Vila Rica à época da Inconfidência Mineira, dentro de um contexto em que debochavam do Fanfarrão Minésio por este dar mais atenção aos comerciantes, mesmo àqueles que eram de sangue impuro (pretos forros e livres), em detrimento da atenção negada aos homens bons e oficiais da Câmara, referem-se ao Quilombo do Ambrósio, comparando-o a um local de libertinagens preparado e decorado pelo então Governador da Capitania. Com toda a certeza se referiram a essa Primeira Povoação, localizada, hoje, em Cristais; vejamos:

*"Nas margens, Doroteu, do sujo corgo,
Que banha da Cidade a longa fraudas,
Há uma curta praia, toda cheia*

151 Mapa Topográfico de Boa Esperança, 1:100 000, IBGE, 1951.

152 Mapa Topográfico de Boa Esperança, 1:100 000, IBGE, 1951.

153 Mapa Topográfico de Lavras, 1:100 000, IBGE, 1898.

154 Dicionário Histórico e Geográfico de Três Pontas, p. 113.

155 Que num corte noroeste-sudeste do norte de Pains para o norte de Formiga tem toponímias quilombolas, incluindo a serra do Ambrósio.

156 Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo, pp. 364-454.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

*De já lavados seixos. Neste sítio
Um formoso passeio se prepara:
Ordena o sábio chefe que se cortem
De verdes laranjeiras muitos ramos,
E manda que se enterrem nesta praia,
Fingindo largas ruas. Cada tronco
Tem debaixo das folhas, uma tábuia,
Sem lavor e sem pintura, que sustenta
Doze tigelas de grosseiro barro(...)*¹⁵⁷

Depois de falar da iluminação noturna com tigelas de azeite, fala de toda a gentalha e pretos que lá compareciam, da lascívia, da mistura de classes sociais, da mulata em trajes de homem, das danças de lundu e do vil batuque, enfim - na visão do escriba e de seu público - do pecado e da imundície social e espiritual do local, desfecha o incógnito autor:

*“Meu caro Doroteu, meu doce amigo,
Se queres que este sítio te compare,
Como sério poeta, aqui tens Chipre,
Nos dias em que os povos tributavam
A deusa tutelar alegres cultos.
Se queres que o compare, como um homem
Que alguma noção tem das sacras letras,
Aqui Sodoma tens e mais Gomorra.
Se queres, finalmente, que o compare
A lugar mais humilde, em tom jocoso,
Aqui, amigo, tens esse afamado
Quilombo, em que viveu o pai Ambrósio”*¹⁵⁸

Pois bem, vistos os contextos administrativo e político, elucidada a geografia-palco desse quase desconhecido episódio histórico, vamos aos fatos.

Em 28 de abril de 1741, o Governador determinou ao sargento-mor João da Silva Ferreira que reunisse capitães do mato, carijós, negros forros e mulatos e atacasse os quilombos de Susuy e Peropeba. Não encontramos maiores notícias desta batalha, porém, esses quilombos (que não eram quilombos e sim arraiais de paulistas e pretos livres) localizavam-se nos atuais territórios dos municípios de Entre Rios de Minas, São Brás do Suaçuí e Queluzita, portanto, dentro das fronteiras mineiras pacíficas de então¹⁵⁹.

O Governador mineiro procurava não misturar as coisas. Ato contínuo ou simultâneo àquela nova tomada de poder na Campanha, mandou, também no ano de 1743, que o tenente Manoel Cardoso da Silva e o alferes Sebastião Cardoso de Meneses (ou Moraes) atacassem “*um lote de negros no Campo Grande que havia saído a roubar pela Comarca do Rio das Mortes*”¹⁶⁰. Sua preocupação era a de que, não

157 Cartas Chilenas, Critilo, Martins Editora, 1944, pp. 89/90.

158 Cartas Chilenas, Critilo, Martins Editora, 1944, pp. 90/91.

159 Carta da Câmara de Tamanduá, Revista do APM, ano II, 1897, p. 376. Abolição em Minas, Oiliam José, Itatiaia, 1962, p. 56, citando APM, SC, Cód. 67, SG, fls. 69, APM. Quilombo do Campo Grande, p. 213/214.

160 Carta da Câmara de Tamanduá, Revista do APM, ano II, 1897, p. 386.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

tendo sido os negros inteiramente destroçados nos ataques de 1741, haviam principiado “*a roubar e a induzir os melhores escravos de toda a capitania para engrossarem o seu negro partido*”¹⁶¹.

Esses ataques devem ter sido dirigidos aos quilombos do Gondum (Carmo da Cachoeira), Trombucas e Calunga (Nepomuceno), Quebra-Pé ou Cascalho-I (Três Pontas) e Boa Vista (Campos Gerais), provavelmente tributários (fornecedores de mão de obra e de mantimentos) do Povoado de Campanha. Assim, fica a observação para os historiadores de Três Pontas que entendiam (hoje, não mais) que o ataque a esses quilombos tivesse ocorrido em 1760. Em 1760, os atacantes apenas se arrancharam nessa região, chamada Relíquias.

Lustosa se estabelecera na Campanha como cortador de gado e mercador. Com a nova posse reinol de 1743, muitos de seus devedores, moradores daquele povoado, tiveram que fugir. Lustosa, por isso, tornou-se inadimplente perante os seus fornecedores, reinóis das Gerais, que passaram a persegui-lo pelas dívidas¹⁶². Fugiu para Santana do Sapucaí (Silvianópolis) na margem esquerda do rio Sapucaí, ficando, portanto, sob a proteção do Governo paulista. Associou-se aos paulistas José Pires Monteiro e Veríssimo João de Carvalho¹⁶³ (português casado em São Paulo) e, aparentemente agindo em nome do Governo Paulista, teria descoberto ou recebido manifestos da descoberta de muito ouro¹⁶⁴.

Em 1745, Gomes Freire, em carta ao Governador de São Paulo - com quem já estava em guerra quase declarada - ironizando, informa-o de que “*eu também tenho, infestando o caminho de São João a Goiás, um quilombo, segundo me dizem, de mais de seiscentos negros armados; estou disposto a dar-lhes o devido castigo*”¹⁶⁵. Gomes Freire, talvez, descobrira que tais povoados de pretos livres fossem os fornecedores de mantimentos para as Vilas mineradoras dos paulistas e mostrava a seu adversário que sabia como minar suas bases.

Ousadamente, mesmo depois da última posse reinol, na noite do dia 12 de abril de 1746, em companhia dos aquilombados (brancos quilombolas) Fernando Pereira Soares e Manoel Lourenço, Lustosa invadiu a Vila, convocou a maior parte do povo e fez nova repartição das datas minerais, inclusive pôs em leilão as datas que seriam de Sua Majestade e do Governador de São Paulo, sendo estas arrematadas pelo povo nos valores respectivos de 81 e 61 oitavas de ouro. Depois disto, tornou a fugir da Campanha¹⁶⁶.

161 Revista do APM, Ano II, 1897, p. 376.

162 Monte Santo de Minas, Luiz Antônio Novelli, 1978, p.18.

163 Este último seria nomeado, depois de tudo que passou, a alferes de Cabo Verde, em 07.10.1765, por Luiz Diogo Lobo da Silva, vide Monte Santo de Minas, Luiz Antônio Novelli, 1978, p. 21.

164 Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil, 1989, p. 229. Revista do APM, Ano XXII, 1928, p.162.

165 Negros e Quilombos em Minas Gerais, p. 63, citando SCAPM, Cód. 84, fl. 75.

166 Revista APM, Ano XXII, 1928, pp. 163.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Os reinóis da Comarca do Rio das Mortes entraram em pânico e se puseram a reclamar com o governador Gomes Freire. Este, incontínente, escreveu aos juizes e vereadores de São João del-Rei e ordenou-lhes “*que devem, sem demora expulsar do distrito, sem disputa pertencente a essa Comarca, ao dito Lustosa, indo, para este efeito, à dita paragem, um dos juizes ordinários, vereadores e mais oficiais que a vv. mercês parecer, com o número maior de moradores e capitães do mato que se puderem juntar, e, quando haja algumas pessoas que entendem impedir a expulsão do dito de sua jurisdição, mas remeterão vv. mercês, presas com segurança, à cadeia desta Vila, à minha ordem (...)*”¹⁶⁷.

A 21 de maio de 1746, lá foi toda a força administrativa, judicial e bélica da Comarca do Rio das Mortes. Lustosa dominava toda a região, mas se arranchara na margem esquerda do Sapucaí, sediando seu governo no Povoado de Santana do Sapucaí, hoje Silvianópolis.

Os reinóis tentaram a travessia do rio, mas não encontraram nenhuma canoa; Lustosa as mandara retirar todas. Toparam, na outra margem do rio, foi com o Lustosa, à frente de seus homens. Os reinóis pediram passagem e disseram que tinham ordens de Gomes Freire. Lustosa os ameaçou e disse que também tinha ordens de dom Luiz Mascarenhas, governador de São Paulo. Os reinóis meteram o rabo no meio das pernas e voltaram para São João del-Rei¹⁶⁸.

A 22 de maio de 1746, Lustosa escreveu para o Governador da Capitania de São Paulo, narrando todo o episódio e pedindo instruções. Os reinóis, a 23 desse mês, também escreveram a Gomes Freire.

Dom Luiz Mascarenhas, em 8 de junho, escreveu a Lustosa aprovando todas as suas atitudes e recomendando-lhe a mesma postura caso voltassem os usurpadores da Comarca do Rio das Mortes. A esta altura, não pode haver mais dúvida de uma guerra entre dom Luiz Mascarenhas e Gomes Freire. O Governador de São Paulo termina sua missiva a Lustosa com as seguintes instruções: “*(..) antes, me fará logo aviso, porque quero ter o gosto de ir pessoalmente a esse descoberto com alguns soldados desta praça (Santos) e fazer conduzir presos para a Fortaleza de Barra Grande, não só as justiças e oficiais postos pelas Gerais, mas também o ouvidor do Rio das Mortes, se aí vier (...)*”¹⁶⁹.

Gomes Freire ficou bufando de raiva. Apesar de recheiar de conjecturas a carta-resposta que enviou à Câmara de São João del-Rei, terminou por achar que seria melhor submeter o assunto ao Rei que, sem guerra, daria a solução do problema, mesmo porque, a seu ver, prender Lustosa e seus auxiliares a força de armas seria fomentar uma guerra civil entre os moradores da Capitania de Minas Gerais e os da Capitania de São Paulo, guerra pela qual, concluiu: “*eu e o Senhor dom Luiz de Mascarenhas merecíamos ser punidos, e mais, sendo-nos por*

167 “Revista do APM” - ano XXII, 1928, p. 165.

168 “Revista do APM” - ano XXII, 1928, p. 165.

169 “Revista do APM” - ano XXII, 1928, p. 164.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

*Sua Majestade tão recomendado o grande sossego e quietação em que devemos conservar os seus vassallos*¹⁷⁰.

Gomes Freire, aparentemente, ficou quieto. É de se interpretar que resolveu solapar pelas beiradas o adversário. Sabia muito bem que, principalmente naqueles dias de conflito, mais que nunca, os revoltosos dependeriam de mantimentos e, estes, quem os podia fornecer - depois da destruição dos quilombos da margem esquerda do rio Grande - provavelmente fosse a Primeira Povoação do Ambrósio¹⁷¹.

Assim, a 1º de junho de 1746, nomeia o capitão Antônio João de Oliveira como governador das tropas a serem expedidas ao Campo Grande, informando-o de que já expedira três oficiais para recrutar cerca de trezentos homens armados junto às freguesias dos Carijós, Congonhas, Ouro Branco, Prados e na própria Vila de São João del-Rei, para fazer guerra àqueles bárbaros matadores¹⁷².

A vaidade e o orgulho ferido de Gomes Freire, no entanto, não o deixam esquecer de Lustosa. Ao final de junho de 1746, ordena aos oficiais de São João del-Rei que, com um número maior de homens armados, levando também oficiais carpinteiros para fabricar canoas, voltem ao Sapucaí e ataquem Lustosa.

Quando iniciaram a travessia, toparam novamente com Lustosa, desta feita, na frente de um imenso exército, com mais de 200 homens brancos, comandados por André Cursino de Matos, filho de José Martins de Matos, cavaleiro fidalgo da Casa Real, mestre de campo e governador da praça de Santos e ainda incontáveis paulistas mamelucos e pretos livres renegados.

Lustosa mandou que seus homens fizessem fogo contra as canoas e as despedaçou de uma sortida. Os reinóis de São João del-Rei, mais uma vez, metem o rabo no meio das pernas e batem em vergonhosa retirada¹⁷³.

Depois desta sortida, Lustosa resolveu ir com seus homens bons à Vila de São Paulo tratar pessoalmente do assunto com o Governador, pois, na verdade, não possuía ainda nenhum documento que lhe desse o comando daquela região.

Enquanto isto, as tropas recrutadas a mando de Gomes Freire em Congonhas, Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete, Prados, Entre Rios de Minas e São Brás do Suaçuí foram reunidas e organizadas pelo comandante Oliveira no intermediário Sítio dos Curtumes, hoje, município de Casa Grande, ou, mais provavelmente, no sudoeste do atual município de Resende Costa, para, dali, partirem para a guerra contra os Quilombos.

170 "Revista do APM" - ano XXII, 1928, p. 166.

171 Esta é uma tese do autor.

172 Revista do APM, Ano II, 1897, p. 376. Cadernos de Arquivo 1 - Escravidão em Minas Gerais, APM, 1988, p. 45, citando SC - Cód. 84, p. 109v a 110v.

173 "Revista do APM" - ano XXII, 1928, pp. 166 e 167.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Essas tropas, supermuniçadas de víveres, estavam armadas de fuzis dotados de baionetas acopláveis, espingardas, reíunas e pistolas, todas com fogo a sílex (pederneiras), espadas, machados e até mesmo com 50 granadas¹⁷⁴.

Os habitantes da Povoação do Ambrósio, lavradores e não guerreiros, se armavam apenas com seus instrumentos de trabalho e, quando muito, com lanças e arcos de flecha. Isto é o que se depreende do que disse Gomes Freire, quando escreveu ao Rei e manifestou a sua confiança de que o quilombo maior seria destruído, “*pois um corpo de flechas não tem partido com outro que ataca com armas de fogo e parte da tropa coberta de couro cru que defende o tiro de flecha e outra parte armada de baioneta*”. Grifo, nosso¹⁷⁵.

A 14 de julho de 1746, pelo jeito, ainda não ocorrera o ataque, pois Gomes Freire - pedindo mais ajuda financeira das Câmaras das Vilas que eram sedes das Comarcas - mais uma vez expunha a necessidade de destruir tal quilombo, pois “*consta estarem com Rei e Rainha em quilombo, a quem rendem obediência e com fortalezas e cautelas e petrechos tais que se entende pretendem defender-se e conservar-se para o que se tem, se acredita, vindo as partidas lançadas a roubar, levam lotes inteiros de negros, uns por vontade, outros sem ela, me faz entender que passando a nossa tolerância ao diante, veremos sem dúvida o caso sucedido nos Palmares do Pernambuco ou mais sensível*”¹⁷⁶.

Em outra carta, ao capitão Antônio João de Oliveira, no entanto, disse que os negros, ultimamente, vinham “*cuidando, mais que tudo em tirar negros em lotes de 10, 12 de cada sítio, os quais, hoje, com pouca violência os seguem*”¹⁷⁷.

A verdade é que os fugidos se organizaram dentro das Minas Gerais de então, que ainda não continha o atual Triângulo Mineiro. Havia muitos anos que os chefes ou reis dos quilombos se reuniram e elegeram o Pai Ambrósio como Rei de toda a Confederação Quilombola do Campo Grande. Isto, agora, incomodava demais ao Governo.

Em início de agosto de 1746, partiu a tropa de 400 homens¹⁷⁸ compondo 10 companhias de 30 homens cada¹⁷⁹, além de outros auxiliares e condutores de cargas de alimentos, armas munições.

Seguindo o roteiro da velha picada de Urbano do Couto¹⁸⁰, a tropa saiu do Sítio dos Curtumes, sudoeste de Resende Costa e norte de Ritápolis, atravessou o rio do Peixe, indo rumo Oeste e buscando o centro-nordeste de São Tiago e o Morro do Ferro a sudeste de Oliveira;

174 Quilombo do Campo Grande: História de Minas Roubada do Povo, pp. 121/213.

175 Quilombo do Campo Grande: História de Minas Roubada do Povo, p. 213.

176 APM-SC 84, p. 108v.

177 Negros e Quilombos em Minas Gerais, pp. 38/39, citando SCAPM Cód. 50, fl. 43.

178 APM-SC 45, p. 64v.

179 APM-SC 84, p. 108v.

180 Aberta em 1733, segundo "Revista do APM" - ano II, 1897, p. 375.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

depois galgou o Morro do Quebra Cangalhas, também no atual território de Oliveira; tomou o rumo Noroeste passando por São Francisco de Paula, derivando a noroeste entre Camacho e o sudeste de Itapecerica. Depois, atravessou os rios Santana e Pouso Alegre, onde se preparou para o ataque à fortaleza dos negros. Em 1769, Inácio Correia Pamplona, com uma tropa de cerca de 70 homens, gastaria 5 dias para percorrer esse roteiro¹⁸¹. É provável que as tropas do comandante Oliveira tenham gastado um tempo bem maior que este.

Carta escrita, de Vila Rica, pelo governador Gomes Freire de Andrada, ao próprio Rei, em 6 de outubro de 1746, dá notícia do ataque feito aos quilombos então situados no atual território do município de Formiga: “(...) *recebi carta do Comandante do dito corpo, e me dá parte de haver atacado um pequeno quilombo de cento e tantos negros, que se defenderam no palanque com resolução grande, mais de vinte e quatro horas, de sorte que foi preciso atacá-los com fogo, e dar terceiro assalto para render uma forma de trincheira a que se recolheram depois de destruído o primeiro palanque, ficando vinte e tantos mortos, sessenta e tantos presos, e grande número de negros, e que saíram feridos quinze pessoas da tropa com a qual marchava a atacar os mais quilombos de que tinha notícia; (...)*”¹⁸².

O ataque a esse pequeno quilombo durou mais de vinte e quatro horas. No entanto, os quilombolas sequer tinham armas de fogo, como dissera o próprio Gomes Freire: “*meu discurso está firme, em que esperando eles, ou na trincheira, ou no campo, serão destruídos, pois um corpo de flechas não tem partido com outro que ataca com armas de fogo, e parte da tropa coberta de couro cru que defende o tiro de flecha, e outra parte armada de baioneta*”¹⁸³. Grifo, nosso.

Esse local ficava no atual território municipal de Formiga. Realmente, também dentro do roteiro da antiga picada de Urbano do Couto, existe até hoje o local chamado Fazenda do Quilombo, sul da Escola Oswaldo Cruz, entre o córrego da Areia e o ribeirão do Quilombo, este, paralelo à estrada que vem da Fazenda do Morro Cavado.

Em 1769 a Fazenda do Quilombo foi referida, no diário de Inácio Correia Pamplona, com o nome de Fazenda de Antônio José¹⁸⁴, no entanto, esse local, bem antes disto, já se chamava mesmo Quilombo, consoante Carta de Sesmaria requerida por Antônio José da Silva ao Governador Luiz Diogo Lobo da Silva em 1º de janeiro de 1765¹⁸⁵.

No entanto, os locais do primeiro ataque, onde os negros “*se defenderam no palanque com resolução grande, mais de vinte e quatro horas, de sorte que foi preciso atacá-los com fogo, e dar terceiro assalto*

181 Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 108, 1988, pp. 54 a 58.

182 APM, SC 45, fl. 69.

183 08.08.1746 - APM, SC 45, fl. 64v.

184 Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 108, 1988, p. 99.

185 Achegas à História do Oeste de Minas, 1993, p. 69.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

para render uma forma de trincheira a que se recolheram depois de destruído o primeiro palanque” a meu ver, ficavam um pouco acima da Fazenda do Quilombo. Bem sugestivo é o local identificado a norte da Fazenda do Quilombo com o nome de Balas, ou Morro das Balas¹⁸⁶, que centraliza um conjunto de topônimos localizados, hoje, em territórios de Pains-MG, Arcos-MG e Formiga, que lembra até um mapa de Angola¹⁸⁷. O Morro das Balas foi tombado pelas autoridades de Formiga.

Outra fazenda e ribeirão do Quilombo, ao sul de Formiga, abaixo do rio Pouso Alegre, vertentes do rio Santana, também pode ter sido outra povoação atacada pelas tropas do comandante Oliveira.

Faltava atacar agora, o famoso Quilombo do Ambrósio. Como escreveu Gomes Freire, o quilombo atacado na região de Formiga, apesar da bravura dos quilombolas, era apenas “um pequeno quilombo de cento e tantos negros,” e não o Quilombo GRANDE a que tantas vezes se referiu, a exemplo de “mandei com cabos inteligentes destruir não só este maior quilombo, mas outros menores, que se sabe conservarem-se em diferentes partes”¹⁸⁸.

Ao final da carta de 6 de outubro de 1746, após informar que a tropa continuaria a marcha para atacar os demais quilombos, Gomes Freire prometeu ao Rei que “*O que suceder porei na real presença de Vossa Majestade que mandará o que for servido*”. Localizamos cobrança do Rei sobre esta notícia e resposta de Gomes Freire, onde este confessa implicitamente que não conseguiu destruir o “*maior quilombo*”, o Grande Quilombo do Ambrósio que, portanto, não foi derrotado¹⁸⁹.

Sobre esta suposta batalha, apenas a carta que a Câmara de Tamanduá escreveu em 1793 à Rainha Maria I de Portugal, informa, entre outros episódios, que, sobre este acontecimento, Gomes Freire “*apresentou na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Ultramar duas cartas tipográficas*”. Ao publicar a Carta de Tamanduá de 1793, a Revista do APM se equivocou, pois trata-se de cartas topográficas, ou sejam, mapas relativos às batalhas de 1759, mas não de 1746¹⁹⁰.

A carta da Câmara de Tamanduá, escrita em 1793, documento 100% ideologicamente falso, sem abordar as batalhas ocorridas no município de Formiga, menciona apenas o ataque à Povoação do Ambrósio, no município de Cristais¹⁹¹, informando falsamente que “*depois de um vigoroso fogo, com morte do dito Ambrósio intitulado Rei e de outros muitos, se renderam ficando prisioneiros cento e vinte com vários chefes, e crias que se batizaram de dez e doze anos e mais anos*”¹⁹².

186 Estive no local, em cujo alto tem uma cruz. Encontrei lá muitas esferas de pedra pesadas que, aquecidas com um maçarico, deixam vaziar metal (ferro) derretido de seus interiores.

187 Vide artigo “Palanque do Ambrósio - 1746 - Arcos, Pains e Formiga” no site do mgquilombo.

188 08.08.1746 - APM, SC 45, fl. 64v.

189 Confira em APM SC 45, fl. 78v de 03.10.1747.

190 In Revista do APM, v. 9, 1904 - jul-dez, fasc. 3-4, p. 880.

191 Mas, insinuando falsamente ser o de Ibiá-Campos Altos.

192 Revista do APM, Ano II, 1897, p. 376.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

O Rei Ambrósio não morreu em 1746, pois teria sido morto somente nas batalhas de 1759, quando esvaziou o seu Quilombo em Ibiá-MG e enfrentou os atacantes no Quilombo da Pernaíba, hoje, em território do município de Patrocínio-MG.

Houve cinco crianças nascidas no “Quilombo do Ambrósio”, provavelmente no Quilombo do Piumhi ou no de Guapé, que foram batizadas em Ouro Preto a 16 de outubro 1746, porém, sem qualquer menção de suas idades, podendo significar que eram bebês¹⁹³.

A inidônea Carta da Câmara de Tamanduá nada fala das listas da Capitação cuja tabulação comprova que, exatamente do ano de 1746 para 1747¹⁹⁴, houve uma diminuição de cerca de 5.000 escravos Capitados, sem qualquer aumento da escravaria de Goiás, Paracatu¹⁹⁵ e na Demarcação Diamantina. O número de escravos entrados na Capitania nesses anos, além disto, foi cerca de 10% maior que nos anos anteriores.

As mesmas listas, desde o começo, apontam números ínfimos de forros Capitados, demonstrando que as Vilas ficaram quase desertas de pretos forros¹⁹⁶. Isto é mais uma evidência de que a Povoação do Ambrósio NÃO era um quilombo apenas de negros fugidos; era uma povoação de brancos pobres e pretos libertos, cujo único crime talvez fosse fornecer mantimentos para os revoltosos paulistas de Lustosa e, é claro, não pagavam o imposto da Capitação¹⁹⁷.

Sem dúvida, as tropas do governo português passaram pelo planque de Formiga-MG, mas não conseguiram vencer o Rei Ambrósio nas batalhas de 1746. A carta da Câmara de Tamanduá, como se sabe, tentando provar que o Triângulo - que sempre fora paulista e depois goiano - devia nos pertencer, deturpou e falsificou datas e locais dos fatos como se estes tivessem ocorrido dentro do Triângulo e que o Rei Ambrósio tivesse sido morto em 1746.

A verdade é que, mesmo atacando com um poderio bélico estu-
pendo a essa povoação de lavradores, ainda não foi desta vez que Gomes Freire levou a melhor. O Quilombo do Rei Ambrósio continuou ativo e temido pelo governo; somente por volta de 1750 é que teria se mudado para dentro do Triângulo que, desde 1748 - ano em que a Capitania de São Paulo foi extinta - quando foi criada a Capitania de Goiás, ficou a esta pertencendo por ordem do próprio Rei de Portugal.

Lustosa fora para São Paulo e, de lá, para Santos. A 28 de setembro de 1746, o governador da Capitania de São Paulo, capitão-

193 4 In ELO DA HISTÓRIA DEMOGRÁFICA DE MINAS GERAIS: RECONSTITUIÇÃO E ANÁLISE INICIAL DOS REGISTROS PAROQUIAIS DA FREGUESIA DE N. S.a. A CONCEIÇÃO DO ANTÔNIO DIAS, de Kátia Maria Nunes Campos, p. 69.

194 A Idade de Ouro do Brasil, Charles R. Boxer, 2.000, Nova Fronteira, pp. Fls. 361/362.

195 “Goiás - 1722/1822”, Luís Palacín, 1972, Edit. Gráfica Oriente, pp. 54/57.

196 A Idade do Ouro no Brasil, Nova Fronteira, ano de 2000, pp. 357/363.

197 Tanto que a primeira preocupação do governador Luiz Diogo, em 1764, em Jacuí, foi tentar tributar o ouro da região que sabia não tributado pelo sistema anterior, da Capitação - Vide Monte Santo de Minas, Luiz Antônio Novelli, pp. 23/24, citando Livro de Portarias, Regimentos e Bandos n° 50 do APM.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

general dom Luiz Mascarenhas, em nome do Rei de Portugal, expediu provisão em que nomeou Lustosa como regente do novo Descoberto do Sapucaí, com jurisdição no cível e no crime, através de quem, todos os jurisdicionados passariam a dever respeito, obediência e tributos¹⁹⁸.

A 30 de outubro de 1746, em companhia dos oficiais e vereadores da Câmara da então Vila paulista de Mogi das Cruzes - para se garantir ainda mais - na parte mais pública de Santana do Sapucaí (Silvianópolis), Lustosa tomou e deu posse aos juizes e vereadores que, em nome da Vila paulista, passariam a comandar o novo Arraial¹⁹⁹.

Como se viu, mais uma vez, o povo humilde em meio às lutas entre os poderosos, sempre saiu perdendo. Mas e o Pai Ambrósio, a quem intitularam de REI? Como se viu, ele não morreu em 1746.

E a Capitania de São Paulo? Gomes Freire, evidentemente, sanguinário e vaidoso como era, não iria ficar quieto. Mesmo porque, a ordem era extinguir a Capitania de São Paulo. Dom Luiz Mascarenhas podia esperar; o troco viria. Continuemos com a narrativa²⁰⁰.

Acabaram com a Capitania de São Paulo!

Numa primeira fase, Gomes Freire já articulava, junto ao Conselho Ultramarino, uma política de criar e de oferecer novos cargos e honrarias para os homens principais da Capitania de São Paulo exatamente no Sul, em Goiás e no Mato Grosso, ou seja, nas novas minas por eles mesmos descobertas. A Vila de São Paulo do Piratininga e outras Vilas paulistas, com a retirada de sua vaidosa aristocracia, estavam morrendo à míngua.

Agora viria o golpe fatal. A 9 de maio de 1748, o Rei dom João V de Portugal, mandou que se criassem as capitanias de Goiás e de Mato Grosso com governos separados da Capitania de São Paulo. Com a criação dessas novas capitanias, conforme opinara o Conselho Ultramarino em 29 de janeiro de 1748, não haveria mais necessidade de se manter a Capitania de São Paulo com capitão general próprio. Assim, o Rei mandou que dom Luiz Mascarenhas se recolhesse para o Reino na primeira frota que partisse²⁰¹. A Capitania de São Paulo ficou, portanto, acéfala e politicamente revogada.

A 2 de setembro de 1748, o Rei manda ao “*general que estiver governando o DISTRITO de São Paulo*” que providencie a entrega de todos os livros e papéis pertencentes à Secretaria do Governo aos novos governadores das capitanias de Goiás e Mato Grosso e, do que restasse, como São Paulo seria agora apenas uma Comarca do Rio de Janeiro,

198 “Revista do APM” - ano XXII, 1928, pp. 166 e 167.

199 “Revista do APM” - ano XXII, 1928, pp. 166 e 167.

200 Matéria completa sobre a guerra de 1746 em Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp; 455-533.

201 “Autoridade e Conflito no Brasil Colonial”, p. 30.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

que mandasse para Gomes Freire²⁰². Aí está mais uma razão da falta de muitos documentos da época e, conseqüentemente, da falta de notícias das Guerras do Campo Grande.

A 11 de setembro de 1748, o Rei despacha provisão subordinando os governos de Santos, Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro, ao governo do Rio de Janeiro²⁰³.

A partir daí, Gomes Freire saboreia a posse do poder em cada lugar da antiga Capitania paulista. Em 30 de setembro de 1748 escreve ao ajudante de tenente Antônio da Silveira Mota, sobre a assistência e protocolos de distinção que devia prestar a dom Luiz Mascarenhas, agora “desempregado”, após a extinção da Capitania de São Paulo. Na mesma data escreve também ao secretário da praça de Santos, cobrando-lhe a remessa dos livros do governo. A 28 de fevereiro de 1749 teve o seu orgasmo de poder, respondendo carta do próprio dom Luiz Mascarenhas (ainda no Brasil), alegando, em outras palavras, que não tivera culpa da extinção da Capitania de São Paulo, que não podia desfazer os decretos do Rei, que não podia, agora, ser constituído em réu político, enfim, que nada podia fazer; etc. etc. Não fosse a sua venenosa retórica política, por certo, teria mandado Mascarenhas, agora sem nenhum poder, para “aquele lugar”²⁰⁴.

Gomes Freire não era só assassino e genocida. Politicamente, era também uma caninana. Sabendo da liderança de Lustosa na região, mandou oferecer-lhe, além de honras e vantagens, a manutenção de seu posto, caso auxiliasse a Tomás Rubim de Barros Barreto (futuro intendente do Tijuco) na demarcação das fronteiras do território.

Apesar de muitas discussões com Tomás Rubim, Lustosa acabou assinando com este, em 19 de setembro de 1749 no Arraial de Santana do Sapucaí (Silvianópolis) a nova demarcação das fronteiras com as seguintes linhas: a partir de um marco fincado no alto da serra da Mantiqueira, tirando-se uma linha pelo seu cume, seguindo-a toda até topar com a serra de Mogi-Guaçu, e do “*rumo que o agulhão achar*”, será demarcado; seguindo-se dali, “*sempre pelo cume da serra, até topar o rio Grande, o qual fica servindo de raia entre a COMARCA de São Paulo e o novo Governo de Goiás*”²⁰⁵. Foi assim que nos assenhoreamos do atual sudoeste de Minas, margem esquerda do rio Sapucaí.

A demarcação, conforme autorizara o Rei, foi feita, na verdade, à escolha e conveniência de Gomes Freire.

Lustosa, acreditando na palavra de Gomes Freire, levou para Santana do Sapucaí toda a sua família. Porém, assim que assinou a demarcação em conjunto com Tomás Rubim, foram-lhe pedidas as contas do tributo da Capitação que deveria ter cobrado de todos os ar-

202 “Documentos Interessantes - SP”, vol. XLVII, pp. 118 e 119.

203 “Documentos Interessantes - SP”, vol. XLVII, p. 120.

204 “Documentos Interessantes - SP”, vol. XLVII, pp. 123 e 127.

205 “Revista do APM” - ano XXII, 1928, pp. 165 e 166.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

raiais tributários, o que, na verdade, nunca tinha feito. Assim, teve que fugir com sua família para o Arraial de Ouro Fino. Era o que queria Gomes Freire. Expediu várias ordens de prisão contra Lustosa e contra o “régulo” João Veríssimo de Carvalho²⁰⁶, inclusive para as praças de Santos e São Paulo, alegando que haviam servido de intendentes da Capitação, cobrando a uns e perdoando a outros, sem conta, peso ou medida. Acusou-o de, como pontífice, ter-se arrogado em mero e misto império. Depois, informa que Lustosa fora para O QUILOMBO DO OURO FINO e de “*nele estar usando de poder absoluto e régio poder, tendo vida e fazenda quem ele determinar*”. Porém, não conseguiu pegar Lustosa que, com sua família, por volta de maio de 1750, fugiu para o Sul pela estrada de Curitiba²⁰⁷.

As novas fronteiras que Gomes Freire mandou anexar à Capitania de Minas Gerais abrangiam, como se viu, imensa área que os reinóis mineiros, porém, pouco ou nada conheciam. À margem direita do rio Grande, pequenos quilombos haviam sido destruídos ou submetidos aos homens bons das Gerais. As Relíquias do Quilombo do Ambrósio se mantinham vivas. Esta nova área da margem esquerda do rio Grande, no entanto, estava estrelada de dezenas e dezenas de povoados de brancos pobres e pretos forros e livres, talvez riquíssimos em lavras e mantimentos. Era só marchar sobre eles e tomar tudo!

Deus escreve certo por linhas tortas. Em junho de 1750, morre dom João V, o Rei Sol português. Em agosto de 1750, assume dom José I que faz seu ministro, o futuro marquês de Pombal²⁰⁸. Isto balançou e misturou toda a política no Conselho Ultramarino. Assim, mais uma vez, Gomes Freire ganhou, mas não levou.

O competente Pombal apercebeu-se imediatamente de que a causa geradora dos “quilombos” era o tributo da Capitação. Assim, a 3 de dezembro de 1750, mandou extinguir essa forma de tributo, mandando reiniciar, a partir de 1º de agosto de 1751, a cobrança dos Quintos por Casa de Fundição²⁰⁹. Como se verá, toda a legislação, a partir de então, apresenta a clara intenção de enfraquecer as causas do quilombismo, passa a favorecer um pouco mais aos pretos forros e livres e a facilitar as suas vidas nas Vilas organizadas, sem abrir mão de represões, mesmo que veladamente, mas, agora de forma menos violenta²¹⁰.

206 Este último, acabaria perdoado em 1764 e nomeado pelo Governador Luiz Diogo em visita a Jacuí, como Guarda-Mor de Cabo Verde - Monte Santo de Minas, p. 20.

207 “Revista do APM” - ano XXII, 1928, pp. 168 e 169.

208 Vide “Marques de Pombal - Paradoxo do Iluminismo”, Kenneth Maxwell, Paz e Terra, 1997.

209 Capítulo 12, item 21 do “Instruções” de J.J. Teixeira Coelho, Revista do APM, 1903, Vol. 8, Fasc. I e II, p. 493.

210 Vide “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp. 533-561.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

O Ressurgimento do Campo Grande

Desde os anos 1600 (século XVII), os paulistas já passavam pelo Triângulo Mineiro rumo a Goiás. Na definição de fronteiras havida em 1720, essa região continuou a pertencer à Capitania de São Paulo. Com a criação da Capitania de Goiás, em 1748, essa região ficou, por determinação do próprio Rei, pertencendo a essa nova Capitania; além do mais, a Capitania de São Paulo, agora, não mais existia. São Paulo fora transformada, por Gomes Freire, numa simples Comarca subordinada ao Rio de Janeiro. Mas, a região do Triângulo Mineiro era conhecida e habitada quase que somente por Paulistas. Por exemplo, ainda em 1816, os Direitos (tributos) das Passagens dos rios Grande e Paranaíba pertenciam aos Buenos, da família do Anhanguera²¹¹.

O bandeirante paulista Antônio Pires de Campos, o moço, era um típico paulista selvagem que mal falava a língua portuguesa e chefiava várias tribos de bororos (sic), índios tupis do litoral, que o seguiam em suas aventuras. Desde 1741, fora contratado para combater os índios dos caminhos de Goiás e do Mato Grosso. Em 15 de junho de 1748, fechou contrato com o novo governo da Capitania de Goiás, para continuar a dar combate aos índios goianos, principalmente aos caiapós que habitavam Camapuã, perto de Vila Boa. Assim, aldeara, desde 1741, as suas tribos de bororos no Triângulo Goiano, fazendo ali o seu quartel-general, de onde partia para combate aos caiapós em Goiás²¹².

Eram dezenove aldeias. Dessas aldeias, Auguste de Saint-Hilaire ainda encontrou, em 1822 (quando o Triângulo já era mineiro desde 1816), as seguintes: Santana do Rio das Velhas, Estiva, Pissarrão, Lanhoso e mais duas, sem nome, perto de Uberaba, as quais se localizavam em territórios deste último e dos municípios de Cascalho Rico, Estrela do Sul e Indianópolis. Esses índios, em 1822, exceto os de Santana, eram todos pretos de cabelo liso e, entre si, falavam uma língua que o sábio francês identificou como sendo a língua geral dos paulistas²¹³. Somente a Aldeia de Santana do Rio das Velhas, hoje Indianópolis, até 1759/1760, estivera sob a direção de padres Jesuítas²¹⁴.

Era radicalmente proibida a presença de jesuítas na Capitania de Minas Gerais, portanto, o Triângulo, até 1815/1816, jamais pertencera à Capitania mineira.

Por volta de 1748, a Vila mineira de Paracatu estava em plena atividade abrigando, inclusive, os Caldeira Brant, que também tinham livre acesso à Capitania de Goiás. Nesse mesmo ano, Agostinho Nunes (aquele mesmo, que fora atacado pelos negros do Quilombo do Queimado em 1732), sai em bandeira, agora em 1748, com Estanislau de

211 Viagem à Província de Goiás, Saint-Hilaire, Itatiaia/Edusp, 1975, p. 154.

212 "Subversão e Corrupção - Um Estudo da Administração Pombalina em Goiás", de Luis Palacín, 1983, Editora UFG, pp. 9/10.

213 Viagem à Província de Goiás, Auguste de Saint-Hilaire, Itatiaia/Edusp, 1975, pp. 127/137 e 141/147.

214 "Subversão e Corrupção - Um Estudo da Administração Pombalina em Goiás", de Luis Palacín, 1983, Editora UFG, pp. 14/15.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Toledo Piza, Bartolomeu Bueno do Prado (filho de Domingos), Francisco Xavier do Prado, José Taciano Flores, Victoriano Pereira, Valentim Gomes e Simão Dias Pereira, tendo por capelão o padre Antônio Martins, procuraram o rio das Belhas (Velhas) e passaram a explorar lavras naquele local (Desemboque). Outro paulista que aderira aos reinóis, Feliciano Cardoso de Camargo, juntamente com Manoel Vaz e José da Silva Caldeira, foi visitar o seu primo Estanislau. Avistaram de longe um fogaréu, não se acautelaram e acabaram, também, vítimas de índios que, supõem os historiadores, tenham sido caiapós vindos do Sertão do (rio) Paraná. O certo é que, outro paulista, José Serra e sua comitiva, passando pelo local no dia seguinte, só encontraram ossos quebrados e sangue, concluindo que todos haviam sido devorados²¹⁵.

Os Araxás pediram ao governo da Capitania de Goiás para serem instalados em Aldeia na barra do rio Claro no rio das Velhas, pois queriam viver sob a sua proteção. Foram atendidos ao final de 1749. Os caiapós se aproveitaram da ausência de Antônio Pires de Campos, atacaram a aldeia, mataram todos os homens Araxás e levaram suas mulheres e crianças que devoraram em sucessivos banquetes²¹⁶.

Bartolomeu Bueno do Prado, que já residira no Sítio do Catalão (Goiás) e em Piuí (hoje, Piumhi), como se verá oportunamente, escapou do massacre. Acreditamos que essa bandeira de paulistas-reinóis tenha sido atacada, isto sim, por Pires de Campos e seus índios. Esses paulistas-reinóis, a esta altura, não deviam estar gozando de bom prestígio junto a seus compatriotas. Algum tempo depois, em 1751, Pires de Campos acabou sendo ferido no braço por uma flecha envenenada, vindo a morrer no caminho de Paracatu para Vila Rica. Foi sucedido pelo guarda-mor João de Godoy, de quem muito reclamou o jesuíta de Rio das Velhas, Pe. Estevão de Souza²¹⁷.

Tendo, o general Gomes Freire, assumido funções semelhantes às de um pequeno Vice-Rei, comandando toda a Repartição Sul, passou a se dedicar pessoalmente às guerras e questões do Sul, onde, juntamente com os espanhóis, estava encarregado da negociação, demarcação e formalização das fronteiras com as colônias espanholas. Foi quando, junto com castelhanos, praticou grande morticínio aos guaranis das missões jesuíticas do Sul²¹⁸. Por isto foi que, em 7 de fevereiro de 1752, deu posse interina no governo da Capitania de Minas a seu irmão, José Antônio Freire de Andrade²¹⁹. (Pai do futuro Inconfidente delator).

215 Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil, Francisco de Assis Carvalho Franco, Itatiaia/Edusp, 1989, p. 11.

216 Quilombo do Campo Grande - História de Minas que se devolve ao povo, pp. 220-234.

217 "Subversão e Corrupção - Um Estudo da Administração Pombalina em Goiás", de Luis Palacin, 1983, Editora UFG, p. 12.

218 Vide "O Uruguai", de José Basílio da Gama, 1895, Livraria Clássica de Alves & Companhia, em confronto com "La Devocion de Gomes Freire de Andrada a Santa Teresa em Júbilos da América", Buenaventura Caviglia, 1937, Livraria do Globo.

219 Revista do APM, Ano IV - Fascículos III e IV, Jul/Dez. 1899, pp. 727 a 735.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

O novo governador recebera instruções expressas de seu irmão para não provocar e tentar viver bem com os paulistas, agora sem pátria e espalhados pelos quatro cantos da Colônia.

As novas fronteiras, compreendendo o atual sudoeste de Minas, estavam demarcadas, porém, não havia como tomar efetiva posse daquelas terras cheias de povoados rebeldes e hostis a qualquer governo.

Como não podia mandar exércitos oficiais, autorizou a Igreja, através do Bispado de Mariana da Capitania de Minas, a enviar gente para o local.

Por volta de agosto de 1752, com provisão recebida do Bispo de Mariana, o Pe. Dr. Marcos Freire de Carvalho, com poderes de vigário, partiu com 200 homens armados e mais escravos para, em nome da Igreja, tomar posse dos sertões do Piumhi, rio das Velhas e Cabeceiras do rio São Francisco.

Mal saída da Picada de Goiás e adentrando o novo Campo Grande, a expedição foi atacada por um exército de pretos que, num tremendo ímpeto, mataram 42 companheiros do padre e 19 escravos; os restantes fugiram, deixando, como despojo para os calhambolas, toda a sua bagagem composta de armas, munições, víveres, instrumentos de mineração e carpintaria. O Pe. Marcos escondeu-se num povoado chamado Lagoa Seca, onde dispensou o resto de seus homens e, dali, foi para Paracatu. Naquela Vila, porém, o Pe. Santiago (o mesmo dos Motins dos Sertões - Revoltas de Maria da Cruz) não permitiu que ficasse e o expulsou para o Arraial da Batalha. Esse padre Marcos acabou comprando uma fazenda localizada a 10 quilômetros de Paracatu, chamada Paragem do Fundão²²⁰.

Assim, os reinóis descobriram o óbvio: O novo Campo Grande, agora, realmente, “O Quilombo do Campo Grande”, ainda existia, pois adentrara o Triângulo Goiano e continuava forte.

Segundo Diogo de Vasconcelos - numa das poucas vezes em que fez registros sobre o Campo Grande - “*Os quilombolas eram orçados em mais de vinte mil negros, mulatos e, de permeio deles, se contavam criminosos e facínoras. Os quilombos avaliavam-se por dezenas, e destes eram quatro fortíssimos por natureza, populosos como Vilas, quais foram as (sic) do Ambrósio, do Zundu, do Careca e do Calaboca, situados além e aquém do Sapucaí*”²²¹.

Nesse período, dentro da nova política de Pombal para com os pretos (forros e livres) e brancos pobres, destacam-se leis e bandos, onde, por exemplo, quanto ao porte de armas, caso fosse por parte de escravos, haveria, entre outros, o castigo no tronco (açoite), sendo, porém, pretos forros ou livres, dever-se-ia processá-los de acordo com a lei²²². Foi promulgada, também, a Lei dos 30 escravos, onde possuído-

220 História Média de Minas Gerais, Diogo de Vasconcelos, Itatiaia, 3ª Edição, 1974, pp. 181 a 183.

221 “História Média de Minas Gerais”, reedição 1918/1974, p. 184.

222 Quilombo do Campo Grande, pp. 226/227, citando APM-SC 50, fl. 73v.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

res de tal quantidade de escravos, para mais, não mais seriam passíveis de confisco por dívida²²³. Tudo isto, como se vê, atacava nas raízes o surgimento de povoados rebeldes de pretos livres e brancos pobres ou malsucedidos²²⁴.

Em 1751/1755, porém, apesar de não ter sido uma Lei específica para as Minas Gerais e sim para toda a Colônia, foi proibida a escravização dos índios. Mas, não foi só. Foi dado aos índios o direito de cidadania e vassalagem, criminalizando o fato de alguém os chamar de mamelucos ou caboclos, podendo, os seus filhos com portugueses ou com portuguesas, ter acesso a todos os cargos e funções públicas com preferência sobre os brancos, com possibilidade até mesmo de chegarem à nobreza, através de títulos honoríficos²²⁵. Como se vê, foi dada aos índios mais que uma cota nos empregos públicos.

Com esta “abolição” dos índios, os magnatas paulistas, cuja riqueza maior ainda era composta de administrados índios, dormiram ricos e acordaram pobres. Este foi o golpe final com que o reinol destruiu, definitivamente, o potentado ou elite da terra. Os reinóis, cuja escravaria era exclusivamente africana, ficaram mais ricos; muito mais ainda, o magnata do reino, que teve fomentado, ainda mais, o seu negócio do tráfico de escravizados africanos para o Brasil.

Evidentemente - por outras razões - a notícia da abolição da escravatura indígena deve ter sido recebida com muita tristeza também pelos pretos forros e livres que, apesar de todo o serviço que haviam prestado aos reinóis, continuariam com a marca da impureza de sangue e com todas as suas consequências previstas na Lei de 1725²²⁶.

Naquele mesmo ano de 1755 os pretos livres escreveram para o Rei, pedindo proteção e dizendo que eram muito explorados e enganados pelos brancos e não havia ninguém que pudesse dar proteção aos pobres pretos e pretas libertos. Não localizamos resposta do Rei²²⁷.

Em 1755, o preto letrado José Inácio Marçal Coutinho denunciou o sofrimento dos pretos forros que apesar de muito trabalharem e comerciarem nas Minas Gerais eram sempre enganados pelos brancos, com o apoio das autoridades. Pediu o direito de ser procurador (advogado) de todos os pretos escravos e forros da capitania, além de vários outros requerimentos, nada conseguindo a não ser o título de capitão do mato, este, na verdade, não requerido pelo ilustre preto²²⁸.

A partir de 1755, os pretos livres foram se tornando cada vez mais submissos, procurando sempre, dentro da Lei e sem desrespeitar os brancos, integrar-se à sociedade lusitano-colonial. Em 30 de janeiro

223 A Devassa da Devassa, Kenneth Maxwell, Paz e Terra, 1995, p. 31.

224 “Instrução”, de J.J. Teixeira Coelho, 1780, na Revista do APM, 1903, Volume 8, Fasc. I e II, pp. 506/507.

225 A Devassa da Devassa, Kenneth Maxwell, Paz e Terra, 1995, p. 31 e 34.

226 Quilombo do Campo Grande: História de Minas roubada do povo, pp. 277/278, citando “A Capitania das Minas Gerais”, p. 77).

227 Desclassificados do Ouro, Laura de Mello e Souza, Graal, 1982, p. 108.

228 Vide artigo “JOSÉ INÁCIO MARÇAL COUTINHO, negro político, letrado e sabido” no site do mgquilombo

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

de 1798, portanto, seis anos depois da execução de Tiradentes, ainda reclamavam da mesma coisa. O Vice-Rei alertou ao governador da Capitania Mineira a “*que tivesse sempre muito cuidado que esta gente nem deve ser oprimida e nem favorecida, porque, desgraçadamente, se tem visto que por eles principiou e se tem suscitado todo o cruel fogo e incêndio que tem reduzido à miséria as mais ricas ilhas das Antilhas que possuía a monarquia francesa*”²²⁹. O governo colonial estava preocupado com o que ocorrera recentemente no Haiti, onde os pretos haviam conquistado, pela força, o poder e a independência²³⁰.

A Segunda Guerra ao Campo Grande

Antes de contarmos mais esta História, estabeleçamos, com base no Mapa do capitão França, a geografia-palco desta segunda guerra ao Campo Grande.

Apenas parte da Guerra de 1759 abrangeu a região do então Triângulo Goiano, mas o historiador reinol quis passar a inverdade de que teria toda ela e a de 1760 ocorrido dentro do atual Triângulo Mineiro. Vejamos.

3) Guerra de 1759, que começou a ser preparada em 1756. Os seus fatos se dividem em três etapas: A) O primeiro ataque, ou tomada de posse, foi sobre Relíquias do Quilombo do Ambrósio localizadas em território de Três Pontas-MG até Cristais-MG. Este fato também foi desfigurado, como se tivesse ocorrido em 1758 e dentro do então Triângulo Goiano. B - Ba) Ataque ao segundo Quilombo do Ambrósio, encontrado despovoado, entre as atuais cidades de Ibiá-MG e Campos Altos; Bb) ataque ao Quilombo da Pernaíba, em território entre serra do Salitre-MG e Patrocínio-MG; Bc) Ataque aos Quilombos do Indaiá, Marcela e Bambuí, em territórios das atuais Luz-MG, Córrego Dantas-MG, Medeiros-MG e Bambuí-MG. C) Ataques ao “Quilombo do Sapucaí”, na verdade, Quilombo da Pedra, Quilombo da Goiabeira, Quilombo do Chapéu, Quilombo da Boa Vista, Quilombo Nova Angola, Quilombo do Pinhão, Quilombo do Caeté, Quilombo do Zondum, Quilombo do Cala Boca, Quilombo do Careca, Quilombo do Marimbondo e Quilombo do Muzambo no atual Sudoeste Mineiro. Após todos esses ataques, só Bartolomeu Bueno do Prado apresentou ao Governador 3.900 pares de orelhas que cortara dos quilombolas que matara²³¹. Os ataques aos quilombos descritos em “C”, situados entre o rio Sapucaí e o rio Pardo, território esbulhado da então extinta Capitania de São Paulo, foram to-

229 “A Capitania das Minas Gerais”, p. 77.

230 “Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo”, pp. 572-597

231 Quem contesta Pedro Taques falta com a lógica e transparece preconceito. Vide Quilombo do Campo Grande - História de Minas que se Devolve ao Povo, p. 803.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

talmente roubados e extirpados da História, “transferindo-se” para o Triângulo Goiano até mesmo a fundação de uma Intendência em São Pedro de Alcântara do Jacuí e a toponímia Desemboque, que ficava ao norte da atual Ibiraci-MG. D) Guerra de 1760 ao Quilombo do Cascalho - comandada por Diogo Bueno da Fonseca e Bartolomeu Bueno do Prado, onde após a destruição do Quilombo do Cascalho, que ficava em Carmo do Rio Claro-MG, houve pesquisa mineral na região do Primeiro Quilombo do Ambrósio, Cristais-MG, Aguanil-MG e Guapé-MG. Também estes fatos e até mesmo o nome do Quilombo do Cascalho, que virou “Quilombo do Canalho” na Carta da Câmara de Tamanduá, foram roubados e levados para dentro do então Triângulo Goiano.

Portanto, a população total de 20.000 quilombolas nos Quilombos do Campo Grande, atribuída por Diogo de Vasconcelos em 1752, não é nenhum absurdo. Nossos cálculos, no entanto, a considerar o número de casas apontados no mapa de França, estimam esse número, antes da batalha de 1759, em cerca de 15.000 almas²³².

Vamos aos fatos.

Em 1756, a Câmara de Vila Rica manda cartas ao governador e ao bispo, denunciando que os negros aquilombados, a exemplo do que ocorrera em 1719, se haviam confederado para, na Quinta-Feira Santa, dar um geral assalto a todas as povoações e que pretendiam matar todos os brancos e mulatos, só deixando vivas as mulheres. Pediram ao bispo que fechasse as igrejas na semana santa para evitar este mal. O bispo não fechou as igrejas e nada aconteceu²³³. Porém, como queriam, conseguiram os reinóis despertar a atenção para o perigo, na verdade, perfeitamente real e possível de vir a se concretizar. A inclusão dos mulatos nos supostos planos dos calhambolas evidencia a nova postura do governo em relação aos forros e a pretensão de, agora, tê-los do seu lado e contra os calhambolas. Todas essas cartas de 1756 são um plágio das falsas cartas que governador conde de Assumar dissera ter escrito em 1719 sobre a tal rebelião geral dos pretos; ou seja, o governo quis reavivar essas mentiras para esconder a derrota de 1746.

Em 1757, o governador José Antônio Freire de Andrade envia carta a todas as Vilas, informando que estudara o assunto juntamente com práticos do lugar, chegando à conclusão de que precisariam de duzentos e cinquenta a trezentos homens, para destruir o tal Quilombo Grande, junto ao do Ambrósio, “*da outra vez destruído*”. Que já nomeara a Diogo Bueno e a Bartolomeu Bueno do Prado para tal missão, já fornecera parte das armas e munição necessárias, mas que, ainda precisava dos víveres para fornecer aos soldados, razão por que, solicitava a contribuição de todas as Comarcas a ser remetida para São Jo-

232 Quilombo do Campo Grande: História de Minas Roubada do Povo, pp. 198/203.

233 “Rebeliões de Senzala”, pp. 112 a 113, citando História Média de Minas Gerais, p. 170 e “O Quilombo do Rio das Mortes”, de Pedro Taques, em Antologia do Negro Brasileiro, p. 220 - Confirma, APM S.G.- CMPO Cód. 65, fls. 236/237.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ão del-Rei, com projetos de obter tudo de que precisavam até março e enviar a expedição de guerra até abril daquele ano²³⁴.

"Enquanto aguardava outros preparativos ordenados e o auxílio das Câmaras, faz o governador algumas viagens; vai ao Tijuco e, em meados de 1757, ao Rio de Janeiro²³⁵. Do Rio, escreve a Bartolomeu Bueno, sugerindo a partida da expedição para agosto ou setembro de 1757, quando já deveria estar em São João, para alguma providência final. De volta a São João, manifesta a Bartolomeu a esperança de poder sair a expedição em princípios de 1758. Mas, em janeiro de 1758, estavam ainda sendo tomadas as providências quanto ao armamento; urgia conseguir mais armas. (...). Diogo escreve ao governador, comunicando que irá precisar de 20 canoas; imediatamente dirige-se o capitão-general à Câmara de São João, pedindo seja atendida aquela exigência. Proibição terminante foi publicada, em bandos, de entrada de qualquer pessoa para os campos e matos gerais onde se achava o Quilombo Grande²³⁶.

"Em 21 de maio de 1758, mandou passar o excelentíssimo José Antônio Freire de Andrade portaria ao capitão Diogo Bueno para entrar no Campo Grande a destruir as Relíquias do Quilombo do Ambrósio que ia principiando a engrossar-se e a fazer-se temido²³⁷. Essas Relíquias abrangiam a região de Três Pontas, Serra das Esperanças até Cristais e Guapé, onde, ao que parece, temiam um renascimento da Povoação do Ambrósio, ficando evidente que os reinóis não tinham conhecimento da localização do Segundo Quilombo do Ambrósio, agora, em Ibiá.

Por essa ocasião, muitas expedições particulares partiram para o ataque a quilombos que se localizavam nas periferias do Campo Grande, a exemplo de Antônio Rodrigues da Rocha que, em 2 de maio de 1758, partiu de Pitangui para atacar os negros do mato na região entre o rio Lambari e o São Francisco (Santo Antônio do Monte, Bom Despacho, Lagoa da Prata e Moema) em quilombo que, apesar de ficar próximo aos de Mammoí, Ajudá, Indaá e Marcela, devia ser quilombo comum de escravos fugidos, não fazendo parte, não se confederando, portanto, aos Quilombos do Campo Grande.

Em 28 de agosto de 1758, José Antônio Freire de Andrade que, até então, era governador interino, por impedimento de seu irmão Gomes Freire, foi empossado com o Governador de fato e de direito das Minas Gerais²³⁸.

Realmente, Diogo Bueno, em 1758, foi encarregado de atacar *"as Relíquias do Quilombo do Ambrósio que iam principiando a engrossar-se e a fazer-se temido"*, ou seja, as Relíquias da antiga Povoação do

234 APM - SC 116, fls. 98v e 99.

235 Em 1756, nascera o seu filho bastardo e futuro Inconfidente.

236 "Negros e Quilombos em Minas Gerais", p. 45.

237 Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha - Revista do APM, Ano II, 1897, p. 386.

238 Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837), Vol. 1, p. 86.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Ambrósio, porém esse ataque não ocorreu em 1758 ou 1759. A arrogância de Diogo Bueno o impediu de conseguir arregimentar uma tropa, uma vez que todos os homens fugiram de suas convocações²³⁹.

Foi para esse ataque que o governador, "*no dia 6 de dezembro de 1758, escreveu à Câmara de São João del-Rei comunicando o pedido de 20 canoas feito por Diogo Bueno que estava organizando uma expedição ao Campo Grande*"²⁴⁰. Diogo Bueno não usaria 20 canoas para atacar o Quilombo do Ambrósio em Ibiá, a não ser que fosse para carregá-las nas costas subindo e descendo montanhas até lá.

Finalmente, a 18 de maio de 1759, chegam a São João del-Rei o governador e sua comitiva, de onde comandaria os ataques aos quilombos da nova Confederação Quilombola do Campo Grande.

Segundo registrou o Professor Waldemar de Almeida Barbosa, "*na primeira quinzena de junho, convoca o governador uma reunião conjunta dos Senados da Câmara de São João e de São José e mais homens que pudessem falar sobre a matéria, a fim de se traçarem os últimos planos (...)*"²⁴¹.

Como dissemos, Diogo Bueno não pôde atacar as "Relíquias" da antiga Povoação do Ambrósio que, talvez, se tivessem esvaziado, ficando sua exploração para o ano de 1760, como se verá. Continuemos com a narrativa de Almeida Barbosa.

"*Decidiu-se nesta reunião que a expedição constituída de 400 soldados armados, partiria sob o comando de Bartolomeu Bueno do Prado, que daí por diante seria chamado governador do Campo Grande*".

"*Afinal, a 18 de junho, parte a expedição, levando capelão, cirurgião, botica, índios, negros como guias e vários capitães experimentados. A tropa que seguiu sob o comando de Bartolomeu Bueno era de 400 homens; mas os homens convocados foram em número bem superior; para o transporte de mais munição e sobretudo de mantimentos, foi convocada gente de quase toda a Capitania; e, em Bando, que mandou afixar em várias freguesias, prometia o governador seis meses de prisão a quem não atendesse a convocação. Ao capitão Antônio Francisco França, grande fazendeiro estabelecido no Sítio da Soledade, foi dada a incumbência de adquirir os mantimentos necessários, como farinha de mandioca, feijão, porcos etc., e conduzir ao Campo Grande. Enquanto isto, outro capitão, Antônio de Burém, morador no Sertão do Piuí, com uma carta do governador, procurava fazendeiros, roceiros, mineiros, oficiais da justiça e da milícia, angariando auxílio, tudo o que fosse possível e útil; como eram os mais interessados no extermínio dos quilombos, pensou o governador, também deveriam contribuir*"²⁴².

239 "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil", p. 169.

240 "A Negação da Ordem Escravista", p. 81.

241 Negros e Quilombos em Minas Gerais, p. 46.

242 "Negros e Quilombos em Minas Gerais", pp. 46 e 47.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

A 20 de junho de 1759, a Câmara de São João del-Rei passa a Bartolomeu o seguinte documento:

"Certifico que revendo o livro décimo que servia de registro neste senado, e se acha sendo nele a folha oitenta e oito verso se acha registrada a procuração que este senado deu ao capitão Bartolomeu Bueno do Prado, quando foi a destruição dos quilombos do Campo Grande; que o seu teor é da forma e maneira seguintes: o juiz ordinário e procurador deste senado da Câmara que servimos por eleição na forma da lei, este presente ano nesta Vila e seu termo; pelo presente nosso escrivão fazemos e constituímos nosso bastante procurador o capitão Bartolomeu Bueno do Prado governador-comandante que vai para o Campo Grande e mais sertões a destruir os quilombos dos negros fugidos para que nós e em nosso nome e de todo o senado da Câmara como se presente fosse para tomar posse e, com efeito, tome de todas as terras e matos, campos e sertões que ainda se não achem avistados nem povoados para que tudo fique pertencendo ao termo desta Vila para o que lhe concedemos todos os poderes em direito necessários, com livre e geral administração, a qual por lhe ser dada pelo capitão Francisco Luiz de Oliveira a quem se pagou provisão para como tabelião para aprovar os testamentos que daquela campanha se fizerem. Dado e passado nesta Vila de São João del-Rei, sobre nossos sinais e selos das armas reais que servem este senado, em Câmara de 20 de junho de mil, setecentos e cinquenta e nove anos"²⁴³.

A tropa de Bartolomeu se reuniu toda em Piumhi²⁴⁴ em 18 de agosto de 1759, de onde, após a chegada de Prado com as últimas ordens, partiria a para o ataque ao Quilombo do Ambrósio. Antes, porém, Bartolomeu participaria da posse eclesiástica *"das terras do rio Grande, Agoapé até a barra do Sapucaí e daí para diante correndo rumo do Sul pela conquista adentro de Bautista Maciel e Pedro Franco até o Quilombo Velho..."*²⁴⁵, ou seja, posse das terras da Primeira Povoação do Ambrósio, suas Relíquias e suas vizinhanças quilombolas.

Bartolomeu Bueno do Prado, paulista, filho do revolucionário Domingos Rodrigues do Prado, foi casado com Isabel Bueno da Fonseca, filha de Francisco Bueno Feio; contou com os seguintes capitães em suas tropas: 1) - Diogo Bueno da Fonseca, paulista, cunhado de Bartolomeu, era capitão de cavalaria auxiliar e guarda-mor das minas de Santana das Lavras do Funil; 2) - Manoel Francisco Xavier Bueno, paulista, também cunhado de Bartolomeu Bueno; 3) - José Luiz Cardoso, provavelmente reinol; 4) - Antônio Francisco França, reinol, fazendeiro estabelecido em Soledade; 5) - Antônio de Burém, ou Antô-

243 APM SC 130, fl. 124.

244 José Serra e/ou José da Silva Caldeira sempre estiveram nesta região. Foi na casa do tenente José Serra Caldeira, no Piuí (hoje, piumhi), que a Câmara de São José tomou posse do Piuí (hoje, piumhi) em 28.03.1754; Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais, 1971, p. 371. No entanto, em 1769, Pamplona viria a turbar a posse e tomar metade da Sesmaria desse último Paulista.

245 Archidiocese de Mariana, p. 111-112.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

nio Francisco França de Burena, reinol, parente do anterior; 6) - padre João Correia de Melo, homem preto, capelão da expedição ao Quilombo do Ambrósio; 7) - Francisco Luís de Oliveira, reinol; 8) - Marçal Lemos de Oliveira, reinol casado com uma paulista; 9) - Manoel Carneiro Bastos, reinol, escrivão oficial da expedição.

Bartolomeu que então morava com seus parentes no Povoado das Carrancas²⁴⁶, a exemplo do falecido Antônio Pires de Campos, era um paulista selvagem e, se não era chefe de tribo, tinha muitos administrados índios de quem sempre se fez acompanhar.

O Rei Ambrósio, que na Povoação do Ambrósio era conhecido pelo povo como “Pai Ambrósio” realmente NÃO morreu no ataque de 1746. Em 1752, quando do ataque à expedição do Pe. Marcos, já estava no seu Segundo Quilombo, o de Ibiá. Em correspondência de 16 de dezembro de 1759, referindo-se implicitamente aos quilombos Bambuí, Indaiá-Marcela e Pernaíba, Gomes Freire informa que eles eram *“todos subordinados a um maior, donde residia a negra corte e o chamado Rei a que os mais obedeciam”*. Informou ainda que *“o chamado Rei”* fora contado entre os mortos de 1759²⁴⁷. Nesse sentido, o maior dos balões do mapa do capitão Antônio Francisco França, em lugar de Quilombo Grande, trouxe sua tradução para *“Quilombo do Ambrósio - Despovoado”*²⁴⁸

Muitos outros líderes, no entanto, apesar das pouquíssimas informações, merecem ser destacados: 1) - Pedro Angola, um escravo fugido, pois, em 22 de dezembro de 1759, após o ataque ao “Sapucaí”, o Governador demonstrou muita preocupação sobre esse calhambola: *“Sobre a representação que vv. mercês me fazem sobre achar retido na cadeia desta Vila um negro por nome PEDRO, DE NAÇÃO ANGOLA, remetido pelo comandante da expedição Bartolomeu Bueno do Prado, para que eu lhe diga se o dito negro se há de entregar ao seu senhor; parecia-me a mim que com ele se deve praticar o mesmo que com os mais que esperamos do Campo Grande, que é serem remetidos para as galés do Rio de Janeiro, mas sem embargo do meu parecer, façam vossas mercês do dito negro o que melhor entenderem; sendo certo que o capitão Antônio Francisco França me tem segurado, por duas ou três vezes, que EM O DITO NEGRO SE SOLTANDO NÃO FICARÁ NEGRO ALGUM NESTA CAPITANIA QUE ELE NÃO TORNE A CONDUZIR PARA OS QUILOMBOS DO CAMPO GRANDE”*²⁴⁹. 2) - Negro Cascalho; esse negro era o chefe,

246 Já residira no Catalão (Goiás) de onde retornou com seu pai, cuja família toda, em 1742, estava morando no próprio Piuí (hoje, piumhi), onde agora, reunira sua tropa. Fonte: História de Bom Despacho, pp.16/17.

247 In AHU-ACL-N-Rio de Janeiro - documento AHU 82129 de 16.12.1759. Vide artigo “Rei do Quilombo do Ambrósio morreu em 1759” no site do mgquilombo.

248 Vide no site do mgquilombo uma excelente imagem do Mapa de “Mapa de todo o Campo Grande tanto da parte da Conquista, q’ parte com a Campanha do Rio Verde, e S. Paulo, como de Piuu Cabeceyzas do Rio de S. Francisco, e Goyazes”, desenhado pelo capitão Antônio Francisco França no ano de 1760.

249 APM SC 110, fl. 135. Vide Veja esse documento original com link no artigo “Inserção da história e dos ícones negros na historiografia mineira” no site do mgquilombo.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ou ex-chefe do antigo Quilombo do Cascalho que, preso, teria traído os companheiros guiando o capitão França, em 1760, ao citado Quilombo.

Cinquenta dos líderes capturados vivos, entre eles o famoso Pedro Angola, foram enviados como galés para trabalharem até morrer no desmante de morros na fortaleza da Ilha de Villegagnon, no Rio de Janeiro²⁵⁰.

Merece estudos o estranho registro contido no diário da Expedição de Pamplona²⁵¹, sobre o Quilombo do Ambrósio: "*fomos ter à paragem em que tinha sido tal quilombo, não afamado nestas minas como prejudicial aos moradores delas, por cuja circunstância e pela ideia com que aquele maligno negro, dele fez o presente mapa, digo o presente mapa, (...)*". Grifos nossos²⁵².

Quanto aos armamentos utilizados, registre-se que logo em 1756, quando soube da denúncia de algumas Câmaras da Capitania, o governador Freire de Andrade mandou entregar em São João del-Rei quatro barris de pólvora e balas de Sua Majestade e munição grossa que se comprou, além de armas que havia nos armazéns reais de Vila Rica²⁵³. Nessa mesma carta de 2 de fevereiro de 1757, conclamava a todas as Comarcas a auxiliarem fornecendo ouro e víveres (munição de boca) para a expedição.

"*Mas, em janeiro de 1758, estavam ainda sendo tomadas providências quanto ao armamento; urgia conseguir mais armas. A Provedoria da Real Fazenda remete mais 150 espingardas, 150 baionetas e muito material para os cavalos e bestas. Armas de todos os tipos e das origens mais diversas são conseguidas, até por empréstimos, e remetidas para São João. Descobre-se, por fim, que havia umas espingardas e pistolas sequestradas de uma fábrica de moeda falsa, no Paraopeba e também são enviadas para São João. Diogo escreve ao governador, comunicando que irá precisar de 20 canoas; imediatamente dirige-se o capitão-general à Câmara de São João pedindo que seja atendida aquela exigência*"²⁵⁴.

Parte do poderio bélico supracitado teria sido disponibilizado para Diogo Bueno atacar, ainda em 1758, as Relíquias²⁵⁵ da Povoação do Ambrósio (Municípios de Aguanil, Cristais etc.), o que não ocorreu.

"*No dia 18 de maio de 1759, chega o governador com sua comitiva a São João del-Rei que, durante meses, passou a ser a capital de Minas Gerais. Novas armas, inclusive 200 granadas são conseguidas.*

250 Vide artigo Fortaleza de São Francisco Xavier da ilha de Villegagnon, na Wikipédia.

251 Feita em 1769, dez anos, portanto, após o ataque de 1759.

252 Anais da Biblioteca Nacional, Vol. 108, 1988, p. 101.

253 APM SC 116, fls. 98 e 99.

254 "Negros e Quilombos em Minas Gerais", p. 45.

255 *2. P. ext. Coisa preciosa por ter valor material ou por ser objeto de estima e apreço: relíquia de família". Dicionário Aurélio.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

São tomadas as providências derradeiras, quanto a maior quantidade de pólvora, chumbo, tachos, facões e mantimentos".

Enquanto isto, o capitão Antônio Francisco França e o capitão Antônio de Burém cuidavam de adquirir e angariar os mantimentos necessários, *"como farinha de mandioca, feijão, porcos etc., e conduzir para o Campo Grande. (...) Com esses comboios de mantimentos, iam novas remessas de pólvora, milhares de balas, vários barris de chumbo; os comboios iam sempre bem guarnecidos de tropas. Por cinco vezes foram remetidos comboios de mantimentos, durante a refrega; e, toda vez, escrevia o governador ao Comandante da expedição, manifestando sua ansiedade pelas notícias. Os soldados que acompanhavam os comboios eram requisitados, ora em Sabará, ora em São José, ora no Serro Frio, enfim, por toda a parte"*²⁵⁶.

A preocupação do Governador e o grande arsenal utilizado pelos atacantes faz crer que os calhambolas, desta feita, deviam estar muito bem armados com armas de fogo de toda a espécie e munição. Isto explica a preocupação do Governador em sua carta de 23 de outubro de 1760, com as vendas, após a principal batalha desta guerra: *"E porque me consta que são os vendeiros e os taverneiros são os que amparam os negros calhambolas e mais escravos de forma que (...) as mesmas vendas e tavernas os recolhem em suas casas para lhes comprarem os furtos e lhes venderem o que querem os mesmos negros, ainda que seja pólvora e chumbo (...)"*²⁵⁷.

Quanto às manobras adotadas pelos atacantes, constatamos que o ataque de 1759 se fez dentro de um plano simultâneo e estratégico:

a) Diogo Bueno da Fonseca e sua gente se postaram na região do Ibituruna, à margem esquerda do rio das Mortes, acima da margem direita do rio Grande, onde ficaram à espera do resultado dos ataques dos outros comandantes²⁵⁸.

b) José Luiz Cardoso e sua gente se postaram na região do Passa Tempo, a nordeste de Oliveira, com a finalidade de interceptar contatos de pretos com a região dos atuais municípios de Queluzita e São Brás do Suaçuí²⁵⁹.

c) Manoel Francisco Xavier Bueno e sua gente se colocaram à margem esquerda do rio Grande, na região da serra das Carrancas²⁶⁰, onde ficaram a espreitar os quilombos "do Fala" e "das Pedras", região onde estão os atuais municípios de Guapé, Alpinópolis, Carmo do Rio Claro e Conceição Aparecida.

256 "Negros e Quilombos em Minas Gerais", pp. 46 e 47.

257 APM SC 130, fls. 55v e 56.

258 Negros e Quilombos em Minas Gerais, p. 46.

259 Negros e Quilombos em Minas Gerais, p. 46.

260 Negros e Quilombos em Minas Gerais, p. 46.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

d) Bartolomeu Bueno e seus 400 homens, entre os quais os comandantes Francisco Luiz de Oliveira, Marçal Lemos de Oliveira, o escrivão Manoel Carneiro Bastos e o Pe. João Correia de Melo, partiram para o ataque ao Quilombo do Ambrósio, composto pelo Quilombo do Ambrósio (Ibiá) e demais núcleos já mencionados: Grande, (Pernaíba) Mammoí, São Gonçalo, Ajudá, Indaá, Pernaíba e Marcela²⁶¹.

Esse conjunto de quilombos, consoante calculamos, teria uma população de, no mínimo, 2.520 habitantes²⁶². Sobre as batalhas, coloquemo-las nas palavras do Prof. Waldemar de Almeida Barbosa:

“Se o Quilombo Grande, que era realmente grande, pelo número de casas incendiadas pela gente de Bartolomeu Bueno²⁶³, estava abandonado, com paióis cheios e roças plantadas, é que os negros, por seus espias, notaram a aproximação dos soldados e, diante do volume da tropa que se aproximava, julgaram mais acertado fugir”²⁶⁴.

1º de setembro de 1759, sábado, Bartolomeu Bueno do Prado, juntamente com o Pe. João Correia de Melo, assinou auto datado no Quilombo da Pernaíba (na verdade, região do Rio Paranaíba), dando como conquistados os quilombos das serras da Marcela (Campos Altos/Santa Rosa da Serra ou Córrego Danta/Luz), Canastra, além dos quilombos de Endaí (sic) e Bambuí (Medeiros/ Bambuí)²⁶⁵.

A 7 de setembro, sexta-feira, *“antes de clarear o dia, deram em um quilombo onde havia uma 'monstruosidade' de negros²⁶⁶. Desta vez, porém, foram os cachorros dos negros que pressentiram a aproximação dos atacantes e deram o alarma. Ordenado o ataque, muitos fugiram e grande número deles morreu resistindo, enquanto outros, tentando fugir pelo rio, já chumbados, acabaram morrendo afogados. Um prisioneiro contou que a maioria que fugiu estava se dirigindo para a serra da Marcela. Assim, marchou a expedição naquela direção”²⁶⁷. Este sim, é que foi o Quilombo da Pernaíba, a norte da atual Cidade de Patrocínio.*

Vejamos um documento: *“O capitão Bartolomeu Bueno do Prado, que vão uns quatro meses saiu desta Vila com um corpo de 400 homens em direitura ao Quilombo do Campo grande, me deu parte que havendo dado em um quilombo em DEZESSEIS DE SETEMBRO (domingo) em um sítio chamado ANDAIAL, aonde matou 25 negros e prendeu 20; e continuando a sua derrota para a serra da Marcela (Campos Altos/Santa Rosa da Serra ou Córrego Danta/Luz) atacou outro quilombo onde os que se puderam contar foram 49; o número de presos até agora*

261 Negros e Quilombos em Minas Gerais, pp. 46/47.

262 Quilombo do Campo Grande, p. 202.

263 Esse Quilombo Grande, segundo o mapa do capitão França, era o do Ambrósio mencionado por Inácio Correia Pamplona em 1769 - Anais da Biblioteca Nacional, vol. 108, 1988, p. 70 e anexo.

264 "Negros e Quilombos em Minas Gerais", p. 48.

265 Negros e Quilombos em Minas Gerais, p. 48.

266 Na verdade, o documento diz “uma monstruosidade de cachorros”.

267 "Negros e Quilombos em Minas Gerais", p. 48.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

me parece não passa de sessenta (...)"²⁶⁸. Obs.: as anotações entre parênteses e não itálicas são nossas.

Uns cinquenta calhambolas do Quilombo Grande, "ficaram por aí, e juntamente com outros cinquenta, que abandonaram seus senhores, em determinado dia (29 de setembro) regressaram ao Campo Grande; outros se dirigiram para Vila Rica e Mariana, também aliciando gente para voltar"²⁶⁹.

"Uma segunda carta de Bartolomeu Bueno ao governador dá notícia de seu ataque ao Quilombo do Andaial, onde matou 25 e aprisionou 20".

"Marchou em seguida a expedição para a serra da Marcela, e aí, atacou outro quilombo, onde os que se puderam contar foram quarenta e nove".

"A terceira carta de Bartolomeu Bueno é já de 7 de outubro" (domingo); "dá notícia do ataque ao Quilombo do Bambuí. Faz referência à malícia dos guias pretos que, dando informações enganosas, evitavam que a expedição encontrasse realmente o quilombo. E até que descobrisse a malícia dos guias negros (ou extrema lealdade para com os irmãos de raça), vários foram os dias perdidos. O Quilombo do Bambuí estava, parece, bem guardado; pois a ele a expedição chegou quase de repente. O ataque foi duro. A resistência tremenda. E a luta muito séria. Tão séria que alguns atacantes se acovardaram. Um considerável número de infelizes negros teve o rio Bambuí por sepultura. Do grande número de mortos insepultos se tinha notícia pelos corvos que os andavam comendo. Informação do comandante acrescenta que muito pouco ou nenhum conseguiu fugir. Entre negros e crias, fez 59 prisioneiros. Em vista da resistência, os negros não foram poupados".

"Tanto nesse como nos outros quilombos, mandou o Comandante queimar todas as casas e destruir as roças. O interessante é que, tanto no Quilombo do Bambuí, como no Quilombo Grande, encontrou paióis cheios, bons depósitos de mantimentos e magníficas roças plantadas para o ano seguinte. No Quilombo Grande que encontrara 'despejado', ordenou Bartolomeu Bueno se montasse guarda junto aos paióis, para o caso de virem alguns negros buscar mantimentos, o que de fato aconteceu".

"Tem-se a impressão de que, nesses quilombos, predominava o espírito comunitário, com roças e paióis coletivos. É admirável, não há dúvida, o espírito de organização de que deram provas, tanto no Quilombo do Ambrósio, como neste Quilombo Grande, que nada mais foi que uma continuação do primeiro (aí, quanto à geografia, Almeida Barbosa está equivocado). Outra circunstância curiosa que o comandante destaca é que, entre as crias encontradas, havia umas de 4, outras de 5

268 APM SC 123, fl. 115v.

269 "Negros e Quilombos em Minas Gerais", p. 48.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

e até 12 anos, nascidas no próprio quilombo". Obs.: Isto significa que a mudança do Pai Ambrósio, então REI Ambrósio, para o núcleo de Ibiá, poderia ter ocorrido por volta de 1747.

"Bueno interrogou as prisioneiras, torturou-as mesmo, para que contassem onde havia outros quilombos; mas todas assentaram que não existiam mais quilombos no Campo Grande. Marchou, então, para o sul e, com sete dias de marcha, chegou, depois de atravessar o São Francisco, ao Piuí. E de fato não viu mesmo trilha alguma de negros que tivessem fugido para esse lado. Chegando ao Piuí, deixou as prisioneiras amarradas e bem guardadas (não havia prisão) e seguiu a procurar o quilombo mais antigo e mais povoado que, segundo carta circular do governador às Câmaras, era denominado Sapucaí"²⁷⁰.

Infelizmente o Prof. Almeida Barbosa não cita as fontes da maioria das informações supracitadas. Porém, atualmente as temos bem levantadas e conferidas, havendo poucos equívocos do confrade Waldemar sobre esta guerra de 1759.

A 3 de setembro de 1759, dadas as articulações de Pombal e Gomes Freire, dom José I expedira uma Lei expulsando do Brasil todos os Jesuítas²⁷¹. Na verdade, em suas guerras no Sul, a esta altura, Gomes Freire já havia exterminado várias aldeias de índios civilizados e cuidados por esses Jesuítas. Comprovamos que um mês antes do ataque ao Quilombo do Ambrósio, estes padres fugiram da Aldeia de Santana, uns, para São Paulo, outros, rumando ao Norte, pelos rios que descem de Goiás e do Mato Grosso e deságuam no rio Paranaíba²⁷².

A 5 de outubro de 1759, o Governador escreve ao juiz ordinário de São João del-Rei: *"Lembrado estará v. mercê que há tempos me escreveu a Vila Rica dizendo-me que os cunhados de Bartolomeu Bueno se ofereciam a dar em um quilombo que tinham notícia se achava para as partes da Ibituruna, por detrás da serra, a que eu respondi me parecia que sem haver notícia de se haver entrado em alguns dos quilombos a que foi o dito Bartolomeu Bueno se não tivera outras cousas algumas, mas que sem embargo propusesse v. mercê em Câmara o mesmo que me dizia e com o que se sentasse me desse parte; pela carta que junto remeto de Bartolomeu Bueno verá v. mercê o primeiro sucesso da diligência de que está encarregado e vendo-a v. mercê e ouvindo sobre a dita matéria o cabo de esquadra Alexandre Rodrigues que mando à sua presença, queira propor em Câmara se com efeito será útil o entrarem os cunhados de Bartolomeu Bueno por terras da serra do Ibituruna a investigar o dito quilombo e que já se ofereceram, e da sua determinação me*

270 "Negros e Quilombos em Minas Gerais", pp. 49 e 50.

271 Breve História da Companhia de Jesus no Brasil/1549-1760, Serafim Leite, S.J., Livraria A I, Braga, Portugal, pp. 231 a 233. Vide também História da Companhia de Jesus, William V. Bangert, S.J., Loyola, 1972, pp. 443/449.

272 Subversão e Corrupção - Um Estudo da Administração Pombalina em Goiás, Luis Palacín, 1983, pp.13/18.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

dará v. mercê parte para avisar aos ditos que instantaneamente vão à dita diligência passando-lhes para este efeito as ordens necessárias"²⁷³.

Evidente que houve alguma "razão" para que o Governador, ao invés de escrever tudo como sempre fazia, neste caso, preferisse mandar parte da mensagem, verbalmente, através do cabo de esquadra Alexandre Rodrigues. Esta "razão" deve se referir a assuntos relativos ao "Quilombo do Sapucaí".

Sobre isto, registre-se: "*Há a considerar que essa campanha de Bartolomeu teve como subdivisões tropas que atingiram as regiões do Piumhi, cabeceiras do São Francisco e alto Sapucaí, sendo encarregados das mesmas seu sogro Francisco Bueno da Fonseca e seu primo Salvador Jorge Bueno*"²⁷⁴.

Caso tenha existido algum quilombo com o nome de Sapucaí, tratar-se-ia, a meu ver, de nome dado pelos atacantes e só poderiam ser ou o "do Fala" (município de Guapé) ou o "das Pedras" (Carmo do rio Claro/Conceição Aparecida). No entanto, tratava-se de dissimulação para se referir ao conjunto dos onze quilombos incluindo o do Fala, localizado entre os rios Sapucaí e Pardo, tendo ao centro o ribeirão da Conquista e o rio Jacuí, São João e São Pedro de Alcantra.

Assim, "*em 14 de novembro de 1759 o governador José Antônio Freire de Andrade comunicava ao secretário de Estado que, após ter destruído dois quilombos no Campo Grande*"²⁷⁵, Bartolomeu Bueno do Prado seguiria em frente para destruir o Quilombo do Sapucaí, que dizem ser o maior, digo mais povoado, e antigo desta Capitania e a causa de se não ter assaltado esse quilombo tem sido o engano que os negros que servem de guias têm feito para que se não saiba do dito quilombo"²⁷⁶.

Daí (do Quilombo do Bambuí e retornando ao Piumhi) prosseguiu o sertanista pela região do Sapucaí, já em 1759 e 1760, tendo arrasado diversos mocambos e finalizando sua missão com a destruição do grande Quilombo do "Canalho", na verdade Cascalho. Referindo-se a Pedro Taques, Francisco de Assis Carvalho Franco diz que "*Bartolomeu Bueno do Prado fez por essa ocasião (do ataque ao Sapucaí) grande mortandade entre os negros, tendo matado quase dois mil deles*"²⁷⁷.

Francisco de Assis Carvalho Franco acredita em exagero nesses números, isto, porque tomou conhecimento de carta do governador sobre a luta de Bartolomeu, não se apercebendo que essa carta se refere somente a dois quilombos (Bambuí e Indaiá), sem incluir os demais, inclusive os "do Sapucaí". Esse quilombo do Canalho é o do Cascalho que, na verdade, escapou da tropa de Bartolomeu em 1759, pois esta

273 APM SC 123, fl. 112v.

274 "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil", p. 313.

275 Na verdade, eram quatro quilombos, contando com os dois destruídos dentro do invadido Triângulo Goiano.

276 "A Negação da Ordem Escravista", p. 60.

277 "Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil", p. 312.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

preferiu ir atacar o do Careca saindo do curso da margem esquerda do ribeirão da Conquista e se dirigindo para o rio Pardo. Só em 1760, é que o Cascalho seria atacado por França, Bartolomeu e Diogo Bueno.

Esta batalha contra o conjunto de quilombos do Sapucaí, travada dentro das antigas terras paulistas de fronteira, com uma população mínima estimada em cerca de 6.000 habitantes é que deve ter sido, realmente, a mais sangrenta de todas, no entanto, pouco ou nada se fala a respeito.

Evidente que, quando falou do "*Quilombo do Sapucaí, o maior, mais povoado e antigo da Capitania*", José Antônio Freire de Andrade, para não complicar a vida de seu irmão Gomes Freire, estava mentindo. Sabia muito bem que, contando com o Quilombo do Fala, eram 11 (onze) povoações de "vadios" e pretos forros (indicadas no mapa) situadas em território que paulistas facinorosos, segundo o Governador, insistiam lhes pertencer. Bartolomeu Bueno do Prado e Diogo Bueno eram "paulistas", fato que também poderia ajudar a dissimular o massacre. Isso deveria ser e permanecer como um "segredo de estado" pertencente às elites genéticas mineiras e paulistas. Pedro Taques, no entanto, no afã de cantar as glórias antepassadas dos bandeirantes paulistas, teria falado demais e revelou que o "bravo" Bartolomeu Bueno do Prado, só nos quilombos do Sapucaí, matou "quase 2.000²⁷⁸ pretos" de quem cortou as orelhas. Como se vê, a esta altura, os historiadores que tentaram "manter o segredo" não têm mais como fazê-lo.

A considerar a interligação de caminhos existente no mapa do capitão França, pode-se interpretar o roteiro que devem ter seguido. Treze povoações no sudoeste de Minas foram massacradas como se fossem um único quilombo, o "do Sapucaí"²⁷⁹.

Após todas essas batalhas é que, a 5 de dezembro de 1759, o governador dá notícia de *Pedro Angola*, provavelmente líder de um ou de todos esses quilombos, o tal que, segundo alertou o capitão França, "*em se soltando, não ficará negro algum nesta Capitania que ele não torne a conduzir para os quilombos do Campo Grande*"²⁸⁰.

Em 26 de junho de 1760, tendo em vista episódios nos arraiais de Antônio Ferreira de Camargos, Inficionado e Catas Altas, onde calhambolas teriam atacado, acometido "*mulheres brancas, casadas e donzelas, carregando-as insolentemente para o mato, prendendo e metendo freios na boca de seus maridos, pais e irmãos, e pelas estradas roubando e matando os viandantes*", o governador solta um documento que é um arrocho total ao sistema de proteção aos calhambolas, incluindo vendas, vadios, contrabandistas etc²⁸¹.

278 Vide artigo "3.900 (Três Mil e Novecentos) PARES de Orelhas" no site do mgquilombo.

279 Confira in "Quilombo do Campo Grande - História de Minas que se devolve ao povo", pp. 572-756.

280 APM SC 110, fl. 135.

281 APM SC 50, fls. 80 a 82v.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Em 11 de julho de 1760, ataca diretamente o sistema das vendas, mandando fiscalizar os bilhetes de almotaçaria (imposto do subsídio voluntário) para detectar a venda de mercadorias a calhambolas, ameaçando com prisão, inclusive aos capitães do mato, caso não tomem as devidas providências²⁸².

Nesse mesmo mês de julho, solta o governador inúmeras correspondências para as Câmaras das Vilas, *"Para que sejam processados negros que fugiram de um quilombo"*; *"sobre as providências tomadas na cadeia com os negros capturados pelos capitães do mato"*; *"destinação de negras e crias presas em ataques que se fizeram a vários quilombos"*²⁸³.

A 23 de agosto de 1760, em carta específica, o governador fala de ataques a outros quilombos, da recuperação de uma moça branca de 13 anos que se achava num quilombo, onde se mataram quatro negros, prenderam outros quatro e sete negras, sendo que os demais, *"como diz a moça, se arretiraram"*. Fala de uma outra partida de capitães do mato que lhe trouxeram quatro negros e uma cabeça; fala ainda de outras que o informaram que, *"atacando um quilombo de negros, lhe saíram ao encontro uma grande porção de gentios, que instantaneamente os rebateu com uma grande porção de flechas, de que ficaram três capitães do mato feridos, e dois com duas flechas pelo pescoço em grande perigo de vida"*; assim, recomenda que os capitães do mato mandem chamar os índios mansos do "Ângelo" que se acham em Xopotó (hoje, Cipotânea), para que possam propor paz aos índios que protegem tais calhambolas²⁸⁴. Este é o único documento que encontramos acerca da participação de índios nas lutas do Campo Grande.

Em 7 de setembro de 1760, o governador solicita às Câmaras que acudam com munições de boca ao capitão França, lembrando-as de que na guerra do ano anterior, fora ele quem acudira as tropas com mantimentos e munições. Informa acreditar que França pretende atacar o Quilombo do Cascalho, o que seria de grande utilidade ao bem comum²⁸⁵.

Depois, em 16 de outubro de 1760, há a notícia de que França, dado a que Bartolomeu adoecera com bexigas, teve que esperar um mês pela sua convalescência. Após isto, já tarde (perto de nova estação chuvosa) marcharam com uma porção de capitães do mato, levando um negro chamado Cascalho, que lhes fora entregue pelo sargentomor João Rodrigues da Silva, o qual, saído a *"fazer gente"* (para aliciar negros para o quilombo) fora preso; a evidência é a de que seria um chefe, ou ex-chefe, do Quilombo do Cascalho, ainda não destruído²⁸⁶.

282 APM SC 130, fls. 22 a 22v.

283 APM SC 130, fls. 62 e 62v.

284 APM SC 130, fl. 27.

285 APM SC 130, fl. 34v.

286 APM - SC 130, fl. 50.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Segundo a carta que a Câmara de Tamanduá escreveu em 1793 à Rainha Maria I, insinuando que isso teria acontecido dentro do Triângulo Goiano, que Bartolomeu, Diogo Bueno e o capitão França, acompanhados de capitães do mato “*indo em sete de agosto de mil setecentos e sessenta abrindo estradas e fazendo pontes, picadas, até abaixo da serra das Vertentes do rio Sapucaí, defronte do destruído Quilombo do Ambrósio e, formando um corpo de quarenta homens armados, os ditos chefes mandaram acometer o Quilombo do Canalho (Cascalho), o qual ficou reduzido a cinzas com grande mortandade de negros e destroço grave dos combatentes*”²⁸⁷. A toponímia nega ser no Triângulo.

Durante ou após esse ataque, Bartolomeu, Diogo e França fizeram experiências de ouro em vários locais, conforme está consignado no texto do mapa que França fez em 1760:

"E para as cabeceiras do rio das Velhas e de São Francisco havia feito o capitão Bartolomeu Bueno do Prado algumas experiências em que achou faisqueiras de jornal de (...) até dois vinténs por dia em dois corgos somente; e por respeito de entrarem as águas (estação das chuvas) e adoecer muita gente de bexigas (varíola) saímos para fora com toda a gente e cavalgadas para o Arraial de Santa Ana, deixando estradas e pontes em todos os rios e corgos que se julga serem do rio Sapucaí (...)".

O mesmo texto do mapa do capitão França dá a informação do que teria acontecido antes e depois disto:

Entre outubro e novembro de 1760, Antônio Francisco França, juntamente com Diogo Bueno e Bartolomeu Bueno do Prado, é encarregado de pesquisar ouro e destruir o Quilombo do Cascalho, nas Relíquias do Campo Grande. Saíram da Povoação dos Buenos (hoje, município de Carrancas) e foram se arrancar no destruído Quilombo da Boa Vista, localizado onde hoje ainda se acha o mesmo topônimo, ao sul do atual município de Campos Gerais, que já se chamou Nossa Senhora do Carmo do Campo Grande. A localização deste quilombo, além de outros detalhes documentados, também soterrou a farsa de que a guerra de 1746 tivesse ocorrido contra o Ambrósio II de Ibiá.

Prosseguiram no rumo Sudoeste e foram destruir o Povoado ou Quilombo do Cascalho II, localizado “*na região de Carmo do Rio Claro (MG), situado do lado esquerdo do rio Sapucaí, hoje Lago de Furnas*”²⁸⁸. Também a verdadeira geografia destes fatos foi roubada, deslocados que foram, por ladrões da História, para dentro do então Triângulo Goiano.

Após isto, a expedição continuou com o trabalho de fazer experiências de ouro em todo o território conquistado, conforme ordenara o conde de Bobadela e ratificara o novo governador Diogo Lobo da Silva.

287 "Revista do APM, ano II, 1897, p. 386.

288 Dicionário Histórico e Geográfico de Três Pontas, p. 113.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Depois de tudo isto, na volta, a tropa tornou a arrancar-se no destruído Quilombo da Boa Vista I, Campos Gerais, e lá desenhou o importantíssimo Mapa do Campo Grande²⁸⁹.

Custos e Resultados da Segunda Guerra ao Campo Grande

Sobre o custo das operações, segundo registra *"o livro que serviu de cargo ao tesoureiro deste senado (de São João del-Rei), de dinheiro com que concorreram as Câmaras desta capitania para a destruição dos quilombos (somente da Guerra de 1759), nele, a fl.6, consta importar quatro mil, trezentas e cinquenta e três oitavas e sete vinténs de ouro que se gastaram, não estando nesta conta muitas quantidades de mantimentos, fazendas, feijão, arroz, capados e bois com que concorreram os moradores desta Câmara e da de Vila Rica, gratuitamente; (...)"*²⁹⁰. Este total é igual a mais de quinze quilos e meio de ouro.

Quanto ao número de mortos, pode-se falar tranquilamente em quilombolas assassinados e não em quilombolas mortos, porque, muitos deles, conforme já se comprovou e ainda se provará, eram pretos livres e só foram assassinados por não haver tomadia a receber caso fossem entregues vivos nas cadeias das Vilas²⁹¹. Já uma cabeça ou um par de orelhas de preto - mortos não falam - seriam SEMPRE remunerados em seis oitavas de ouro.

Segundo o genealogista e historiador paulista, contemporâneo aos fatos, Pedro Taques de Almeida Pais Leme: *"Bartolomeu Bueno... Conquistador de um quase reino de pretos fugidos (...) desempenhou tanto o conceito que se formava de seu valor e disciplina na guerra contra essa canalha, que se recolheu vitorioso, apresentando 3.900 pares de orelhas dos negros que destruiu em quilombos*²⁹², *sem maior prêmio que a honra de ser ocupado no real serviço, como consta dos acórdãos tomados em Câmara de Vila Rica"*²⁹³.

Sem conhecer a maior parte da verdadeira história da Confederação Quilombola do Campo Grande, muitos autores entenderam que esse número não seria real. Porém, hoje, sabendo-se que a batalha de 1759 abrangeu 16 quilombos e não apenas dois, como se pensava, bem como que Pedro Taques recebera tal informação de testemunha presencial que se hospedara por muito tempo em sua casa na capital paulista, não há qualquer razão plausível para não se acreditar nesta fidedigna fonte contemporânea aos fatos.

289 Quilombo do Campo Grande: A História de Minas que se devolve ao povo, pp. 757-775.

290 APM SC 124, fls. 124 e 125v.

291 Somente na Guerra de 1746 houve compromisso de pagamento de duas tomadias, garantido aos capitães do mato o pagamento de tomadia em caso de pretos forros.

292 Francisco de Assis Carvalho Franco "traduziu" isso, dizendo que só no "Sapucaí" Bartolomeu matara mais de 2.000 pretos.

293 Negros e Quilombos em Minas Gerais, p. 42.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

As orelhas que Bartolomeu teria cortado aos negros não significariam nenhum requinte de maldade pura e simples por parte do bandeirante paulista. Além do fato de, em 1759, um preto livre só render tomadia ao capitão do mato se entregue morto, há muitos outros a considerar.

Todos os negros capturados no quilombo, ao darem entrada nas cadeias - de várias Vilas e não só na de São João - deveriam receber uma marca "F" com ferro em brasa, ou então, caso já tivessem a marca, devem ter perdido uma das orelhas, tudo isto, conforme Lei de 1741, "*sem processo algum e só pela notoriedade do fato*".

O corte das orelhas aos calhambolas mortos pode estar ligado a alguma cláusula do provável contrato que - a exemplo de Domingos Jorge Velho no Palmares²⁹⁴ - Bartolomeu Bueno do Prado poderia ter firmado com o governador.

Cada cabeça de calhambola morto valia seis oitavas de ouro; **3.900** cabeças valeriam, portanto, 23.400 oitavas, ou sejam, mais de 83 quilos de ouro. Veja-se que, só por aí, a operação já renderia lucros incríveis para os assassinos.

Para receber o prêmio por calhambolas mortos, o usual era a apresentação de suas cabeças, mas há casos em que se apresentavam somente as orelhas.

No caso da guerra do Campo Grande, a conservação e o transporte, por exemplo de 3.900 cabeças de calhambolas mortos, demandariam barris e mais barris de sal e muitas e muitas cavalgaduras ou carroças. De forma que o mais racional, ao invés de se carregar, por quatro meses, as cabeças dos negros mortos, seria mesmo levar somente seus pares de orelhas.

Pedro Taques garante que Bartolomeu não ganhou outro prêmio a não ser a honra de servir a El Rei, no entanto, temos certeza de que os capitães do mato que o acompanharam não trabalhariam de graça. Mesmo Bartolomeu muito lucrou com a distribuição de datas.

Pelos negros presos deveriam receber 20 oitavas de ouro e pelos mortos, seis oitavas. "*Em qualquer ocasião em que com algum capitão-mor das entradas concorram quaisquer capitães do mato, serão obrigados estes a obedecer-lhe pontualmente, mas não em coisa alguma que encontre (contrarie) o disposto neste regimento, e nas prisões dos negros a cada um vencerá o salário que lhe tocar, sem serem obrigados a dar reconhecimento ou porção alguma aos capitães-mores das entradas*"²⁹⁵.

Assim, é evidente que as cabeças e/ou as orelhas dos negros mortos, que valeriam mais de 83 quilos de ouro, e que, por direito, per-

294 O Quilombo dos Palmares, Jayme de Altavilla, 1925, Melhoramentos, pp. 116/121.

295 A Negação da Ordem Escravista, Ícone, 1988, p. 132, citando APMSC-SG Cód.06 fls. 133 - 134v.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

tenciam a quem os matasse, não iriam ficar jogadas aos urubus. Estamos falando, volto a repetir, de mais de 83 quilos de ouro!

Assim, ou Bartolomeu, consoante cláusula contratual, teria avocado a si o controle - através das orelhas decepadas - do número de pretos mortos, para evitar brigas entre os homens do mato e garantir o salário de todos, ou para evitar que cabeças dos pretos que matassem fossem utilizadas por aproveitadores para receber o respectivo prêmio, ou, talvez, para receber pessoalmente os 83 quilos de ouro.

O pagamento de duas tomadias vigorou somente nas ordens governamentais de 1746, quando havia muitos pretos libertos entre os quilombolas. Em 1759, a ausência de tal remuneração trouxe evidentemente um aumento das execuções e corte de orelhas.

Considerando o contexto legal da época, é de se ter em conta que um preto liberto, apenas por saber da existência ou localização de um quilombo e não o denunciasse, era condenado à morte²⁹⁶. Evidente que, encontrado no quilombo, a pena não poderia ser menor que a mesma morte. Diante disto, qual seria o raciocínio de um capitão do mato em relação aos pretos forros encontrados nos quilombos? Se os entregasse vivos, nenhuma tomadia receberia, pois, não tendo senhores, esses pretos não tinham quem por eles pagasse a tomadia de 20 oitavas de ouro. Porém, entregues mortos, a tomadia de 6 oitavas era mais que garantida, mesmo porque, cabeça ou orelhas de pretos mortos não falam; não podem dizer se são de pretos cativos ou forros. Isto, sem dúvida, deve ser levado em conta para que se possa entender a razão de Bartolomeu Bueno ter optado pelo morticínio, como regra, e pela captura, como exceção. Além disto, havia a questão de fronteiras. Era preciso não deixar sobreviventes da chacina feita aos vilarejos localizados em território de fronteira litigiosa com os paulistas, mesmo que, a essa altura, a Capitania de São Paulo fosse apenas uma Comarca da do Rio de Janeiro. Como se vê, Bartolomeu Bueno do Prado e seus primos, diferentemente de seu pai, Domingos Rodrigues do Prado, em relação a seus compatriotas paulistas, realmente, não passaram de mercenários e traidores.

O Prof. Waldemar de Almeida Barbosa, apesar de tentar reduzir o número de calhambolas assassinados, não menciona quantos pretos teriam morrido. Os seus dados seriam os seguintes:

"Um grande número deles morreu resistindo", no quilombo onde havia uma "monstruosidade" de cachorros (Pernaíba); no Quilombo do Andaial, "matou 25"; na serra da Marcela, "os que se puderam contar foram 49"; no Bambuí, "um considerável número de infelizes negros teve o rio Bambuí por sepultura" e, "do grande número de mortos insepultos se tinha notícia pelos corvos que os andavam comendo"; pela infor-

296 APMSC-SG Cód. 11 - fl. 269.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

mação do comandante, no Bambuí, pouco ou nenhum conseguiu fugir, foram todos mortos, exceto 59 prisioneiros entre negras e crias.

O próprio Gomes Freire, em 16 de dezembro de 1759 informa ao Ultramar que seu irmão ainda não o informara do real número de mortos nesta última Guerra aos Quilombolas.

A população do subconjunto Quilombo do Ambrósio, onde teriam ocorrido as mortes supracitadas, seria no mínimo de 2.520 pessoas. Já a população do subconjunto Sapucaí, que ficava em território que os paulistas queriam que fosse devolvido a São Paulo - onde teria ocorrido o grosso da carnificina - também subestimada, seria de no mínimo 6.000 habitantes. O total populacional de todo o Campo Grande - Relíquias da Primeira Povoação do Ambrósio, Sapucaí e Quilombo do Ambrósio, seria de, no mínimo, 9.822, podendo chegar a mais de 15.000 habitantes²⁹⁷.

Por outro lado, poucas são as referências acerca dos pretos presos. Segundo Almeida Barbosa, teriam sido presos, "*50 no Piuí, vários nas cadeias de São João*", afora a informação de 16 de dezembro de 1759 sobre o número de 50 presos galês enviados ao Rio de Janeiro. As negras e crias cujos registros demonstram a devolução a seus senhores apresentam, também, números inexpressivos.

Nenhuma referência há sobre o número de prisioneiros feito nos onze quilombos a que o governador, para disfarçar, sempre se referiu como se fosse um só, o "do Sapucaí".

Caso tenha havido número de negras e crias prisioneiras, igual ao número de mortos, a tomada pela devolução destas a seus senhores, a 20 oitavas por cabeça, renderia 78 mil oitavas, ou sejam 273 quilos de ouro, isto, sem se falar de crias sem mãe identificada que, como "*bens do vento*²⁹⁸", poderiam ser vendidas por mais de 100 oitavas cada uma. Aliás, o próprio Bartolomeu teria ficado com duas meninas, ou sejam, "*duas crioulinhas sem pai e sem mãe, que poderá ter a idade de quatro anos e a outra de seis*"²⁹⁹.

Pelas correspondências conhecidas sobre o Quilombo do Ambrósio, os negros adultos, mormente os chefes, sem mencionar se tinham ou não donos - exceto no caso do líder Pedro Angola - o que ratifica que eram livres, além dos citados cinquenta quilombolas, foram todos mandados como galês para o Rio de Janeiro. É de se interpretar que o critério foi separar os "ladinos" de outros menos instruídos; estes, sem dúvida, como "bens do vento" ou "coisa sem dono", devem ter sido comercializados em outras praças, principalmente no Rio de Janeiro, gerando enormes ganhos para o governo ou para os seus funcionários (incluindo o governador), pois que a corrupção e a imoralidade administrativa sempre foram o forte nessa área de poder colonial. In-

297 Quilombo do Campo Grande: História de Minas roubada do Povo, pp. 198/203.

298 Vide item 21, Capítulo 26 do "Instrução" de J.J. Teixeira Coelho, in Revista do APM, 1903, Vol. 8. Fascículos I e II, p. 561.

299 APMSC - SG Cód.123 fl.130v.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

terpreto que os forros mais ladinos e os brancos pobres devem ter sido, sistematicamente, assassinados, aproveitando-se, dos pretos, apenas as orelhas, principalmente nos onze quilombos localizados na região chamada "O Sapucaí". Os brancos devem ter sido enterrados em valas comuns e os pretos, sem orelhas, deixados aos urubus. Evidências disto é que, em todos os locais que visitamos, há uma cruz ou uma capelinha velha, plantadas ali para que o local não seja cavado ou arado, dada a existência de muitos ossos enterrados no chão raso, um provável "antigo cemitério de índios", segundo diziam os antigos do lugar.

Os homens bons "tomaram posse" de todos os descobertos dos calhambolas, a exemplo daqueles citados no mapa do capitão França, como "*O Descoberto do Espíndola*", "*Cabeceiras do rio das Velhas*"; "*Grupiaras que vertem do rio Grande*"; "*Descoberto de São Pedro de Alcantra*"; etc.

Bartolomeu, além do posto de capitão-mor nas minas do Jacuí (Quilombo do Zondum) e comandante do Distrito de São Pedro de Alcantra (Jacuí), ganhou Sesmaria localizada exatamente na região da Primeira Povoação do Ambrósio:

"Principiando na serra da Esperança, correndo rio Grande acima e confrontando para a parte do nascente com o rio chamado Lambari, para o poente com a serra da Esperança e ao sul com o rio Grande". (Povoação do Ambrósio, sul de Formiga/Pimenta ou Cristais)³⁰⁰.

As terras dos calhambolas foram retalhadas e entregues aos homens bons, mormente para os que participaram do massacre e para seus parentes:

a) na paragem do Campo Grande, desde a margem do rio Grande, até o Alto Paranaíba, passando pelo Alto São Francisco:

José Luiz Cardoso, no morro dos Quilombos;

Alferes Batista Pereira da Costa, nos campos gerais do Campo Grande;

Capitão Antônio Marques de Moraes, no Bom Retiro, cabeceiras do rio Pará;

Antônio Pereira de Lima, no ribeirão de São Cristóvão, cabeceiras do rio Pará;

Capitão Manoel Lopes de Oliveira, na picada em que tinha sido entrada para Goiás;

Manoel Ribeiro de Souza, entre as Sesmarias de Roque de Souza e Manoel Miz Gomes;

José Silveira Machado e outros, junto a Santana e Alagoas;

Manoel Coelho Roiz, defronte da serra da quadrilheira das Esperanças;

Capitão Francisco da Costa Nogueira, no rio Grande das Esperanças, abaixo do rio Grande Pequeno;

300 Achegas à História do Oeste de Minas, Leopoldo Corrêa, 1993, p. 25.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

*Capitão **Antônio Francisco França**, nos logradouros do Piauí (Piumhi) até o Sertão da Conquista³⁰¹;*

*Sargento-mor **Felipe Antônio de Burém**, nos seus logradouros do rio Piauí até o Sertão da Conquista³⁰²;*

***Domingos Francisco França**, junto à serra chamada Esperança;*

Alferes Simão Ribeiro da Silva, principiando junto ao rio Grande ou Sapucaí;

Inácio Coelho da Silva, junto ao ribeirão chamado Boa Vista, que deságua no ribeirão Santa Ana;

Custódio Torres de Lima, entre o ribeirão Santa Ana e o Pouso Alegre;

Antônio Medeiros Rosa, entre as terras de Miguel Vieira e as de Antônio de Mendonça;

***Antônio José de Oliveira**, no ribeirão de São Miguel, vertentes do rio São Francisco;*

***Geraldo de Oliveira**, idem;*

João Roiz de Souza, freguesia de Santana do Bambuí, termo de São Bento do Tamanduá;

Sebastião Dias dos Reis, na paragem chamada Guritas;

Frutuoso Domingues, na freguesia de Santana do Bambuí³⁰³.

b) Paragens identificadas como Quilombo do Ambrósio: Além das que já foram citadas, em todas as 22 Sesmarias concedidas a Inácio Correia Pamplona, a seus companheiros e a seus filhos e filhas, a 1º de dezembro de 1767, é mencionado Quilombo do Ambrósio e serra da Marcela³⁰⁴. Hoje se sabe que Inácio Correia Pamplona fora contratado por Gomes Freire e seus sucessores para fazer sumir a derrota governamental de 1746 para o Rei Ambrósio, bem como, transferir todos os fatos desta guerra para dentro do Triângulo Goiano, com o intuito de plantar falsas notícias de posses que pudessem facilitar o esbulho possessório que o Governo mineiro só conseguiria perpetrar contra Goiás em 1815/1816, quando o Triângulo passou a ser mineiro³⁰⁵.

Estavam assim consumados os objetivos do intento dos homens bons de massacrarem os pretos e gentilhas que habitavam o Campo Grande. Antes, havia uma população de cerca de 15.000 habitantes. Após o massacre final, no ano de 1760, o capitão França dá notícia de que *"já a esta quaresma próxima passada se desobrigaram (apenas) mil e cem pessoas, pouco mais ou menos"*³⁰⁶.

301 A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração, p. 35.

302 idem

303 Todos os nomes, com indicação documental do AJP, estão registrados em A Decadência das Minas e a Fuga da Mineração, de Waldemar de Almeida Barbosa, BH, 1971.

304 Negros e Quilombos em Minas Gerais, p. 34.

305 Vide nossos livros "Quilombo do Campo Grande: Ladrões da História" e "Roubando a História, matando a Tradição".

306 É o que consta ao final do texto do Mapa do Campo Grande.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

O custo da operação, em ouro, fora de pouco mais de 15 quilos. Os lucros obtidos, somente no que se refere às tomadias legais [por cabeça/par de orelhas de negros mortos e por devolução de capturados (crias e mulheres) a seus donos] seriam de mais de 350 quilos de ouro. Outro tanto ou mais deve ter sido a renda pela venda de pretos não ladinos em outras praças, perfazendo um ganho total de mais de 700 quilos de ouro. Isto, é claro, sem se computar o ouro que devem ter surrupiado dos calhambolas, da apropriação indébita de suas colheitas, da exploração de seus descobertos e das Sesmarias obtidas em suas terras³⁰⁷.

Lembramos que o máximo de imposto (Quintos) cobrados pela Coroa Portuguesa anualmente - e que a Capitania, na época de Tiradentes, tinha dificuldade para arrecadar - era de 100 arrobas, ou sejam, cerca de 1.500 quilos.

A continuidade da luta quilombola, após as duas grandes guerras do Campo Grande, diferentemente das confusões que quis fazer sobre a Guerra de 1746, é transcrita com bastante riqueza e comprovação documental pelo Prof. Waldemar de Almeida Barbosa, às pp. 66 a 75 de seu livro "Negros e Quilombos em Minas Gerais":

"Depois de destruído o 'Quilombo Grande chamado do Ambrósio', passou a Capitania por relativa calma, durante algum tempo. A expedição comandada por Bartolomeu Bueno do Prado, pelo seu vulto, impôs medo aos negros Quilombolas que se aquietaram". Lembremo-nos de que não houve batalha neste Segundo Quilombo do Ambrósio que foi encontrado vazio e de que houve ataque a 16 outros quilombos.

"Só em 1762, vamos ter notícia de um requerimento, em que o capitão-mor das entradas Antônio Ribeiro Guimarães, alegando ter dado em um quilombo, de onde trouxe sete negros, três negras e três cabeças de negros dos que resistiram, reclamava, da Câmara de Vila Rica, o pagamento referente às três cabeças. Apesar de as testemunhas terem jurado sobre o trabalho e os sacrifícios de Antônio Ribeiro Guimarães, apesar do parecer favorável do Senado, o referido Capitão só veio receber 18 oitavas (6 por cabeça), em 1765"³⁰⁸.

Como se vê, o prêmio pelos calhambolas mortos era mesmo o mais garantido de todos. Mas, por que o capitão não recebeu as tomadias pelos sete negros e três negras que entregou vivos? Ora, como se viu no regulamento dos capitães do mato, a Lei era claríssima e fiscalizada pelo próprio governador. Era proibida a entrega de qualquer escravo a seu senhor sem que, antes, se pagasse a tomadia do capitão do mato, pois que *"São estipêndio do trabalho que têm nestas diligências³⁰⁹".* Evidente que, por negros livres encontrados em quilombos,

307 Quilombo do Campo Grande: História de Minas que se devolve ao povo, pp, 775-813.

308 Negros e Quilombos em Minas Gerais, p. 66.

309 APMSC-SG Cód.06 fls. 133 - 134v.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

apesar da pena de morte que pesava sobre suas cabeças, não havia mais a 2ª tomadia³¹⁰ que vigorou somente durante a guerra de 1746.

No ano de 1764, o novo governador Luiz Diogo Lobo da Silva faz um reconhecimento da região devastada pelo morticínio, margem esquerda do rio Grande, antes chamada "O Sapucaí", para dar providências visando a efetiva posse da região. Já fala em "descobertos" ou "arraiais" de São João (sic) do Jacuí, São Pedro de Alcântara (hoje, Jacuí-MG), Almas, Cabo Verde e sítios imediatos, que partem com a Capitania de São Paulo, que, em 1763, após a morte de Gomes Freire, estava para ser, restabelecida³¹¹.

*"Nessa época, já estava novamente toda a Capitania infestada de quilombos. O governador Luiz Diogo Lobo da Silva, num Bando de 8 de abril de 1764, declarava: 'constando-me que, sem embargo das acertadas providências que, fundadas nas leis e ordens régias, têm dado os meus antecessores, para reprimir os excessos e crimes e delitos que, com repetição estão cometendo os negros fugidos e aquilombados, por todos os distritos desta Capitania, se não tem conseguido, até o presente, o utilíssimo fim a que se dirigem, por continuarem no mesmo destrutivo curso, duplicando nele não só os escandalosos fatos de saírem às estradas, roubarem, ferirem e maltratarem, e meterem freios nos condutores de mantimentos e viandantes, mas, passando destes, atrevidamente virem atacar várias casas e sítios na vizinhança desta Vila e de todas as mais e arraiais... tirarem mulheres brancas dos mesmos povoados, levarem igualmente pretas e escravos...". Em seguida, no referido Bando, passa o governador a determinar as providências para sanar o grande mal. **Repete a ordem de marcar os Quilombolas presos com a letra F e, se já tiverem a marca, seja cortada uma orelha. Determina que os comandantes de cada distrito aprestem seus homens para decisivo combate aos quilombos e repisa a ordem de 6 de março de 1741, que isenta de culpa os oficiais, as milícias, os capitães do mato e mais pessoas que matarem os referidos negros em ato de resistência**"³¹². (Negritos nossos).*

A isenção de culpa pela morte dos negros é de se entender ser dirigida - agora - aos casos de pretos livres e brancos encontrados nos quilombos (dada a nova política de Pombal em relação aos forros), pois que, os escravos, uma vez em quilombos, podiam ser mortos, caso resistissem, não só não incidindo em crime nenhum como propiciando recompensa a quem os matasse.

"Parece que as medidas adotadas deram resultados, pois houve geral sossego em 1765. Mas, no ano seguinte, os quilombos renasceram

310 APMSC-SG Cód. 11 - fl. 269

311 Bando publicado por Luiz Diogo em Jacuy em 24.09.1764, deixa evidente suas duas preocupações: a) regulamentar as Vilas, garantir as fronteiras e reduzir os povos ao domínio do governo; b) tributar o ouro que, desde os tempos da Capitação, permaneceu sem qualquer ônus nas mãos do povo dessa região. Vide Monte Santo de Minas, História e Atualidades, Luiz Antônio Novelli, pp. 22/24.

312 Negros e Quilombos em Minas Gerais, pp. 66/67.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

com grande força para os lados do Bambuí, serra da Marcela, Região do Paranaíba e Paracatu. Os quilombos do Bambuí e serra da Marcela foram destruídos pelos comandantes Simão Roiz e João Vieira de Faria".

"Quanto aos quilombos do Paranaíba e das proximidades do rio Santa Isabel, nas vizinhanças de Paracatu, foi dada ordem ao comandante do destacamento de Paracatu, Manuel Lopes Saraiva para que agisse com rigor. O Comandante Manuel Lopes Saraiva agiu apenas nas imediações de Paracatu. Quem foi além e avançou pelo Paranaíba e rio das Velhas (Araguari), foi o capitão Manoel Alves de Souza Moreira. Os moradores de Paracatu cotizaram-se e levantaram oitocentas oitavas de ouro, para se livrarem dos Quilombolas que tanto os incomodavam. Das 800 oitavas, 400 foram destinadas a Marcos da Silva Pimentel. Ignoramos o que terá feito. As outras 400 foram destinadas a Manoel Alves de Souza Moreira. Este, segundo relatório que apresentou ao governador, avançou com sua gente para os lados do Paranaíba e, na margem do rio das Velhas, destruiu grande quilombo, no qual havia 76 ranchos; aí prendeu 8 negros. Os demais, avisados pelos espias, fugiram. Encontrou 'copiosas lavouras e mantimentos recolhidos em paióis'. Destruiu e arrasou tudo. Em outras entradas, destruiu outros quilombos de menor consideração"³¹³.

A partir daí, os Quilombolas do Campo Grande foram fugindo para o Triângulo que pertencia a Goiás. Foi sobre esses desgraçados que muitos falsos mateiros fizeram fama, capturando esses coitados.

Entre 1767 e 1768, Inácio Correia Pamplona conseguiu uma estupenda benesse do conde de Valadares, consistente no deferimento de seu pedido que as tropas governamentais expulsassem todos os posseiros que havia a partir da região oeste de Formiga até os limites da Capitania de Minas Gerais com Goiás, demarcados pelas contra nascentes do rio São Francisco. Expulsos os miseráveis, Pamplona foi erigido a regente dessa região e, a partir de então, passou a articular factoides e mil falsidades para criar premissas que permitissem a invasão e o abocanhamento do então Triângulo Goiano.

Em 1769, escreveu Pamplona³¹⁴, saiu de sua fazenda Capote, situada em Lagoa Dourada, indo reunir 13 cavaleiros e mais 58 escravos, com 52 bestas de carga na casa do Padre João da Costa Resende, a noroeste do atual município de Coronel Xavier Chaves. Dali saiu em espalhafatosa expedição³¹⁵, passando pelos territórios dos atuais municípios de Ritópolis, São Tiago, Oliveira, São Francisco de Paula, Ca-

313 Negros e Quilombos em Minas Gerais, pp. 67/68, citando os documentos Cód. 118, fl. 173; Cód. 160, fl. 112; Cód. 159, fls. 83-v/85, todos do APM.

314 Um dos traidores da Inconfidência Mineira e o maior mentiroso que já houve na Capitania, na Província e no Estado de Minas Gerais.

315 Levava farta e rica mesa de iguarias e vinhos da melhor qualidade, muitos músicos instrumentistas, cantores, poetas e declamadores que diariamente tocavam, cantavam e compunham versos em homenagem a ele, Pamplona, sempre equiparado a deuses da mitologia grega pelo seu Bando de puxa-sacos de aluguel. Seu escriba registrou tudo isto. A revista Anais da Biblioteca Nacional, em seu volume nº 108, publicou todo o diário e roteiro da viagem que Pamplona mandou escrever para enviar ao Rei de Portugal - ABN, 1988, pp. 51 a 106.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

macho, Itapecerica, Formiga, Pains e Piuí (hoje, Piumhi) até a região de Bambuí e Medeiros, onde havia concedido a si mesmo mais duas Sesmarias, em que se instalara desde 1767³¹⁶.

Desse local, partiria para o Triângulo Goiano, passando por Ibiá e indo até a região da atual Patrocínio, fingindo-se grande capitão do mato em busca de perigosos quilombolas que, então, na verdade, eram pouquíssimos, doentes, esfomeados e desorganizados. Mesmo assim, quando se viu na iminência de topar mesmo com quilombolas, tratou de dar o fora deixando por conta de seu escriba o registro das mais esfarrapadas desculpas e justificativas.

Seu escriba³¹⁷, desenhou bom mapa do roteiro da expedição, se bem que, quando estava dentro da então Capitania de Goiás³¹⁸, mudou os nomes da toponímia, visando a não deixar prova da invasão àquela capitania³¹⁹.

Reproduziu também plantas dos quilombos que encontrou queimados e destruídos, aos quais atribuiu os nomes de “São Gonçalo”, “Um dos Braços do Perdição”, “Santos Fortes”, “Do Rio Perdição”, “Quilombo da Samambaia” e “Quilombo do Ambrósio”.

Esses desenhos do escriba de Pamplona, no entanto, servem para comprovar cabalmente que os quilombos mineiros eram mesmo Vilas comuns como qualquer outra Vila de pessoas livres: **a)** as plantas do escrivão de Pamplona sempre se referem a CASAS e não a cafuas ou ranchos³²⁰; **b)** todos os quilombos tinham, em sua volta, abundantes e variadas roças plantadas ou sinais delas; **c)** todos os quilombos tinham hortas com plantações de todas as hortaliças e legumes utilizadas na época; **d)** o Quilombo de São Gonçalo, além de Casa de Tear e Casa de Pilões, tinha Casas de Ferreiro; **e)** o Quilombo de Um dos Braços do Perdição, além de Casa do Rei e Casa do Tear, tinha um Cruzeiro, ao lado de uma construção que, pelo formato, só podia ser uma Capela ou Igreja; **f)** o Quilombo do Rio da Perdição, além de Casas do Tear, tinha uma Casa do Conselho e um cruzeiro ao lado de uma construção que, pelo formato, só podia ser também uma Capela ou Igreja; **g)** o Quilombo da Samambaia tinha Casa de Audiência com Assentos, Curtume de Couros e Casa e Forja de Ferreiro³²¹.

Já o Quilombo do Ambrósio, apesar de cercado por uma valeta e por estrepes de madeira por fora, e cerca por dentro, com guaritas externas anexas, identifica os seus 33 edifícios internos apenas como

316 Sesmaria de São Simão, em Bambuí, Despenhado, ou Desempenhado em Medeiros - Dicionário Histórico e Geográfico de MG, p. 57.

317 Cartógrafo e diarista.

318 Lembremo-nos de que somente em 1816 é que o Triângulo Mineiro passaria a pertencer a Minas Gerais.

319 Aliás, sem dúvida que o capitão Antônio Francisco França, pela mesma razão, também fez grande confusão proposital em seu mapa, desenhado em 1763, colocando o Rio das Velhas e o Paranaíba como afluentes diretos e independentes do Rio Grande exatamente para dissimular a invasão.

320 Também o mapa do Capitão França, feito em 1760, traz a expressão “casas”.

321 Porém, quando o autor escreveu o romance-histórico “SESMARIA - Cruzeiro, o Quilombo das Luzes”, não conhecia e nem ouvira falar do artigo sobre a aventura de Pamplona publicado pela ABN em 1988. Assim, as coincidências consagram a Lógica Formal.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

CASAS. Estivemos na Biblioteca Nacional em junho de 2011 e pudemos constatar, apesar destas indicações corretas, toda a artificiosa articulação de Pamplona e comprovar todas as teses sobre a sua desonestidade³²².

Daí para frente, até 1795, há ainda dezenas de notícias de surgimento e ataques a quilombos, porém quilombos comuns de negros fugidos, e não de brancos pobres, pretos libertos e seus respectivos escravos, como foi o caso do Campo Grande de 1746.

Quanto a outros povoados do Campo Grande, há evidências de que muitos "quilombos" de pretos e gentilha, não sendo descobertos nesse tempo de repressão violenta, acabaram, mais tarde, se transformando em povoados, Vilas que, hoje, são cidades mineiras cujos filhos, no entanto, nada sabem sobre esse fato. Outros, ainda são Quilombos até hoje, a exemplo dos Calungas do Triângulo Mineiro e dos Calungas do rio Paranã³²³, a nordeste de Goiás.

Voltemos, pois à História específica de nossa querida Moema e de suas vizinhas, Bom Despacho e Santo Antônio do Monte.

BOM DESPACHO E SANTO ANTÔNIO DO MONTE

Como se viu, não só as águas, mas também rios de sangue, rolaram e continuaram a rolar no Brasil colônia. Em 1759, o marquês de Pombal manda expulsar os Jesuítas do Brasil e extingue as últimas capitânicas hereditárias que ainda existiam. Em 1763 a capital do Brasil, que era Vice-Reino, muda de Salvador para o Rio de Janeiro³²⁴.

Gomes Freire? Mais uma vez o sanguinário genocida ganhou, mas não levou. São Paulo, após 15 anos como simples Comarca do Rio de Janeiro, recuperou o seu predicamento de Capitania e voltou a ter o seu próprio governador³²⁵. O primeiro Vice-Rei a governar toda a Colônia diretamente do Rio de Janeiro, foi outro, foi dom Álvares da Cunha, o conde Cunha. A Capitania de Minas passou a ser governada pelo capitão general Luiz Diogo Lobo da Silva³²⁶. Gomes Freire morreu nesse mesmo ano de 1763³²⁷.

Gomes Freire falhara em suas missões no Sul, pois, ao contrário do que pensou, para resolver aquela questão não bastou assassinar índios e construir fortes. O tratado chamado Acordo do Pardo (1761), além disto complicou-se dado a que, Portugal, aliado da Inglaterra, en-

322 Vide nossos livros "Quilombo do Campo Grande: Ladrões da História" e "Roubando a História, matando a Tradição"

323 Leia o livro Quilombo - Uma Aventura no Vão das Almas, Mercuryo, Hermes Leal, 1995.

324 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrin, Saraiva, 1994, p. 120.

325 Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1979, pp. 13/14.

326 Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837), Vol. 1, p. 86.

327 Vide artigo "Gomes Freire de Andrade: o outro lado de Gomes Feire" no site do mgquilombo.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

trara em guerra contra a França e Espanha. Corríamos o risco de ver os espanhóis, vindos do Sul, invadirem a Colônia Brasileira³²⁸.

A guerra externa, agora, era iminente. Novamente, os paulistas seriam necessários. O novo governador indicado para restaurar a Capitania de São Paulo foi dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. O Morgado de Mateus, ante as dificuldades que via pela frente, escreveu ao Rei dizendo que a antiga Capitania estava morta e que seria muito difícil tirá-la das cinzas, já que nem cinzas existiam. Atribuiu, sem rodeios, todo aquele prejuízo à aversão que Gomes Freire em “*toda sua vida conservou por São Paulo, empregando-se com todo o seu empenho não sei se com graves prejuízos dos Reais interesses em danificá-la e destruí-la*”³²⁹. Assim, isolou-se em Santos e lá ficou estudando e fazendo planos. Somente em 2 de abril de 1766, é que toma posse de seu cargo em São Paulo. Seu primeiro ato foi contestar a demarcação feita por Tomás Rubim inquinando-a com dezenas de vícios, onde se destacaram a violência de Gomes Freire, a ausência de capitão general em São Paulo, a ausência da Igreja na demarcação feita por Tomás Rubim e a anterior demarcação real de 1720³³⁰.

Essa questão de Fronteiras nunca foi resolvida. Em 1792 os mapas de São Paulo e da poderosa Minas Gerais ainda traziam a mesma região, anexando-a, cada qual, como se fosse o verdadeiro dono³³¹.

Resquícios disto foram as sucessivas tentativas separatistas dessa região, sempre liderada pela sofrida Campanha da Princesa, no sentido de emergirem como uma nova Província ou Estado independente, chamado Minas do Sul: 1845, 1863, 1868, 1889, 1892³³² e 1988. Voltamos ao ano de 1760 e às terras de nossa região.

O português Luiz Ribeiro da Silva já possuía, em 1760, por Sesmaria, um sítio chamado Capão Grosso entre os rios Paraopeba e Pará, termo da Vila de Pitangui³³³. Por volta de 1762 a 1763, deslocou-se com sua gente para as nascentes do rio Picão onde se estabeleceu em definitivo com lavoura e campos de criação. Depois, para escapar às exigências legais, requereu em nome de um tal João Gonçalves Paredes, a medição da Sesmaria que, no mesmo processo, foi-lhe repassada³³⁴. Foi exatamente em terrenos dessa FAZENDA DAS CABECEIRAS DO PICÃO, de propriedade de Luiz Ribeiro da Silva, que se formou a Cidade de Bom Despacho. O Vilarejo surgiu ao redor da capelinha feita de capim por Luiz Ribeiro da Silva que lhe instituiu patrimônio em ter-

328 Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1979, pp. 26/51.

329 Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1979, pp. 91-92.

330 Quilombo do Campo Grande: História de Minas que se devolve ao povo, pp. 822-871.

331 Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 1979, encarte entre as pp. 238 e 239.

332 “Notícias da Cidade de Campanha”, p. 206.

333 Pesquisando a História de Pitangui, Silvio Gabriel Diniz, BH, 1965, p. 108.

334 História de Bom Despacho, BH, 1968, p. 34.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ras de sua fazenda, conforme escritura homologada por sentença em 26 de junho de 1767. O mesmo Luiz Ribeiro da Silva requereu e obteve sua primeira provisão canônica em 16 de novembro de 1771. No entanto, somente em 18 de novembro de 1812 (41 anos mais tarde) é que a capelinha obteve a chancela do reconhecimento civil (político-administrativo), através de Provisão Régia. Sua designação, com o nome da padroeira e do local ficou sendo Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho do Picão. Seu primeiro capelão foi o padre Agostinho Pereira de Melo, brasileiro, natural de Prados-MG³³⁵.

Sobre a tradição (história contada de geração para geração, sem prova documental), registrada pelo padre Nicolau Ângelo Del Duca, conforme vimos, Laércio Rodrigues nos narrou os fatos sobre o pioneiro Manoel Picão Camargo³³⁶. Sobre os outros pioneiros, registra a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, que deve ter tido a mesma fonte: *“em 1755, três outros portugueses ali chegaram, fugindo às medidas administrativas do marquês de Pombal, e se estabeleceram em fazendas. O primeiro deles foi Domingos Luiz de Oliveira, que fundou a fazenda hoje denominada das Palmeiras; o segundo, Manoel Ribeiro da Silva, foi o fundador da Fazenda da Cachoeira do Picão; finalmente, o terceiro, padre Vilaça, fundou a fazenda que tem atualmente o nome de ribeirão dos Santos. Estes três portugueses e seus descendentes edificaram, por volta de 1790, uma ermida (capela), dedicada à Nossa Senhora do Bom Despacho, considerada como sua titular e padroeira. Explica-se o nome da Igreja em correlação com outra, existente no litoral de Portugal, com o mesmo nome. Vítimas do despotismo do marquês de Pombal, quiseram aqueles homens perpetuar o nome da igreja aqui no Brasil”*³³⁷.

Sobre “o primeiro deles”, Domingos Luiz de Oliveira, realmente era morador de Bom Despacho, conforme prova o assento do óbito do escravo Luiz Angola, de propriedade do mesmo, lavrado em Pitangui a 4 de abril do ano de 1786. Teria chegado a Bom Despacho por volta de 1776, onde adquiriu fazenda que, ao norte, confrontava com a de Luiz Ribeiro da Silva. Não há notícias de sua participação na fundação da primeira capela, eis que, quando ali chegou já a encontrou construída, no entanto, desfrutou da estima geral por ser homem de acentuado espírito público. Seu nome aparece como avaliador de quase todos os inventários da época. Não era português como diz a tradição, era brasileiro nascido em Mariana, filho de José Luiz Baião e de Maria de Oliveira Neves. Foi casado duas vezes, sendo sua primeira esposa Joana Fernandes Pais e a segunda Vitória Bernarda da Silva. Faleceu em 3 de agosto de 1812, sendo sepultado, conforme sua vontade, debaixo do altar de São Sebastião dentro da Capela de Nossa Senhora do Bom

335 História de Bom Despacho, BH, 1968, pp. 48 a 52.

336 História de Bom Despacho, BH, 1968, pp. 19/21.

337 Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1957, verbete “Bom Despacho”.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Despacho. Seus bens, conforme inventário após seu falecimento, incluindo a Fazenda Cabeceiras dos Machados, montaram a 3:311\$299 líquidos³³⁸.

Localizamos no Livro de Registro de Terras da Igreja, entre 1855 e 1856, várias citações à Fazenda de Domingos Luiz, onde moravam, entre outras pessoas, João Antônio da Silva, Tereza Ferreira da Silva, Manoel Antônio Ferreira e muitos outros³³⁹.

Quanto ao “segundo” registrado pela tradição, *Manoel* Ribeiro da Silva, “*fundador da Fazenda da Cachoeira do Picão*”, Laércio não descarta a possibilidade de uma inversão involuntária do nome de LUIZ para MANOEL. No entanto, o quarto filho de Luiz Ribeiro da Silva, chamou-se Manoel Ribeiro da Silva, conforme documento de arrematação de terras datado de 1790. O alferes Luiz Ribeiro da Silva era mesmo português, provavelmente da Freguesia de Santa Maria do Pombeiro, Arcebispado de Braga. Realmente, ELE foi o fundador da Fazenda das Cabeceiras do Picão, construtor da capelinha e doador do patrimônio. Além disto, foi o zelador da capela, fundador da Irmandade de Nossa Senhora do Bom Despacho e foi ele, também, que promoveu a substituição desta mesma capela por outra maior, feita de alvenaria e coberta de telhas. O alferes Luiz Ribeiro da Silva foi casado com Bárbara Ferreira de Santa Maria, com quem teve onze filhos. Falecido em 1801 teve seus restos mortais sepultados na igreja que construiu, sendo que seus bens inventariados montaram a 1:800\$000³⁴⁰.

Localizamos no Livro de Registro de Terras da Igreja, entre 1855 e 1856, várias citações à Fazenda Cachoeira do Picão, onde Pedro Pereira do Couto tinha uma Sesmaria de 1 e ½ léguas quadradas, em comum com pequenos proprietários, a exemplo de Maria Joana, coronel Antônio de Moraes Silva e Antônio Martins Villaça³⁴¹.

Quanto ao “terceiro”, padre Vilaça, Laércio faz várias indagações, a exemplo de o padre Agostinho Pereira de Melo, que apesar de ser, então, brasileiro, fazendeiro na região, ter falecido por volta de 1778, sem que disto haja qualquer registro documental. Ante o fato, e tendo em vista a perseguição que o marquês de Pombal desencadeou contra os religiosos, poderia ter mudado de nome. De uma forma ou de outra, havia na região inúmeros padres com presenças e atividades completamente fora de controle do governo e da própria Igreja. Outros dois sacerdotes da região também foram pesquisados neste sentido, porém, Laércio Rodrigues termina suas investigações registrando: “*Entretanto, nenhum elemento sério encontramos que pudesse autorizar a suposição de que um deles fosse o padre Vilaça. Transformado, portanto, em*

338 História de Bom Despacho, pp. 70/72.

339 APM, Livro de Registro de Terras, Paróquia de Bom Despacho do Picão, Registros Nos. 11, 429, 873, 946 e 1022.

340 História de Bom Despacho, pp. 67/70.

341 APM, Livro de Registro de Terras, Paróquia de Bom Despacho do Picão, Registro No. 01 do Livro 01.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

*equação histórica, aqui fica o lendário padre Vilaça, cujo nome aparece na placa de uma das ruas de Bom Despacho*³⁴².

Em homenagem ao Dr. Laércio, informamos que o Pe. Vilaça deve ter vivido sim, em Bom Despacho; inclusive, teria deixado herdeiros ou parentes: *“Registro No. 01 - Livro 1º de Registro de Terras da Igreja - Pedro Pereira do Couto 1º de junho de 1855: Dono da Fazenda da Cachoeira do Picão, de 1,5 - X - 1 léguas, tendo, nesta mesma fazenda, em comum com Antônio Martins Villaça, uma quarta de cultura, tendo, ainda, “em comum com os herdeiros do FINADO VILLAÇA, na Fazenda do Capivari de Baixo, no Capão denominado Anacleto, cinco alqueires de cultura e campos”*.

Sobre SANTO ANTÔNIO DO MONTE, apesar de haver respeitável tradição catalogada pelo ilustre Prof. Miguel Eugênio de Campos, esta não se comprova documentalmente, de forma a não ser precisa nem mesmo a data da fundação da capela que deu origem ao povoado. Segundo esta tradição, *“um português chamado Eliseu, arrematou uma Sesmaria - limitada a oeste pelos rios Jacaré e São Francisco - na Vila de São Bento do Tamanduá (Itapecerica), para fundar uma fazenda e explorar o solo. Eliseu doou uma parte de suas terras a seu patrício, MANOEL JOSÉ DA SILVEIRA que fundou a fazenda de Bom Sucesso, nome tirado de um ribeirão que passava por suas terras, dando origem a atual Martins Guimarães. Suas fazendas e as outras que posteriormente se formaram, possibilitaram o aparecimento de numerosas povoações pertencentes ao Distrito em que se acha o Município. Falecendo Eliseu, a viúva mandou erguer uma capela no alto do monte (segundo se crê, o atual Bela Vista) sob a invocação de Santo Antônio. O povoado cresceu em torno. Corre também uma outra versão. O terreno para erguer a capela teria sido doado, não pela viúva do português Eliseu, e sim por sua tia, chamada Margarida. Segundo a tradição, os primeiros povoadores de Santo Antônio teriam sido os Silveira, Eliseu, sua mulher e filhos*³⁴³.

Em homenagem à Professora Dilma de Moraes, registramos a seguir o atual resultado de nossas pesquisas e conclusões sobre o assunto. Segundo registro que encontramos no APM, realmente, Manoel José da Silveira era mesmo possuidor da *“Fazenda Bom Sucesso, sita no Bom Sucesso da Freguesia de São Bento do Tamanduá, vertentes do rio São Francisco”*; tinha como confrontantes os sesmeiros João Borges de Mendonça e Antônio Miranda Varela. Comprou essas terras, em 16 de dezembro de 1785, de um outro sesmeiro, chamado José Pinto Vizeo, ou Viseu³⁴⁴.

Esse José Pinto Vizeo (ou Viseu), realmente, era titulado em uma Sesmaria bem maior, situada no *“rio (São Francisco), e cabeceiras, de*

342 História de Bom Despacho, pp. 72/74.

343 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Politicos Famosos”, Dilma de Moraes, Minas Gráfica Editora, BH, 1983, p. 11.

344 APM - SC 234, fls. 166-167v.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Santo Antônio acima e suas vertentes, córrego dos Cedros e do Cipó”, também na “*Freguesia de São Bento do Tamanduá*”; seus confrontantes eram alferes José Pais de Miranda, José Jaques Rapozo e Manuel Furtado de Mendonça. Esta Sesmaria, comprou-a, em 18 de outubro de 1774, de João José do Vale³⁴⁵.

Quando nos deparamos, no APM, com os registros supracitados, pensamos ter encontrado, sem dúvida o tal “Elizeu”. É que a letra “V” maiúscula da palavra Vizeu, dados os enfeites da grafia, parecia mesmo um “El”. Porém, não era isto. Assim, com a ajuda de técnicos do APM, concluímos que o nome seria mesmo VIZEU ou VIZEO. Viseu, como se sabe, é uma cidadezinha existente em Beira Alta, Portugal, numa região montanhosa, vertentes direitas do rio Mondego. Essa, portanto, devia ser a pátria de nosso personagem, lá em Portugal, a qual, como era comum, adotou-a, no Brasil, como apelido de família.

Conversando com vários portugueses de hoje, constatei duas coisas: **a)** - é muito comum que os portugueses se tratem - e que gostem de ser tratados - pelo “sobrenome” e não pelo nome; **b)** - a palavra Viseu, pronunciada com sotaque lusitano, “Vzeu” ou Bzeu”, oferece, a nós brasileiros, um som muito semelhante a “Eliseu”.

De uma forma ou de outra, quem vendeu ou doou as terras para o Silveira foi mesmo um português chamado José Pinto Viseu - e isto está documentado³⁴⁶.

Assim, por hora, como confirmação de que seria este mesmo, o nosso personagem “Eliseu”, pioneiro de Santo Antônio do Monte, sugerimos duas hipóteses: 1^a) - Algum escrivão ou pesquisador, assim como nós, entendeu erroneamente a grafia do nome do homem; 2^a) - Chamado de Viseu por seus patrícios, o povo mais simples, acabou por entender e por divulgar erroneamente o seu nome como “Eliseu” e, assim, passou-se à tradição.

Sobre os Silveira, constam ainda no APM registros dos seguintes parentes e vizinhos: Joaquim José da Silveira (1800) e Geraldo José da Silveira (1805)³⁴⁷.

Quanto aos registros históricos, Dilma de Moraes cita-nos que, antes de 1760, através de caminhos fluviais, os primeiros povoadores do Diamante, ribeirão que deságua no lambari, foram Francisco de Araújo e Sá, Tomás Teixeira e o sargento-mor Gabriel da Silva Pereira. Este último, como vimos, fez parte da expedição de Antônio Rodrigues da Rocha em 1758, tendo, porém, voltado para Pitangui onde faleceu em 1762 como juiz ordinário³⁴⁸.

345APM - SC 206, fl. 41-42.

346 Aliás, em 1769 o José Pinto Viseu já estava procurando terra, tendo entrado na lista de Pamplona, pedindo uma Sesmaria no projetado Arraial de Nossa Senhora da Conceição da Conquista do Campo Grande, região dos atuais municípios de Rio Paranaíba e Serra do Salitre - ABN, n.º. 108, 1988, p. 93.

347 APM - SC 289, fl. 143v; APM - SC 305, fl. 12.

348 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos”, pp. 16/17.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Antônio Dias Nogueira, companheiro dos supracitados, era português, natural da Freguesia de São Salvador do Pará do Borba, Bonilha, Arcebispado de Braga, filho de João Francisco e Ana Brás dos Santos. Casou-se com Ana Maria Cardoso de Camargo, viúva de Tomás Teixeira, com quem não teve filhos; a viúva tinha nove filhos do casamento anterior: Francisco, João, Tomás, Joaquim, Antônio, Vicente, Rosa, Maria Madalena (casada com Antônio Ribeiro da Silva) e José (pai), todos com o sobrenome Teixeira de Camargo. Em solteiro, Nogueira tivera uma filha com Mariana Bicuda, de nome Josefa Dias Nogueira, casada com Henrique Rodrigues Vila Nova. Em seu testamento, Nogueira declarou que Luiz da Silva, seu sócio, e Bento Alves, residentes na paragem chamada Diamante, deviam-lhe dinheiro relativo a umas posses e gado, pelo que estavam sendo executados em Pitanguí³⁴⁹.

Sobre outros indícios e apontamentos referentes a Santo Antônio do Monte, registra Dilma de Moraes, em seu livro “Santo Antônio do Monte - Doces Namoradas/Políticos Famosos”, que “*dos tempos primitivos pouco se sabe, por falta de documentos esclarecedores. Em 1941, após a morte do padre Synfrônio Baía da Rocha, vitimado por tuberculose, diversos livros do arquivo paroquial foram incinerados, assim como, tempos atrás, o mesmo foi feito na Coletoria Federal, fatos que dificultaram e impediram que nossas pesquisas se tornassem mais profundas*”³⁵⁰.

Por fim, consigne-se que segundo o documento que encontramos, Carta de Sesmaria, onde, em 1769, um tal José de Moraes Ferreira alega ter comprado as terras de Caetano da Silva³⁵¹, já utiliza a expressão “*na paragem denominada SANTO ANTÔNIO DO MONTE, freguesia de São Bento do Tamanduá*”³⁵². Isto, inclusive, pode estar ligado às alegações que os confrontantes, em 10 de julho de 1767, fizeram quando da demarcação da Sesmaria de Antônio Rodrigues da Rocha, no sentido de que “*de uma forma ou de outra, meia légua de terras deveria se destinar à construção de uma capela*”. Realmente, os confrontantes dessa Sesmaria de 1769 eram Manoel Alves (da Costa Neves), Domingos Gonçalves (Viana) e Manoel Gomes (irmão de José Gomes, jagunço de Inácio de Oliveira Campos), todos presentes na demarcação das terras de Rocha, além de Manoel Teixeira, na realidade Manoel Antônio Teixeira, sócio da viúva Isabel Buena (viúva de Antônio de Abreu Guimarães) em outra Sesmaria no Lambari³⁵³.

Quanto à Sesmaria Alta Serra, importante documento fornecido à Cidade pelo vereador Belchior Batista Braga, veio lançar um pouco de

349 AJP - Registro do Testamento com que faleceu Antônio Dias Nogueira em 04.04.1769.

350 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos”, pp. 18/19.

351 Confirmado em Achegas à História do Oeste de Minas, p. 207, citando “Sesmarias... página 117”.

352 APM - SC 156, fls. 175-v e 176.

353 APM - SC 156, fls. 175v e 176 e SC 172, fl. 16.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

luz à questão. Depreende-se do texto desse documento que o guarda-mor Francisco Tavares de Oliveira seria irmão de Vicente Francisco de Oliveira Lopes³⁵⁴. Apesar da excelente interpretação que Dilma dá ao documento³⁵⁵, permitimo-nos, com a devida vênia, aventar outros detalhes à interpretação de seu hermético texto. O Guarda-mor Francisco tinha terras contíguas às de seu irmão Vicente. Nas terras do Guarda-mor havia a capela de Santo Antônio e uma morada, que ele mandou construir ou que já encontrou quando adquiriu as terras. Demarcou esse pedaço de terra e o transferiu para a Sesmaria Alta Serra, para servir de patrimônio do lugar, onde pessoas poderiam, dentro de certas condições, passar a morar e iniciar o povoado. As terras do Guarda-mor, no entanto, passaram a pertencer (por venda, herança, posse etc.) a Manoel Pereira de Araújo, Francisco Oliveira Lima e Maria de Jesus. Assim, a doação que fizera, teria sido anulada pelos novos proprietários das terras. Vicente, irmão do guarda-mor, impetrou recurso ou ação contra os proprietários e conseguiu reaver, por sentença, a antiga doação que, então, passou a pertencer aos seus herdeiros, Anna Maria Ferreira Lopes, a esposa, e os filhos Maria de Araújo Lima, Manoel de Oliveira Lopes, Francisco Ferreira e Antônio da Costa Pimentel³⁵⁶ que, então, em junho de 1782, legalizaram e ratificaram a doação feita ao glorioso Santo Antônio do Monte.

Antônio Dias Nogueira fez seu testamento em 4 de abril de 1769. Casara-se com a viúva de Tomás Teixeira, que tinha 9 (nove) filhos, dos quais, o terceiro chamava-se Tomás Teixeira de Camargo. Pois bem, é exatamente de 22 de abril de 1769, a Carta de Sesmaria desse Tomás Teixeira de Camargo, a qual consignava que ele estava cultivando terras virgens, chamadas “*Forquilha do Ribeirão do Diamante*”, onde confirma vários vizinhos, entre os quais, ao norte de suas terras, Félix de Araújo Lima³⁵⁷.

Consta do testamento de Antônio Dias Nogueira, na partilha do monte de seus enteados, filhos do finado Tomás Teixeira, que Luiz da Silva e seu sócio Bento Alves, moradores na paragem denominada DIAMANTE, deviam-lhe um crédito de 300\$000, decorrentes de umas posses e de umas cabeças de gado³⁵⁸.

Pois bem, é de 14 de abril de 1769, a Carta de Sesmaria de Félix de Araújo Lima e de sua filha “Maria Viúva” (Maria de Araújo Lima, viúva de Francisco Fernandes Lopes), onde este diz ter comprado as ter-

354 Leopoldo Corrêa confirma o fato ocorrido em 1789, dando porém o nome de Francisco Tavares Pereira ao personagem, que assinou o documento sob o testemunho das seguintes pessoas: Pe. José Albergaria de Melo, Manoel José da Silveira, André Nunes Faleiros, João da Silva Camargos, Pedro José Serra, José do Couto Rosa, Manoel de Ávila da Silveira, Francisco da Costa de Azevedo, José de Mesquita, Inácio José Pedroso e Antônio Joaquim da Costa. O nome do irmão do doador também seria outro: Vicente Tavares Teixeira Lopes - Achegas à História do Oeste de Minas, 1993, p. 207.

355 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos”, pp. 12/15.

356 Segundo Leopoldo Corrêa, na mesma obra citada, Pimentel era marido da herdeira Ana Tereza Lopes.

357 APM - SC 256, fls. 177v a 178.

358 AJP - Registro do Testamento com que faleceu Antônio Dias Nogueira em 04.04.1769, fls. 83.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ras no Sertão do Ribeirão do Diamante, de uma pessoa chamada Bento Alves e de seu sócio (Luiz da Silva)³⁵⁹.

Em homenagem à Professora Dilma de Moraes, registramos a seguir, o que localizamos até agora (1997) sobre o Patrimônio de Santo Antônio do Monte. Félix de Araújo Lima casara a sua filha, Maria de Araújo Lima, com um homem muito doente, chamado Francisco Fernandes Lopes, pagando sempre todas as despesas desde o casamento, a fazenda dos mesmos no Diamante, até as despesas com o luto da filha, após o falecimento do genro em 1770. Após a morte do marido, a filha de Félix colocou como tutor de seus filhos impúberes, MANOEL, ANA E FRANCISCO, um tal José Vaz da Cunha, com quem não se sabe se casou ou amasiou-se. Félix moveu-lhes ação em Pitangui, exigindo o reembolso de todas as despesas que fizera com a família, obtendo, ao final - em 16 de fevereiro de 1772 - condenação à revelia dos réus, a que lhe pagassem 46\$990 réis de principal, mais 19\$668 réis de custas, levando a leilão e arrematando três escravos da mesma pelo valor principal. Não há notícias de como teriam pago as custas judiciais³⁶⁰.

Analisando o documento e os nomes dos envolvidos, é de se concluir que os herdeiros que ficaram com as terras objeto da doação do guarda-mor Francisco Tavares de Oliveira (Pereira?), poderiam ser os filhos de Félix de Araújo Lima - Manoel Pereira de Araújo, Francisco Oliveira Lima e Maria de Jesus (que poderia ser Maria de Araújo Lima). O guarda-mor Francisco Tavares de Oliveira (Pereira) e seu irmão Vicente Francisco de Oliveira Lopes³⁶¹, seriam irmãos da mulher de Félix de Araújo Lima. Anna Maria Ferreira Lopes, sobrinha e esposa de Francisco - o que era bastante comum na época - seria, portanto, neta de Félix que, inclusive repetira em seus filhos, que ratificaram a doação do patrimônio, os nomes de sua mãe Maria de Araújo Lima e de seus irmãos Manoel e Francisco.

O trabalho minucioso e progressivo da colega Dilma de Moraes tem revelado muitas descobertas que, a seu tempo, serão divulgadas pela ilustre Historiadora de Santo Antônio do Monte.

O fato é que a Cidade de Santo Antônio do Monte foi-se desenvolvendo com a devoção dos fazendeiros ao Santo, fazendo surgir aos poucos as casas de comércio e pontos de negócios. Os pioneiros foram tomando posse das terras de forma desordenada e indevida, para instalarem suas chácaras e pastos, ocupando todo o patrimônio³⁶².

359 APM - SC 156, fl. 176.

360 AJP-IV, 581, ano de 1772.

361 Vicente Tavares Teixeira Lopes(?).

362 "Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos", p. 18.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

BOM DESPACHO - SANTO ANTÔNIO DO MONTE - BRASIL

A Costura da História em Manchetes no Tempo

As coisas iam acontecendo em todo o Brasil Colônia que, no século vindouro, deixaria de ser colônia. Em 1777, dona Maria I assume o Trono português pondo fim ao despotismo de Pombal. Em 1778, dom Luiz de Vasconcelos e Souza, o conde de Figueiró, assume o cargo de Vice-Rei do Brasil, cargo que ocuparia até 1790. Em 1783 dom Luiz de Cunha Menezes é nomeado governador da Capitania de Minas Gerais. Em 1785, Portugal proíbe as atividades fabris, ou seja, o funcionamento de indústrias-fabris em suas colônias. Em 1788, o novo governador da Capitania, Luiz Antônio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena, assume o governo com ordens de lançar a Derrama.

Como vimos, ante o quilombismo generalizado de brancos pobres, pretos forros e fugidos com que o tributo da Capitação incendiara as Minas Gerais, o primeiro decreto do futuro Marquês de Pombal, em 1750, foi a extinção desse sistema tributário e a reimplantação do Quinto por Casa de Fundação, culminado por Derrama em caso de não atingimento de cem arrobas anuais³⁶³.

Nesse novo sistema, a diferença entre o teto estabelecido e o Quinto recolhido teria de ser paga, de um jeito ou de outro, pelos mineiros magnatas³⁶⁴ que ficaram desesperados sem ter de onde tirar, mesmo que entregassem tudo o que possuíam; além disto, corriam o risco de serem condenados pelo crime de sonegação, que era crime de lesa-majestade.

Assim, muitos mineiros da elite dominante, supostamente liderados por Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, e por outros, como Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, padre Rolim etc., ao mesmo tempo amedrontados pela justiça da metrópole e inspirados por ideias liberais, encorajados pela independência dos Estados Unidos da América, começaram a articular uma revolução. Alguns deles pretendiam tomar o poder pela força e criar uma República federativa igual à dos Estados Unidos. Propagaram a intenção de criar fábricas e universidades no Brasil, instituir uma pensão para as famílias numerosas e implantar o Serviço Militar obrigatório, entre outros inúmeros sonhos que, debaixo da nova bandeira com a inscrição “liberdade ainda que tardia”, aparentemente, sonhavam para o Brasil e para o povo brasileiro³⁶⁵.

363 Item 21, Capítulo 12 do “Instrução”, de J.J. Teixeira Coelho, in Revista do APM, 1903, Vol. 8, Fascículos I e II, p. 493.

364 Os brancos pobres e os pretos livres e forros, NADA tinham a perder ou a temer. Só os ricos.

365 Vide “A Devassa da Devassa”, Kenneth Maxwell, Paz e Terra, 1995, 4ª reimpressão, o melhor e mais documentado livro sobre a Inconfidência Mineira.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Cerca de 12 dos conjurados³⁶⁶, inspirados no instituto jurídico da delação - muito utilizado no sistema colonial, especificamente na Demarcação Diamantina³⁶⁷ - no entanto, ao invés de articular e partir para a viabilização dos planos combinados, partiram, isto sim, para a traição dos supostos planos, delatando - verbalmente e por escrito - quase que simultaneamente a suposta revolta para o governador. Um desses corruptos, chamado Joaquim Silvério dos Reis Montenegro, no entanto, por ser o primeiro a delatar, foi quem levou a melhor e recebeu os favores e o perdão de suas dívidas, previstos na lei. Os outros foram todos presos, inclusive Tiradentes que se encontrava no Rio de Janeiro, em campanha junto ao povo e à procura de armas. A Rainha débil mental, Maria I, inicialmente condenou todos à morte. Cláudio Manoel da Costa “suicidou-se” na prisão. Depois, a louca Rainha comutou a pena de morte em exílio perpétuo. Quanto a Tiradentes, porém, manteve a pena de morte. Em 21 de abril de 1792, ele foi enforcado no Rio de Janeiro, sendo esquartejado e sua cabeça levada para ser exposta, como exemplo, em Vila Rica. Exemplo de medo e covardia, queriam os reinóis. O que ficou, no entanto, foi um exemplo de coragem, de amor à Pátria e à liberdade.

É evidente que Tiradentes, um brasileiro que não tinha sangue puro lusitano - ascendência paulista pelo lado materno³⁶⁸ - em seu santo amor à pátria, foi maquiavelicamente utilizado por essa elite genética da colônia que, na verdade, só pretendia escapar da justiça portuguesa que, dia menos dia, acabaria por condená-los, mormente por suas dívidas, apropriação indébita de verbas públicas e sonegação de impostos. Como sempre, a arraia-miúda pagou o preço maior.

Diogo de Vasconcelos, uma das pilastras da atual historiografia mineira, além de ter sido sempre um monarquista confesso e impenitente, escritor de folhetins e de História - onde sempre se “confundiu habilmente” - era, também, descendente direto do Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, reinol e vereador da Câmara de Vila Rica que, ante os restos da cabeça de Tiradentes expostos num poste, pronun-
ci-

366 Quase todos contratadores, ou seja, eram funcionários “terceirizados” do governo, que exploravam o povo na prestação de vários serviços, inclusive na cobrança de impostos e justiças, onde se locupletavam e roubavam o próprio fisco lusitano.

367 A partir de 1771, consoante o Livro da Capa Verde: “O denunciante devia escrever a delação em um papel, com a declaração de todas as circunstâncias e provas do delito, sem ser necessário assiná-lo. Este papel era entregue pessoalmente ao Intendente, ou a algum dos Caixas, que o assinava com declaração do dia, mês e ano que lhe fora apresentada, e depois de assim legalizado o entregava ao denunciante. Este papel tornava-se por esta forma um título ao portador, e por consequência podia ser transferido, negociado, vendido, doado ou alienado de qualquer maneira. Depois se tratava de processar o denunciado. Feito e liquidado o confisco, entregava-se ao portador do título a parte, que por lei competia ao denunciante, e, se o portador era escravo, ainda se lhe conferia a liberdade em nome de El Rei. Foi esta a invenção bem engenhosa, digna do gênio e inspiração do despotismo: um filho podia denunciar o pai, um irmão o irmão, um amigo o amigo, um escravo o senhor, depois receber o prêmio da denúncia e ficar desconhecido o nome do denunciante”. Memórias do Distrito Diamantino, Joaquim Felício dos Santos, Itatiaia/Edusp, 1976, pp. 133/134.

368 Desde que foram criadas as primeiras tropas pagas nas Minas Gerais - 09.11.1709 e 24.07.1711 - o Rei e o Conselho Ultramar sempre recomendaram “que nunca promovessem a oficiais dellas, aos paulistas, por serem homens suspeitosos, (...)”. Esta é a razão de Tiradentes, que ingressou nas tropas como Alferes, NUNCA ter sido promovido. Instrução, de J. J. Teixeira Coelho, Revista do APM, 1904, Vol 8, Fasc. I e II, p. 559.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ou, em nome dos reinóis, a “Oração Oficial”, onde vomitou maldições, deboches e impropérios contra a figura do Mártir da Inconfidência Mineira e deu vivas à Rainha Louca e a Portugal³⁶⁹. Evidentemente, não poderíamos esperar que um herdeiro dessa aristocracia escrevesse sobre o nosso passado e sobre a nossa História contando a verdade sobre o povo pobre, sobre os pretos e desvalidos.

Conhecido, agora, o buraco negro que havia em nossa história relativamente aos últimos 68 anos antes da Inconfidência, fica-nos evidente porque foi que, apesar do Alferes associar os efeitos da Derama com a Capitação, quase nenhum preto forro ou livre se associou aos rebeldes de Vila Rica. Da mesma forma, é de se ter em conta que, depois de tudo o que fizeram, os reinóis, aos paulistas, dificilmente poderiam contar com a ajuda dos mesmos. Ou seja, fica estranho que esses nossos heróis pensassem em adotar os princípios - igualdade, liberdade e fraternidade - da Revolução Francesa e, ao mesmo tempo, não terem o povo de seu lado, de discriminar o povo (vejam as cartas chilenas) insinuando ser indiferente haver o regime escravista.

Bom Despacho e Santo Antônio do Monte, dois humildes Vilarejos das Minas Gerais, continuaram suas vidazinhas e, talvez, só suas autoridades e pessoas mais influentes tenham ficado sabendo logo desses fatos. A luta de nossa gente era em prol do desenvolvimento econômico e administrativo, pois, como “cidades”, eram ainda crianças.

Em 1801, ao início do ano, morre o alferes Luiz Ribeiro da Silva, fundador do núcleo que deu origem a Bom Despacho, que neste ano já contava com os serviços religiosos dos padres Francisco de Assis Ferreira e José Taveira. A capela de Nossa Senhora do Bom Despacho do Picão recebe a visita fiscalizadora do arcediogo do Bispado de Mariana, Dr. Antônio Álvares Ferreira Rodrigues, o qual, determinou que o cemitério localizado em volta da capela fosse cercado de madeira e pedra e que fosse instalado um sino na capela³⁷⁰.

Em 1802, Santo Antônio do Monte, por provisão de 16 de maio deste ano, recebe concessão para ter pia batismal em sua capela³⁷¹.

Em Portugal, as coisas ficaram feias. O povo francês, após revolução em que cortaram as cabeças da nobreza parasita, acabou fazendo Napoleão Bonaparte o seu cônsul e, depois, Imperador. Os ingleses, alarmados com o desenvolvimento econômico da França, uniram-se com a Prússia e com a Áustria e declararam guerra à França³⁷². Napoleão derrotou os aliados da Inglaterra e, para vencê-la economicamente, decretou que os países da Europa estavam proibidos de comerciar com navios ingleses. Portugal, governado pela dinastia de Bragança,

369 “Tiradentes”, Oíliam José, Itatiaia/Edusp, 1985, p. 192 e Revista do APM, Ano I, Fasc. 3, 1896, pp. 405/415.

370 História de Bom Despacho, pp. 79/80.

371 Santo Antônio do Monte - Doces Namoradas e Políticos Famosos, p. 57.

372 Vide História da Revolução Francesa, Jules Michelet, Companhia das Letras/Circulo do Livro.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

representada então, pela Rainha Louca, a dona Maria I e pelo seu filho príncipe dom João, era um parasita que sugava o Brasil de suas riquezas e, como nada fabricava, vivia às custas da Inglaterra a quem repassava todo o nosso ouro em troca de mercadorias manufaturadas. Por esta razão, o governo português não pôde obedecer a Napoleão. O general Junot marchou sobre Lisboa e o Príncipe Regente dom João, juntamente com mais quinze mil portugueses, fugiram covardemente para o Brasil, deixando o povo português mercê dos invasores. Como saíram correndo por medo de perderem as cabeças, a casta de parasitas teve uma viagem bastante tumultuada, perdendo-se no mar, indo parar, parte da frota de navios no Rio de Janeiro e parte, na Bahia, aonde chegou o navio Príncipe Regente com dom João e sua mãe débil mental, em 22 de janeiro de 1808³⁷³.

O economista José da Silva Lisboa (visconde de Cairu), em Salvador, convenceu o Príncipe Regente de abrir os nossos portos ao comércio com as nações amigas, o que foi feito, através de carta-régia, em 28 de janeiro de 1808. Isto, de certa forma, quebrou o monopólio português, porém, pelas próprias taxas alfandegárias, vê-se que quem se locupletou, mais uma vez, dentro do governo de Maria I, foi a Inglaterra. Veja as taxas: Inglaterra 15%, Portugal 16%, demais países 24%. Depois o Príncipe Regente acabou não gostando da Bahia e foi-se juntar aos outros no Rio de Janeiro que ficou sendo a Capital de todo o império português. Para abrigar os quinze mil portugueses, os cariocas foram obrigados a lhes dar as suas próprias casas. Quem resistisse era posto para fora a força, bastando que dom João mandasse afixar na porta da casa as letras “P.R.” que significavam “Príncipe Regente” ou “Ponha-se na Rua”. Para sua melhor comodidade, dom João mandou instalar no Rio de Janeiro o Banco do Brasil, a Casa da Moeda, a Imprensa Régia, o Arsenal de Marinha, uma fábrica de pólvora, a Biblioteca Real e Escolas Médicas³⁷⁴. Instalava-se, assim, no Brasil, mais uma casta de donos do poder, a quarta elite-genética, a quem sugerimos o nome de reinóis cariocas.

Em Bom Despacho, no ano de 1808, falecido Domingos Luiz de Oliveira, sucedeu-lhe como tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, Pedro do Couto Pereira. Esta irmandade existente em inúmeras Vilas e povoados mineiros, em Bom Despacho fora fundada por Luiz Ribeiro da Silva, antes de 1801³⁷⁵.

Os “sobrenomes” de negros existentes nos livros de óbitos de Bom Despacho (1890) revelam que havia grande contingente de origem bantu (Angola, Moçambique, Congo etc.) em nossa região, além de outras nações. Sobre eles, escreveu R. Joviano em “Rosário de Nossa Senhora dos Homens Pretos de São Paulo”: “*Realmente, os negros de as-*

373 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, pp. 143/145.

374 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, pp. 145/148.

375 História de Bom Despacho, p. 84.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

cedência bantu, hoje, devem ser raríssimos na população brasileira (engano). Mas a influência poderosa desses negros, mesmo superados em número pelos sudaneses no século XVIII (Século XIX), se fez sentir por muito tempo (...) Gozavam os negros d'Angola, de preferência sobre os da Guiné, pelas melhores qualidades de adaptação do negro banto, cujos motivos religiosos ofereciam margem a uma resistência menor do que os negros sudaneses, muitos deles já influenciados pelo maometanismo, que lhes dava bases da atitude de insubmissão"³⁷⁶.

Os negros, em sua terra natal, eram profundamente religiosos, porém, no Novo Mundo tiveram seus cultos perseguidos, excomungados e desmoralizados. Os cultos a São Benedito e a Nossa Senhora do Rosário já vieram prontos do Congo Africano, por obra de missionários europeus, principalmente portugueses. Com isto, o negro catequizado, além de ter medo dos maus-tratos e torturas, ficaria, também, com medo de morrer e ir para o inferno e, assim, não se rebelaria contra o senhor e aceitaria a escravidão, como um bom cristão. Os deuses-orixás, divindades dos cultos sudaneses de Salvador-BA, somente vêm a ser mais conhecidos no Brasil, no final do século XIX e início do Século XX³⁷⁷. Os bantus, que tinham o seu Javé em Azambi ou N'Zambe, tendiam, muito mais, para o monoteísmo e não cultivavam as divindades sudanesas. Por isto, adaptaram-se facilmente ao catolicismo³⁷⁸.

Aos poucos, no entanto, todos os negros começaram a ver vantagens e a gostar de serem irmãos de Nossa Senhora do Rosário. A política escravagista tinha como estratégia espalhar os negros que falassem mesma língua, de forma a que os grupos, principalmente urbanos, tivessem dificuldades em se comunicar entre si, pois apesar de serem todos africanos, em sua terra, cada tribo falava língua diferente. Assim, iam surgindo dialetos improvisados, cuja mais bela palavra era MALUNGO que, em qualquer língua africana era entendida como IRMÃO. Assim, foram-se associando, tendo como objetivos, entre outros: *"estímulo maior à solidariedade; fortalecimento do sentimento religioso pela devoção em conjunto; possibilidade de desenvolvimento do culto dos mortos; incremento do desejo de ser alforriado, pela adoção dos princípios de liberdade e da compra cooperativista da respectiva carta; o ensejo das festas coletivas, sem a incômoda fiscalização do senhor*"³⁷⁹.

Laércio Rodrigues não encontrou os Estatutos da Irmandade de Bom Despacho, porém, transcreve parte de um da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto, visto que esses Compromissos eram copiados uns dos outros: *"Capítulo I - Toda pessoa preta ou branca, de um ou outro sexo, forro ou cativo, de qualquer nação que seja, que quiser ser irmão desta Irmandade, irá à mesa ou à casa*

376 Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, Rui Joviano, p. 50.

377 "Rosário dos Homens Pretos de São Paulo", p. 31.

378 "Negros e Quilombos em Minas Gerais", p. 15

379 "Rosário dos Homens Pretos de São Paulo", p. 32.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

do escrivão da Irmandade pedir-lhe faça assento de seu nome. Capítulo II - Haverá nessa Irmandade, um Rei e uma Rainha, ambos pretos de qualquer nação que sejam, os quais serão eleitos todos os anos em mesa e mais votos, e serão obrigados a assistir com seu estado às festividades de Nossa Senhora e mais Santos, acompanhando no último dia a procissão atrás do Pálio. O juiz e as juízas serão pretos de qualquer nação que sejam, forros ou cativos, o escrivão e o tesoureiro brancos, o procurador, preto, o andador também preto. Capítulo XXII - Ordenamos e havemos por bem que todos os brancos que nesta irmandade servirem de Protetor, escrivão e tesoureiro, fiquem sendo irmãos desta Irmandade gozando de todas as graças e indulgências a elas concedidas”³⁸⁰.

Estas são as origens de nossa Festa de Nossa Senhora do Rosário, a qual, atualmente, por estratégica deturpação introduzida pela Igreja, passou a ser chamada indevidamente de Congado.

Arrisco a dizer que o professor Waldemar de Almeida Barbosa, pelo cabedal de conhecimentos que tem, sabe muito bem qual é a verdadeira história das confrarias do Rosário, no entanto, registrou que:

"As festas do Congado, chamadas em Ouro Preto de Reinado ou Reisado do Rosário, tiveram início na antiga capital de Minas”.

"Existe em Ouro Preto, outra Igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário, situada no alto da Cruz; esta é que se acha ligada à lenda da origem das festas do Congado, a lenda do Chico rei. De acordo com essa lenda, o escravo que, no batismo recebeu o nome de Francisco e, depois, veio a ser apelidado Chico Rei (...)".

Depois, Waldemar admite: *"Sinceramente, não possuímos elementos para distinguir o que é história do que é apenas lenda, mas a verdade é que, nos primórdios do século XVIII, surgiram a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e as festas do Congado, com rei, rainha, príncipes, princesas, juizes, juízas".* Admite, no entanto que, Antonil - que não esteve pessoalmente em Minas Gerais e sim nos engenhos nordestinos - em sua obra escrita entre 1709 e 1710, já descreve a existência da Irmandade e das festas³⁸¹. Congado, só depois de 1888.

Lenda significa tradição popular; narração escrita ou oral, de caráter maravilhoso, na qual os fatos históricos são deformados pela imaginação popular ou pela imaginação poética; lenda.

A questão sobre Chico Rei é a seguinte: como pode, uma lenda não ter origem popular; ter sido inventada³⁸² pelo escritor monarquista Diogo de Vasconcelos³⁸³?

Agripa de Vasconcelos, em um romance que tenta se passar por "romance-histórico"³⁸⁴, mas que é mera ficção, sacramentou essa invencionice chamada "a lenda de Chico rei".

380 História de Bom Despacho, pp. 84/85.

381 "Negros e Quilombos em Minas Gerais", pp. 155 a 157.

382 Através de uma falsa indicação em nota de rodapé.

383 História Antiga de Minas Gerais, de Diogo de Vasconcelos, 1ª Edição, 2º Volume, 1904, p. 163, Nota de Rodapé nº 19.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Muitos pretos, apesar de escravos ou gentilha, tinham mesmo aquele carisma que Deus, de forma democrática, distribuiu a todos os homens, não importando sua classe social ou a sua etnia. Levando em conta que os reis e estados nas festas do Rosário são eleitos por voto direto dos malungos confrades, é óbvio que deviam ser gente de muito respeito e queridos em suas sociedades. Todas as capitanias tiveram os seus pretos carismáticos. A coroação de seus líderes era coisa natural entre os negros de quase todas as nações. Mello Moraes Filho, em "Festas e Tradições Populares do Brasil" cita³⁸⁵ "A Coroação de um Rei Negro em 1748" no Rio de Janeiro.

A "criação" de Diogo de Vasconcelos e, hoje, a mistificação da figura de Chico Rei por Agripa de Vasconcelos - diga-se de passagem, um verdadeiro "samba histórico do monarquista doido" - salvo melhor juízo, têm, no caso mineiro, interesse e utilidade certos: "provar" que o preto é mesmo um ser submisso e que só foi útil quando, assim como o Chico Rei, obedeceu a regra do jogo imposta pelos brancos.

A pergunta que surge é a seguinte: tendo existido em Minas Gerais um Rei negro de verdade, chamado Rei Ambrósio, que reinou de verdade por mais de 30 anos em uma Confederação de Quilombos, por que escondê-lo como o fazem os historiadores mineiros e criar um rei-lenda, um rei-de-mentira, como é o caso de Chico Rei?

Chega a ser ridícula, também, a associação dessa pseudo lenda ao surgimento da Festa e do culto ao Rosário em Minas Gerais, já em pleno século XVIII.

R. Joviano, em "Rosário dos Homens Pretos de São Paulo", encontrou estatutos e composição da mesa, comprovando documentalmente que a irmandade e suas festas já eram uma realidade em 1711, portanto, contemporânea e igualzinha às irmandades de Vila Rica. O ermitão de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, inclusive, andou pela Capitania de São Paulo e pela de Minas tirando esmolas para a Irmandade, chegando a juntar dez mil cruzados³⁸⁶.

Quanto à existência do culto, remonta-a, documentalmente, aos primórdios da civilização brasileira:

*"(...) mando que se dê à confraria de Nossa Senhora do Rosário lhe darão de minha fazenda 1 cruzado e os mordomos mandarão dizer uma missa rezada que com esta condição lho deixo o dito cruzado. Agosto de mil **quinhentos** e noventa anos. GARCIA LEME".*

"Declaro que mando que me rezem cinco missas a Nossa Senhora do Rosário. PAULO FERNANDES - 1614".

"Deixo mais uma rês a Nossa Senhora do Rosário. BARTOLOMEU RODRIGUES - 1603".

384 Chico Rei, 246 páginas, Agripa de Vasconcelos, Itatiaia, 1966.

385 As pp. 225/228 desse livro.

386 "Rosário dos Homens Pretos de São Paulo", pp. 33 a 43.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

*"Digo eu Manoel Gonçalves mordomo da Confraria de Nossa Senhora do Rosário que recebi de Pedro Leme trezentos e vinte réis que sua mulher deixou à dita confraria por verdade o assino aqui hoje 4 de junho da era de noventa e quatro - MANOEL GONÇALVES"*³⁸⁷.

"Esquecem-se" alguns historiadores mineiros que, muito antes de descobrirem o Brasil, já haviam os portugueses aportado em África e que lá também os seus missionários catequizaram os povos africanos, mormente os bantos. Por exemplo, segundo Castro Carvalho, os portugueses aportaram em Angola no ano de 1483 e, por volta de 1500, desembarcaram os primeiros missionários começando o trabalho de evangelização³⁸⁸. O mesmo se deu em muitos outros países africanos. Se o culto do Rosário já era antigo em Portugal e se deu tão certo com os negros, evidente que esta experiência deve ter-se iniciado na própria África e não em Minas Gerais, um território descoberto e colonizado por paulistas, que também eram devotos do Rosário, e por portugueses.

Os compromissos (estatutos) das confrarias de Pretos do Rosário, pode-se dizer, no Brasil todo, datam do início do século XVIII e são mesmo todos iguais, parecendo cópias uns dos outros. Assim o são os de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Goiás e, mesmo em Minas Gerais, os do Tijuco e os da Vila do Príncipe. Fica evidente que, nessa época, sabendo da identificação dos negros com esse culto desde a África, a Igreja homogeneizou as suas cerimônias e o regulamentou por escrito, criando e prestigiando as confrarias que, sem dúvida, funcionavam como mais um mecanismo de controle ideológico sobre os escravos. Depois, essas confrarias foram se multiplicando - também dentro de uma política de interesse do controle social - subdividindo-se em irmandades de brancos, de pardos, de pretos e de crioulos, bem como, pelo orago principal, tais como das Mercês, São Benedito, Santo Elesbão, Santa Ifigênia etc³⁸⁹. Porém, todas elas, sem exceção, surgiram de dissidências das confrarias do Rosário; todas elas continuaram com suas festas, danças, eleição de suas mesas e coroação de seus reis.

Essas confrarias, mormente em Minas Gerais, se tornaram muito poderosas econômica e socialmente e, efetivamente, muito fizeram pelos seus malungos. Numa capitania onde a grande miscigenação foi seu traço principal, evidente que o culto se tornaria de "todo o povo", inclusive dos brancos, principalmente porque, dificilmente um "branco" mineiro deixa de contar na sua ascendência genealógica com algum sangue negro, resquício, no mínimo, das incontáveis Sabinas negras, progenitoras primeiras da etnia mineira.

Por que, então, tais confrarias, a partir do final do século XIX, teriam perdido toda a força e poder de congregar pessoas em todo o

387 "Rosário dos Homens Pretos de São Paulo", p. 29/30.

388 África Contemporânea, Castro Carvalho, SP, 1962, p. 62.

389 Associações Religiosas no Ciclo do Ouro, Fritz Teixeira de Salles, UFMG, 1963, pp. 31/45.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Brasil, permanecendo vivas e atuantes quase que somente em estados mediterrâneos, mas, principalmente, em Minas Gerais?

A primeira resposta a esta pergunta está, sem dúvida, na real e verdadeira etnia mineira, muito mais miscigenada com o negro do que com o índio. Miscigenação antiga, onde a raça e cultura bantu realmente se incorporaram, se fundiram com as culturas lusitana e paulista do século XVIII.

A segunda resposta está no fato de que, enquanto o Sul (mormente São Paulo) e o Litoral brasileiros receberam uma nova e imensa leva de novos negros e de novos brancos no século XIX, o movimento "branqueador" dos paulistas acelerado a partir de 1870 até meados deste século XX, não surtiu muito efeito em Minas, exceto no chamado "Sul de Minas", não sofrendo, portanto, as Minas Gerais, a enorme influência da cultura europeia do século XIX advinda desse "movimento branqueador".

A terceira e última resposta vamos encontrá-la na política da própria Igreja que sempre atuou auxiliando o governo no controle da ideologia brasileira, atribuição que, realmente, lhe incumbia.

Até meados do século XIX, a quase totalidade das Vilas brasileiras, pode-se dizer que todas elas, tinham a sua igreja do Rosário ou, no mínimo, a sua irmandade de pretos e pardos. Isto é verdade dobrada e incontestável em relação a Minas Gerais.

O nome de Nossa Senhora do Rosário, no entanto, quase não existe, hoje, como topônimo das Vilas e Cidades. Mas muitos povoados, quando de sua ereção em Vila, tiveram o seu nome trocado pelos homens bons que "chegaram depois". Porém, no que tange a acidentes geográficos (rios, corgos, morros etc. do Rosário) e, principalmente, como nome de logradouros públicos, o Brasil todo está cheio de antigas ruas, praças, largos etc. do Rosário. Isto, sem se falar dos que, no final do século XIX e começo do XX foram mudados, a exemplo de São Paulo, onde o Largo do Rosário passou a se chamar Praça Antônio Prado e, a rua do Rosário, XV de Novembro.

Isto aconteceu em todo o Brasil. Em Santo Antônio do Monte, por exemplo, em 1925 a Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi demolida, surgindo, em seu lugar, uma outra, agora sob o título de "*Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima*"³⁹⁰.

O que teria acontecido?

A Igreja - e isto se comprova sobejamente nas instruções aos párocos registradas nos livros de tombo paroquiais do final do século XIX - foi, aos poucos, introduzindo modificações no culto e nas cerimônias:

a) multiplicando as confrarias e, às vezes, até dissimulando suas verdadeiras origens históricas;

390 "Santo Antônio do Monte-Doce Namoradas, Políticos Famosos", p. 84.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

b) mudando os oragos das igrejas e capelas para, por exemplo "Nossa Senhora do Rosário de Fátima"; "Nossa Senhora do Rosário e São Gonçalo" etc.;

c) fundindo cultos e criando novas festas e devoções, assemelhadas às manifestações da Festa do Rosário, a exemplo da Festa dos Reis Magos, Festa do Divino, Folia dos Santos Reis; estas festas praticamente inexistiam no século XVIII e ganharam inusitada força somente no final do século XIX;

d) proibindo mesmo e ameaçando aqueles que insistissem na "selvageria" e nos "pecados que se cometem" nas festas de Congada (mudaram o nome: já não era mais Festa de Nossa Senhora do Rosário e sim Congada);

e) demolindo igrejas e capelas de Nossa Senhora do Rosário em todo o Brasil.

As irmandades do Rosário de Minas Gerais sofreram todos esses ataques dissimuladores da Igreja, porém, mormente no centro-oeste, resistiram a tudo e continuam com sua força e com suas festas intocadas e puras, verdadeiro tesouro de cultura e tradição do povo mineiro.

Os mineiros abraçaram também as festas do Divino, Santos Reis etc., mas, além de darem a elas uma forma de "Reinado", jamais deixaram que substituíssem a do Rosário, sua principal devoção e tradição.

Sobre Chico rei, só mesmo os escritores, os intelectuais e a imprensa mineira insistem na divulgação³⁹¹. Nunca vimos qualquer verso antigo sobre o mesmo; nunca vimos qualquer dançador dizer qualquer coisa do citado Rei-Trabalhador-Submisso; os mais velhos nunca ouviram falar - por seus pais e avós - do tal Rei que as elites genéticas mineiras querem lhes enfiar goela-abaixo. Quanto a Ambrósio, segundo pessoas vividas da região de Cristais-MG, era sempre referido por seus pais e avós como o "Pai Ambrósio", pela sua bondade e liderança. Em Cristais, como vimos, havia muita gente que se lembrava da tradição. Até mesmo nas Cartas Chilenas o Pai Ambrósio é mencionado³⁹².

O culto ao Rosário foi instituído por São Domingos no ano de 1216, em Tolosa, França, ano da fundação da Ordem dos Dominicanos³⁹³. O Prof. Waldemar de Almeida Barbosa diz que o culto foi introduzido no Brasil pelos capuchinhos³⁹⁴. Como se viu, no entanto, nos anos quinhentos já existia essa devoção aqui no Brasil e os estatutos

391 A revista "Isto É", recentemente, publicou matéria, intitulada "Herdeiros de Chico Rei", que é um verdadeiro estelionato cultural. Desafiada mostrar suas fontes, nunca ousou sequer responder as cartas e os e-mail que lhe mandou o autor deste livro.

392 "Cartas Chilenas", Livraria Martins Editora, 179 páginas, 1944, p. 91.

393 Rosário dos Homens Pretos de São Paulo, Rui Joviano, 1ª Edição, pp. 19/26.

394 Negros e Quilombos em Minas Gerais, p. 164/165.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

das confrarias, no Brasil todo, são praticamente iguais e datam do início do século XVIII.

Muitos viajantes do século XIX atestam que os mineiros andavam sempre com um rosário no pescoço. Jean Baptiste Debret em seu quadro intitulado "Pauvres Tropeiros de Minas", mostra três tropeiros mineiros com sua inconfundível indumentária, trazendo ao pescoço um terço do rosário com cruz de madeira e bentinhos³⁹⁵.

Não resta dúvida, também, de que dentro dessas irmandades funcionavam as chamadas "maçonarias de pretos", conectadas com o mundo subterrâneo dos escravos fugidos, quilombolas e garimpeiros, a quem, sempre que possível, davam cobertura, ajuda e proteção. Voltemos ao curso da História.

Bom Despacho, em 1810, já tinha um professor particular, Miguel Furtado de Mendonça, natural de Mariana, que ensinava os meninos a ler. A 29 de novembro de 1812, por iniciativa dos alferes Manoel Tavares da Silva e Pedro do Couto Pereira, foi conseguida Provisão Régia expedida por dom João, sanando a nulidade que havia na ereção da capela, conferindo-lhe foros de capela curada. No mesmo ano, foi nomeado o capelão Pe. Miguel Dias Maciel que fixou residência no Arraial. Em 1813, segundo Laércio, a população do Curato de Bom Despacho era de 1532 habitantes, sendo: LIVRES: 559 brancos, 41 pretos e 492 mulatos; ESCRAVOS: 416 pretos e 24 mulatos. Como se vê, havia mulatos escravos e pretos livres; 29% da população era escrava e 71%, livres, no entanto, do total de almas, apenas 36% se compunham de brancos, contra 64% de mulatos e negros. Todo esse povo vivia da criação de gado, da fabricação da rapadura e da aguardente, da cultura de feijão, milho, mandioca, arroz e algodão. Sujeitavam-se à jurisdição civil e eclesiástica da Vila de Pitangui, que era termo judicial da Comarca do Rio das Velhas, cuja sede era a Vila de Sabará. Entre as pessoas mais abastadas e influentes da época, Laércio cita: Domingos Luiz de Oliveira, Pedro do Couto Pereira, Manoel Tavares da Silva, João Manoel Falcão, Manoel Fernandes Andrade, José Malachias, José Inácio de Souza, Mateus Ribeiro da Silva, Manoel Caetano Álvares Ruas e Domingos da Costa Valle³⁹⁶.

No Brasil, como vimos, agora estava morando dom João, o Príncipe Regente. Portugal perdera sua independência e ficara sob domínio francês. Dom João abriu os portos brasileiros às nações amigas. Como a Inglaterra, a partir do governo de Maria I, era a nação mais "amiga" de Portugal, foi a que mais lucrou, pois, comerciantes ingleses se estabeleceram no Brasil e os produtos britânicos passaram a ser importados em grande escala. Assim, pouco adiantou o alvará de abril de 1808

395 "Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil", Itatiaia/Edusp, p. 49.

396 História de Bom Despacho, pp. 79/82.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

em que dom João suspendeu a proibição de se instalarem indústrias no Brasil³⁹⁷.

Enfim, Napoleão acabou sendo derrotado. O mapa da Europa tinha ficado completamente mudado pelas conquistas francesas. Instalou-se o Congresso de Viena para reformular o mapa europeu. Assim, em 1815, só para que Portugal tivesse voto nesse congresso, o balofo Príncipe Regente elevou o Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Portugal continuou, agora, sob o domínio de uma ditadura inglesa, chefiada pelo general Beresford. Em 1818, com a morte de sua mãe débil mental, Dona Maria I, dom João foi coroado no Rio de Janeiro, como Rei de Portugal e do Brasil, com o título de dom João VI. O povo português se rebelou contra a opressão inglesa e tomou o poder pela força, instalando uma junta provisória de governo em 1820. Exigiram que dom João VI voltasse para Portugal e que assinasse uma Constituição. Assim, em 26 de abril de 1821, dom João VI, voltou para Portugal, deixando aqui, como Príncipe Regente o seu filho dom Pedro. É claro que, antes de ir-se embora, o balofo Rei esvaziou os cofres do Banco do Brasil levando tudo para Portugal³⁹⁸.

A vinda de dom João VI acabou trazendo-nos benefícios, tais como a abertura dos portos, permissão para a instalação de indústrias, permissão para que brasileiros pudessem abrir jornais e ocupar altos postos no exército e no governo, embora, como vimos, isto foi feito em benefício do próprio dom João VI. O povo português recebeu seu monarca de volta, porém exigiu que assinasse uma Constituição, acabando, assim, com o seu poder absolutista. Dom João sabia que em Portugal seria um Rei com poderes limitados pelas Cortes. Assim, antes de ir embora, teria dito a seu filho: *“Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, do que para algum desses aventureiros”*. Referia-se, naturalmente, a nós brasileiros.

As Cortes de Lisboa passaram a exigir que o Brasil voltasse à sua condição de simples colônia, suprimindo-se toda a estrutura e direitos que tinha adquirido e exigindo a volta de dom Pedro para Portugal. José Bonifácio, entre outros, encorajou dom Pedro que, após vários atos de rebeldia às Cortes, teria, a 7 de setembro de 1822, dado *“o grito da independência”*. Muitos reinóis localizados na Bahia, Piauí, Maranhão e Pará, muito mais por fidelidade às Cortes do que a dom João VI, rebelaram-se contra dom Pedro. Este, após contratar mercenários como Cochrane, Taylor e Labatut para chefiar nosso exército, conseguiu vencer a todos os reinóis revoltosos. A 12 de outubro de 1822 foi aclamado Imperador Constitucional³⁹⁹.

O pobre povo brasileiro se encheu de otimismo e confiança no seu Imperador. Em Bom Despacho a alegria foi geral quando, meses

397 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 143/148.

398 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 151/152.

399 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 152/153.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

depois, foi recebida a notícia. O padre Dias Maciel, segundo Laércio, registrou no Livro do Tombo: *“No dia seguinte, vinte e cinco, se solenizou com missa cantada de manhã e Te Deum Laudamos de tarde, com a maior pompa e decência que no lugar se pôde praticar, a que assistiu religiosamente o povo do Arraial como o da roça, a quem chegou a notícia no breve espaço de tempo. À noite, feita a iluminação saíram pelas ruas com seus instrumentos, fogos do ar, bombas e muitas salvas, fizeram suas farsas com alvoroço de alegria e não se ouvia senão vivas à Santa Religião, à Constituição, à Independência, às Cortes (?) e ao Imperador Constitucional do Brasil, à dinastia de Bragança, aos honrados brasileiros que se expunham a defender a Independência do Brasil ou a morrer. E, para constar, assino neste Arraial da Senhora do Bom Despacho, aos 26 de novembro de 1822”*⁴⁰⁰.

O “grito” da independência teria sido dado a 7 de setembro de 1822, portanto, as mencionadas aclamações só podem se referir ao título de Imperador Constitucional que dom Pedro I concedera a si próprio, sob o beneplácito das elites genéticas.

Pobre povo brasileiro! dom Pedro I era apenas mais um membro da dinastia de Bragança. Neste sentido, hoje, a figura desse português não é mais camuflada pela falsa história. O filme “Independência ou Morte”, apesar de ter ainda camuflado muito de sua verdadeira personalidade, já revelou bastante de seu perfil de homem devasso, irresponsável, déspota e absolutista. Foi só meter a coroa na cabeça e voltou a ser o português que sempre foi⁴⁰¹.

Os Estados Unidos reconheceram nossa independência e, depois, os países latino-americanos. Portugal, para reconhecer nossa independência, exigiu que o Brasil lhe pagasse 2 milhões de libras esterlinas e que a dom João VI fosse dado o título de Imperador do Brasil. Para atender a segunda exigência não haveria problema, porém, quanto à primeira, não tinha jeito, pois dom João VI havia levado todo o nosso ouro quando se foi embora para Portugal. A Inglaterra “emprestou-nos” o dinheiro, transferindo-nos as dívidas de Portugal, com o que foi paga a nossa Independência. Isto, porque tinha interesse em continuar a explorar comercialmente o Brasil - agora diretamente - e que o tráfico negreiro fosse extinto. Com esta última exigência, diziam, pretendia, na verdade, quebrar a produção açucareira do Brasil em benefício do açúcar produzido nas Antilhas, agora britânicas, e não a liberdade dos pobres pretos escravos. Aí, a nossa primeira dívida externa!⁴⁰²

O povo brasileiro foi descobrindo, aos poucos, que o Imperador estava mais do seu próprio lado e de Portugal, do que do Brasil. Dom Pedro I cercou-se de alcoviteiros e distribuiu cargos importantes para

400 História de Bom Despacho, pp. 86/87, citando o Livro do Tombo da Paróquia, fl. 12.

401 Para saber detalhes leia os livros “Nos Bastidores da História”, 6ª Edição, “As Maluquices do Imperador”, 14ª Edição e “A Marquesa de Santos”, 13ª Edição, todos de Paulo Setúbal, Editora Nacional, 1993.

402 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 162/163.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

novos reinóis até contrários à Independência. Em 3 de junho de 1822 dom Pedro havia convocado uma Assembleia Constituinte. Esta Assembleia, composta de representantes de todas as províncias, foi inaugurada por discurso do Imperador em 3 de maio de 1823. Exigiu que a Constituição fosse digna dele, ou seja, que se fizesse conforme suas vontades pessoais. Os conservadores apoiavam dom Pedro e os liberais queriam uma Constituição democrática que limitasse os poderes do Imperador e abolisse a escravidão. Quando os liberais, entre suas exigências constitucionais, colocaram o afastamento daqueles servidores reinóis que, vindos com dom João VI, aqui permaneciam, e até expulsão daqueles contrários à Independência, dom Pedro mandou o exército cercar o prédio da Assembleia, dissolveu a Constituinte, prendeu alguns deputados e exilou outros. Depois, a 25 de março de 1824, outorgou uma Constituição ao Brasil que, na verdade, apesar de instituir os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo - que era o Imperador - instituiu um quarto poder, o Moderador, aberração que lhe dava o poder de, também, intervir nos outros poderes⁴⁰³. Manteve a escravidão.

Bom Despacho, então um curato, queria ser elevada à categoria de paróquia. Em 1824, juntamente com os moradores das Capelas de Abadia e Saúde dirigiram representação ao Imperador. Receberam resposta favorável através do bispado, porém, ante à falta de providências, dirigiram novo pedido em 1826, o qual, também foi acolhido, mas, sem solução imediata⁴⁰⁴.

O Imperador estava cada vez mais absolutista. Sustentou uma guerra inútil por três anos para manter o Uruguai - que fala espanhol - anexado ao Brasil, gastando uma fortuna e perdendo 8 mil homens, a maioria, pretos livres⁴⁰⁵. As Câmaras estavam cada vez mais descontentes com o Imperador déspota. Em São Paulo, mataram covardemente Líbero Badaró, jornalista que não poupava o Imperador. Os franceses, na Europa, haviam dado grande lição ao mundo de como se livrar de um Imperador desse tipo e o fato foi muito explorado pelo jornalista Evaristo da Veiga que fez o povo acordar. Em 1830, dom Pedro saiu a viajar pelas províncias. Minas Gerais - que a esta altura renegava a origem reinol de suas elites - deu-lhe mostra do que o povo brasileiro sentia por ele. Foi recebido friamente, sendo que os sinos das igrejas deram dobres de Dia de Finados ou de enterro para “saudar” a sua passagem. Os reinóis-cariocas do Rio de Janeiro, sabedores do insucesso de dom Pedro I, preparavam-lhe uma festa para quando voltasse das províncias. Os brasileiros do Rio de Janeiro não gostaram e baixaram o cacete nos reinóis-cariocas na noite que ficou conhecida como a noite das garrafadas⁴⁰⁶.

403 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 165/168.

404 História de Bom Despacho, pp. 87, citando a Revista do APM, Vol. IV, 1899, p. 148.

405 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 170/171.

406 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 172/174.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Estava evidente que dom Pedro I gostava mais de Portugal. Dom João VI falecera em 1828⁴⁰⁷ e dom Pedro fora nomeado seu sucessor. Esse Imperador abdicou em favor de sua filha dona Maria da Glória. Dom Miguel, irmão de dom Pedro, sentiu-se prejudicado e usurpou o trono português. A partir daí, dom Pedro I passava o tempo todo articulando planos e mandando nosso dinheiro para recuperar o trono de Portugal. Por isto, também, é que o povo já não mais o apoiava. Para amenizar as coisas, em março de 1831, elegeu um ministério composto de brasileiros bem quistos junto ao povo. Porém, em 5 de abril desse mesmo ano, destituiu este ministério e nomeou outro, composto só de seus alcoviteiros favoráveis à união de Brasil e Portugal. Foi a gota d'água. O povo exigiu a volta do ministério popular e as tropas imperiais ficaram com o povo. O Imperador se irritou, dizendo “*tudo farei para o povo, nada, porém, pelo povo*”. O povo não se intimidou e, em 7 de abril de 1831, o Imperador português foi-se embora para Portugal, deixando em seu lugar o filho Pedro de Alcântara com cinco anos de idade⁴⁰⁸.

Em conformidade com a Constituição do Imperador, foi nomeada uma Regência Provisória que, até junho de 1831, preparou a eleição da Regência Permanente. Assim, o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, o marquês José Joaquim Carneiro de Campos e o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro reintegraram o Ministério demitido por dom Pedro I, anistiararam os presos políticos que dom Pedro I havia mandado prender e convocaram a Assembleia que elegeu a Regência Trina Permanente: Francisco de Lima e Silva e os deputados José da Costa Carvalho e João Bráulio Muniz, tendo como ministro da justiça o padre Diogo Antônio Feijó. Esta regência governou até 1835 quando foi eleito o padre Feijó, como regente único.

A Inglaterra continuava a pressionar para que libertássemos os escravos. Assim, em 7 de novembro de 1831, foi publicada uma “lei para inglês ver”, que nunca foi cumprida, segundo a qual, todos os escravos que entrassem no Brasil, a partir de então seriam livres⁴⁰⁹.

Em 14 de julho de 1832, a Regência Trina Permanente deferiu ao Curato de Bom Despacho o título de Paróquia, conforme compilou nosso Laércio Rodrigues: “*A Regência, em nome do Imperador, Senhor dom Pedro II, tem sancionado e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembleia Geral: Art. 3º - Ficam elevados a Paróquia na Comarca do Rio das Velhas, os seguintes curatos: § 5 - O Curato de Bom Despacho, tendo por filiais os curatos de Abadia e Monjolos e o da Saúde*”. Em 20 de agosto de 1834 viria a confirmação canônica, ficando como primeiro vigário o Pe. Francisco de Paula Gonçalves⁴¹⁰.

407 Hoje se sabe que o desgraçado foi envenenado talvez por seus próprios familiares.

408 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 174/177.

409 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 178/182.

410 História de Bom Despacho, pp. 88/89.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Bom Despacho passou, então, a ter um Juizado de Paz. Os estatutos legais que regulamentavam esta instituição, segundo Laércio Rodrigues, davam ao juiz de paz alçada no cível e no crime. Competia-lhe, entre outras atribuições: *“conciliar as partes que pretendiam demandar; julgar pequenas demandas cujo valor não excedesse de 16\$000; tomar e julgar as justificações para habilitação de estrangeiros que pleiteavam a cidadania brasileira; evitar as rixas procurando conciliar as partes; julgar as questões concernentes a prestação de serviços; fazer com que não houvesse vadios (olha aí, a velha Lei do Século XVIII), nem mendigos, obrigando-os a procurar trabalho honesto; julgar os crimes a que não se cominasse pena de prisão, degredo ou desterro superior a seis meses e multa maior que cem mil réis; corrigir os bêbados, os turbulentos e as meretrizes que perturbassem o sossego público, obrigando-os a assinar termo de bem-viver, com cominação de pena; fazer observar as posturas das Câmaras Municipais, podendo julgar seus contraventores; vigiar sobre a conservação de matas e florestas”*⁴¹¹.

O juiz de paz contava com um escrivão, que também servia como tabelião de notas, e um ou dois oficiais de justiça. Cada distrito de paz era dividido por quarteirões com no mínimo vinte e cinco fogos cada, sob a responsabilidade do inspetor de quarteirão que tinha funções policiais. Todos eram, no nosso caso, nomeados e juramentados pela Câmara da Vila de Pitangui. Em 25 de fevereiro de 1831, nosso primeiro juiz de paz, capitão Antônio Dias Maciel já aparece despachando solução de questões locais⁴¹². Veja que interessante citação de Laércio Rodrigues: *“Em autos de Devassa datados de 1834 - encontrados no Arquivo Judiciário de Pitangui - oficiaram PEDRO FERREIRA DA SILVA, JUIZ DE PAZ, Gervásio José de Mesquita, suplente; Manoel José Torres de Assumpção, escrivão; servidos pelos oficiais de justiça Féllis José de Vasconcelos e Manoel Antônio da Silva Garcia”*⁴¹³.

Em 3 de fevereiro de 1832, elaborou-se estranho projeto de Lei que fazia de Bom Despacho uma Vila que incorporava Dores do Indaiá e Aplicação dos Alegres (João Pinheiro), o qual, como se vê, ignorava completamente a realidade geográfica e não prosperou, sem maiores explicações⁴¹⁴.

O Brasil, sob a Regência Trina e depois, Una, com o padre Feijó, atravessou período de muitas revoltas e guerras, até que na Regência Una de Pedro de Araújo Lima - 1837 a 1840 - o povo exigiu que dom Pedro II, então com 15 anos de idade, fosse declarado maior e assumisse o governo brasileiro. Educado sob a tutela de José Bonifácio de

411 História de Bom Despacho, pp. 89/90.

412 História de Bom Despacho, pp. 90/91, citando Livro de Licenças, Cartório de Registro Civil de Bom Despacho, datado e rubricado em Pitangui a 02.01.1831.

413 História de Bom Despacho, p. 91, citando a Devassa requerida pelo capitão Pedro do Couto Pereira, documento encontrado no AJP - Arquivo Judiciário de Pitangui.

414 História de Bom Despacho, pp. 92 a 93, citando Feu de Carvalho, em “Comarcas e Termos”, Imprensa Oficial, BH, 1992, pp. 117 a 119.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Andrada, o Imperador brasileiro viria a ser o mais culto monarca e que reinaria por 49 anos, ou seja, 1840 a 1889. A grande luta que começaria em 1840 seria entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, onde se uniam todas as elites genéticas do Brasil: quatrocentões paulistas, reinóis mineiros, reinóis cariocas e coronéis nordestinos. Assim que subiu ao trono, em 1841, dom Pedro II demitiu o Gabinete Liberal - que tinha proposto a sua maioria por interesses político-partidários - e nomeou um Gabinete Conservador. O Partido Liberal⁴¹⁵ revoltou-se em vários pontos do País, sendo desbaratado por duque de Caxias⁴¹⁶.

Em 1845, foi promulgada na Inglaterra a “*Bill Aberdeem*”, pela qual os ingleses tinham o direito de aprisionar qualquer embarcação que traficasse escravos. Os interesses da Inglaterra, segundo diziam os escravistas, nunca foram humanitários, visavam quebrar a produção das colônias que se baseava na mão de obra escrava⁴¹⁷.

Como se verá, Bom Despacho, a partir de 1840 sai um pouco das manchetes históricas, cedendo-as à sua irmã, Santo Antônio do Monte que, até então, mantinha-se menos evidenciada.

A capela de Santo Antônio do Monte, segundo o professor Miguel Eugênio de Campos - citado por Dilma - “*foi elevada a Curato antes do ano de 1846. Em 1847 o Largo da Matriz possuía somente quinze casas de má construção*”⁴¹⁸.

Em 1847, com a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros por dom Pedro II, foi instaurado no Brasil o sistema parlamentarista. “*O Imperador fazia o Ministério e este fazia a maioria na Câmara*”, dizia-se. Ora o Imperador escolhia um Ministério Liberal, ora um Conservador. No período de 1853 até 1857, por acordo dos partidos, o Ministério foi misto⁴¹⁹.

Cita-nos, Dilma de Moraes, que em 1847 o povoado de Santo Antônio do Monte foi elevado a distrito sob influência do tenente coronel Joaquim Antônio da Silva. “*Nas documentações da época, encontramos referências a Santo Antônio do Monte como: DISTRITO DO ARRAIAL DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE DO TERMO DA VILA DE SÃO BENTO DO TAMANDUÁ (Itapecerica), COMARCA DO RIO GRANDE, PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS*”. No entanto, a Lei Provincial que criou o Distrito de Santo Antônio do Monte é datada de 24 de maio de 1854. Foi, efetivamente, nesta data que a Lei Provincial 693 elevou o Curato de Santo Antônio do Monte à categoria de Paróquia, pertencendo à primeira Vara de Tamanduá. O primeiro vigário da Paróquia foi o padre Francisco Alexandrino dos Santos. De acordo com as leis e regimentos da época,

415 Sobre a Revolução Liberal em Minas Gerais, leia os livros “História do Movimento Político de 1842”, Pe. José Antônio Marinho, Itatiaia/Edusp, 1977 e ainda “Autos dos Inquiridos da Revolução de 1842, em Minas Gerais”, Senado Federal, Brasília, 1979.

416 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 182/199.

417 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, p. 213.

418 “Santo Antônio do Monte: Doce Namoradas, Políticos Famosos”, p. 59.

419 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 195/196.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Santo Antônio do Monte deve ter ganhado, então, o seu juizado de Paz⁴²⁰.

No Brasil, muitas coisas estavam acontecendo. A pressão dos Ingleses e agora também dos abolicionistas brasileiros - poetas e intelectuais - acabou forçando a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz que ordenava a extinção do tráfico negreiro. Eram inauguradas as primeiras linhas telegráficas do Brasil em 1852. Em 1854, o barão de Mauá construía a primeira ferrovia e, em 1856, iniciava-se a construção da primeira estrada pavimentada do país, a União e Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora⁴²¹.

Durante os anos de 1855 a 1856, o Pe. Delfino José Rodrigues, vigário de Bom Despacho, corria todos os povoados e fazendas adstritas a Bom Despacho, registrando a propriedade de todas as terras, em cumprimento da recente Lei que incumbia os vigários de tal serviço⁴²². Os livros do vigário de Santo Antônio do Monte, infelizmente, segundo Dilma não puderam ser localizados⁴²³.

Quando da abdicação de dom Pedro I para seu filho Pedro II, havia os grupos liberais moderados, liberais exaltados e os caramurus, que agregavam a maior parte das elites genéticas. Estes últimos sonhavam com a volta de dom Pedro I e somente em 1834, com a morte de dom Pedro I em Portugal, é que se desarticularam. A ala regressista do grupo liberal juntou-se aos caramurus, ou vice-versa, criando o Partido Conservador. A ala progressista dos liberais moderados juntou-se ao grupo de liberais exaltados (que queriam a República) e formou o Partido Liberal. A História mostra que os conservadores se compunham de muitos daqueles alcoviteiros do Imperador dom Pedro I (os reinóis cariocas) que, indo para Portugal, os deixou sem tetas políticas para mamarem. Queriam retirar o direito a que as províncias tivessem Assembleias e defendiam a nomeação de juizes eleitorais pelo governo central. Os liberais, percebendo a manobra, propuseram a maioria de Pedro II e, ao final, acabaram levando uma rasteira do Imperador que preferiu, inicialmente, um Gabinete Conservador. Os liberais reagiram e perderam a disputa. A luta política se iniciou e se espalhou pelas províncias mais forte do que nunca.

Os ares de Santo Antônio do Monte sempre foram muito impregnados de política apaixonada. Isto, talvez, de certa forma, explique os vaivéns de suas conquistas e instituições. Conta-nos Dilma que, a 3 de junho de 1859, a Lei Provincial nº 981 elevou o Distrito de Santo Antônio do Monte à categoria de Vila, desmembrando-a do Município de Tamanduá (Itapecerica), formando novo município com os seguintes

420 "Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos", p. 59.

421 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 200/204.

422 Esses livros, n.ºs. 01 e 02 se encontram arquivados no APM, em BH. Nós os lemos e tabulamos seus dados, o que ajudou a enriquecer esta nossa segunda edição.

423 "Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos", p. 59.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

distritos: Santo Antônio do Monte, Nossa Senhora da Luz do Aterrado (desmembrado de Formiga), Nossa Senhora do Perdigão da Saúde (desmembrado de Pitanguí) e Povoado de Cachoeira Bonita (desanexado da Freguesia de Bom Despacho que pertencia ao Município de Pitanguí). Estava no poder o Partido Conservador⁴²⁴.

A Lei exigia que, antes da instalação do município, fossem providenciadas as casas para a Câmara Municipal e Sessões do Júri, bem como, para a Cadeia Pública. Assim, atendida esta exigência, tomou posse em 29 de julho de 1862, a primeira Câmara, assim composta: presidente Luís Costa Guimarães, secretário Joaquim Daniel de Moura e vereadores Fidélis Antônio de Miranda, Manoel Martins Borges, Manoel Batista Leite Júnior, José Caetano de Almeida, Francisco Henrique Duarte e Silvério Ferreira da Silva. Também neste ano de 1862, depois de quatorze anos de oposição, voltava ao poder o restaurado Partido Liberal⁴²⁵.

Sem embargo disto, as instituições de Santo Antônio do Monte funcionaram até 1865. Neste ano, Hygino Álvares de Abreu e Silva, membro do Partido Liberal, foi a Santo Antônio do Monte pedir eleições em favor do seu partido. Os conservadores locais que, segundo parece eram a maioria, vaiaram o homem e soltaram foguetes - talvez em sua direção - expressando desagrado com sua presença. O desgraçado foi-se embora bastante humilhado e, mais tarde, se vingou. A 17 de novembro deste mesmo ano, conseguiu a supressão pura e simples do Município. Nesta época, o presidente da Província de Minas Gerais era Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, mais tarde feito barão de São João Nepomuceno⁴²⁶.

O Brasil, desde 1864 estava em guerra com o Paraguai. Nesta guerra se iniciou o projeto reacionário do Império brasileiro, de expurgar à população “morena”⁴²⁷, onde, ao final, mais de 90% dos brasileiros mortos foram pretos (negros e pardos) livres⁴²⁸.

Santo Antônio do Monte mastigou sua decepção até 1870 quando, então, haviam voltado ao poder os conservadores, ou sejam, os caramurus. Assim, e graças aos esforços do deputado provincial, padre Francisco Alexandrino da Silva e do deputado Antônio da Silva Candedo, filho da terra, conseguiram que o Governo Provincial restaurasse a Vila. Em 13 de setembro de 1870, a Lei Provincial nº 1636 declarava o inteiro vigor da Lei nº 981 de 3 de junho de 1859, recriando a Vila. A Câmara assim se compôs: presidente: tenente cirurgião ajudante Manoel Pacheco de Araújo; vereadores: Carlos José Bernardes, Mizael Pinto Ribeiro, Antônio dos Santos Ferreira, João Francisco Bolina, ca-

424 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos”, p. 60/61.

425 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos”, p. 61.

426 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos”, pp. 61/62.

427 Leia o livro “Onda Negra, Medo Branco”, Célia Marinho de Azevedo, Editora Paz e Terra, 1987.

428 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 208/212.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

pitão João Batista dos Santos e capitão Algemiro da Costa Guimarães. Foi dada a posse aos servidores da Câmara, suplentes do juiz municipal de órfãos, juizes de paz, suplentes etc. Os vereadores foram eleitos em 12 de fevereiro de 1871 e a Vila reinstalada em 21 de outubro do mesmo ano⁴²⁹.

Em 1870 terminara a Guerra com o Paraguai. Uma ala do Partido Liberal, desde 1866 queixava-se do Poder Moderador - que era o próprio Imperador - por ter ele nomeado um Gabinete Conservador quando a Câmara tinha maioria Liberal e não fora dissolvida. Queixava-se, também, das fraudes frequentes nas eleições. No primeiro número do Jornal “A República”, Quintino Bocaiúva e outros, procuraram demonstrar a superioridade do sistema republicano sobre o monarquista. Em 1871 foi aprovada a Lei do Ventre Livre, pela qual, seriam livres todos os filhos de escravos nascidos a partir de então. Iniciara-se, a partir de 1870, a imigração de europeus, principalmente de italianos que, ao lado de escravos, passaram a trabalhar nas lavouras de café, principalmente em São Paulo e no Sul de Minas, sob o regime de parceria ou meação e com direito a uma agricultura paralela de subsistência nas mesmas terras. O primeiro recenseamento realizado em 1872, mostrou que o Brasil tinha uma população de 9.930.478 habitantes. A Igreja Católica, religião oficial do reino, passou a brigar com a maçonaria. O Imperador Pedro II não era maçom, mas após alguns entreveres, mandou prender e condenar bispos e padres, aos quais, depois, perdoou. A questão, porém, não se encerraria assim⁴³⁰.

Bom Despacho, Bom Despacho! Em 8 de julho de 1872, o deputado Xavier da Silva Capanema apresentou à Assembleia Provincial um projeto de Lei elevando Bom Despacho à categoria de Vila. Capanema era de Pitangui. Pertencia ao Partido Conservador que era maioria em Pitangui. O Partido Conservador, como vimos, estava no poder. Bom Despacho, pelo visto, era também dominada, a exemplo de Santo Antônio do Monte, pelos conservadores capitaneados por Miguel Dias Maciel. Capanema estava defendendo, também, o interesse de Dias Maciel que, residente na freguesia de Bom Despacho, “*era o fazendeiro mais rico do Município de Pitangui*”. No entanto, seu projeto acabou nem sendo votado pela Assembleia que, para tal, utilizou-se de inúmeras evasivas, a exemplo de falta de tempo hábil. O diálogo que Capanema manteve com seus pares - compilado por Laércio Rodrigues em “História de Bom Despacho” - demonstra que, na verdade, caso o projeto fosse aprovado, Pitangui simplesmente acabaria, pois havia muito que dependia economicamente de Bom Despacho. Neste sentido, entre uma evasiva e outra dos vários deputados presentes, destaca-se contrarresposta que o deputado José Baeta deu a Capanema: “*Se se há de*

429 “Santo Antônio do Monte: Doce Namoradas, Politicos Famosos”, pp. 62/63.

430 História e Consciência do Brasil, Gilberto Cotrim, Saraiva, 1994, pp. 212/221.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

criar este município, acabando com o de Pitangui, melhor será remover para Bom Despacho o município atual”. Ninguém sabe o que foi feito desse projeto que propunha a elevação de Bom Despacho à categoria de Vila, abrangendo os distritos de Abadia e Saúde⁴³¹.

No Brasil, crescia a ala dissidente do Partido Liberal, o Partido Republicano. Em 1873, reuniram-se em Itu, São Paulo, para planejar sua atuação. Os republicanos históricos, Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Aristides Lobo e Prudente de Moraes, entre outros, queriam mostrar, através da propaganda, a superioridade do regime republicano sobre o monarquista. Os positivistas, liderados por Benjamin Constant, professor da Escola Militar, queriam a mesma coisa, só que achavam que a forma perfeita seria uma república ditatorial⁴³².

Bom Despacho, como vimos, não conseguira chegar à categoria de Vila. Embora já fosse há muito uma paróquia (desde 1834) e tendo sido citada, no diálogo de Capanema com seus pares na Assembleia Provincial, como “freguesia”. Segundo Dilma de Moraes, “a 1º de dezembro de 1873, pela Lei 2.041, os distritos de Saúde e Bom Despacho foram elevados à categoria de Freguesia”⁴³³.

Santo Antônio do Monte, a duras penas é claro, havia conseguido elevar-se à categoria de Vila em 1859 e, apesar dos problemas surgidos, reafirmou-se como tal em 1870. Em 16 de novembro de 1875, pela Lei 2.158, foi elevada à categoria de Cidade. Sua Câmara: presidente: Ladislau José Baptista; vereadores: Algemiro da Costa Guimarães, Antônio dos Santos Ferreira, Justiniano Sudelcio de Sousa, João Francisco Bolina, Jerônimo de Souza Oliveira e Mizael Pinto Ribeiro”. Ao distrito da Cidade pertenciam as povoações de Diamante, Lambari, Santa Clara, Coqueiro, Mata do Rosa, Cachoeira Bonita, Bom Sucesso, Fundão, Grotadas, São Carlos do Pântano (Lagoa da Prata), Retiro do Pântano, DOCE DE CIMA, Mirandas e Raposo, está última só no eclesiástico - Dilma de Moraes⁴³⁴.

Como ficou evidente, a política, tanto em Bom Despacho como em Santo Antônio do Monte, já era uma brincadeira de ricos, mormente descendentes de reinóis. Assim, só poderíamos mesmo ser dominados pelos “caramurus”, ou Partido Conservador que, como vimos, originou-se dos reinóis palacianos, alcoviteiros de dom Pedro I, articulando todas as outras elites genéticas do império. Miguel Dias Maciel, o mais rico fazendeiro da região de Pitangui, a serviço de quem estava o deputado Capanema quando propôs a elevação de Bom Despacho à categoria de Vila, era descendente direto do Velho da Taipa - paulista traidor dos paulistas que recebeu favores da Coroa - do poderoso português José Dias Maciel e dos Capanema. Ora, vejamos só o que regis-

431 História de Bom Despacho, pp. 96/101.

432 Leia o livro “Viva a República!”, Donatello Grieco, Editora Record, 1989.

433 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos”, p. 63.

434 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos”, pp. 62/63.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

trou a nossa Historiadora, Dilma de Moraes: *“Miguel Dias Maciel - 13/ Esteve frente à PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE SANTO ANTÔNIO DO MONTE EM 1887. É considerado “grande benemérito” de Bom Despacho”*⁴³⁵. Miguel era tio de Olegário Dias Maciel que, no período de 1930 a 1933, seria presidente do Estado de Minas Gerais. Nada contra o fato, apenas que se evidencie ao povo de onde advém, geralmente, o poder político em todo Brasil. Atualmente, isto não é diferente.

Em 1878, após dez anos de oposição, liberais retomam o poder central e, conseqüentemente, nas províncias. Ideologicamente, este partido devia estar confuso, eis que, os republicanos, dissidentes de seu corpo, se estruturavam e se fortaleciam cada vez mais.

Em 19 de dezembro de 1878, formava-se em Santo Antônio do Monte uma comissão para arrecadar donativos para a construção de casas para a Câmara e para a Cadeia. À frente da Comissão estavam: o tenente Alexandre Dias Maciel (irmão de Miguel), o tenente coronel Silvério Vaz Tostes, o tenente Manoel Pacheco de Araújo e o alferes João Tibúrcio da Silva. *“A lista foi aberta pelo vigário Pe. Otaviano José de Araújo”*⁴³⁶ com 30\$000. *O total arrecadado foi de 1:363\$000, mas as despesas ficaram em 1:776\$718, de acordo com o livro de Receitas e Despesas do arquivo da Prefeitura Municipal”*⁴³⁷.

Santo Antônio do Monte fora elevada à categoria de Cidade em 16 de novembro de 1875, e o Doce de Cima, como registramos, ficou pertencendo ao seu território. Em 1880, segundo Laércio Rodrigues, também *“a freguesia de Bom Despacho fora desmembrada de Pitangui, passando a pertencer ao novo município de Santo Antônio do Monte”*⁴³⁸. Dilma de Moraes ratifica isto, informando que em 7 de janeiro de 1883 lavrou-se a posse do 3º juiz de paz Flávio de Assumpção, juntamente com os dos 1º e 2º juizes, respectivamente, Belchior Rodrigues da Silva e Antônio Marques Gontijo⁴³⁹.

Em 1885, pela Lei Provincial número 3.356 de 10 de outubro, inexplicavelmente, Santo Antônio do Monte passa a ter o esdrúxulo nome de INHAÚMA, que quer dizer *“ave negra”*⁴⁴⁰. Pelo visto, nem os políticos nem o povo queria este nome, mas, a Lei Provincial o impôs. Seria mais uma vingança do tal Hygino do Partido Liberal, aquele que, expulso de Santo Antônio do Monte, conseguiu suprimir a categoria de Vila. Este Hygino, pelo jeito, infernizava a região, inclusive de Bom Despacho, uma vez que *“levava no bolso”* as portarias expedidas pelo Governo Provincial, quando o Partido Liberal estava no poder.

435 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos”, pp. 41 e 42.

436 Deve ter sido um grande padre; um grande homem. Até hoje temos uma multidão de “Otavianos”, inclusive com o sobrenome inteiro, em nossa região, em sua homenagem.

437 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos”, pp. 67.

438 História de Bom Despacho, p. 102.

439 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos”, pp. 67.

440 “Santo Antônio do Monte: Doces Namoradas, Políticos Famosos”, pp. 67.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

E, nesta época, o Partido Liberal estava no poder. Santo Antônio do Monte teve de remoer esta humilhação até 18 de abril de 1899, quando já em pleno regime republicano, conseguiu que a Lei nº 260 lhe devolvesse o nome.

Neste sentido, também o padre Nicolau Ângelo Del Duca, vigário de Bom Despacho, estava indignado. Esse padre, italiano de nascimento, irradiava patriotismo e amor a Bom Despacho e ao Brasil. Em 1886 registrou na folha 50 do Livro do Tombo da paróquia, conforme transcreveu Laércio Rodrigues: *“Já cinco lustros há que esta paróquia pretende a categoria de Vila, e a Assembleia Provincial mineira está lhe regateando esta prerrogativa. “Patientia irritata fit furor”, e no excesso de seu furor, a seu tempo, fará sentir o peso de seu braço sobre a cabeça daqueles que por interesse ou cobiça pretendem manietá-la. Então, “ai dos vencidos!”, “vae victis”, o golpe será fatal!... O peso da espada dos Brenos fará tombar a balança, sem esperança de que um Camilo venha a defrontá-los”*⁴⁴¹. O padre Ângelo Del Duca estaria sentido com os conservadores que, apesar de receberem todo o apoio de Bom Despacho, protegiam Pitangui do desmembramento; ou então, estaria indignado com as “brincadeiras” políticas e humilhações que o Partido Liberal impingia à região; estaria pressentindo a Proclamação da República, ou, então sentia tudo isto ao mesmo tempo.

ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

A Inglaterra libertara seus escravos em 1833. A Holanda, em 1846. A França, em 1848. Os Estados Unidos, em 1865 e o Paraguai, em 1870.

O Brasil, ante as pressões da Inglaterra, vinha apenas simulando a libertação através de leis ineficazes, muito mais para agradar os ingleses - porque sempre capciosamente emendadas pelo Partido Conservador. Em 1854, o governante imperial publicou Lei que deveria abolir o tráfico negreiro, proibindo a compra de mais negros na África. Em 1871, aprovou a Lei do Ventre Livre, que deveria dar liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir de então. Em 1885, tentando esvaziar os movimentos abolicionistas, fez editar a Lei dos Sexagenários, declarando livres os escravos com mais de 65 anos de idade⁴⁴².

Como vimos, os negros vinham se integrando e se misturando aos brancos havia mais de três séculos. As negras, inicialmente concubinas dos reinóis e, depois, estupradas pelos “sinhôs” dentro das senzalas, geravam pardos que, dependendo do “sinhô”, poderiam ser

441 História de Bom Despacho, p. 102.

442 “Cadernos de Arquivo 1 - A Escravidão em Minas Gerais” Alda Maria Palhares Campolina, Cláudia Alves de Melo e Mariza Guerra de Andrade, APM, 1988, pp. 107 a 124.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

libertos ou continuar escravos. Alguns pardos livres, de 1ª ou 2ª geração, chegaram a estudar e a se tornarem intelectuais. Clubes de abolicionistas e irmandades, como a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, financiavam alforria de escravos e davam proteção a negros fugidos. Exemplo de intelectual negro, foi o Luís Gonzaga Pinto da Gama, ex escravizado poeta, humorista e grande jornalista.

Entre 1864 e 1870, participamos da maior guerra da América Latina, quando Brasil, Argentina e Uruguai lutaram contra o Paraguai. Nossos militares acabaram se influenciando com os seus colegas argentinos e uruguaios, cujos países, havia muito, eram republicanos e já não tinham escravidão. Dom Pedro II ofereceu liberdade aos negros que quisessem lutar pela pátria, contra o Paraguai. Atrás disto, no entanto, tentava esconder o expurgo que promoveu à “população morena”, onde pardos e negros livres, depois de presos e algemados, vestiam à força a farda do exército para serem remetidos para a Guerra do Paraguai. Caso se recusassem, eram fuzilados como desertores. O Brasil todo está cheio de ruas e praças que têm o nome de “Voluntários da Pátria” que, na verdade, escondem mais esta escabrosa vergonha nacional. Mais de 80% dos mortos naquela guerra, ao final, se compuseram desses nossos ancestrais pardos e negros⁴⁴³. Assim, os militares devem ter descoberto que “sangue de negro tinha a mesma cor” pois, como irmãos, lutaram lado a lado. Terminada a guerra, em 1870, milhares de pretos foram alforriados e, livres, engrossaram o movimento abolicionista⁴⁴⁴. Depois disso, os escravos fugiam e, quando os fazendeiros solicitavam que o Exército os perseguisse, os militares simplesmente se recusavam a fazê-lo. O Exército não é uma esquadrade capangas do mato, alegavam.

Dada a largada em 1831, passando por 1850/54, com a proibição do tráfico de escravos da África, a luta abolicionista foi ganhando calor e paixão em todo o Brasil. Em províncias que, pode-se dizer, tinham um tupiniquismo real, ou seja, que, realmente, tinham população miscigenada com os índios num percentual imensamente maior do que a das Minas Gerais, nestas, a exemplo de São Paulo, Ceará, entre outras, a luta se fez sem quartel na Cidade e no campo, nos púlpitos e nas tribunas, entre a gentinha e os homens bons, entre pobres e ricos: poucos e fracos se tornaram os escravocratas; muitos e fortes se tornaram os abolicionistas. Em Minas Gerais, não.

"Não houve em nossa Província campanhas ruidosas em favor da emancipação dos escravos, porque as condições do meio não as favoreciam, nem mesmo as aconselhavam. O ambiente provinciano mineiro, com suas definidas realidades políticas, sociais e econômicas, não lhes era propício. Evidenciava-se então, de modo incontestável, o pre-

443 Talvez seja por isto que, até hoje, os argentinos nos chamam de MACAQUITOS, ou seja, pretos raquiticos, magrinhos. É que, como só viam pretos em nossas tropas, achavam que TODOS os brasileiros fossem pretos.

444 “Viva a República!”, p. 48.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

*domínio político e econômico dos proprietários rurais sobre as populações urbanas e não seriam naturalmente esses proprietários os fatores do movimento de libertação. Tanto bastava para que não pudesse ele empolgar com êxito as populações provincianas. Além disso, sabia o arguto realismo político mineiro que não lograriam alcançar aqui sua finalidade barulhentos esforços emancipadores, porque o êxito do movimento dependia da aprovação de Lei ou Leis especiais pelo Parlamento e somente na Corte se poderia forçar os legisladores a tomarem essa decisão histórica"*⁴⁴⁵.

Oíliam José, com a argumentação supra, magistralmente, tenta demonstrar que os mineiros eram apenas realistas e não contrários à abolição. Porém, a nosso ver, a explicação do não engajamento majoritário dos mineiros na luta abolicionista se deve a outras questões, também, muito lógicas: o Efeito Pardismo⁴⁴⁶ de sua população altamente miscigenada com negros fizera com que os "brancos" e pretos livres - também por causa do efeito psicossocial da libertação e dignificação social do índio em 1755 - se agarrassem com todas às forças ao tupiniquismo irreal, oco e postiço; assim, pretos, os havia tão somente escravos; os livres, estes não eram pretos, eram orgulhosos descendentes da raça tupi-guarani! Assim, não tinham razão nenhuma para se solidarizarem com o movimento emancipador dos pretos.

Enquanto o povo brasileiro de todas as províncias participava ruidosamente de todos os movimentos emancipadores, os mineiros estavam mais preocupados em homenagear o escritor José de Alencar que lhes permitira conhecer a falsificada ideologia tupiniquista, a qual os salvara de serem pretos, dourando-lhes a saída, geralmente falsa, de terem uma "avó índia apanhada a laço" e, portanto, de serem bravos descendentes da raça tupi-guarani, mas não de outros índios!

A Inglaterra queria, porque queria, a libertação dos negros. Assim, os seus produtos, que eram produzidos com mão de obra assalariada se sobreporiam aos nossos que eram fabricados com mão de obra escrava. A libertação dos escravos obrigaria o País à industrialização e, conseqüentemente, a que comprássemos máquinas inglesas. Além disto, o negro livre e assalariado aumentaria o número de consumidores de mais produtos ingleses. Assim se defendiam os escravocratas, dizendo que os interesses ingleses eram apenas comerciais.

A Igreja, embora estivesse mais preocupada com os maçons que estavam tendo mais prestígio com o Imperador do que o clero, também não era contra, em tese, à libertação dos escravos.

O próprio Imperador dom Pedro II e a família real diziam que eram favoráveis à libertação dos escravos. Este sonho, aliás, já estivera nos planos dos inconfidentes que teriam pretendido separar o Brasil de

⁴⁴⁵ "A Abolição em Minas", Oíliam José, Itatiaia, BH, 1962, p. 99.

⁴⁴⁶ Quilombo do Campo Grande: História de Minas roubada do povo, pp. 280/286.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Portugal e formar uma república. Esteve nos projetos dos liberais que queriam inserir a liberdade dos negros na Constituição de 1824, mas foram derrotados. Era agora, uma das bandeiras do Partido Republicano. Afinal, quem era contrário?

Os grandes fazendeiros e altos membros do governo, principalmente os mineiros, em sua maioria, “caramurus” pertencentes ao Partido Conservador. Cabeças de bagre de ascendência e mentalidade reinol que tinham e, infelizmente, ainda têm, muito poder econômico e político. Só conseguiam entender a livre empresa agrícola com mão de obra escrava, sem se aperceberem de que o mundo se mecanizava, se industrializava. Eram eles, no entanto, que sustentavam politicamente a monarquia brasileira.

Os clubes abolicionistas se multiplicavam em todo Brasil. A campanha, apoiada pelos militares, ganhara um vibrante líder, o orador e deputado Joaquim Nabuco. Poetas e intelectuais como Luís Gama⁴⁴⁷(preto) Castro Alves, Rui Barbosa e José do Patrocínio (preto), entre outros, militavam dia e noite nas tribunas e nos jornais, fomentando o sentimento do povo e minando as bases contrárias.

Assim, a 13 de maio de 1888, quando o Imperador viajava pela Europa, a princesa Isabel, suprindo a medrosa omissão do pai, assinou a Lei Áurea, abolindo definitivamente a escravidão no Brasil.

O Brasil tirava de seus ombros esse peso e se livrava dessa vergonha de ser o único país americano que ainda mantinha a escravidão. O Brasil, foi, portanto, o ÚLTIMO país das américas a abolir a escravidão. Para os negros, no entanto, a coisa não foi tão estrondosa assim. Muitos deles permaneceram nas fazendas, recebendo baixos salários e até trabalhando em troca de comida. Nos centros urbanos, dada a falta de conhecimento técnico e alfabetização, além de terem de concorrer com os europeus recém-chegados, não conseguiam empregos, continuaram fazendo serviços braçais e habitando as favelas nas periferias das cidades. Esta questão, porém, também não se encerraria assim⁴⁴⁸.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A República era um velho sonho brasileiro. Tiradentes e seus companheiros - alguns românticos e outros, oportunistas e traidores - sonharam com isto em 1789. Pouco tempo depois, em 1798, os pretos livres João de Deus e Manoel Faustino dos Santos Lima, este último com menos de 18 anos de idade, sonharam o mesmo sonho em Salvador-BA e acabaram enforcados. Os demais envolvidos, pessoas de posse e reinóis, escaparam ilesas e, os restantes, gente mestiça e humilde,

447 Considerado o Precursor do Abolicionismo, Luiz Gonzaga Pinto da Gama faleceu no ano de 1882.

448 História e Consciência do Brasil, 2º grau, 1994, pp. 213/216.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

foram desterrados ou açoitados. Assim, muitas outras revoltas aconteceram, mas não lograram êxito.

Dom Pedro II fez um razoável reinado até por volta de 1870. Finda a Guerra do Paraguai, o país estava bastante endividado, pois as despesas com a manutenção do exército e compra de armas foram grandes. Nossa balança comercial ia de mal a pior. Recorriamos a constantes empréstimos. Adivinha quem nos emprestava? (...) Adivinhou. A Inglaterra que, cada vez mais, lucrava com o Brasil.

Em 1872, o Imperador desagradou a Igreja. Pela constituição de 1824 (feita por dom Pedro I), a Igreja Católica Apostólica Romana era a religião oficial do País e os bispos eram como se fossem empregados do rei. Cabia a este criar e prover cargos religiosos e aprovar ou rejeitar as bulas e atos da Igreja. Pois bem, a Igreja, em Roma, passou a hostilizar os maçons. Dom Pedro II não era maçom, mas rejeitou esta ordem papal. Havia na Igreja muitos padres que eram maçons e, também, contestaram a ordem de Roma no sentido de hostilizar os maçons. Os bispos brasileiros puniram esses padres e dom Pedro II puniu os bispos. Depois, os perdoou, mas ficou a mágoa. O Imperador perdeu, assim, muito do prestígio que tinha com a Igreja e com os católicos.

Os militares, após a Guerra do Paraguai, voltaram com ideias republicanas, visto que os outros países sul-americanos já eram Repúblicas. Além do mais, ganharam expressão no cenário nacional, pois voltaram da guerra como heróis. Muitos se meteram na política, mas eram criticados pelos políticos. Caxias pertencia ao Partido Conservador e Deodoro, ao Liberal. Começou a haver muitas questões até bobas, provocadas pelos políticos, ocasionando pronunciamentos e contestações de militares que, punidos pelo Imperador, recebiam o apoio de Deodoro que era o herói da guerra e militar de maior expressão junto ao governo e ao povo. Por fim, em 7 de julho de 1889, o mineiro visconde de Ouro Preto, pelo Partido Liberal, assume o Gabinete com a finalidade de estabelecer a “disciplina” militar através do enfraquecimento do Exército, cujas funções seriam assumidas pela Guarda Nacional. Assim, dom Pedro II perdia também o apoio militar, restando-lhe apenas a amizade de Deodoro que era seu amigo particular.

O gatilho que armara o golpe final fora a libertação dos escravos. Os grandes fazendeiros e altos funcionários do governo, espinha dorsal do Partido Conservador, se viram prejudicados pela libertação dos escravos. Além disto, pleitearam uma indenização pela perda dos escravos que não lhes foi concedida. É que o governo havia metido a mão nas verbas do Fundo de Manumissão para financiar a vinda de novos imigrantes europeus e, mesmo assim, os fazendeiros esperavam o pagamento pelo preço de seus escravos. Assim, viraram a casaca. Parte deles passou para a oposição, entrando no Partido Liberal e - pasmem - até no Partido Republicano. Uma grande parte, no entanto, nada fez, ficou em cima do muro e apenas aguardou a queda da monarquia.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

O Partido Republicano estava mais forte do que nunca. Só faltava agora a gota d'água.

A confusão política parece que era geral. Pelo jeito, em Santo Antônio do Monte, muitos políticos abandonaram o barco. Veja esta citação de Dilma de Moraes: *“Em 6 de janeiro de 1887 o tenente Joaquim Luiz Brandão deixou a Presidência da Câmara. Daí para frente a Cidade atravessou um período tumultuado. De 7 de janeiro de 1887 a 25 de dezembro de 1892, localizamos quinze trocas de presidente na Câmara de Inhaúma (nome que haviam dado a Santo Antônio do Monte) ... culminando com a renúncia do tenente Alexandre Dias Maciel”*⁴⁴⁹.

A gota d'água que faltava pingou. Deodoro era favorável à República, mas achava melhor aguardar a morte de dom Pedro II que já andava doente. Floriano Peixoto e Benjamim Constant preparavam o golpe para 29 de novembro. Bem antes disto, espalhou-se um boato de que Deodoro e Benjamim seriam presos. Assim, em 15 de novembro de 1889, Deodoro assumiu o comando das Forças Armadas e dirigiu-se para o Campo de Santana. O Ministério do visconde de Ouro Preto tratou de enviar pedido de demissão ao Imperador, visto que Deodoro cercara e entrara triunfalmente no quartel general onde estavam reunidos. Dom Pedro II tenta, ainda, nomear outro Ministério. Os líderes republicanos reúnem o povo na Câmara Municipal e PROCLAMAM A REPÚBLICA. A família real é expulsa do País⁴⁵⁰.

VAI PASSAR! VAI PASSAR!

- Onde?
- Nos céus do Brasil de 15 de novembro de 1889.
- O Que?
- Os blocos, os cortes e os seus sambas. Vejam!
- O que vem a ser isto?

Uma explosão no céu e um clarão imenso. A Luz da Chapada⁴⁵¹, com cem irmãs outras, brincando na noite, cuspidando neônio, encheram de brilhos os céus e o chão. O povo, de papo pro ar, enxergou mil fantasmas, orquestras e cortes, em blocos de samba, matracas, finados, algazarra no ar!

Na frente os barões: O Nunes Viana, o conde Assumar, Gomes Freire e também o visconde lá de Barbacena, açougueiros malditos, esquartejavam o marquês de Pombal, num macabro espetáculo à Dona Maria, que rindo pedia, sangue e mais sangue, pra seu filho dom João

449 “Santo Antônio do Monte: Doce Namoradas, Políticos Famosos”, p. 68.

450 História e Consciência do Brasil, 2º grau, 1994, pp. 216/218.

451 Fenômeno inexplicável (aparição fantástica) incorporado ao psíquico-social do povo da região.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

e para Portugal. Dom Pedro I, seu trono vazio, seus alcoviteiros, de caras sem brio, proxenetas sem pão, caçando outros sacos, apalpando com as mãos. Dom Pedro II, calado, estudava os barões. Caramurus ou cascudos, gritavam que o mundo estava perdido, que eram barões, não estavam falidos, e a ala passou. Os barões famintos vieram atrás, calados, sisudos - quatrocentões de São Paulo, coronéis nordestinos, reinóis das Gerais e os reinóis cariocas - a Igreja Católica e a maçonaria, sorriam cortesemente aos aplausos polidos dos lordes ingleses.

As Luzes piscaram e o som do tarol repicou aos coturnos um compasso distinto - retintos Napoleões: Domingos Jorge Velho - não. Bartolomeu Bueno do Prado - não. Duque de Caxias, Deodoro e demais heróis saudações! Bento Gonçalves, Canabarro e Garibaldi não se aguentaram e quebraram o protocolo - deram vivas a Deodoro, a Floriano e a Benjamim (Getúlio Vargas vem aí). Dom Pedro I chegou atrasado, ressaca a cavalo, e o bloco passou.

As luzes ganharam um tom colorido e as brisas sopraram um perfume espremido do fundo dos céus, em pétalas verdes, azuis, amarelas, dançando ao léu! Quem vai passar? - Nós, os pigmeus do Bulevar!

Martins Lustosa e o Rei Ambrósio, com seus quilombolas, uns paulistas malucos com seus arcabuzes batendo agogôs; Zumbi, Ganga Zumba e Pedro Angola, afinando a negrada e a bateria; Felipe dos Santos e Tomé Afonso eram alegorias, num carro de boi, mostrando a quem foi e gritando a quem fica, repicam pandeiros, ao esquartejado, homenageado, lá de Vila Rica.

Joaquim José, mestre-escola Tiradentes; diretoria, os cartolas inconfidentes (infelizmente); e os mestiços do nordeste, João de Deus e o menino Faustino dos Santos Lima e quem morreu da mesma peste. Frei Caneca puxa um samba, o Samba do Vai Passar, juntamente com os poetas e que, depois, Chico Buarque, nos reensinou a cantar. Vai Passar! Foi Passando! Passou.

Raios laser canhoneiam colorindo, primeiro verde retângulo, depois doiram losango e, em círculo, um céu no meio, onde uma pomba voando, deixou escrito no anil: ORDEM E PROGRESSO - BRASIL.

PEDRO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR, no Doce Retiro da noite, a tudo viu e em tudo creu. Parou de olhar para o céu e voltou a capinar com uma estrela no chapéu.

Aos alvares da madrugada da República, um homem, com sua mágica enxada, junto às nascentes do córrego do Doce, preparou a terra e plantou uma semente. Esta semente de Cidade, talvez fosse uma enorme cruz de aroeira. Dizem que as mãos que plantaram esta semente eram as de um homem simples. Pedro Ferreira da Silva Júnior, era seu nome.

- Quais teriam sido seus ancestrais?
- Quais os ancestrais do povo do lugar?

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

- Como teria começado tudo?

Vamos juntos, agora, retornar aos anos de mil setecentos e dezoito, lá em Pitangui, onde tudo começou. Façamos um retrospecto dando um enfoque exclusivo em nossa terra, ou seja, na região compreendida entre o ribeirão Caiçara, São Francisco acima, passando pelo ribeirão Santo Antônio, Jacaré até o de Santa Luzia.

ENTRE O CÓRREGO DOS MACHADOS E O RIBEIRÃO DE SANTA LUZIA

Como vimos, Antônio Rodrigues, o Velho da Taipa, a partir do Bando em que, a 30 de maio de 1718, o conde de Assumar perdoara os amotinados de Pitangui, adquiriu, por ter traído os paulistas e por ter cumprido as condições do decreto, o direito de lançar posses e obter Sesmarias de terras para lavouras “*in perpetum*” e a seus herdeiros. Assim, pelos anos de setecentos e trinta e tantos, juntamente com João Veloso de Carvalho, situou fazenda no Sítio do Bambuí, de uma e de outra parte do São Francisco, e ainda mais acima desta paragem no sítio chamado Forquilha⁴⁵². Os empreendimentos, pelo visto, não devem ter prosperado e devem ter sido abandonados pelos velhos paulistas. Documentos atestam a INEXISTÊNCIA à esta época, DE QUALQUER VESTÍGIO DE ALDEAMENTO INDÍGENA nessa região⁴⁵³.

Na 1ª edição deste livro já registrávamos que farta documentação dá conta de que, pelos anos setecentos e cinquenta, estava essa região enquistada de NEGROS DO MATO. Esses quilombos, a exemplo de outros conhecidos, deviam abrigar não só escravos fugidos, mas também foragidos da justiça portuguesa, mulatos e até brancos, dissemos. Nada de índios, reiteramos.

Aliás, foi por temor aos quilombolas, que já habitavam o local, que esses paulistas-reinóis tiveram que abandonar essas terras. Lembremo-nos de que, próximo daí foi que, em 1732, Agostinho Nunes de Abreu, amigo do Velho da Taipa, teve a sua bandeira atacada pelos negros do Quilombo do Queimado, perecendo vários paulistas de Pitangui, inclusive Batista Maciel.

Neste sentido, trouxemos agora o contorno dos episódios que envolveram as Guerras do Campo Grande, de maneira a não deixar mais nenhuma dúvida sobre este tema e a banir de uma vez por todas a ridícula e falsificada tradição tupiniquista que foi maquiavelmente

452 Cartas de Sesmaria concedidas por Martinho de Mendonça em 26 de novembro de 1737, in Revista do APM, v. 3, 1889, pp. 848-851.

453 História de Bom Despacho, p. 14, citando “Índigenas de Minas Gerais”, de Oiliam José, BH, 1965.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

plantada na cabeça de nossos avós ao final do século passado e início do presente⁴⁵⁴.

A SESMARIA DO RIBEIRÃO DE SANTO ANTÔNIO

É nesse contexto da última grande guerra ao Quilombo do Campo Grande que o português Antônio Rodrigues da Rocha, juntamente com o sargento-mor Gabriel da Silva Pereira, Antônio Dias Nogueira e Domingos Gonçalves Viana, todos residentes em Pitangui e em Itapeçerica (hoje, Divinópolis), desde o início do ano de 1758, preparavam uma expedição composta de, provavelmente, trinta homens, entre brancos e pretos livres, protegidos por quatorze armas de fogo e com bastantes provisões acondicionadas em cavalos de carga. A expedição, guiada por capitães do mato - que geralmente eram pretos, tanto livres como escravos - contratados por Antônio Rodrigues da Rocha, deixa as montanhas, atravessa o rio Pará e se encaminha para o Lambari, às margens do qual pode ter acampado para passar a noite.

“Talvez, nesta noite, nos imensos cerrados entre o córrego dos Machados e o ribeirão de Santo Antônio, revoadas mal agourentas de curiangos e os rosnados de guarás tenham incomodado o sono dos negros velhos que devem ter tido sonhos horríveis. Ver seus jovens guerreiros arcabuzados ou passados a fio de espada, talvez não fosse a pior parte do pesadelo. Medonho era ver os negrinhos a ferros e as negrinhas magricelas voltarem para o inferno da escravidão. Deus, chamado em sua língua de N’Zambe, havia muito, realmente, parece que os tinha abandonado.

Antes que o sol nascesse a expedição já levantara acampamento e atravessara o rio Lambari. Os cachorros de fila, sentindo cheiro de negros, ficaram assanhados. Os capitães do mato seguiram para as nascentes do córrego da Forquilha e a expedição seguiu em frente até perto da foz do córrego dos Machados. Antônio Rodrigues da Rocha, ao passar por esse ribeirão, deu-lhe o nome de ribeirão de Todos os Santos. Seguindo caminho, passou pelo ribeirão da Caiçara, ao qual, talvez em homenagem a Domingos Gonçalves Viana (aquele que, em 1742 estava lá no Arraial da Campanha, hoje Cidade), deu o nome de São Domingos. Os cachorros endoidaram. Havia negros por perto!

Os negros foram cercados em região, provavelmente, situada entre o ribeirão de Santo Antônio e a atual sede do município de Moema. Os estrondos dos tiros, o ladrar dos cães e a fumaceira no ar. As espadas e facões se tingiram no vermelho do sangue de jovens guerreiros que pre-

454 As panelas de barro (igaçabas) encontradas em toda nossa região, são urnas funerárias de civilizações bem mais antigas do que, talvez, o próprio descobrimento do Brasil. Precisam ser catalogadas e estudadas para receberem melhor definição. Confira em *Achegas à História do Oeste de Minas*, 1993, pp. 15 a 19.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

feriram a morte à escravidão. Do restante dos negros, uns fugiram, outros se renderam e foram postos a ferros. Os homens brancos, senhores da terra, comemoraram a vitória com muita cachaça. Antônio Rodrigues da Rocha, provavelmente, em homenagem ao santo de seu nome, batizou aquele ribeirão de Ribeirão de Santo Antônio. Montaram acampamento e, não demorou muito, chegaram os capitães do mato. A colheita junto às nascentes do córrego da Forquilha também fora boa. Traziam as espadas tintas de sangue, muitas pencas de orelhas decepadas e uma fila de negros amarrados. Nesta ocasião, deixando o acampamento, Antônio Rodrigues da Rocha pode ter ido explorar a região além do Santo Antônio, quando, então, resolveu dar ao ribeirão que deságua no Jacaré e engano o nome de Ribeirão de Santa Luzia”⁴⁵⁵.

Após fazer bom reconhecimento da região, foi-se embora a expedição, levando para Pitangui uma fila imensa de negros amarrados pelo pescoço, como se fossem elos feitos de corda, ferro e sangue em uma macabra corrente de restos humanos. O destino desses negros seria tenebroso. Segundo determinava o alvará régio de 3 de março de 1741, *“os negros que forem achados em quilombos, estando neles voluntariamente, se lhes ponha com fogo uma marca em uma espádua com a letra “F” (de fujão), que para este efeito haverá nas Câmaras; e se quando for executar a pena, for achado já com a mesma marca, se lhe cortará uma orelha, tudo por simples mandado do juiz de fora, ou ordinário da terra, ou do ouvidor da Comarca, sem processo algum e só pela notoriedade do fato, logo que do quilombo for trazido, antes de entrar para a cadeia”⁴⁵⁶.* Mais tarde, no processo de demarcação de sua Sesmaria, Antônio Rodrigues da Rocha citaria que ele e sua gente e outros a quem pagou, haviam amarrado os negros do mato neste sertão, os quais fizeram achar donos em Pitangui. Como se vê, este sim, era um quilombo comum de escravos fugidos. Disse ainda que tinha direito à Sesmaria porque CONQUISTARA A TERRA AOS NEGROS DO MATO.

Encontramos no Arquivo Judiciário de Pitangui os autos de demarcação desta Sesmaria sob a codificação XXX, 11, dos quais transcrevemos algumas peças: *“Diz Antônio Rodrigues da Rocha, que em 2 de maio de 1758, com o sargento-mor Gabriel da Silva Pereira, hoje defunto, Antônio Dias Nogueira, Domingos Gonçalves Viana, perferiram (perfilaram) 14 armas de fogo e cavalos de carga para comerem, e cortaram o rio Lambari até o rio de São Francisco a desflorarem terras e campos para criar gado vacum e cavalari, estando esse pedaço de sertão até ali povoado de FERAS E NEGROS DO MATO; e, com efeito, se situa-*

455 O texto iniciado pelas grandes aspas, como se verá, é apenas uma crônica urdida com base nos documentos que, a seguir, serão descritos e interpretados. Esses mesmos fatos da História de Moema, aliás, deram origem ao romance-histórico, intitulado “SESMARIA - Cruzeiro, o Quilombo das Luzes”, reeditado em papel, com 430 páginas, incluindo a capa, publicado pela MGQUILOMBO Editora Ltda, em 2018 e distribuído pela sua livraria virtual <https://www.mgquilombo.com.br/loja/sesmaria-cruzeiro-o-quilombo-das-luzes/>

456 “Cadernos de Arquivo-1/APM”, p. 104/105, citando APM - SC, Cód. 77, fl. 14.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

*ram. Que, depois, entrou e veio entrando mais gente e que hoje se acham vinte e quatro fogos (...)*⁴⁵⁷.

Domingos Gonçalves Viana situou fazenda ao sul do atual município de Bom Despacho e Antônio Dias Nogueira a sudoeste. Antônio Rodrigues da Rocha se instalou com várias fazendas em toda a região localizada entre os ribeirões Santa Luzia/Jacaré e o dos Machados⁴⁵⁸, limitando-se a oeste com o rio São Francisco e a leste com terras devolutas e com seus companheiros de expedição. As fazendas prosperavam, e as de Antônio Rodrigues da Rocha já rendiam impostos à Coroa Portuguesa.

Em 1762, acabou a tranquilidade de Antônio Rodrigues da Rocha. O capitão Inácio de Oliveira Campos, futuro marido de dona Joaquina do Pompeu⁴⁵⁹, invadiu suas terras. As alegações do capitão Inácio de Oliveira Campos, que era neto do Velho da Taipa, foram as de que aquelas eram terras de seu avô e que, portanto, legalmente lhe pertenciam. Assim, derrubou matos virgens e introduziu gado nas terras, aproveitando-se da ausência de Antônio Rodrigues da Rocha, que se achava a negócios em Vila Rica. O povo de Antônio Rodrigues da Rocha abriu ação contra o capitão Inácio de Oliveira Campos em Sabará, sede da Comarca, porque era o mesmo juiz ordinário e homem muito poderoso em Pitangui. Vejamos trecho do mesmo documento: “(...) Assim, é o suplicante, senhor e possuidor de três léguas de terras que está atualmente ocupando, criando gado e lavoura de roça, com árvores de espinho plantadas e já em vésperas de darem frutos, e mais criações e quatro casas de vivenda, senzalas, monjolos, assentado tudo nas beiradas do rio de São Francisco, termo da Vila de Pitangui. Em novembro de 1762, sê-lhe intrometeu nas ditas terras a derrubar mato virgem entre as posses do suplicante, o licenciado Inácio de Oliveira Campos dizendo que eram capoeiras de seu avô (o Velho da Taipa), e depois lhe botou gado nos pastos do suplicante, estando o suplicante ausente, no (...) fruto de seus negócios, quando veio, em janeiro de 1763, vindo de Vila Rica, em caminho, achou tal notícia do gado, e a sua gente lhe disse, do que resultou demanda que corre diante do doutor ouvidor geral no Sabará por, no Pitangui, se achar o réu suplicado servindo de juiz ordinário e por ser homem poderoso e o suplicante alcançou (ou por ter alcançado) Sesmaria que se acha junto à dele de três léguas de terras(...)”⁴⁶⁰.

As leis do reino, especialmente a de 13 de abril de 1738, davam a Antônio Rodrigues da Rocha, por ter conquistado a terra dos negros do mato e nela estar plantando e criando gado, o direito de requerer sua

457 História de Bom Despacho, p. 36.

458 Portanto, historicamente, a região entre o ribeirão de Santo Antônio e o de Santa Luzia, deveria pertencer, como pertenceu até meados dos anos oitocentos, ao atual município de Moema-MG.

459 Leia “Sinhá Braba”, Agripa de Vasconcelos, Itatiaia, 1966, 375 páginas.

460AJP-XXX,11.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Carta de Sesmaria. Assim, a 21 de março de 1763, conseguiu sua carta junto aos governadores interinos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais⁴⁶¹, respectivamente, bispo do Rio de Janeiro, dom Antônio do Deserto, chanceler João Alberto Castelo Branco e brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim. Além das assinaturas dos governadores, a Carta da Sesmaria do ribeirão de Santo Antônio, traz também a assinatura do inconfidente CLÁUDIO MANUEL DA COSTA, que então era o secretário do governo das Minas Gerais em Vila Rica⁴⁶².

Na petição que fez em 8 de fevereiro de 1764, o sesmeiro pediu a Vila Rica mais um ano de prazo para demarcação visto que este se expiraria a 21 de março de 1764. Ao ensejo, faz mais acusações contra o capitão Inácio de Oliveira Campos que, de Pitangui e no Sabará, usava sua influência para impedir que as terras fossem demarcadas: “(...) que, foi lavrado a dito termo ou título de Sesmaria, em 21 de março de 1763; e acaba o ano que Sua Majestade, que Deus guarde, lhe concede para medir, findando em 21 de março do presente ano de 1764, outro, com a despesa do doutor intendente do Sabará, por ser grande, porque são quarenta e oito léguas a esta medição, e agora em janeiro ser tempo de águas com o ribeirão e o rio do Lambari cheios, razão porque o suplicante recorre à proteção de vossa excelência, pede a vossa excelência, por caridade (...) possa (...) do suplicante(...) a causa de força que o suplicante está (...) do dito licenciado Inácio de Oliveira Campos na Ouvidoria do Sabará, que o réu se acha outra vez servindo o cargo de juiz ordinário, quando havia de atender o doutor intendente ou juiz das Sesmarias, dê logo posse judicial ao suplicante, visto que (foi) o primeiro que, à sua custa, fez tanta despesa afugentando os negros do mato, que alguns amarrou com sua gente e sendo o suplicante (...) primazia de hoje estar mais povoado, modo de que já pagam Dízimos a sua majestade, que Deus guarde, para receber a mercê (...)”⁴⁶³.

Finalmente, em 2 de julho de 1767, em sua fazenda situada na paragem chamada “O Ribeirão Santo Antônio”, Antônio Rodrigues da Rocha recebe a comitiva da lei que viera demarcar suas terras: o juiz das Sesmarias, doutor Bento do Rego da Silva Souto Maior, Antônio Rodrigues da Silva, o piloto de rumos, e os medidores José Aniceto do Rego e Francisco Geraldo do Rego, além do escrivão José de Souza Coelho.

É de se ter em conta que, a esta altura, conforme viria a dizer o próprio Antônio Rodrigues da Rocha “*que depois entrou e veio entrando mais gente e que hoje se acham vinte e quatro fogos*”, principalmente a

461 Desde 01.01.1763, dada a morte de Gomes Freire.

462 Juntamente com o governador Luiz Diogo Lobo da Silva esse inconfidente, em 1764, caminhou sobre os ossos dos mártires do Campo Grande em todo o Sapucaí (hoje, o sudoeste de Minas), onde, sob o pretexto de tributar, tentaram surrupiar o ouro que os mineiros dali tinham guardado desde a época da Capitação, a que nunca se sujeitaram. Confirme em Quilombo do Campo Grande - História de Minas que se devolve ao povo, pp. 832-856.

463 AJP-XXX, 11, fls. 5 e 5v.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

leste da sede de Moema, num triângulo formado pelas terras de Domingos Gonçalves Viana, Manoel Alves e, mais tarde, de Luiz Ribeiro da Silva, havia se instalado clandestinamente muita gente, entre esta, os temíveis Marques da Costa, também grande tronco ancestral de nosso povo moemense.

Em 10 de julho de 1767, citados os confrontantes, houve a segunda audiência na Fazenda do Ribeirão de Santo Antônio. Presentes, além das autoridades e o sesmeiro, estavam: José de Souza Ferreira, Antônio Dias da Rosa, Domingos Luiz (de Oliveira), Manoel Alves da Costa Neves e Domingos Gonçalves Viana.

Domingos Gonçalves Viana e Dionízio Pereira da Costa, em nome de José de Souza Ferreira, inquiridos pelo juiz, falaram pelo povo, ou seja, pelos pequenos latifúndios confrontantes, que nada tinham a opor sobre a demarcação, desde que não lhes tirasse terras. Depois, argumentaram que havia impedimento para a demarcação, visto que essas terras estavam próximas da Contagem de Tamanduá (Terras onde havia minas de ouro, o que impediria, por Lei, a posse da terra na forma pretendida). Além disto alegaram que, de uma forma ou de outra, meia légua de terras deveria se destinar à construção de uma capela, porque era bem longe a outra da matriz. Ante tais argumentos, Antônio Rodrigues da Rocha ficou furioso e disse que as minas da Contagem ficavam a mais de dois dias e meio de viagem; que era o sesmeiro mais antigo da região, a qual, havia conquistado dos negros do mato pela força de seu braço, muito antes de um tal capitão Bartolomeu Bueno da Silva (do Prado) ter exterminado o resto dos negros no “Campo Grande”, por ordem de Sua Majestade. Disse ainda que suas fazendas havia muito já produziam e pagavam Dízimos à Coroa, e que pretendia que fossem medidas suas três léguas de terras, incluindo aquelas que lhe haviam tirado e que estavam tentando tirar. Que perguntassem a Domingos Gonçalves Viana, a Luiz da Silva⁴⁶⁴, a José da Silva, a Domingos da Mata e a José Dias Leal, se havia ele, sesmeiro, destruído e amarrado, ou não, os negros do mato.

Um dos confrontantes alegou ainda que aquelas terras eram mais terras de plantar do que de criar gado. Disse que o capitão Inácio de Oliveira Campos e Antônio Rodrigues da Rocha, haviam metido na região mais de quatrocentas cabeças de gado e que o gado, perdido pelos campos, morreu quase todo e que eles, os confrontantes, nunca haviam apanhado ou matado nenhuma cabeça. Disseram ainda, os confrontantes, que poderia vir muita gente de Pitangui para esta região para plantarem mantimentos que, colhidos, iriam para Pitangui rendendo Dízimos à sua Real Majestade.

Antônio Rodrigues da Rocha, pelo jeito contando com o apoio de Domingos Gonçalves Viana, contra-argumentou e a audiência foi en-

464 Sócio de Bento Alves, que venderia a Sesmaria do Ribeirão do Diamante a Félix de Araújo Lima em 17.04.1769.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

cerrada, registrando-se que se faria nova citação ao capitão Inácio de Oliveira Campos que não esteve presente nesta audiência⁴⁶⁵.

Aos 13 de julho de 1767, na terceira audiência, presente, o capitão Inácio de Oliveira Campos justificou sua ausência. Foi logo dizendo que também tinha uma Carta de Sesmaria de terras compreendidas entre o ribeirão do Jacaré e o dos Machados, correndo São Francisco acima, e que a coisa era muito simples: era só citar novamente os confrontantes, demarcar as terras e colocá-las em nome dele, Inácio de Oliveira Campos, caso contrário oporia embargos à medição. Antônio Rodrigues da Rocha disse que não tinham lugar tais alegações, visto que a própria autoridade ali presente sabia que ele ocupava as terras desde 1758 e que podia ver as fazendas com casas de vivenda, outras casas com monjolo assentado, cozinha, bois de carro, carretão e que estava criando gado vacum, com curral de mourões juntos, grande e pequeno, chiqueiro de bezerros, roça e todos os preparos que costuma ter uma fazenda de criar gado. O juiz apenas mandou que a Carta de Sesmaria do capitão Inácio de Oliveira Campos fosse transcrita nos autos e encerrou a audiência.

Aos 16 de julho de 1767, tendo como louvados Luiz da Silva e Domingos Gonçalves Viana, foi demarcada a Sesmaria do Ribeirão de Santo Antônio, conforme texto abaixo:

*“(...) deram princípio com o pião que meteram em um lançante de campo, coberto de carrasquinhos do caminho que vai para o José de Souza e Domingos Luiz e para a Vila de Pitanguí, adonde meteram um pau chamado sucupira, lavrado por todas as quatro faces, e cada uma delas tendo um gênio (uma chave) de largo; em uma delas, lavraram duas letras na face que fica virada para o oeste que são “P” e “S”, que significam Pião de Sesmaria” (...) e que, do mesmo pião, seguindo o rumo do Oeste, mediram meia légua de terra, que são mil e quinhentas braças (**3.300 metros**), por campos limpos e carrasquinhos, matos virgens alagadiços, aonde, no fim da dita medição, meteram um marco de pau chamado angico branco (...) em uma vargem de mato assentada ao pé do rio São Francisco, e que, fica, desta parte, divisando e confrontando com o mesmo rio chamado de São Francisco (...) e, daí, tornando ao pião da mesma Sesmaria, seguindo o rumo do Leste, mediram por campos e matos virgens e cerrados cobertos, meia légua de terra, que são mil e quinhentas braças (**3.300 metros**), e neste rumo passaram um pantanal grande, chamado o Buritizal Grande e um ribeirão chamado de Santo Antônio, cujo ribeirão passaram duas vezes e, no fim da dita medição, meteram um marco de pau chamado sucupira, e que fica, desta parte, confrontando com terras devolutas, cujo marco meteram em um cerrado grande; e, dali, tornando ao pião da mesma Sesmaria, seguindo rumo do Sul, mediram duas mil e quinhentas braças de terra*

465 AJP-XXX,11 - fls. 08 a 10.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

(5.500 metros), que para uma légua lhe faltam quinhentas braças de terra, cuja medição fizeram por campos limpos, carrasquinhos e cerrados, e passaram nesse rumo um ribeirão chamado Santo Antônio e outro chamado ribeirão de Santa Luzia e, no fim da dita medição, meteram um marco de pau chamado jacarandá (...) em uma língua de campo limpo, ao pé de um pantanal grande de um buritizal, que fica desta parte divisando e confrontando com terras do capitão Inácio de Oliveira Campos; e, dali, tornando ao pião da mesma Sesmaria, **seguindo rumo Norte**, mediram légua e meia de terra, que são quatro mil e quinhentas braças de terra, e por não inteirar no rumo Sul a légua e meia que pertencia ao mesmo rumo, por não ter terras, o dito sesmeiro, mediram mais, neste rumo, (...) oitocentas braças de terra, que no todo (...) rumo, sendo cinco mil e trezentas braças **(11.660 metros)** de terra, por campos limpos e cerrados cobertos, e no fim da dita medição meteram um marco de pau chamado sucupira (...) em um campo coberto de carrasquinhos, e ficou, por esta parte divisando e confrontando com terras que foram do defunto Francisco da Costa e com terras de José de Souza Ferreira e Domingos Luiz e, a este rumo, passaram dois ribeirões; um, chamado ribeirão de São Domingos (Caiçara) e, outro, chamado ribeirão de Todos os Santos (Machados); e, daí, tornando ao pião, da mesma Sesmaria, **seguindo o rumo do Leste** (voltaram a medir nesse rumo), mil braças, mais do que a meia légua que se acha atrás declarada, por não terem (...) inteirassem as terras que compreendem a mesma Sesmaria, que são três léguas de comprimento e uma de largo, e por não terem o comprimento, acresce a largura, a este rumo, as mil braças acima declaradas, cujas, mediram do primeiro marco que se achava medido, e o arrancaram outra vez para fazerem a dita medição de mil braças de terra, (totalizando 2.500 braças, ou sejam, **5.500 metros**, nesse rumo) cujas, mediram por cerrados cobertos de mato virgem e, no fim da dita medição, meteram um marco de pau chamado sucupira na beirada de um capão (...) campo coberto de carrasquinhos (...) e que, desta parte, fica confrontando com terras do mesmo sesmeiro (...) e, por esta forma, disseram os ditos louvados, piloto dos rumos e medidores, que haviam medido, divisado e confrontado a presente Sesmaria, compreendendo esta, ao todo, onze mil e oitocentas braças de terras por matos virgens, campos e cerrados, demarcadas na forma da carta da concessão, e determinação dele, doutor juiz das Sesmarias, demarcações e posses, não compreendendo, esta medição, as doze mil braças que lhe competiam, por dizer o sesmeiro que não queria ofender a seus vizinhos e confrontantes (...)⁴⁶⁶.

Como se vê acima, a medição de 3.300 metros rumo ao Oeste findou-se “ao pé”, ou seja, às margens, do rio São Francisco. Invertendo essa medida, do rio para o rumo Leste, pode-se marcar uma sinu-

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

osa linha, reproduzindo-se o próprio rio no centro do mapa atual de Moema.

A medição no rumo Sul “*atravessou o ribeirão chamado Santo Antônio*”, o que evidencia que o pião central foi mesmo fincado na margem hoje moemense desse histórico ribeirão.

A medição no rumo Leste, partindo do pião central, indica que o mesmo ribeirão de Santo Antônio foi atravessado “*duas vezes*”. Isto implica que o marco central fora mesmo fincado no atual território de Moema, porém, numa sequência de curvas do ribeirão, de modo justificar a dupla travessia a que foram obrigados os medidores que caminhavam no rumo Leste.

A medição rumo ao Norte informa que passaram os ribeirões Caiçara e dos Machados. Mais à frente, o processo informa que era no ribeirão dos Machados que se achava o marco norte de Antônio Rodrigues da Rocha. Ou seja, do Machados, medindo-se 11.660 metros rumo sul, a intersecção com a linha gerada pela equidistância do rio São Francisco indicará com precisão o local do pião.

Apenas os dados supracitados já propiciam a formação de várias equações em busca do “x” da questão que, no caso, é a pergunta: onde foi que o primeiro sesmeiro fixou o marco central da medição?

“(...) *adonde meteram um pau chamado sucupira, lavrado por todas as quatro faces, e cada uma delas tendo um gênio (uma chave) de largo; em uma delas, lavraram duas letras na face que fica virada para o oeste que são “P” e “S”, que significam Pião de Sesmaria (...)*”?

Tendo como base os dados supracitados, analisamos um mapa de Moema e concluímos que o Pião de Sesmaria teria sido fincado em algum lugar a sul da Lagoa Grande para as bandas do Alto da Botica.

Os mapas comuns têm erros de escala que podem inutilizar qualquer cálculo. Assim, utilizando fotografias aéreas da CEMIG⁴⁶⁷ pudemos dar mais precisão à tese. Chamou-nos a atenção uma clareira meio triangular na região do Alto da Botica, onde, coincidentemente nos conduziram os cálculos e as projeções nas bases estabelecidas acima.

Estivemos um pouco abaixo do local, onde localizamos apenas uma antiga caieira abandonada, cuja idade, no entanto, não pudemos avaliar. Não é feita com tijolos e sim de pedras com adobes que estão completamente petrificados. Esta caieira pode ter fornecido muita cal para a construção e pintura das casas dos nossos pioneiros.

Ampliamos mais a fotografia aérea da CEMIG e constatamos linhas retas formando parte de um retângulo e, dentro dele, além da clareira triangular, inúmeras outras figuras geométricas que lembram as formas de casas ou construções desmoronadas.

⁴⁶⁷ Na época ainda não tínhamos disponível na Internet o Google Earth.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Este lugar, segundo pessoas do local, chama-se, atualmente, Mata dos Buracos. Munidos de bússola, durante três dias, vistoriamos o local. Constatamos que a demarcação do terreno se faz por rasa vala, confirmando mesmo a trilha de terra batida EM LINHA RETA, no meio do mato fechado.

Constatamos também que as figuras geométricas dentro do retângulo são de duas espécies. Uma são monturos de terra, com sinais de formigueiros antigos que, realmente, podem estar cobrindo os escombros de alguma coisa. Outras são buracos, também com formas geométricas. Seguramente não são valetas. Seriam porões de antigas casas de fazenda desmoronadas, hoje entupidos pelos próprios escombros recobertos por terra acumulada nos últimos 230 anos? Evidente que isto é só uma especulação; atualmente (2022) você pode conferir se ainda há resquícios, no Google Earth; depois, vá lá no local e veja.

Não há dúvida de que foi por ai mesmo - *“um lançante de campo, coberto de carrasquinhos do caminho que vai para o José de Souza e Domingos Luiz e para a Vila de Pitanguí”* - que Rocha deve ter enfiado seu pião de Sesmaria e, possivelmente, instalado a sede de sua Fazenda do Ribeirão de Santo Antônio, onde, em 1767, já estava *“(…) ocupando, criando gado e lavoura de roça, com árvores de espinho⁴⁶⁸ plantadas e já em vésperas de darem frutos, e mais criações e quatro casas de vivenda, senzalas, monjolos, assentado tudo nas beiradas do rio de São Francisco, termo da Vila de Pitanguí...(…)”*

Em 18 de julho de 1767, por força de requerimento do capitão Inácio de Oliveira Campos, o juiz das Sesmarias, sob juramento aos Santos Evangelhos, solicitou a Antônio Rodrigues da Rocha que jurasse em sua alma se os ribeirões de Santo Antônio, Santa Luzia, São Domingos e o de Todos os Santos eram os mesmos, ou se alguns deles foram chamados de Jacaré e dos Machados. Antônio Rodrigues da Rocha jurou que os nomes dos córregos de Santo Antônio, Santa Luzia, São Domingos e o de Todos os Santos, foram por ele dados quando, em 2 de maio de 1758, conquistou a terra dos negros do mato. Disse ainda que, somente em 14 de outubro de 1762 é que o capitão Inácio de Oliveira Campos se introduziu na paragem e passou a chamar o ribeirão de Todos os Santos, de Machados e, o engano do Santa Luzia, de Jacaré. Explicou ainda, que o córrego de São Domingos faz barra com o de Todos os Santos e que o de Santo Antônio é aquele com o qual faz barra o de Santa Luzia, de engano por este, depois de fazer barra com o rio de São Francisco⁴⁶⁹.

Ao final, veio a sentença do juiz sobre a questão: *“(…) nesta paragem chamada o Ribeirão de Santo Antônio, adonde se acha assistindo o dito Antônio Rodrigues da Rocha, ficando ele, dito Rocha, COM AS TER-*

468 Laranjeiras e limoeiros, árvores não naturais daquele ecossistema que, portanto, indicariam a presença do povoador.

469 AJP-XXX, 11-fls. 18v e 19.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

RAS QUE ESTÃO DO RIBEIRÃO CHAMADO JACARÉ OU ENGANO (...), ATÉ O RIBEIRÃO DOS MACHADOS, ONDE SE ACHA SEU MARCO, e que ele, dito capitão Inácio de Oliveira Campos, ficará com terras que ficam do chamado Jacaré ou engano para cima, correndo São Francisco para cima (rumo às nascentes) porque tinha ele, dito capitão, carta de Sesmaria das terras que correm do ribeirão chamado Jacaré ou engano para baixo, as quais, ficam nas terras (...) mais próprias para ele, dito sesmeiro, Antônio Rodrigues da Rocha(...)”.

Ficou evidente que quem deu o nome ao ribeirão de Santo Antônio foi Antônio Rodrigues da Rocha a quem pertencia, além de um pedaço do território de Bom Despacho - entre o ribeirão dos Machados e o Caiçara/Roncador - todo o território de Moema, e mais um terço ou mais do atual território de Santo Antônio do Monte (parte que, como se vê, historicamente, poderia estar anexada a MOEMA) e ainda um bom pedaço do território de Lagoa da Prata que, então, ficaria na Sesmaria do capitão Inácio de Oliveira Campos.

É evidente também, que o capitão Inácio de Oliveira Campos não se deve ter conformado com o resultado obtido no processo de demarcação e, não obstante já possuir ou vir a possuir mais tarde um verdadeiro império em extensão de terras no Pompeu, deve ter infernizado a vida de seu rival, um português rico e poderoso.

Coincidência ou não, em março de 1768, Antônio Rodrigues da Rocha recorre à justiça para denunciar que estava sendo atacado por jagunços: *“em 25 de março de 1768 (pouco depois da demarcação da terra), passaram pelo terreiro do suplicante, uns homens filhos da terra (brasileiros), montados em uns cavalos e armados, ANTÔNIO MARQUES, JOSÉ MARQUES, JOÃO GARCIA, todos irmãos, JOÃO GOMES e um pardo por nome JOSÉ FELIZARDO, este, por guia dos outros (...)*”⁴⁷⁰. E os aponta em sua queixa, *“como provocadores, rixentos e incendiários e que, vieram à minha casa a matar-me, que, por Deus ser servido, o suplicante não estava”*. Examinando, em Pitangui, os autos de demarcação da Sesmaria do Ribeirão de Santo Antônio, constatamos que se encerram à folha 23v, sem termo de encerramento ficando evidente que lhes faltam folhas, não sendo possível, assim, saber com detalhes como tudo teria acabado.

As demarcações, como se viu, não se preocupavam em fechar um quadrilátero ou qualquer outra figura geométrica do terreno medido, e sim, apenas e tão somente, voltando sempre ao pião (centro) buscar os rumos e fincar os marcos avançados em cruz a leste, oeste, norte e sul.

Porém, mesmo assim, analisando citações de confrontantes de outras terras vizinhas, podemos afirmar que os Marques da Costa se situavam entre o córrego do Espinho e o ribeirão da Forquilha, inicial-

470 João Garcia e João Gomes eram mesmo bandidos e estiveram, em 1769, a serviço de Inácio Correia Pamplona. Vide “Anais da Biblioteca Nacional, n° 108, 1988, pp. 60; 65/66 e 92.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

mente. O perímetro leste da demarcação de Antônio Rodrigues da Rocha, é de se interpretar, disparava-se em linha reta do ribeirão dos Machados, cortando o Roncador em seu início, no entroncamento dos córregos da Forquilha e do Espinho, varando todo o território de Moema, passando a cerca de dois quilômetros e meio a leste da atual sede do município. Aquele pedaço confrontado com o ribeirão da Forquilha ficou como terra de ninguém, ou dos Marques da Costa. A violência dos Marques da Costa contra Antônio Rodrigues da Rocha pode estar ligada a um fato citado na medição da Sesmaria, “*confrontando com terras que foram do **defunto** Francisco (Marques) da Costa*” o qual, pode ter sido ignorado ou morto em razão da demanda. Por outro lado, Antônio Rodrigues da Rocha não citou os seus vizinhos Marques da Costa e referiu-se às suas terras como devolutas, numa primeira demarcação e, depois, mediu a leste mais mil braças. Há também outra hipótese, qual seja, a de estarem os Marques da Costa a serviço do poderoso capitão Inácio de Oliveira Campos. Atualmente, temos extremamente fortalecida esta última hipótese.

Sobre os Marques da Costa e Antônio Rodrigues da Rocha, registra o códice, 172, fl. 57, do Arquivo Público Mineiro: em 1770, “*Manoel Afonso Gonçalves obtém Sesmaria de uma fazenda adquirida por compra que fez a Antônio Marques da Costa, para criação de éguas, gado e porcos, nas cabeceiras do ribeirão da Forquilha*”⁴⁷¹. Tal fazenda tinha como confrontantes, Francisco Marques da Costa, José Marques da Costa, João Gomes de Carvalho, José de Souza Ferreira, Domingos Gonçalves Viana e **Antônio Rodrigues da Rocha**.

O auto de demarcação da Sesmaria de Luiz Ribeiro da Silva, o fundador de Bom Despacho, cita em 6 de novembro de 1772, que suas terras se confrontavam a oeste “*com terras de José Fernandes Coura, hoje pertencentes a José Fiúza da Silva, dividindo-se, também pela mesma quadra, com terras de Francisco Gonçalves de Medeiros e com as Sesmarias de **Antônio Rodrigues da Rocha** e de Manoel Afonso Gonçalves*”. Como se percebe, se cada um tivesse mais que uma légua de terras, simplesmente não caberiam todos naquele corredor inicial que se confrontava com o ribeirão da Forquilha, eis que, a demarcação Oeste da Sesmaria de Luiz Ribeiro da Silva se fechava no córrego do Espinho. Assim, sem dúvida, a esta altura, Antônio Rodrigues da Rocha já havia perdido um bom pedaço das terras de sua Sesmaria.

Afora isto, nada mais havíamos localizado sobre Antônio Rodrigues da Rocha, nem mesmo seu inventário, registro de óbito ou descendentes. O homem simplesmente sumira dos arquivos de Pitangui de uma hora para outra. Sobre os Marques da Costa, apesar de termos encontrado poucos documentos, é evidente que se multiplicaram e se

471 Realmente, em 19.11.1769, Inácio Correia Pamplona considerou como novos entrantes regulares e situados na região, não só o Antônio Rodrigues da Rocha e todos os demais mencionados, como os próprios Marques da Costa, João Garcia, João Gomes, José Lopes e outros celerados. ABN, 1988, p. 92.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

misturaram com todas as famílias da região, o que justifica a existência atual de um grande número de famílias com este nome.

Encontramos prova de que, coincidência ou não, JOÃO GARCIA, um dos irmãos Marques da Costa, era velho conhecido de Inácio Oliveira Campos: a 15 de junho de 1764, em decorrência da acusação do sesmeiro Francisco Martins Freitas de que estava tendo a posse de sua Sesmaria (perto de Pitanguí) invadida e turbada por João Garcia que "*se acha fazendo casas e ranchos*" em sua terra, "*pretendendo derrubar matos (...) tudo a fim de inquietar o suplicante, perturbando a sua posse*", João Garcia foi processado em Pitanguí. O juiz inicial da causa era nada mais nada menos do que Inácio de Oliveira Campos. Apesar de, na segunda audiência, Campos ter sido substituído pelo outro juiz, Dr. Bento do Rego da Silva Souto Maior (o juiz das Sesmarias que oficiou a medição de Rocha), não pudemos saber se Garcia foi ou não condenado, pois também a este processo falta grande parte das folhas finais⁴⁷².

Esses Marques da Costa acabaram por tomar grande parte das terras de Rocha, tanto que em 1770 conseguiram uma carta de Sesmaria que, como vimos, venderam no mesmo ato: "*Manoel Afonso Gonçalves obtém Sesmaria de uma fazenda adquirida por compra que fez a Antônio Marques da Costa, para criação de éguas, gado e porcos, nas cabeceiras do ribeirão da Forquilha*". Tal fazenda tinha como confrontantes: Francisco Marques da Costa, José Marques da Costa, João Gomes de Carvalho, José de Souza Ferreira, Domingos Gonçalves Viana e Antônio Rodrigues da Rocha⁴⁷³.

Quanto a João Garcia, um dos irmãos Marques da Costa, cujo nome completo é João Garcia Pereira, consoante já citamos anteriormente, é um dos embargantes contra o grilo que Francisco Ferreira Fontes e seu parente Domingos Francisco dos Santos tentaram enfiar em José Gonçalves Oliveira⁴⁷⁴, porém, estava ausente quando daquela demanda, onde é citado também outro membro do grupo de invasores, o tal JOÃO GOMES⁴⁷⁵:

"Contrariando os embargos, diz o embargado Domingos Francisco do Santos (...) que também, por virtude de compra que fez das sobreditas terras, ao dito José Marques da Costa, nelas plantou três anos de que pagou Dízimos, que ainda deve por crédito que pagará (...); que, naquela paragem também se acha já José da Silva Faial e que este é padrasto de Antônio Lopes, de JOÃO GOMES, de Miguel Gomes, cunhados estes de José Gonçalves, bastardos em todos os sentidos, e que este por entender as terras do embargado, as quis haver a pretexto de nelas haver estado com animais cavalares e vacuns (...) o dito José Marques mandou por seu cunhado, Antônio Lopes, pedir ao embargado, desistis-

472 AJP-VI, 13 - 1764.

473 APM-SC 172, fl. 57.

474 AJP-XXII,34.

475 Arregimentado na expedição de Inácio Correia Pamplona, em 1769, esse João Gomes, que era pardo, desertou. ABN, 1988, pp. 60 e 92.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

se da compra que havia delas feito ao dito José Marques, para este as comprar de José Gonçalves e porque não desistiu o embargado a este lhe prometeu logo o dito Antônio Lopes, de que ele com o dito José Gonçalves, o fazerem arrepender; e tanto assim fizeram, que havendo falecido Manoel Gonçalves Teixeira Bastos debaixo de uma derrubada de mato, haveria quatro anos e três meses, e também falecido seu negro (...) dito Antônio Lopes (...) com seus parciais irmãos José Gomes, Manoel Gomes, padrasto José da Silva Faial (...) mudados e assim a esta Vila vieram falsamente acusar o embargante nas ditas mortes; (...) que sendo como dito se tem, enteados de José da Silva Faial, por casado com sua mãe, na presença desta lhe tem muitas vezes espancado o corpo, e por tais com o dito José Gonçalves foram (...). O embargante está há muito tempo fugido desta Vila, por crimes que nela tem de morte"⁴⁷⁶.

A 2ª Testemunha nos autos disse que sabia que os irmãos Antônio Marques e João Garcia tinham alcançado Sesmaria de três léguas de terras e que estas eram o objeto da contenda. Que o JOÃO GARCIA tinha cultivado terras que ficavam do outro lado do ribeirão de Santa Luzia (terras que, segundo a sentença da medição de Antônio Rodrigues da Rocha, seriam as de Inácio de Oliveira Campos) na mesma paragem; que sabia que João Garcia se ausentara do lugar POR CAUSA DE UM CRIME QUE LHE FORMOU ANTÔNIO RODRIGUES DA ROCHA. Enfim, todas as outras testemunhas falam do ausente Juan Garcia, não ficando dúvida de que fora condenado por crimes que cometera contra Antônio Rodrigues da Rocha, sem informar, no entanto, se Rocha era ainda vivo em 1786, porém sem referir-se a ele como "defunto" ou como "finado". É cabível que Rocha possa ter sido assassinado ou expulso posteriormente; há grandes indícios de que, se isto ocorreu, a suspeita seria a de que teria sido a mando de Inácio de Oliveira Campos, que julgando-se com direito hereditário à terra arrumou um grilo que acabou não dando certo.

De uma forma ou de outra, os documentos levantados no AJP deram-nos interpretação segura de que:

- antes de 1761, alguma "coisa importante" ocorreu, pois que muitos documentos, inclusive as atas da Câmara de Pitangui entre 1752 e 1763, desapareceram. Acredito que isto tem relação com crimes que se praticaram contra "quilombos" de gente pobre, além, é claro, da questão de fronteiras com a Capitania de São Paulo, em face da morte de Gomes Freire;

- em 1761, em Pitangui, há evidências de que o poder começa a mudar de mãos: Gabriel da Silva Pereira ainda é sargento-mor e juiz ordinário, mas toma posse o novo juiz de nome Dr. Antônio José de Abreu Castelo Branco, parente (talvez irmão) do Dr. Jorge de Abreu Castelo Branco, pai da jovem que futuramente seria conhecida como

476 AJP, XXIII, 34, fls. 39 a 42.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Joaquina do Pompeu, a mulher e depois viúva de Inácio de Oliveira Campos.

- Em 1762, morre o sargento-mor Gabriel (que vendera seus serviços em 1758 a Antônio Rodrigues da Rocha), surgindo outros juizes - novos em Pitangui - quais sejam: José Bahia da Rocha e Dr. Manoel Ferreira da Silva, futuro concunhado de Inácio de Oliveira Campos. O capitão-mor de Pitangui, desde 1760, passara a ser Antônio Dias Teixeira das Neves.

- O Dr. Jorge de Abreu Castelo Branco, em 1762, passou a ocupar, em Pitangui, o cargo de fabriqueiro da Matriz. Padre e advogado, fora expulso de Mariana, onde estava para ser preso em decorrência de processos-crime em seu desfavor, pela prática, entre outros crimes, de falsificação de documentos de terra, apropriação indébita e envolvimento amoroso (era padre) com uma cliente que estava se divorciando.

- No mesmo ano de 1762, o capitão Inácio de Oliveira Campos invadiu as terras de Rocha, sob a alegação de que eram de seu avô e passa a fazer ameaças, a derrubar matos e a colocar gado naquelas terras.

- Em 1763, Rocha conseguiu que fosse expedida a sua carta de Sesmaria e começa a pedir a demarcação, no que passou a ser obstado por Campos que, neste ano, aos trinta de idade, passara a ser juiz ordinário e capitão-mor de Pitangui.

- Em 1764, Inácio se casa com Joaquina, então com 12 anos, a filha do viúvo padre-advogado, falsário de documentos de terra expulso de Mariana. Curiosamente, é neste ano que Inácio arruma a sua carta-grilo sobre as terras de Rocha, com a qual passa a interferir junto a Sabará e Vila Rica para obstar a demarcação pedida por seu rival; é neste ano que, como juiz, sem dúvida, Campos ficou conhecendo João Garcia, integrante da quadrilha que atacou Rocha em 1768 e que pode tê-lo matado posteriormente. A esta época, Inácio caíra nas graças do conde de Valadares, novo governador da Capitania e parente de seus sogro.

- Em 1767, Rocha conseguiu que a comitiva da Lei viesse demarcar as suas terras. Inácio intervém no processo apresentando sua carta-grilo, simplesmente ignorada pela autoridade que demarcou as terras para Rocha, indicando outras para Campos, terras estas onde os Marques da Costa e outros membros da quadrilha fizeram bases para atacar Rocha e que foram objeto de inúmeros grilos posteriores.

- O ano de 1768 favoreceu completamente a Campos. Em julho tomaria posse o conde de Valadares, como se disse, parente de seu sogro, o padre advogado. Campos teria sido chamado por Valadares a Vila Rica, onde caiu nas graças do governante e teve seus poderes sobrejamente fortalecidos.

- Os autos da demarcação da Sesmaria de Rocha estão incompletos, em Pitangui, faltando-lhes exatamente as folhas finais que re-

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

gistrariam o desfecho da demanda (histórico disto e não o processo disto, que não era lugar). Tais folhas foram arrancadas, provavelmente, na época da "solução" do caso.

- Os autos do processo-crime contra João Garcia de 1764, onde o primeiro juiz foi Campos, também têm as suas folhas finais desaparecidas.

- O livro de registro de querelas em Sabará, apresenta a falta das folhas de n.ºs. 1 a 85, período em que deveriam estar contidos os registros das querelas Rocha - X - Inácio e Rocha - X - jagunços de Inácio. Aí também os fragmentos das folhas arrancadas se revelam bem antigos.

- Também não encontrei nenhuma referência ou inventários de Rocha ou de seus descendentes, nem em Pitangui, nem em Sabará ou Ouro Preto. O homem "sumiu".

- Nenhum dos biógrafos de Joaquina do Pompeu - Agripa de Vasconcelos⁴⁷⁷, Coriolano P. Ribeiro/Jacinto Guimarães - faz qualquer menção à Sesmaria do Ribeirão de Santo Antônio ou à carta-grilo de Inácio de Oliveira campos, documento catalogado e facilmente localizável no Arquivo Público Mineiro, APM, como se não soubessem da existência desse documento citado por inúmeros historiadores. O resto, basta somar dois e dois.

Domingos Gonçalves Viana, o grande amigo de Antônio Rodrigues da Rocha, faleceu em 22 de maio de 1810, após a morte de sua esposa, dona Felícia Maria Cardoso, em 1809. Seus filhos Francisca Maria de Jesus, casada com Miguel Antônio da Silva, Maria, com 46 anos e solteira, Domingos Gonçalves Viana Júnior, com 44 anos e solteiro, Antônio Gonçalves Viana, Ana, casada com João Soares Teixeira, Maria Rosa, casada com José Malaquias Moreira, José Gonçalves Viana e Manoel Gonçalves Viana, herdaram seus bens, entre os quais, uma fazenda de culturas denominada o Capivari. Seus confrontantes, a esta época, *“ao fundo, Manoel Soares da Silva; pelo norte, Antônio Soares da Silva; e pelo poente o alferes Pedro José Inácio da Silva Cargato; e, pelo sul, André Pereira Lima”*. Seu patrimônio montou a 2:300\$000 (dois contos e trezentos mil réis)⁴⁷⁸.

O SURGIMENTO DO DOCE

Os Pioneiros

Sobre o assunto, registra a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros: *“O primitivo nome do povoado que deu origem ao município foi “o Doce”, como o do córrego à margem do qual se localiza a sede, em virtu-*

477 *“Sinhá Braba - D. Joaquina do Pompeu”*, Itatiaia, 1966, 176 páginas; biografia: *Dona Joaquina do Pompeu*, Imprensa Oficial, BH, 1956.

478 *História de Bom Despacho*, p. 38, citando inventário localizável no 3º Ofício de Pitangui.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

de de ter caído nesse curso d'água, nos primórdios de sua povoação, uma viatura carregada de rapaduras”.

*“Não são conhecidos os nomes dos primeiros desbravadores do local, guardando a tradição os dos senhores Manoel da Costa Gontijo, espanhol de nascimento, e Pedro Ferreira da Silva, como os primeiros **brancos** a fixarem residências definitivas, entregando-se à lavoura. O segundo doou o terreno para a construção da primeira capela, em torno da qual surgiu a povoação (...)”⁴⁷⁹.*

Quanto aos “primeiros desbravadores do local”, ficam, a partir de agora, conhecidos os nomes de Antônio Rodrigues Velho, o Velho da Taipa, os anônimos NEGROS DO MATO, Antônio Rodrigues da Rocha e a sua gente, e os temíveis Marques da Costa. Pudemos exumar do pó dos séculos os nomes desses pioneiros e alguns acontecimentos importantes graças ao importantíssimo Arquivo Judiciário de Pitangui que guarda a História de todas as cidades do centro-oeste Mineiro.

Encontráramos no Arquivo Judiciário de Pitangui (AJP) poucas notícias sobre o capitão Manoel da Costa Gontijo. Em 2012, encontramos pastas incompletas de três processos relativos a seu inventário. O capitão faleceu em março de 1829⁴⁸⁰. Assim como não encontramos notícias sobre o “sumiço” de Antônio Rodrigues da Rocha, também não encontramos informações acerca do aparecimento do capitão Manoel da Costa Gontijo, ou de como teria adquirido, praticamente, as mesmas terras que, antes, pertenceram ao citado sesmeiro.

Todo grande homem deve ter tido uma grande mulher. O Capitão era casado com dona Francisca Romana de Mendonça. Em 25 de janeiro de 1830, após o falecimento de seu marido, dona Francisca entrou com Justificação perante o juízo de órfãos de Pitangui pleiteando a guarda de seus filhos menores, bem como a administração de seus bens, inclusive como inventariante, visto que, durante a vida, o seu esposo sempre lhe dera esta liberdade, dado a ser ela uma mulher honesta, inteligente, culta e hábil na administração dos negócios. O reverendo Pe. Miguel Dias Maciel e o alferes João Dias Maciel depõem a seu favor e ela obtém o deferimento às suas pretensões⁴⁸¹.

Dona Francisca foi a segunda dos dezoito filhos de dona Teodora Maria de Mendonça, natural de Aiuruoca, e do alferes José Pereira de Carvalho, natural da atual São João del-Rei⁴⁸².

Quanto ao capitão Manuel da Costa Gontijo, encontramos documento de 7 de março de 1750 onde aparece um Manoel da Costa Gontijo, dizendo possuir casas de morada na Ladeira do Ouro, em Vila Rica, e pedindo licença para se ausentar⁴⁸³.

479 Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1957 - Minas Gerais, verbete Moema.

480 Declarações de sua viúva à fl. 52 de seu segundo processo de inventário - AJP.

481 AJP-II/256 - ano de 1830.

482 Vide inventário de seu pai em <http://www.genealogia.villasboas.nom.br/Inv-Test/JosePereiraDeCarvalho.html>

483 CC - Cx. 143 - 21311 de 07.05.1750.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

O colega professor Oswaldo Diomar⁴⁸⁴ localizou testamento de 28 de setembro de 1776 feito por um capitão Manuel da Costa Gontijo na Vila de São José do Rio das Mortes, onde este se diz natural da Freguesia de São Vítor, Cidade de Braga, em Portugal, e que era casado com Antônia Maria da Costa, em cujo matrimônio tiveram sete filhos, sendo seus nomes João, Maria, Ana, Bernardina, Vicente e **Manuel**, não se identificando o sétimo filho. Este “Manuel” é mesmo o povoador de Moema-MG e da região do Ribeirão de Santo Antônio, hoje, pertencente e distrito de Santo Antônio do Monte - MG.

Portanto, equivocou-se a tradição quando atribuiu ao capitão Manoel da Costa Gontijo a nacionalidade espanhola. Em seu processo de justificação, sua mulher Francisca Romana de Mendonça declarou que o capitão era brasileiro, natural de **Vila de Barbacena**, antiga Igreja Nova. O seu pai também era capitão e também se chamava Manoel da Costa Gontijo; sua mãe se chamava Antônia Maria da Costa.

O pesquisador Luciano Gontijo, de Belo Horizonte, também descendente do capitão Manoel da Costa Gontijo, localizou e nos enviou os seguintes documentos:

1 - Carta patente de capitão da Companhia da Ordenança de Pé do Distrito de Igreja Nova⁴⁸⁵, composta de sessenta soldados e seus oficiais, que o governador José Luiz de Meneses Abranches Castelo Branco e Noronha, Conde de Valadares, passou em Vila Rica, a 16 de dezembro de 1776, para o então alferes Manoel da Costa Gontijo.

2 - Requerimento de confirmação da mesma patente, feito pelo capitão Manoel da Costa **Gontijo**, datado de São José del-Rei, 16 de setembro de 1774 e 22 de maio de 1775.

3 - Petição, falando da demora em atender ao requerimento de 16 de novembro de 1774 (é setembro), requerendo que se passasse outra patente, por terceira via. O suplicante, no entanto, usa outro nome: Manoel da Costa **Montijo**. Foi atendido em 19 de março de 1777.

4 - Folhas do mesmo processo, demonstrando: **a)** o registro da patente do capitão Manoel da Costa Gontijo na folha nº 27 do Livro de Registro de Patentes, assinado por José Luiz Sayão, em Vila Rica, a 17 de dezembro de 1772; **b)** posse com juramento prestado pelo capitão Manoel da Costa Gontijo perante o oficial Pedro Teixeira de Carvalho, em Ponta do Morro⁴⁸⁶, a 20 de março de 1774; **c)** registro à folha nº 124 do Livro de Registros Oficiais nº 13 da Câmara da Comarca de São José⁴⁸⁷, assinado por Antônio de Affonseca Pestana, em 12 de março de 1775; **d)** registro à folha nº 66 do Livro de Registro nº 8 de Patentes e Nombramentos da Ouvidoria Geral de Guerra, assinado por Manoel da Silva Guimarães, em Vila Rica, a 18 de dezembro de 1779.

484 Autor de História de Carmo do Cajuru.

485 Antigo nome de Barbacena.

486 Povoação contígua a São José, hoje, Tiradentes.

487 Hoje, Tiradentes.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Como se viu, ficou mesmo estranha a utilização do nome Montijo, intermediariamente, para pedir uma terceira via da patente, recebida, porém, com o nome Gontijo. Realmente, já existia o nome Montijo nas Minas Gerais da época, mas não achamos qualquer conexão com o nome Gontijo.

O pesquisador, Luciano Gontijo, a partir do depoimento de José Álvares Maciel, o Inconfidente encarregado do fabrico da pólvora necessária à planejada Rebelião, detectou a seguinte informação dada pelo inconfidente: “*que no morro das lajes há abundância de arsênico, do ouro pimenta e de ferro e na mina chamada Gontijo, enxofre*”⁴⁸⁸.

A hipotética suspeita é a de que, tendo seu nome envolvido nas Devassas da Inconfidência, o capitão Manoel da Costa Gontijo vendeu tudo que tinha e procurou o sertão, onde passou a viver no ostracismo⁴⁸⁹. Realmente, ocupou as terras entre o ribeirão dos Machados e o de Santa Luzia apenas como posseiro, sem qualquer carta ou demarcação daquela Sesmaria que fora de Antônio Rodrigues da Rocha.

Dona Francisca Romana de Mendonça era natural de **Lavras do funil** e seus pais foram mesmo o alferes José Pereira de Carvalho e dona Maria Theodora de Mendonça. A mãe de dona Francisca também deve ter sido uma mulher notável. Tais afirmações sobre mãe e filha se firmam no fato de que, nas muitas gerações que se seguiriam, os nomes preferidos dos pais de muitas meninas que iriam nascer, seriam os de Francisca e Theodora, inclusive com sobrenomes completos.

O capitão Manoel da Costa Gontijo e sua família viviam provavelmente no mesmo⁴⁹⁰ local onde Antônio Rodrigues da Rocha tivera sua fazenda principal, o qual, em 21 de janeiro de 1815, quando nasceu Gabriel da Costa Gontijo, o último filho do casal, chamava-se “*Fazenda de Santo Antônio, aplicação da capela de bom Despacho, filial de Pitanguí*”⁴⁹¹.

Em 22 de maio de 1829, ao passar procuração para seus representantes no inventário de seu falecido marido, dona Francisca atribuiu à fazenda onde morava o nome de “*o Engenho de Santo Antônio, aplicação da Senhora do Bom Despacho, Termo da Vila de Pitanguí da fidelíssima Comarca do Rio das Velhas*”, o que é confirmado pelo inventário de seu marido que arrolou três caldeiras enormes, um alambique e todos os apetrechos de fazer cachaça, açúcar e rapadura.

Em 1836, o local onde morava dona Francisca já foi referido como fazenda denominada “*O Queimado do Ribeirão de Santo Antônio*”. Conforme já mencionamos anteriormente, em 1834, havia um juiz de Paz de nome Pedro Ferreira da Silva. Quem seria? Encontramos mais:

488 “Tiradentes”, José Crux Rodrigues Vieira, BH, 1993, 2º Volume, II Tomo, p. 491.

489 Realmente, sua mulher, dona Francisca é que sempre tomou a frente de todos os negócios.

490 Local próximo, pois, caso Rocha tenha sido mesmo assassinado, o local de sua fazenda deve ter sido abandonado até serem todos os prédios destruídos pelo tempo, como registramos em nossa tese de localização.

491 AJP - II-526.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

“Nesta fazenda (...), em casas de morada de dona Francisca Romana de Mendonça, foi vindo o cidadão brasileiro Pedro Ferreira da Silva, atual juiz de paz desta mesma freguesia, distrito da nova freguesia de Nossa Senhora do Bom Despacho do Picão (...)”⁴⁹². Para desfazer um pouco do mistério, vejamos quais foram os filhos de dona Francisca e do capitão Manoel da Costa Gontijo:

- 1 - Francisco da Costa Gontijo, morador em Itapecerica e sócio de Manoel Pacheco de Andrade na “Fazenda Mata dos Coqueiros”.
- 2 - Silvéria, casada com José Vieira de Brito, o qual, após a morte da cunhada, Thereza Francelina, recebeu parte da fazenda “O Queimado do Ribeirão de Santo Antônio”.
- 3 - Manoel da Costa Gontijo (falecido antes de 1850).
- 4 - José da Costa Gontijo.
- 5 - Joaquim da Costa Gontijo, casado com Ana Perpétua do Espírito Santo e residia na FAZENDA DO DOCE. Ana era irmã do “tal” Pedro Ferreira da Silva que já citamos.
- 6 - Ana (da Costa Gontijo).
- 7 - Antônio da Costa Gontijo, casado em primeiras núpcias com Maria Antônia do Nascimento e em segundas, com a sua sobrinha Felisbina Cândida de Macedo; tinha propriedades e morou na Fazenda da Bocaina e na Fazenda do Doce.
- 8 - João da Costa Gontijo.
- 9 - Francisca Romana de Mendonça, casada com Pedro Ferreira da Silva que, nada mais é do que o tal juiz que já citamos e citaremos mais; é claro que, também, moravam na Fazenda do Doce.
- 10- Domingos da Costa Gontijo, casado com Maria Ignácia da Silva (falecida em 1849); também moravam na Fazenda do Doce.
- 11- Eufrásia, falecida antes de 1846.
- 12- Manoel da Costa Gontijo.
- 13- Maria, falecida antes de 1846.
- 14- Vicente da Costa Gontijo.
- 15- Mariana, casada com o major Clemente José Pereira, o qual devia ser de muita confiança da família, pois foi o inventariante dos bens de quase todos os parentes falecidos.
- 16- Maria Theodora de Mendonça, falecida antes de 1846, tendo sido casada com Antônio Ferreira da Silva, irmão de Pedro Ferreira da Silva.
- 17- Thereza Francelina de Mendonça, falecida no ano de 1835, tendo sido casada com Silvério da Costa Gontijo, o qual herdou da esposa que não teve filhos, uma parte da fazenda denominada “O Queimado do Ribeirão de Santo Antônio”.
- 18- Gabriel da costa Gontijo, conforme já citamos, o último filho do casal, nascido a 21 de janeiro de 1815 na “Fazenda de Santo An-

492 AJP - XXII;2464 - ano de 1836.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

tônio”, batizado pelo Pe. Miguel Dias Maciel, tendo como padri-nhos Antônio Vieira de Brito e Ana Hipólita da Costa⁴⁹³.

Estávamos no ano de 1836 e, para satisfazer, em parte, a nossa curiosidade, tivemos que dar um pulo até o ano de 1847, quando a 4 de abril, faleceu a viúva do capitão Manoel da Costa Gontijo, dona Francisca Romana de Mendonça. Mas, voltemos ao ano de 1836 e descubramos quem é Pedro Ferreira da Silva.

Cita Laércio Rodrigues em História de Bom Despacho que “*em autos de Devassa datados de 1834, oficiaram Pedro Ferreira da Silva, juiz de paz, Gervásio José Mesquita, suplente (...)*”⁴⁹⁴.

Em 1835, quando faleceu Thereza Francelina de Mendonça, filha do capitão Manoel da Costa Gontijo, a justiça local compareceu à Fazenda do “*Queimado do Ribeirão de Santo Antônio*”, onde morava a viúva Francisca Romana de Mendonça e, aos 15 de junho desse ano, instaurou-se a partilha amigável entre a sogra e o genro Silvério da Costa Gontijo. A partilha, pelo jeito, processou-se sem a presença de um juiz e, ao final, assinou pela mãe da falecida o José Vieira de Brito e, como testemunhas presentes, entre outros, Silvério da Costa Gontijo, Manoel Silvério Policarpo, Antônio Vieira de Brito, o escrivão Manoel José Soares de Assunção e, como “presente”, o sargento Pedro Ferreira da Silva⁴⁹⁵.

Feita a partilha, a mesma folha dos autos (06) passa a registrar um “*Termo de Composição*”, na mesma data e mesmo local. Aí, os autos já registram a presença de um juiz, “*o cidadão brasileiro Pedro Ferreira da Silva, atual juiz desta mesma freguesia*”. Ao final, além das mesmas assinaturas anteriores, assinou o juiz Pedro Ferreira da Silva. Desta feita, não assina o sargento Pedro Ferreira da Silva. Assim, sem dúvida, trata-se da mesma pessoa. Neste sentido, sob o prisma grafo-técnico, apesar do “juiz” ter-se utilizado de caneta com traço mais vigoroso e, ao final do nome, ter feito sua marca rubricada (fl. n° 6v), esta assinatura, se comparada com a do “sargento”, revela total identificação na inclinação para a direita, na laçada do “d” de Pedro, além do inconfundível “F” de Ferreira. A conclusão é de que eram o “sargento” e o “juiz”, a mesma pessoa.

Daí para frente, fl. 7, o juiz passa a ser outro; é o “*o cidadão Gervásio José de Mesquita, juiz de paz suplente neste mesmo curato*”. Esta audiência se deu a 2 de janeiro de 1836, mais de seis meses após a última citada, e não mais na casa da mãe da falecida e sim em Bom Despacho. A folha 8v, registra uma série de assinaturas, tendo Clemente José Pereira assinado pelos seus constituintes Francisco da Costa Gontijo e José da Costa Gontijo. Assinaram por si mesmos José Vieira de Brito, Manoel da Costa Gontijo, José da Costa Gontijo, Antô-

493 AJP - V/893.

494 História de Bom Despacho, p. 91.

495 AJP - XXII/2464, fls. 04 a 06.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

nio da Costa Gontijo, Gabriel da Costa Gontijo, João da Costa Gontijo, Domingos da Costa Gontijo e Vicente da Costa Gontijo. Em meio a essas assinaturas, encontra-se: “*Concordo por mim e meus constituintes - Pedro Ferreira da Silva, Antônio Ferreira da Silva e Antônio Vieira de Brito*”. Os dois primeiros são esposos das duas irmãs da falecida, respectivamente, Francisca Romana de Mendonça Filha e Maria Theodora de Mendonça. Tem-se a impressão de que quem assinou por Pedro, assinou também pelo seu irmão Antônio. Os grafismos não se assemelham aos anteriormente citados. Daí para frente, os autos até o final, não trazem mais as assinaturas do “sargento” ou do “juiz” Pedro Ferreira da Silva.

Como se verá mais adiante, o juiz Pedro Ferreira da Silva afastou-se ou foi afastado do processo, dado o seu impedimento por ser esposo da herdeira Francisca Romana de Mendonça Filha havia mais de dez anos. Realmente, tanto que, conforme registram as fls. 13v e 14 dos autos, recebeu ele a quantia de 63\$000 correspondente às duas terças partes que lhe couberam pelo falecimento da cunhada Thereza Francelina, referente a partes de cultura e campos de criar no lugar denominado “*O Queimado do Ribeirão de Santo Antônio*”⁴⁹⁶.

Realmente, a hipótese lógica se confirmou no processo de inventário do capitão Manuel da Costa Gontijo⁴⁹⁷, onde se declarou que o juiz de paz Gervásio José de Mesquita era o suplente, isto, “*por suspeição do atual Juiz de Paz deste Curato, o cidadão Pedro Ferreira da Silva, por ser parte interessada nesta causa*”⁴⁹⁸.

O inventário do capitão Manuel da Costa Gontijo foi complicado e se estendeu até agosto de 1836, quando foi feita uma concordata amigável entre os herdeiros e a viúva. Encontramos no Arquivo Judiciário de Pitangui três processos ou pastas incompletas (faltando folhas) sendo que, a primeira contém fls. de n°s 22 a 32; a segunda, que não é seguimento da primeira, contém fls. de n°s 32 a 71v e, a terceira, fls. n°s 1 a 43.

O monte total dos bens atingiu a 43:659\$800 réis, sendo a meação da viúva de 21:829\$400, cabendo a cada um dos dezesseis herdeiros bens no valor de 2:334\$585 réis, incluída a terça da viúva já adiantada e repassada nesses autos⁴⁹⁹. Desses bens, não constou qualquer referência a terreno ou propriedade de terra, a não ser a título de “*morada de casas*” isto, apesar da existência de bem mais de cem escravos, contados aqueles dados em dote aos genros, o que comprova a ocupação da terra apenas a título de posse, sem carta ou Sesmaria registrada junto a qualquer órgão do Governo.

496 AJP - XXII/2264 - ano de 1836.

497 Que só conseguimos localizar em julho de 2012.

498 Ato judicial datado de 11.10.1834, fls. 05 do terceiro volume-processo, no AJP.

499 Fls. 15-16 do terceiro processo-volume de inventário do capitão Manuel da Costa Gontijo - AJP.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Esses escravos, sem dúvida, eram utilizados no engenho do capitão Manuel da Costa Gontijo, cujo rol de bens incluiu uma caldeira de prata de 34\$560 réis, outra caldeira de prata, de 76\$000, uma caldeira de cobre pequena que pesa duas arrobas, de 51\$2000, um alambique de cobre que pesa sete arrobas, de 179\$200, um tacho que pesa uma arroba e dez libras, de 12\$600, um forno velho de cobre furado, de 10\$000, uma chapa nova de cobre que pesa seis libras, de 4\$800, entre dezenas de outros bens típicos de um engenho de açúcar, rapadura e cachaça, além de todo o tipo de ferramentas para trabalhar a madeira, necessárias para a manutenção das engrenagens do engenho⁵⁰⁰.

Guardadas as devidas proporções, o livro *Cultura e Opulência do Brasil de 1711* do padre Antonil pode ajudar a entender como funcionava um engenho movido a tão grande número de escravos⁵⁰¹.

Domingos da Costa Gontijo, o décimo filho do capitão Manoel da Costa Gontijo, casou-se com Maria Inácia da Silva por volta do ano de 1825 e foi morar no local denominado Fazenda do Doce, em terras que, provavelmente, “herdou” de seu pai. Sua esposa faleceu a 3 de fevereiro de 1849, deixando os seguintes filhos:

- 1 - Felisbina Cândida de Macedo, então solteira, com 21 anos.
- 2 - Domingos - 15 anos;
- 3 - Maria - 14 anos;
- 4 - Antônio - 13 anos;
- 6 - Manoel - 9 anos;
- 7 - João - 5 anos;
- 8 - Francisco - 3 anos;

Os inventariantes foram Clemente José Pereira, cunhado do viúvo, e Serafim Correia da Costa. Entre os bens de raiz deixados, destacou-se: *“Um sítio com casas, quintal, monjolo, cafezais e outras árvores; sem água - 200\$000”*; *“parte de terras de cultura e campos que tem em sociedade com outros sócios, na Fazenda do Doce - 2:288\$155”*. A esta época, toda a correspondência e documentação emitida pelos herdeiros e procuradores já traz o nome do, provável, povoado *“Fazenda do Doce”*⁵⁰².

Em janeiro de 1830, após o falecimento do marido, dona Francisca Romana de Mendonça, a matriarca do Doce, pedira a guarda dos seus filhos menores e a administração de seus bens, porém, já naquela época (1836), abriu mão de duas partes dos bens do casal para seus filhos e genros e ficara só com a sua terça.

Em 18 de julho de 1846, sentindo-se enferma, pediu ao vigário de Bom Despacho Pe. Damázio Antônio Cardoso de Menezes que lavrasse o seu testamento. Seus bens, então, quase que só se resumiam a escravos e a umas poucas terras no *“Queimado do Ribeirão de Santo*

500 Fls. 07 a 09v do terceiro processo-volume de inventário do capitão Manuel da Costa Gontijo - AJP.

501 *Cultura e Opulência do Brasil*, editoras Itatiaia/Edusp, 1982, pp. 75-145.

502 AJP - XXII/1081 - ano de 1849.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Antônio". Entre outros legados a suas netas, deixou para sua afilhada e neta Maria Cândida, filha do alferes - sim, agora já era alferes o ex-sargento e ex-juiz - Pedro Ferreira da Silva e de dona Francisca Romana de Mendonça Filha, uma escrava por nome Francisca Crioula. Deixou como herdeira de sua terça parte, a filha Mariana que era casada com o, agora, major Clemente José Pereira.

Em 4 de abril de 1847, dona Francisca Romana de Mendonça, viúva do capitão Manoel da Costa Gontijo, mãe de dezoito filhos e, pode-se dizer, tronco matriarcal de quase todas as famílias do Doce, veio a falecer. Foi encomendada por dois sacerdotes, recebeu missa de corpo-presente e, após o seu sepultamento, foram celebradas mais de 40 missas que deixou encomendadas por sua alma.

Seu genro e testamenteiro, major Clemente José Pereira, continuou de posse dos escravos que dona Francisca deixara para suas netas, o que motivou atitudes judiciais de toda a família junto ao juízo de Pitangui. Somente em 1850 é que, entre outros herdeiros, o alferes Pedro Ferreira da Silva e seu irmão Antônio Ferreira da Silva, por cabeças das netas-afilhadas Maria Cândida e Francisca, habilitaram-se e receberam as escravas legadas.

Às fls. 16v e 20 dos autos de justificação em questão, registram-se as assinaturas do alferes Pedro Ferreira da Silva e de seu irmão. Analisadas as assinaturas, mesmo considerando o problema da idade gráfica a esta altura, não fica dúvida de que o alferes é o mesmo sargento e juiz de 1835. Ficou evidente também que, àquela ocasião, após o "sumiço" do sargento e do juiz, quem, nos autos, assinou por Pedro Ferreira deve ter sido seu irmão Antônio⁵⁰³.

Eulália Ferreira da Silva, provavelmente filha do alferes Pedro Ferreira da Silva (natural) e de sua esposa Francisca Romana de Mendonça Filha, casou-se com **Antônio Vieira da Costa** por volta do ano de 1840. Em 1860, falecido o marido, ficaram os seguintes filhos do casal:

- 1 - Maria Cristina de Jesus, dezoito anos, casada com Jerônimo Francisco Luiz;
- 2 - Francisca, 15 anos;
- 3 - Antônio, 13 anos;
- 4 - Bárbara, 8 anos;
- 5 - Francelina, 6 anos;
- 6 - Pedro, 4 anos;
- 7 - Antônia, 2 anos;

Eulália, em 26 de novembro de 1860 pede a abertura do inventário, propondo como louvados seu pai Pedro Ferreira da Silva e Serafim Correia da Costa. Dá procuração a seu pai para cuidar do processo e este substabelece terceiros para tomarem as providências em Pitangui.

503 AJP-V/893 - ano de 1850.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Entre os bens deixados pelo finado Antônio Vieira da Costa, destacamos:

“uma morada de casas, coberta de telhas, paiol coberto de telhas; rego d’água, monjolo, currais e quintal, tudo cercado de aroeiras, com plantações de café e várias plantas - 800\$000”;

“(..) mais uma casinha coberta de telhas, quintal cercado de aroeiras e vale com algumas plantações - 100\$000”;

“mais uma chácara no terreiro cercado de aroeiras e vale com algumas plantações - 100\$000”;

“um ENGENHO pequeno e velho, só com varanda coberta de telhas, com algumas FORMAS DE AÇÚCAR (rapadura) - 120\$000”;

“vinte e oito alqueires de terras de cultura travadas no rio - 560\$000”;

“um capão virgem no Estirão - 70\$000”;

“um capão safado no Capim - quatro alqueires - 40\$000”;

“uma cultura pegada ao sítio que foi de Antônio da Costa de três e meio alqueires - 54\$000”;

“fúndio na Fazenda da Chapada, em comum - 50\$000”;

“cultura na mesma Fazenda da Chapada, comprada por 20\$000”;

“tem uns campos nesta Fazenda do Doce de trezentos alqueires - 600\$000”;

O total de bens do casal atingiu a 14:109\$960.

Nestes mesmos autos, à fl. 36v, registra-se: *“Pedro Ferreira da Silva, AVÔ dos órfãos deve ser citado por mandado para, em três dias à pena da lei, vir assinar a tutela”*. A partir de 1861, até 1868, Pedro foi citado sete vezes - *“certifico que em cumprimento do mandado, fui à Fazenda do Doce, distrito de Bom Despacho, e aí citei Pedro Ferreira da Silva em sua própria pessoa”*.

Somente em 20 de março de 1868 é que Pedro mandou o procurador Alexandre Pereira da Fonseca a Pitangui prestar informações sobre os tutelados. Alexandre informou que Maria e Francisca haviam morrido e que Antônio ficara débil mental. Justificou que Bárbara, Francelina, Pedro e Antônia não sabiam ainda escrever dada a distância entre a escola e o Doce. Por fim, explicou que Pedro Ferreira da Silva já era maior de setenta anos e não podia mais zelar dos órfãos e, por isto, pedia a exoneração do cargo de tutor que, mesmo sem poder, vinha exercendo havia sete anos.

Assim, o juiz manda citar José Ferreira da Silva, filho de Pedro para assumir a tutela. O oficial de justiça tentou citá-lo no Doce, mas não o encontrou visto que estava para a Vila de Formiga com carros de bois, isto em 4 de fevereiro de 1869. Por fim, em 2 de agosto de 1869, o curador de órfãos, pede que José Ferreira da Silva seja substituído na tutela por Theodoro Ferreira da Silva, *“pessoa idônea e parente dos ór-*

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

*fãos (tio)*⁵⁰⁴. Portanto, como deduzíramos este Theodoro é mesmo filho do Pedro Ferreira da Silva, o patriarca.

Antônio da Costa Gontijo, o sétimo filho do capitão Manoel da Costa Gontijo, casou-se com dona Maria Antônia do Nascimento ou Maria Inácia da Silva. (Parece que ela se utilizava dos dois nomes), recebeu terras do pai e constituiu sua família na Fazenda do Doce. Falecida dona Maria, Antônio casou-se pela segunda vez, desta feita com dona Felisbina Cândida de Macedo, provavelmente sua sobrinha, filha de seu irmão Domingos da Costa Gontijo e Maria Inácia da Silva, com quem passou a viver na “Fazenda da Bocaina”.

Antônio da Costa Gontijo veio a falecer em 1863 e a sua segunda mulher Felisbina declarou que, do primeiro casamento ficaram os seguintes filhos:

- 1 - Francisco da Costa Gontijo, casado com dona Isabel;
- 2 - Joaquim Ignácio da Costa Gontijo, casado com dona Maria;
- 3 - José Martins da Costa Gontijo, casado com dona Antônia;
- 4 - Ana, casada com Anselmo José da Silva;
- 5 - Maria, casada com Lucas da Costa Gontijo;
- 6 - Manoel Gontijo da Costa, solteiro, maior;
- 7 - Antônio da Costa Gontijo, solteiro, maior;
- 8 - Francelina Cândida da Costa, solteira, maior;
- 9 - Francisca, solteira, 17 anos;
- 10 - Maria Luíza, solteira, 13 anos;
- 11 - Francelina Cândida da Costa, solteira.

O falecido deixou testamento, nomeando como testamenteiros a Antônio Marques da Costa e a sua viúva Felisbina. Dos bens de raiz que ficaram, destacamos:

“uma parte de cultura e campos na “Fazenda da Bocaina”, em comunhão com os filhos - 237.\$500”;

“uma parte de terras de cultura e campos na “Fazenda de Domingos Luiz” - 150\$000”;

“uma parte nas casas do ARRAIAL - 100\$000”;

“reses na Fazenda do Doce, apresentadas pelo herdeiro Manoel Gontijo da Costa - 4\$000”;

“dezenove alqueires de terras de cultura na Fazenda do Doce - 380\$000”;

“duzentos e dezenove alqueires de campos na mesma Fazenda do DOCE - 810\$000”;

“sítio e mais pertences na Fazenda do Doce - 200\$000”.

Antônio Alves de Souza Carvalho, residente na Fazenda da Bocaina, ficou sendo o tutor das órfãs Francisca e Maria⁵⁰⁵.

504 AJP-XXII/2202 - ano de 1870.

505 AJP-XXII/2165 - ano 1863.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Manoel da Costa Gontijo, o décimo segundo filho do capitão Manoel da Costa Gontijo, não ficou no DOCE. Passou a residir em Bom Despacho, onde se casou com dona Antônia Carolina Josefa Leopoldina em primeiras núpcias e, em segundas, com dona Maria da Glória Fernandes. Faleceu em 1863 e deixou 13 filhos, sendo 12 do primeiro casamento. Deixou terras no “*Sítio do Buriti*”, “*Sítio do Silvino*”, “*Fazenda da Gameleira*” e “*Sítio Novo Engenho*”, entre outras⁵⁰⁶.

Joaquim da Costa Gontijo, o Quinto filho do capitão Manoel da Costa Gontijo, casou-se com dona **Ana Perpétua do Espírito Santo**, irmã do alferes Pedro Ferreira da Silva. Falecido Joaquim em 1865, ficaram os seguintes filhos do casal:

- 1 - Claudina, casada com Serafim Correia da Costa;
- 2 - Francisca, casada com Antônio da Costa Peixoto;
- 3 - Maria, casada com Gabriel Ferreira da Silva;
- 4 - José Ferreira da Costa;
- 5 - Joaquim Ferreira da Costa;
- 6 - Arcângela, casada com Joaquim Pedro da Costa;
- 7 - Francelina, casada com Mateus Ferreira da Silva;
- 8 - Manoel da Costa Gontijo;
- 9 - Maria Theodora, casada com Guilhermino José de Carvalho;
- 10- Antônio da Costa Gontijo;
- 11- Pedro da Costa Gontijo;
- 12- Eulália, casada com José Lúcio do Amaral (morador da Chapada);
- 13- Ana, solteira.

Toda essa família residia também, na Fazenda do Doce. Dos bens de raiz que ficaram, destacamos:

“Casas de telha, paiol, moinho e monjolo, quintal com arvoredos e algum café, cercado de aroeiras e (...) com sua varanda no ENGENHO coberta de telhas - 600\$000”;

“terras de culturas e campos da dita Fazenda do Doce - 2:914\$000”;

“(...) em cultura e campos na mesma Fazenda, antes da divisão que nela houve - 50\$000”;

“oito alqueires de campos na dita Fazenda, antes da divisão - 6\$400”;

“oito alqueires de campos nesta Fazenda, antes da divisão que nela houve - 6\$400” (sic);

Patrimônio total - 12:548\$000.

O alferes Pedro Ferreira da Silva assinou várias vezes pelas sobrinhas e pela inventariante. À fl.11v, por exemplo, assinou: *“a rogo de inventariante Ana Perpétua do Espírito Santo”*; *“assino a rogo de Fran-*

506 AJP-XXII/941 - ano de 1863.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

cisca Romana de Mendonça SOBRINHA” e, à fl. 12, “*assino a rogo de Francelina Gontijo da Costa*”⁵⁰⁷.

Encontramos fragmento de documento que dá notícia ainda, dos seguintes moradores da Fazenda do Doce em 1868: **Joaquim Gontijo da Costa** que, falecido em 1858, deixou os filhos menores Guilherme e Maria Antônia, os quais foram criados pelo tio **José Gontijo da Costa**, residente no Doce, conforme Termo de Tutela assinado em 1868⁵⁰⁸.

Outro tronco das famílias do Doce, do qual descende inclusive o autor do presente livro, é **José Basílio Galvão**. Casou-se com Maria Vieira da Costa, filha de Arcângela Perpétua de Jesus e Joaquim Pedro da Costa, neta, pela via materna, de Joaquim Costa Gontijo e Ana Perpétua do Espírito Santo (irmã do alferes Pedro Ferreira da Silva) e bisneta, pela via do avô, do capitão Manoel da Costa Gontijo. (Viriam a ser os bisavós de Pedro Basílio Gontijo, o “Menino”, “Professor” ou “Doutor Basílio”).

Falecida dona Maria, José Basílio casou-se com Ana Rosa da Silva, ou Ana Rosa Perpétua tia de sua ex-mulher, filha caçula de Joaquim da Costa Gontijo e dona Ana Perpétua do Espírito Santo.

Do primeiro casamento, ficaram os seguintes filhos:

- 1 - Maria Vieira de Jesus, solteira, 17 anos; mais tarde se casaria com Francisco Justino Galvão.
- 2 - Antônio, 14 anos;
- 3 - José, 12 anos;
- 4 - Honória, 10 anos;

Filhos do segundo casamento de José Basílio:

- 5 - Pedro, 3 anos;
- 6 - Francisca, falecida logo após a morte do pai.

José Basílio viveu com a família na Fazenda do Doce. (Antes, morava na Fazenda dos Machados). Dos bens que ficaram por seu falecimento, destacamos:

“um sítio e mais pertences - 200\$000”;

“uma parte de culturas e campos na Fazenda da Chapada - 20\$000”;

“um alqueire de culturas na mesma fazenda - 20\$000”;

“oito alqueires de campos na Fazenda do Doce - 32\$000”;

“meia quarta de culturas na mesma Fazenda - 3\$000”;

“uma parte de terras na Fazenda da Chapada - 48\$000”.

Total dos bens inventariados: 1:312\$900⁵⁰⁹.

Encontramos ainda notícia de **João Batista da Costa**, morador na Fazenda do Doce. Era filho de João Gontijo da Costa e de dona Cândida. Foi casado com dona Thereza de Jesus. Faleceu sem deixar filhos e seu inventário foi aberto em 30 de julho de 1879. Deixou seus

507 AJP-XXII/4386 - ano de 1865.

508 AJP-XXI/172.

509 AJP-XXII/1764 - ano de 1868.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

bens para os filhos de seus irmãos João Viera, Antônio, Maria e Theófilo. Deixou ainda 500\$000 de esmola para a “*Sociedade Protetora das Famílias Pobres*”, instituída em Bom Despacho. Em 23 de novembro de 1878, já deixara pronto o seu testamento que fora escrito pelo vigário Miguel Dias Maciel e assinado por Manoel da Costa Gontijo⁵¹⁰.

Conforme vimos, um dos principais troncos que se juntaram aos Costa Gontijo foram os Ferreira da Silva. Conseguimos provar a existência de três irmãos, quais sejam, Ana Perpétua do Espírito Santo, Pedro Ferreira da Silva, o sargento, juiz e alferes, e Antônio Ferreira da Silva, os quais, se casaram, respectivamente, com Joaquim da Costa Gontijo, Francisca Romana de Mendonça e Maria Theodora Mendonça, filho e filhas do capitão Manoel da Costa Gontijo. Juntamente com outras famílias, também ligadas ao mesmo tronco “Costa Gontijo”, deram origem ao povoado do Doce. Indubitavelmente, são os Ferreira da Silva originários de Pitangui onde encontramos centenas de pessoas com este nome desde os primórdios daquela povoação. Porém, não foi possível determinar os ancestrais desses três irmãos exatamente por serem muito numerosos na Vila de Pitangui, os “Ferreira da Silva”.

Em julho de 2012 voltamos ao renovado Arquivo Judiciário de Pitangui (AJP) e pudemos encontrar o Inventário do **alferes Pedro Ferreira da Silva**, falecido em 8 de julho de 1870⁵¹¹. Os filhos que teve em legítimo matrimônio com sua mulher Francisca Romana de Mendonça Filha, foram os seguintes:

- 1 - Gabriel Ferreira da Costa, casado com Maria;
- 2 - Mateus Ferreira da Silva, ausente e casado com Francelina;
- 3 - Pedro Ferreira da Silva, solteiro de maior idade;
- 4 - José Ferreira da Silva, casado com Eulália;
- 5 - Manuel Ferreira da Silva, solteiro de maior idade;
- 6 - Theodoro Ferreira da Silva, solteiro de maior idade;
- 7 - Teófilo Ferreira da Silva, solteiro de maior idade;
- 8 - Maria Cândida, casada com José Ferreira da Costa;
- 9 - Ana Ferreira da Silva casada com Joaquim Ferreira da Costa;
- 10 - Teresa Ferreira da Silva, casada com João Batista da Costa;
- 11 - Francelina Ferreira da Silva, solteira de maior idade;
- 12 - Antônio Ferreira da Silva, casado com Francisca Viera da Costa, já falecido⁵¹².

Como se vê, não constou o nome de Eulália Ferreira da Silva, casada com Antônio Vieira da Costa, falecido em 1860, quando ela se referiu a Pedro Ferreira como seu pai e avô de seus filhos⁵¹³.

510 AJP-V/695 - ano de 1879.

511 Inventário de Pedro Ferreira da Silva - 1870 - AJP.

512 Inventário de Pedro Ferreira da Silva - 1870 - AJP, fls. 02 a 03.

513 AJP - V/893, 1850, p. 036v.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Registro de Terras em 1855/6

O atual território de nosso município compreende, além da região urbana, centro do antigo Doce de Cima, a Chapada, Vargem Grande, Varjão, Retiro, Lagoa Grande, Alto da Botica, Lagoa Criminosa até a das Piranhas, Vargem do Valo, Caiçara, Espinho e Forquilha.

Encontramos, no APM, os Livros (02) de Registros de Terra que, por força do artigo 100 do Regulamento de 30 de janeiro de 1854, com base na Lei n° 801 de 18 de setembro de 1850, foram atribuídos aos vigários das paróquias e freguesias.

Os topônimos que encontramos no Livro de Registro de Terras da Igreja abrangem esse mesmo território - às vezes com outros nomes - e muitos outros que, hoje, apesar de se situarem nos territórios de Santo Antônio do Monte e Bom Despacho, tinham e têm total ligação histórica com o Doce, hoje Moema.

Fazenda Cachoeira do Picão

Catalogamos 4 registros e mais um com o nome Fazenda da Cachoeirinha, onde se destaca na primeira o fazendeiro Pedro Pereira do Couto com 1,5 léguas quadradas de terras e mais 1,5 léguas quadradas na Cachoeirinha. Este local sempre pertenceu a Bom Despacho.

Fazenda da Capitinga

Catalogamos 6 registros, onde sem destaques, registram-se Antônio Manoel de Freitas, Domingos Martins Chaves, João Manoel da Silva, Manoel Jacinto Duarte, Antônio João Soares e sua mãe, e Pedro Alves Ferreira.

Fazenda Capivari de Baixo

Destaca-se Pedro do Couto Pereira (é outro), onde, possui as terras em comum com herdeiros do finado Villaça.

Fazenda do Capivari de Cima

Destacamos 6 registros, onde se sobressai Antônio Dias Padilha (nome espanhol) com $\frac{1}{4}$ de légua quadrada de terras e outros muitos, a exemplo de José Fernandes dos Reis, Manoel Jacinto Nascimento, José Filipe Rodrigues, e José, ESCRAVO de dona Antônia.

Fazenda da Bocaina

Destacamos Antônio da Costa Gontijo com 411\$700 de terras, além das órfãs Ana, Maria e Bernarda e de João, filho de Felisbina.

Fazenda da Caiçara

João Pedro de Moraes, Faustino de Moraes Silva e Maria Antônia Lucinda.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Fazenda da Chapada

São 32 registros, sendo os maiores proprietários João da Silva Camargo, com 7:612\$461, patriarca dos Camargos, Antônio Ferreira da Silva Camargo e Antônio Lúcio do Amaral com 3:119\$114, sendo este último o patriarca dos Amaral, José Lúcio do Amaral (casado com Eulália, filha de Joaquim da Costa Gontijo, neta do patriarca Manoel da Costa Gontijo), João Lúcio do Amaral e Antônio Modesto do Amaral. O povo do Doce possuía muitas terras na Chapada em comum com esses grandes fazendeiros, assim como estes, também, tinham terras no Doce, em comum com os fazendeiros de lá.

Fazenda da Forquilha

Compilamos 6 registros em nome de Cândida Maria do Rosário, Manoel Antônio Alves, Manoel Lourenço Ferreira, Maria (tutelada), Vicente Ferreira do Carmo, Antônio Silvério de Barros e Francisca (tutelada).

Fazenda da Lagoa Verde

Compilamos 5 registros em nome de Antônio Guerra da Silva, Manoel José de Andrade, João André Coelho, Manoel Venâncio Raposo e Manoel Antônio Madeira.

Fazenda do Retiro

Compilamos 9 registros, sendo os dois maiores proprietários Pedro Alves Ferreira, com um patrimônio de 617\$000, e Vicente Ferreira Braga, com 317\$631. Além destes há os Mendonça: Jerônimo Luiz Mendonça, Antônio e Manoel, filhos de João Luiz de Mendonça, e ainda Isméria e Clemência Maria de Jesus (pretas livres).

Fazenda dos Machados

Compilamos 12 registros em nome de Ana Jacinta Cândida de São José e enteada; Antônio Guerra da Silva; Cesário Pereira da Costa; Domingos Martins Chaves; João André Coelho; José Basílio Galvão; José Luciano Francisco; Manoel Antônio Madeira; Manoel José de Andrade; Manoel Lopes do Nascimento; Manoel Martins da Paixão e Manoel Venâncio Raposo.

Fazenda do Doce

Após a morte do patriarca capitão Manoel da Costa Gontijo, houve uma divisão informal de suas terras aos herdeiros. Assim, como foi um padrão dos registros da época, as terras do DOCE geralmente foram dimensionadas em dinheiro nos registros do Livro da Igreja. Acreditamos que parte desses registros se refere a valores herdados “em comum” (sem divisão) em inventários e, outra parte, a provável garantia de empréstimos ou investimentos de terceiros junto aos maiores do

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

DOCE. Assim, somados esses valores até 1856, apura-se que o valor dessas terras era de 14:902\$010.

Particularmente, os homens mais ricos do DOCE em 1856, a considerar o valor de suas propriedades fundiárias, eram os abaixo relacionados.

NOME	NO DOCE	OUTROS LOCAIS
Clemente José Pereira	2:254\$850	- 0-
Joaquim da Costa Gontijo	2:205\$835	- 0-
José Vieira de Brito	2:052\$302	- 0-
Florentino Antônio Ferreira	1:546\$400	320\$000
Vicente da Costa Gontijo	1:243\$255	- 0-
Domingos da Costa Gontijo	1:104\$875	- 0-
Pedro Ferreira da Silva	916\$000	50\$000
Antônio da Costa Gontijo	722\$000	411\$700

A considerar os registros e, dentro desses, as alegações de possuir a terra em comum com alguém, apresentamos os quadros abaixo:

Nome	Valor das Terras
<i>José Vieira de Brito</i> - Clemente José Pereira	2:254\$850
-Theodoro Cândido de Magalhães	5\$000
-Olivério Ferreira da Silva	40\$000
-Manoel Bernardes da Costa	129\$000
-Manoel da Costa Bernardes	129\$000
-Lúcio Ferreira da Silva	100\$000
-José Basílio Galvão	50\$000
-João José da Silveira	n/c
-Joaquim da Costa Gontijo?	68\$000
-Joaquim Gontijo da Costa	300\$000
- Felício Pereira Valadares	164\$000
SUBTOTAL - 3:239\$850	
<i>Clemente José Pereira</i> - Florentino Antônio Ferreira	1:546\$400
-Antônio da Costa Gontijo Júnior	176\$000
-Antônio Ferreira da Silva Camargo	25\$000
SUBTOTAL - 1:747\$400	
<i>Clemente J. Pereira</i> - Vicente da Costa Gontijo	1:243\$255
-José da Costa Gontijo	88\$030
-Francisco da Costa Gontijo	n/c
SUBTOTAL - 1.331\$285	
<i>Clemente José Pereira</i> - Antonio da Costa Gontijo	722\$000
-Maria Teodora da Silva ou Gontijo	88\$000
-Manoel Gontijo da Costa	88\$000
-Ancelmo (sic) José da Silva	88\$000
SUBTOTAL - 986\$000	
TOTAL DO GRUPO CLEMENTE - 7:304\$535	

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Nome	Valor das Terras
Pedro Ferreira da Silva-José Vieira de Brito	2:052\$302
-Vicente Ferreira do Carmo	86\$000
-Pedro Ferreira da Silva Júnior (*)	42\$000
-Maria (tutelada)	86\$000
-Manoel Lourenço Ferreira	46\$000
-Manoel José de Andrade	n/c
-José da Silva Cardoso	238\$000
-Manoel Antônio Alves	42\$000
-Joaquim José Luciano	35\$000
-Francisco Luiz Luciano	20\$000
-Francisco Antônio Alves	106\$000
-Francisca (tutelada)	91\$700
-Cândida Maria do Rosário	47\$000
-Antônio Ferreira da Silva	13\$000
-Antônio Rosa da Cruz	10\$000
-Ângela Maria Marques	15\$000

TOTAL DO GRUPO JOSÉ VIEIRA - 2:930\$002

(*) Obs.: Estas foram as únicas terras que, até 1856, encontramos em nome do jovem Pedro Ferreira da Silva Júnior, em comum com seu tio José Vieira de Brito e mais sócios.

Nome	Valor das Terras
Joaquim da C. Gontijo-Pedro Ferreira da Silva	916\$000
-Joaquim José de Siqueira	52\$560
-Antônio Silvério de Barros	80\$000
-Jerônimo Francisco Luciano	51\$000
-Berlarmino José da Silveira	62\$000

TOTAL DO GRUPO P.F. DA SILVA - 1:161\$560

Nome	Valor das Terras
Domingos C. Gontijo-Joaquim da Costa Gontijo	2:205\$835
-Serafim Correia da Costa	250\$000
-Manoel Martins da Paixão	15\$000
-João Carlos Bernardo	197\$121
-Francisco de Almeida	200\$000
-Antônio Vieira da Costa	32\$000
-Balduino da Costa Bernardes	197\$721

TOTAL DO GRUPO J. DA C. GONTIJO - 3:097\$677

Nome	Valor das Terras
Joaquim da C. Gontijo-Domingos da Costa Gontijo	1:104\$875
TOTAL DE DOMINGOS - 1:104\$875	

Nome	Valor das Terras
Her. Marido João Gontijo-Maria Silvéria do Sacramento	207\$997
Herança Pai João Gontijo-Maria (tutelada)	14\$306
Herança Pai João Gontijo-Clara (tutelada)	54\$006
Herança Pai João Gontijo-Joaquina (tutelada)	50\$306

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Herança Pai João Gontijo -Francisca (tutelada)	70\$306
Herança Pai João Gontijo -Custódio (tutelado)	68\$000

TOTAL DOS HERDEIROS DE J. GONTIJO - 464\$921

Outros Registros encontrados:

Proc. A. Correia da Silva-Domitila Carolina Ferreira da Silva n/c
Proc. A. Correia da Silva-Francisco Álvares da Silva Campos n/c
Proc. A. Correia da Silva- Sebastião Cordeiro de Campos Valadares n/c
Proc. A. Correia da Silva-Maria Carolina Ferreira da Silva n/c
Proc. A. Correia da Silva-José de Deus Alves da Silva n/c
Proc. A. Correia da Silva-José Luiz Alves da Silva n/c
Proc. A. Correia da Silva-Ignácio Álvares da Silva n/c

Manoel Lopes-Francisco Pedro Martins 2\$350
Manoel Lopes-Manoel Geraldo de Medeiros n/c
Manoel Lopes-Marcelina Maria da Silva 2\$000
João A. da Silva-Manoel Antônio Chataluna (nome espanhol) 3\$000
José da Silva Cardoso-Manoel Lopes do Nascimento 151\$320
João A. da Silva-Sabino Antônio Marques 3\$000

João (...) da Costa-Antonio Vieira Peixoto 42\$000
Outros-Antonio Francisco Mariano 446\$960
Francisco Luiz-Custódia Francisca Maria 6\$000
? Frederico Augusto Álvares da Silva n/c
Testamento-Herd. do Cel. Jacinto de Moraes Ferreira da Silva n/c
Antônio da Silva-João Antônio da Silva 3\$206
Tutor Ant. José Gonçalves-Joaquim (tutelado) 124\$000
Comprou João Fco. Leite-Justino Vieira Guedes 40\$000

Pedro Ferreira da Silva, o patriarca dos Ferreira da Silva, recebera em 1836, por ocasião do fechamento do inventário de seu sogro Manuel da Costa Gontijo um quinhão de 970\$217 réis⁵¹⁴. O inventário desse patriarca, falecido em 8 de julho de 1870, apontou bens num total de 6:318.020 réis, apurando-se uma meação acrescida de doações feitas pela terça da viúva meeira no valor de 3:699.010, cabendo a cada um dos filhos um quinhão de 308\$250 réis⁵¹⁵.

Quanto aos bens móveis do casal, destacam-se:

“uma parte de terras na Fazenda da Chapada, avaliada pelo preço de 50\$000;

três alqueires de cultura no Capão do Martins, avaliado pelo preço de 30\$000;

dezoito ditos na beira do ribeirão do Doce, avaliados pelo preço de dez mil réis, importando na quantia de 180\$000;

uma parte na Fazenda do Olho D’água, avaliada pelo preço de 11\$000;

dezenove alqueires de culturas no cerrado, avaliados pelo preço de 12\$000, importando na quantia de 228\$000;

uma parte no cerradão em comum com os herdeiros de Joaquim Gontijo, avaliada pelo preço de 100\$000;

514 Inventário do capitão Manuel da Costa Gontijo, AJP, terceiro processo/volume, fls. 16-16v.

515 Inventário de Pedro Ferreira da Silva - 1870 - AJP, fls. 21-22.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

duzentos alqueires de campos avaliados pelo preço de 2\$000, importando a quantia de 400\$000;

um sítio com casas, paiol, monjolo, aguada quintal, avaliado pelo preço de 400\$000;

uma pequena casa no Arraial de Bom Despacho, com quintal cercado, avaliada pelo preço de 200\$000”⁵¹⁶.

Essas terras foram distribuídas em quinhões, criando uma espécie de condomínio (em comum) entre os herdeiros, conforme, aliás, ficou no primeiro registro (então, eclesiástico) de terras havido no Império no ano de 1855, como demonstrado anteriormente. A expressão “*pequena casa no Arraial de Bom Despacho*”, quando descrita no quinhão dos herdeiros, é referida como “*casas de morada*” em Bom Despacho, deixando claro que o patriarca Pedro Ferreira da Silva, mormente na época em que foi Juiz de Paz e oficial das ordenanças dessa Vila, residia mais em Bom Despacho do que na Fazenda do Doce. Os bens e utensílios domésticos e de produção deixam a evidência de que - diferentemente do Capitão Manuel da Costa Gontijo e seus filhos - não atuava como fabricante de cachaça ou rapadura.

A Fazenda do Doce - Ou Simplesmente Doce

Mesmo antes de termos conseguido encontrar o inventário dos bens que ficaram com o falecimento do alferes Pedro Ferreira da Silva, em 8 de julho de 1870, a tradição sempre teve ainda bastante viva a lembrança de que Pedro Ferreira da Silva Júnior era irmão de Theodoro Ferreira da Silva. Assim, não resta dúvida de que aquele homem que, nos albores da República, teria plantado a cruz-semente do DOCE, realmente, é um dos filhos do sargento, juiz e depois alferes Pedro Ferreira da Silva, e neto do capitão Manoel da Costa Gontijo, por parte de sua mãe, Francisca Romana de Mendonça Filha. Assim, a tradição registrada na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros está correta, porém, fundiu em uma só pessoa o alferes Pedro Ferreira da Silva com o seu filho, o Júnior, e deixou de citar os outros pioneiros, filhos do poderoso capitão Manoel da Costa Gontijo, bem como outras famílias que a eles se juntaram, conforme ficou agora, claramente fixado. ASSIM SURTIU O DOCE.

Onde ficava o DOCE?

Tinha, é de se supor, limites maiores que os atuais, ou seja, delimitava-se a oeste pelo rio São Francisco, e ao norte pelo córrego da Caiçara/Roncador. O problema é quanto ao sul sudoeste. A leitura de documentos em geral, ora dá a entender que os limites iriam até o ri-

516 Inventário de Pedro Ferreira da Silva - 1870 - AJP, fls. 06-07.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

beirão de Santa Luzia/Jacaré (como era na Sesmaria do Ribeirão de Santo Antônio) ora põe este limite no ribeirão de Santo Antônio, mormente após ter o Doce se desanexado de Santo Antônio do Monte e voltado a pertencer a Bom Despacho.

Segundo Registro nº 355 do 1º Livro da Igreja de Bom Despacho, as confrontações da Fazenda do Doce eram: Fazenda das Grotadas, Machados, Chapada e rio São Francisco.

A região do Doce teria dado nome ao córrego do Doce, ou este é que, em razão do acidente com a viatura, naturalmente um carro de boi, que teria caído em suas águas, teria dado nome ao lugar. A tradição afirma a segunda hipótese. Os documentos também.

O córrego do Doce é um curso d'água bem modesto e não mereceu qualquer menção, com este ou outro nome, nos documentos que estudamos. Águas nas terras, hoje (1987), de Pedro Vicente, juntam-se a outras nas terras de Alonso Vicente, e vão descendo para formar uma lagoazinha, qual seja, aquele pequeno açude localizado a sudoeste do município de Moema. A partir daí, encorpa-se o córrego do Doce que, engrossado com mais algumas nascentes, muda seu curso na direção nordeste, passando pelas terras de José Irineu e Francisco Borba. Nas terras de Abílio Martins, recebe águas do córrego das Aroeiras e recebendo outras águas nas terras de Antônio Honório, muda seu curso para noroeste, passando pelas terras de Alexandre Batista, onde simula um retorno sul logo desviado a oeste, indo banhar a Vargem do Valo, hoje (1987), o Espraiado - de onde se encaminha para o norte, atravessando a BR 262 e indo desaguar no ribeirão da Caiçara que misturando-se ao córrego dos Machados - ou será ribeirão de Todos os Santos? - deságua no rio São Francisco.

Dilma de Moraes cita que, pela Lei 2.158 de 16 de novembro de 1875, Santo Antônio do Monte passou à categoria de Cidade, à qual pertenciam as seguintes POVOAÇÕES: Diamante, Lambari, Santa Clara, Mata do Rosa, Cachoeira Bonita, Bom Sucesso, Fundão, Grotadas, São Carlos do Pântano (Lagoa da Prata), Retiro do Pântano, DOCE DE CIMA e outras⁵¹⁷. Neste sentido, pesquisando junto aos 1º e 2º ofícios de Santo Antônio do Monte, pelo volume de inventários e outros expedientes judiciais envolvendo moradores de nossa região, bem como o que se consignou do Registro de Terras, realmente, conclui-se que o DOCE DE CIMA, havia muitos anos, já merecia a denominação de POVOADO.

Quanto à denominação DOCE DE CIMA, deveria significar que o povoado se localizava junto às nascentes do córrego do Doce, mais próximo do ribeirão de Santo Antônio, ou seja, exatamente onde, hoje, se localiza a sede do município de Moema.

517 Santo Antônio do Monte - Doces Namoradas e Políticos Famosos, p. 63.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Como se comprovou, o capitão Manuel da Costa Gontijo possuía bem mais de 100 escravos e todos os apetrechos de um grande engenho de rapadura, açúcar e cachaça, na sede de sua residência que foi chamada de “*Engenho do Ribeirão de Santo Antônio*”, onde havia três grandes caldeiras e um alambique, entre dezenas de outros bens típicos de um engenho de açúcar, rapadura e cachaça, além de todo o tipo de ferramentas para trabalhar a madeira, necessárias para a manutenção das engrenagens e instalações de um engenho⁵¹⁸.

Quanto à denominação geral FAZENDA DO DOCE, analisando os bens inventariados de inúmeras famílias que moravam “às margens” do córrego em questão, a presença dos engenhos, dos tachos de cobre, das formas de açúcar e demais pertences é uma constante na descrição dos bens de todas as famílias. Parece que todas elas fabricavam a rapadura em larga escala. Assim, ter caído um carro de boi carregado de rapaduras no córrego é fato que pode ter ocorrido até dezenas de vezes, e não uma só vez e de forma a marcar tanto tal episódio a ponto de gerar o nome do lugar. Mais viável seria a versão de que as outras regiões - de Bom Despacho, Santo Antônio do Monte e outras mais longínquas - que talvez se dedicassem mais à criação de gado e à lavoura do que à fabricação de rapaduras, tenham passado a se referir à nossa região como “A FAZENDA DO DOCE” em razão da existência de uma grande produção de rapaduras. Nesse sentido, conforme vimos anteriormente, expressões como DOCE DE CIMA, FAZENDA DO DOCE e DOCE DE BAIXO, já eram utilizadas desde os anos de 1840 e, muito provavelmente, até antes. Assim não se pode negar a tradição contada pelos nossos ancestrais e registrada na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, e sim confirmá-la. Porém, salvo melhor interpretação, deve ser entendida muito mais, talvez, como uma forma bem-humorada - e nós somos bem-humorados - de explicar o nosso Doce nome.

Então, estaria assim esclarecido quais foram os nossos ancestrais?

E o “terceiro elemento”, o negro?

Os nossos quilombolas, chamados de NEGROS DO MATO, ficaram anônimos pois não pudemos saber os seus nomes. Porém, todas as pessoas até aqui citadas tinham os seus escravos - relacionados nos inventários logo depois dos semoventes (bois e cavalos) - sendo, alguns, muito provavelmente, descendentes dos Negros do Mato. Esses negros, “libertados” em 13 de maio de 1888, continuaram na região, trabalhando para seus antigos senhores em troca de comida. Em homenagem ao que há de negro em nós, relacionamos, a seguir os seus nomes:

1 - Quem mais teve escravos foi o patriarca capitão Manuel da Costa Gontijo, um verdadeiro senhor de engenho. Tendo falecido em

518 Fls. 07 a 09v do terceiro processo-volume de inventário do capitão Manuel da Costa Gontijo - AJP.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

1829, os autos de seu inventário, apesar de muito danificados, puderam nos oferecer os seguintes nomes: escravo Benguela de cinco anos, outro escravo Benguela, mais três escravos não identificados, escravo Crioulo de 25 anos, Antônio Banguela de 18 anos, Manuel Camundá de 80 anos, Domingos Banguela de 50 anos, Adam Crioulo de 36 anos, Cipriano Crioulo de 7 anos, Bernardo Crioulo de 25 anos, outro Crioulo de 80 anos, Felícia Crioula de 20 anos, Joaquim Banguela de 21 anos, Felipe Crioulo de 2 anos, Rita Banguela de 24 anos, Marcelina Crioula de 3 anos, Ana Crioula de 1 ano, Maria Conga de 24 anos, Rita Banguela de 55 anos, Joaquim Banguela de idade de 55 anos, Esperança Crioula, outra escrava não identificada, Tereza Banguela de 48 anos, Catarina Rebola de oitenta anos, José Cabra de 13 anos, Pedro Banguela; Joaquim Banguela de 60 anos, Damião Banguela de 60 anos, Eva Crioula de 32 anos, Garcia Banguela de 22 anos, Hilária Rebola, Clemente Crioulo, Jacinta Crioula, Valentim Crioulo, Rosa Crioula de 32 anos, Lourença Crioula de 30 anos, Eva Crioula de 4 anos, Miguel Crioulo de 2 anos, outro escravo não identificado, Eva Crioula de 24 anos, Tereza Crioula de 27 anos; Ambrósio Cabra de 3 anos, Sebastião Cabra de 1 ano, Maria Banguela, Davi Crioulo, outro escravo não identificado; outro de 2 anos, Tomaz Crioulo de 18 anos, escravo Banguela de 70 anos, Lino Crioulo, escravo velho não identificado, Domingos Crioulo de 2 anos, Emílio Congo de 24 anos, Marcelina Crioula de 24 anos, Felizarda Conga de 24 anos, Venâncio Crioulo de 27 anos, Rita Crioula de 6 anos, bebê escravo não identificado, Constância Banguela de 20 anos, Eva Crioula de 19 anos, escravo velho não identificado, Jacó Crioulo de 12 anos, Sebastião de 12 anos, Luís Crioulo de 10 anos, Maria Banguela, mais dois escravos não identificados, Narciso Crioulo, Serafim Cabra de 11 anos, Juliana Crioula de 23 anos, Efigênia Rebola de 24 anos, outros dois escravos Rebole; afora dezenas de outros não identificados nas linhas destruídas do processo de inventário. Como se vê, havia escravos africanos e brasileiros.

2 - Escravos que ficaram após o falecimento de dona Thereza Francelina, no ano de 1836⁵¹⁹: Bento Crioulo, 22 anos; Rita Ganguela, 24 anos; Madaglena Crioula, 9 anos; Luzia Crioula, 7 anos; Felipe Crioulo, 1 ano;

3 - Escravos que ficaram após o falecimento de dona Maria Inácia da Silva, que foi casada com Domingos da Costa Gontijo, ano de 1849⁵²⁰: Jacob Quirundo; Bento Quirundo; Luzia Parda, 15 anos; Catarina Quirino; Joana Muito Velha; Eva Cabra, 20 anos; Barnabé e Felícia;

4 - Escravos deixados por dona Francisca Romana de Mendonça às suas netas, ano de 1850⁵²¹: Maria Benguela; Luíza Crioula; Espe-

519 AJP-XXXII/2464.

520 AJP-XXII/1081.

521 AJP-V/893.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

rança Crioula; Bento Crioulo; Catarina Crioula; Miguel Crioulo; Felícia Crioula; Joaquina Benguela; Catarina Crioula (outra); Manoel Pardo; Maria Crioula; Antônio Benguela; Antônio Crioulo; Benedita Crioula; Rosa Crioula; Suzana Crioula; Madaglena Crioula;

5 - Escravos que ficaram após o falecimento de Antônio Vieira da Costa, ano de 1860⁵²²: Severino Benguela, 54 anos; Bento Crioulo, 40 anos; Manoel Cabra, 15 anos; Thereza Crioula, 30 anos; Balbina Cabra, 8 anos; Águida Crioula, 2 anos; Eva Crioula, 2 anos; João Crioulo 6 anos; Rita Crioula, 5 meses;

6 - Escravos que ficaram após o falecimento de Antônio da Costa Gontijo, ano de 1863⁵²³: João Africano, 50 anos; José Congo, 55 anos; João Crioulo, 26 anos; Sebastião Crioulo, 25 anos; Tibúrcio Crioulo, 21 anos; Thereza, 2 anos; Ambrósio, 12 anos (um xarazinho do Rei Ambrósio do Campo Grande); Josefa; Theodoro;

7 - Escravos que ficaram após o falecimento de Joaquim da Costa Gontijo, ano de 1865⁵²⁴: Joaquim Africano, 65 anos; Francisco Africano, 46 anos; Jerônimo Crioulo, 26 anos; João Crioulo, 18 anos; Fortunata Crioula de Papo 30 anos; “Uma Cria” da mesma escrava, 30 dias; Lúcia Parda, 26 anos; Vicência Crioula, 20 anos; Eva Crioula, 14 anos; Maria Crioula, 9 anos; Efigênia Crioula, 10 anos;

8 - escrava que ficou após o falecimento de José Basílio, ano de 1868⁵²⁵: Ana Parda, de 16 anos.

9 - Escravos que ficaram após o falecimento do patriarca Pedro Ferreira da Silva, ano de 1870: João Mulato 22 anos, Antônio Crioulo, 18 anos, Venâncio Crioulo, 5 anos, Tibúrcio, dois anos, Joaquim, 25 anos, Joaquina Africana, 60 anos, Marcelina Crioula, 60 anos, uma Crioula, 38 anos, Isabel Crioula, 36 anos, Maria Mulata, 2 anos, Sebastião, cinco anos.

Os “sobrenomes” crioulo/crioula, cabra, pardo/ parda e mulato/mulata indicam que eram pretos nascidos no Brasil. Além desses, que eram escravos, há ainda os pretos livres que até possuíam terras, a exemplo de João Domingos Pereira (ganhou as terras de Jacinto Alves Braga) que morava na Fazenda do Retiro, das irmãs Clemência Maria de Jesus e Isméria Maria de Jesus (ganharam as terras de Ana Francisca do Nascimento), que também moravam na Fazenda do Retiro e das irmãs Maria Lidovina e Maria dos Santos, que moravam na Fazenda do Quilombo.

A considerar o tipo étnico do povo de Moema, sem dúvida que havia muitos outros pretos entre nós que, hoje, se não mais são todos vistos pelas ruas é porque a maioria mora, escondida, dentro de nossas veias, circulando em nosso sangue miscigenado.

522 AJP-XXII/2202.

523 AJP-XXII/2165.

524 AJP-XXII/4386.

525 AJP-XXII/1764.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Generosa Dionízio Pereira, a mulher de Pedro Ferreira da Silva Júnior, também era preta. Neste sentido, alguns dos Ferreira da Silva descendentes do Pedro Júnior, têm esse traço e pigmentação bem presentes em seus tipos étnicos. O ancestral branco de dona Generosa, inclusive, pode estar nos primórdios do DOCE, quando da demarcação da Sesmaria de Antônio Rodrigues da Rocha: em 10 de julho de 1767, “*Domingos Gonçalves Viana e Dionízio Pereira da Costa, em nome de José de Souza Ferreira, falaram pelos pequenos confrontantes*”.

O POVOADO E A CAPELA

Bom Despacho, como se viu, há muitos anos vinha tentando elevar-se à categoria de Cidade. Traída pelos políticos do Partido Conservador, não só não conseguiu o seu intento, como acabou sendo incorporada a Santo Antônio do Monte, como se fosse um povoado qualquer, uma simples “freguesia”. O patriótico Pe. Nicolau Ângelo Del Duca devia estar muito triste e inconformado, assim como a nova geração de políticos de Bom Despacho que se vinha forjando ao tempero das decepções e traições políticas. MAS A REPÚBLICA FORA PROCLAMADA. Assim, vendo que “*o peso da espada dos Brenos fizera tombar a balança*” o ardoroso sacerdote começou a se preocupar com o desenvolvimento do Doce e de outros pequenos povoados ligados por tradição à sua querida Bom Despacho.

O Pe. José Azevedo Assumpção registrou à fl. 6 do Livro de Tombo da paróquia de São Pedro de Moema a tradição do histórico de sua paróquia:

“Doce. Esse, o nome primitivo. Lugarejo formado aos poucos. Em 1906, monsenhor Francisco de Araújo Lopes Cansado, do clero de Mariana, em visita a uma de suas irmãs em Bom Despacho, vem ao Doce. Hospedou-se em casa do Sr. Pedro Ferreira da Silva. Um cruzeiro. Primeira missa. Doação de terreno. Primeira capelinha. O padroeiro é São Pedro. Cresce o Arraial. Dizem que Pedro Ferreira da Silva fez a doação de dois alqueires de terreno para a Igreja”.

Como se vê, o vigário de Moema registrou apenas as epígrafes dos vários capítulos da história do surgimento da capela no povoado. Tudo isto deveria estar contido com riqueza de detalhes nos livros da paróquia de Bom Despacho. Porém, segundo informou-nos o Dr. Nicolau Leite, insigne cidadão de Bom Despacho, quando do falecimento do Pe. Nicolau Ângelo Del Duca em 1927, seu sucessor, suspeitando que o mesmo morrera de tuberculose, destruiu pelo fogo os arquivos da paróquia e, sem dúvida, grande parte da história de Moema e de Bom Despacho, escrita pelo mais ardoroso de seus soldados. Assim, utilizando a mesma estrutura do histórico registrado pelo Pe. Assumpção, vamos tentar reconstituir os fatos.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Um Cruzeiro

Este cruzeiro que, de uma forma romântica, registramos que teria sido plantado por Pedro Ferreira da Silva Júnior às luzes da Proclamação da República pode, na verdade, ter sido plantado em época bem anterior. É indubitável que precedeu à capela e isto se comprova pela narrativa que o próprio Pedro Ferreira da Silva Júnior fez ao monsenhor Francisco de Araújo Lopes Cansado em 1906. O que teria sido feito desse histórico cruzeiro?

Existe, hoje (1987), um majestoso cruzeiro de aroeira plantado em frente ao portão do cemitério municipal. Tem as extremidades trabalhadas e seu encaixe é fixado por um único parafuso de ferro que o trespassa prendendo os braços da cruz com uma grande arruela e uma porca também de ferro. As abelhas se aninharam em seu tronco que, a partir do parafuso, já está rachado de cima a baixo. Salvo melhor juízo, aparenta ter bem mais de cem anos, considerando a resistência da aroeira aos efeitos do tempo. Contam que este cruzeiro ficava plantado atrás da sacristia da atual igreja velha, entre dois coqueiros e que, por volta de 1964, por ocasião de missões pregadas por padres redentoristas, este enorme cruzeiro foi arrancado e levado para o cemitério. Dentro de um cerimonial específico, os alegres padres se teriam montado sobre o cruzeiro e o povo todo carregou a cruz e os “cavaleiros” para o cemitério, onde a plantaram.

É com grande tristeza que registramos que em 1997⁵²⁶, o mencionado monumento histórico, que há muito tempo já deveria ter sido recuperado e recolocado em seu devido lugar, continuava plantado lá na frente do cemitério a se acabar.

Primeira Missa

A primeira missa celebrada no Doce, é de se interpretar, deve ter sido celebrada pelo vigário de Bom Despacho, o Pe. Nicolau Ângelo Del Duca. É provável que, após esta, celebrou inúmeras outras, em ocasiões especiais e a pedido do seu amigo Pedro Ferreira, debaixo do cruzeiro plantado no centro do Doce. Assim, caso aquele cruzeiro que se encontrava fincado em frente ao portão do cemitério municipal, seja o mesmo cruzeiro plantado por Pedro Ferreira Júnior e sob o qual se celebrou a primeira missa no Doce, teriam os alegres missionários, e também os homens influentes da época, arrancado do coração de Moema o seu mais antigo marco histórico. O curioso é que os missionários redentoristas, em suas missões, geralmente fincam cruzeiros, os quais, muitas vezes, se transformam em marco inicial de comunidades

526 Em 2001, o fato era ainda o mesmo.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

que surgem à sombra da cruz. No caso de Moema, teriam arrancado, ao invés de fincar, o marco inicial. (!).

Há muitos anos que o Ministério da Cultura patrocina, tanto diretamente (a fundo perdido), como, indiretamente, através de incentivo fiscal a empresas privadas, a recuperação e preservação de sítios, monumentos e objetos históricos, bastando que as entidades culturais ou o Conselho de Comunidade do Município apresente-lhe o projeto através de um deputado federal. Portanto, tivesse havido vontade política e um mínimo de preocupação com a História de Moema, o nosso CRUZEIRO poderia ter sido recuperado e recolocado em seu devido lugar.

O prefeito José Geraldo Andalécio Costa (2001/2004) mandou reformar a frente do cemitério e, infelizmente, mandou arrancar o histórico cruzeiro, picá-lo e jogá-lo no lixo. Questionado por nós, disse que o fez porque o madeiro já estava podre, o que é contestado por dezenas de pessoas que viram suas vigorosas lascas jogadas no lixo. Aliás, especialistas no assunto informaram-me de que, realmente, madeira onde há ou houve abelhas em atividade não apodrece, dada a proteção da própole produzida pelas mesmas. De uma forma ou de outra, a perda é irreparável. Veja a foto do cruzeiro no site pessoal do autor⁵²⁷.

Doação do Terreno e a Primeira Capela

O Dr. Nicolau Leite, advogado que militou por mais de cinquenta anos na região, líder político da UDN, professor e dedicado guardião das tradições de Bom Despacho, disse-nos que, antes do ano de 1900, o Pe. Nicolau Ângelo Del Duca pedira a Pedro Ferreira que edificasse uma capela no Doce. Pedro doou dois alqueires de terra para patrimônio da igreja, ou do lugar, e prometeu ao amigo que faria a capela. Condição apenas que a capela tivesse São Pedro como padroeiro e que fosse feita com a porta virada para o Retiro, de forma a dirigir-lhe as bênçãos do Santo e de Deus. Segundo o Dr. Nicolau, Pedro chegou a construir uma rústica capelinha.

Esses fatos foram confirmados por João Ferreira de Assunção, o “João Irineu”, nascido a 3 de maio de 1903 no Retiro dos Agostinhos, Bom Despacho. Em seu tempo de menino, foi ao Doce a procura de seu pai que estava cuidando da construção do primeiro altar da capelinha e dela se recorda: “*Um chalezinho de taipa, medindo cinco por oito metros, coberto de indaiá*”.

Também confirmaram tais fatos, José Batista de Castro, o Juca Batista, nascido a 26 de janeiro de 1893 e falecido em 12 de julho de 1992, e dona Maria Ferreira da Silva, neta de Pedro Ferreira, nascida em 1906.

527 <https://tjmar.adv.br/reflexoes/moema-origens/19-cidade-de-moema-o-autor-e-sua-terra-natal>

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Pedro Ferreira da Silva vivia em comum com Generosa Dionízio Pereira, provavelmente, desde 1874. Em 20 de abril de 1905, esteve no cartório do Distrito de Bom Despacho onde ratificou este fato, declarando-se, e a sua mulher, como “solteiros, sem que existisse ou exista entre ambos qualquer impedimento que os iniba de se casarem”, e que tinham os seguintes filhos:

- 1 - José Eduardo Ferreira, com 30 anos;
- 2 - Antônio Dionízio Ferreira, com 27 anos;
- 3 - Belchior Ferreira da Silva, com 25 anos.

Obs.: Esta postura, de ter uma esposa preta (crioula, cabra ou parda) e de não se casar legalmente com ela, sem dúvida, é resquício da Lei de 1725, que tornava ignominiosa a mistura com o sangue de negros e gerava, de certa forma, a desclassificação social, sendo fato impeditivo ao exercício de vários direitos, a exemplo do exercício de cargos políticos e funções públicas.

Pedro Ferreira e sua mulher viviam na Fazenda do Retiro ou no Retiro do Doce, conforme registram os documentos.

A Lei estadual nº 556 de agosto de 1911 vem libertar Bom Despacho que, inexplicavelmente, continuava pertencendo a Santo Antônio do Monte, até então. Bom Despacho foi elevada à categoria de município, abrangendo um território de 1.400 quilômetros quadrados, com as seguintes delimitações: “*pelo rio de São Francisco, com o município de Indaiá; com o de Santo Antônio do Monte, pelo ribeirão de Santo Antônio e espigões do Morro Alto e Morro do Arrebenta-boi; com o de Pitanguí, pelos rios Lambari, Capivari e Picão e córrego da Boa Vista*”⁵²⁸. Em seu território, ficou compreendida a Fazenda do Doce que, assim, ficava administrativamente separada do território situado entre o ribeirão de Santa Luzia/Jacaré e o ribeirão de Santo Antônio⁵²⁹, cuja terra, em grande parte, pertencia a famílias sediadas no Doce e na Chapada.

A 31 de maio de 1912 foi instalada a Vila (Cidade) e, sob a alegria geral, discursos patrióticos lavaram a alma do sofrido povo bom-despachense. Na madrugada de 1º de junho, sob uma salva de 21 tiros, houve a instalação da Câmara, cujo primeiro presidente foi o coronel Faustino D’Assunção.

O Pe. Nicolau Ângelo Del Duca?

Vejam só o seu discurso:

“*Do coração de Bom Despacho nasceu o coronel Faustino A. Assunção Filho, tão conspícuo por suas luzes quão geral e vantajosamente conceituado no traquejo dos negócios públicos; do coração de Bom Despacho nasceu o cidadão Pedro de Paula Gontijo, que, pela sua ilustração, independência e critério elevou o eleitorado à cúpula social, provando exuberantemente que no abençoado solo da democracia brasilei-*

⁵²⁸ História de Bom Despacho, pp. 103/104.

⁵²⁹ As Grotadas, como se vê, ficaram indevidamente com Santo Antônio do Monte.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ra jamais reinará o despotismo e a prepotência. Senhores, se a Constituição jurada na fonte de sua promulgação deve ser contada, Bom Despacho tornou-se digna de sua legenda - DEUS, PÁTRIA e LIBERDADE. Eis, senhores, porque dou parabéns ao governo de Minas, que fez justiça ao seu adversário, provando exuberantemente que, qualquer que seja a forma de governo administrado por homem, é sujeito a erros e imperfeições, e ela se apoia na força do governo como na força da oposição, tão profícua é para a liberdade do governo a própria força do governo como da oposição, para não se tornar um governo infrene, dissoluto, anárquico enfim. Eis porque dou parabéns ao coronel Faustino Antônio D'Assunção Filho e ao cidadão Pedro de Paula Gontijo, nosso digno e prezado chefe, os quais muito concorreram para a liberdade de nossa pátria, marchando para pontos diametralmente opostos. Parabéns à futura Vila de Bom Despacho, que brevemente será a princesa sertaneja. Parabéns, cidadãos bom-despachenses; hoje cingistes a palma do triunfo pelo lado nobre da legalidade. Destes um voto de gratidão, mas é mister não retrocederdes, deveis honrar as cinzas de nossos progenitores, no sacrário das vossas consciências, para que a posteridade, que é juízo severo de Deus, vendo-vos por terra, vos encontre na posição daqueles soldados valorosos que caem de frente para o inimigo e que, ainda depois de mortos, provam que eram suficientes para vencer, se a vitória fora sempre o apanágio da valentia e do direito”⁵³⁰.

Em 11 de julho de 1914, Pedro Ferreira da Silva Júnior, após ter construído a capelinha e doado o terreno para o patrimônio do lugar, vem a falecer em sua fazenda, o Retiro do Doce. O líquido de seus bens atingiu a 79:206\$900, dos quais, apenas 20:606\$900 se referiram a móveis, imóveis e semoventes. O restante, 58:600\$000, os tinha emprestados a juros em mãos de políticos de destaque de Bom Despacho, a exemplo de Joaquim Neves de Rezende, Miguel de Paula Gontijo, Pedro de Paula Gontijo, José Antônio Cardoso e Segismundo Marques da Costa.

Sobre a capelinha de São Pedro, vale a pena transcrever alguns itens do inventário dos bens do falecido Pedro Ferreira:

Registra-se à fl. 19: *“Que o espólio ficou a dever a Segismundo Marques Gontijo a quantia de quatrocentos e vinte mil réis, sendo duzentos e oitenta e cinco mil réis DE UMA IMAGEM DE SÃO PEDRO QUE O FINADO MANDOU VIR e cento e trinta e seis mil réis de conta de rol (...)”*. Isto, de certa forma, se ratifica no livro do Tombo da paróquia de São Pedro de Moema, à fl. 7: *“Uma boa imagem do padroeiro e outra antiga; esta é de madeira; é histórica. Foi doação dos filhos de Pedro Ferreira da Silva”*. *“O SINO foi doação de José Eduardo Ferreira”*.

À fl. 23 do inventário dos bens de Pedro Ferreira, encontramos: *“Diz Antônio Dionízio Ferreira, inventariante dos bens de seu finado pai,*

530 História de Bom Despacho, p. 105.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

que tendo deixado de dar a descrever em suas declarações finais um voto de 500\$000 que seu finado pai ficou devendo à igreja de São Pedro, QUE ELE CONSTRUIU NESTA FAZENDA, vem publicamente, o suplicante, de acordo com os outros herdeiros, seus irmãos, requerer para mandar deduzir esta importância que será despendida pelo suplicante na CONSTRUÇÃO DO ALTAR, CONFORME ERA INTENÇÃO DO FINADO, Retiro do Doce, 7 de novembro de 1914”⁵³¹.

Assim, conforme já nos havia narrado o preciso João Irineu, por volta de 1915, seu pai Irineu Ferreira da Silva foi incumbido por Antônio Dionízio Ferreira de construir um altar na capelinha de São Pedro do Doce, missão que levou a cabo com o auxílio do pedreiro Elísio que cuidou do acabamento do altar e das paredes.

Dona Generosa Dionízio Pereira, a silenciosa mulher de Pedro Ferreira da Silva Júnior faleceu antes de 1914. Há toda uma especulação a respeito de sua pessoa. Uns dizem que Pedro talvez não tenha se casado com ela por ser ela uma preta e o preconceito àquela época, já que a união de ambos teria começado antes de 1874, bem antes, portanto da abolição, era um preconceito extremado. Dizem, também, que era uma mulher muito bonita e de bom coração.

Quanto ao preconceito da época, sem dúvida que era - e ainda é - resquício da Lei de 1725 que desclassificou e tornou ignóbil o sangue negro, em contrapartida, à habilitação do índio para serviços públicos, cidadania e vassalagem, através da legislação pombalina de 1755. Por isto é que sempre preferimos nos lembrar da “nossa avó índia apanhada a laço” e, do mesmo paço, esquecer, ignorar, ou esconder a nossa ascendência negra.

Quanto às terras de Pedro Ferreira, ele deve ter passado grande parte delas aos filhos, ainda em vida. Porém, como se verá, tinha ainda muitas terras quando faleceu em 1914:

“sessenta e nove alqueires de terras de capoeiras divididas, limitando do fundo da mata da Jaboticaba até o rio, e por esta baixa até a cabeceira do Capim - 4:850\$000”;

“cinco alqueires de terras secas em cerradão, divididas, no lugar denominado Capão das Cotias - 275\$000”;

“três alqueires de terras secas divididas em capoeiras e mato, na beira do córrego do Doce, em frente à casa de dona Therezinha - 165\$000”;

“sessenta e cinco alqueires de terras em campos e vargens, divididas na Fazenda da Caiçara, limitando-se, da beira do ribeirão do Doce com o ribeirão Forquilha, para cima - 975\$000”;

“uma parte (...) na Fazenda da Caiçara (...); outra, nos lugares denominados Pindaibas e Sangrador - 143\$000”;

531 Cartório Cível de Santo Antônio do Monte.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

“uma parte (...) adquirida por permuta na Fazenda do finado Joaquim Pedro - 100\$000”;

“quarenta alqueires de terras, em campos divididos da Estrada da Cruz, até a divisa de Antônio Ferreira da Silva, comprados de Joaquim Salviano - 32\$000”;

“uma parte (...) na fazenda que foi do finado Joaquim Pedro 500\$000”;

“uma parte (...) no sítio e terras (...) de capoeiras e campos da mesma fazenda, em sociedade com Aloísio José Bernardes e seu pai, compradas de Aprígio Vieira Gontijo - 315\$400”;

“uma parte dez alqueires de terras (...) do outro lado do São Francisco, Comarca de Dores do Indaiá, compradas do finado Pedro Antônio de Miranda - 650\$000”;

“uma parte de trinta alqueires (...) na Fazenda do Campinho, nos terrenos do Cordeiro, na mesma Comarca - 300\$000”.

OBS.: Relacionamos os imóveis avaliados acima de 100\$000.

Sobre as terras que teria doado ao patrimônio do lugar, da Igreja, encontramos registrado no Livro do Tombo da paróquia de São Pedro de Moema:

À fl. 6v: *“Dizem que Pedro Ferreira da Silva fez a doação de dois alqueires de terreno para a Igreja”.*

À fl. 7v: *“Dos dois alqueires que, dizem, foram doados, já quase nada existe. Isto, por incúria dos Vigários. Tudo entregue a leigos que desbarataram o terreno, fazendo negociatas, nem sempre lícitas, com prejuízos não pequenos”.*

À fl. 11v: *“Grupo Escolar (...). O prédio está em terreno da Igreja, (uma das tais negociatas)”.*

Tentamos localizar o registro da doação, porém nada localizamos em Bom Despacho e em Santo Antônio do Monte. Deve ter-se feito a doação por instrumento particular, mesmo porque, o registro imobiliário civil foi implantado somente a partir de 1913.

Pedro Ferreira da Silva Júnior, apesar da grande fortuna que possuía era um homem simples e brincalhão. Dizem, também, que era um pouco “seguro”. Disse-nos o Dr. Nicolau Leite que, aliás, Pedro era tido como o homem mais seguro da região. Sua “segurança”, no entanto, se revestia de uma sagacidade matreira e inusitada que chegava às raias dos “causos” engraçados, contados na época.

Pedro seguia a cavalo, dentro de suas próprias terras, quando se deparou com um acampamento de ciganos. Sabedor de que os ciganos eram pedintes insistentes e aborrecidos, Pedro pensou um pouco, meditou, e passou ao ataque. Desceu do cavalo e soltou o animal. Desarroumou suas roupas e cabelos, sujou-se de terra e, com o chapéu na mão, dirigiu-se aos ciganos. Mancando de uma perna e muito decadente, pediu aos ciganos que lhe dessem um adjutório.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

O Dr. Nicolau disse-nos que, para se “maquilar”, Pedro não deve ter tido muita dificuldade, pois, realmente, ele sempre andou vestido de forma a se classificar entre os dez mais deselegantes e desmazelados da região. Nunca foi de se importar muito com sua aparência.

Então, os ciganos, vendo aquele “pobre homem”, ficaram bastante penalizados e muito comovidos. Não tiveram dúvida, deram-lhe comida, dinheiro e mais algumas coisas. Pedro continuou encenando e, após ter sido agraciado pelos ciganos, foi-se embora mancando de uma perna. Mais na frente, pegou o seu cavalo que ficara ali por perto.

Montado em seu cavalo, o fazendeiro matreiro desatou-se a rir, ao ver que os ciganos haviam decidido levantar acampamento e irem-se embora do local. Diziam:

- Não; a gente precisa ir embora.

- Isso mesmo - respondeu o líder do grupo - afinal, nós viemos aqui foi para ganhar alguns cobres e não para dar para os mendigos o pouco que temos.

- Vamos embora pois esta terra é uma terra de pedintes e não demora muito aparece outro.

Assim, temendo os miseráveis da região, foram-se embora os ciganos sem pedir ou molestar alguém.

CRESCE O ARRAIAL

Segundo nos disseram João Irineu, Juca Batista e dona Maria Ferreira, logo que Pedro Júnior iniciara a construção da capelinha, seu irmão Theodoro Ferreira da Silva já teria instalado ao largo uma venda, tendo como caixeiro o Antônio Guilherme. As casas foram surgindo. Vítor Francisco da Silva instalou-se no local como farmacêutico. Novos comerciantes foram chegando, a exemplo do Cornélio Vieira, Ricardo Vieira e Julico. Cabe salientar que, ainda em 1914, logo após a morte do pai, Antônio Dionízio havia doado mais dois alqueires de terra ao patrimônio da Igreja. A primeira loja a se instalar no local foi a de Belchior Carneiro, a qual, foi seguida, pela loja do Miguel de Paula Gontijo, cujo caixeiro foi o Zim Guariba.

Disse-nos, João Irineu, que terminado o altar da capelinha, seu pai, Irineu Ferreira da Silva, construiu a primeira casa de escola. Sobre o assunto, encontramos no Cartório de Registro de Imóveis de Bom Despacho a seguinte anotação de doação ao Estado de Minas Gerais, datada de 9 de julho de 1918: *“Quatro prédios escolares nos lugares denominados DOCE, Engenho Malaquias e Capivari de Baixo, tendo, cada um desses prédios, vinte metros por trinta, de terreno cercado de arame”*.

A esta altura, segundo Juca Batista, havia muito tempo o Jacinto Barbeiro, pai da dona Ester, já ensinava os meninos e adultos do Doce

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

a ler e escrever. Instalada a escola, chegou, então o professor Quincas Lacerda, o mais ilustre dos mestres do Doce e de Moema.

O laborioso Irineu Ferreira da Silva não parou. Construiu também uma casa para o Theodoro Ferreira da Silva e uma outra para o farmacêutico Victor Francisco da Silva.

Encontramos no Cartório de Registro de Imóveis de Bom Despacho, os registros dos imóveis que, entre 1900 e 1918, foram transacionados na Fazenda do Doce.

Pessoas que compraram os imóveis:

- José Nunes Carneiro, no ribeirão da Forquilha;
- Gabriel Vieira Gontijo, no córrego do Doce;
- José Eduardo Ferreira, na Igrejinha de São Pedro;
- Miguel de Paula Gontijo, na Igrejinha de São Pedro;
- José Eduardo Ferreira, no córrego do Doce;
- Procópio da Costa Gontijo, no córrego do Doce;
- Sebastião Francisco da Silva, na Fazenda do Doce;
- João Luiz de Oliveira, o “Joãozinho Thomaz”, no largo da Igrejinha;

OBS.: Os registros induzem a que José Eduardo Ferreira era vizinho contíguo de Procópio da Costa, Alfredo da Costa e Miguel de Paula Gontijo.

Irineu Ferreira da Silva, após ter construído casas para muitas pessoas, resolveu fazer uma para si próprio, transferindo residência para o Doce. *“Irineu Ferreira da Silva compra de Manoel Marques Gontijo uma pequena posse de casa e uma parte de cerrado, havida por compra de Marcolino Boi, no valor de 50\$000, na Fazenda do Doce de Baixo, no lugar denominado Lagoinha, perto da capela de São Pedro do Doce (...).”*

O Distrito e o Nome Moema

Registra a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros que: *“Em 1923, um movimento popular propugnou pela elevação do povoado à categoria de distrito, o que aconteceu, motivando, inclusive, a mudança do topônimo; por preferência dos patronos do movimento, foi escolhido o nome de Moema, sem qualquer razão conhecida, a não ser de ordem literária, para o nome da conhecida personagem da história de Caramuru”*.

Contou-nos o Dr. Nicolau Leite que, Faustino de Assunção Teixeira, então prefeito do município de Bom Despacho, dirigiu-se a Belo Horizonte com intenção de levar a justa reivindicação ao, então, secretário do interior, Mário de Matos. Chegando à capital, encontrou o secretário do interior pouco receptivo, visto que recentemente perdera sua filha, jovem e donzela. Atendido por Mário de Matos, Faustino, pa-

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

ra garantir o deferimento ao pedido que ia fazer, usou sua astúcia política. Propôs ao secretário do interior que o nome da nova Vila seria Moema, o que perpetuaria a lembrança da doce jovem, “*mesmo porque, segundo os estudiosos, Moema significaria DOCE e SUAVE em língua indígena, tal como o antigo nome do lugar, qual a topografia de suaves colinas*”. A oficialização da decisão deu-se a 17 de setembro de 1923. O Dr. Nicolau Leite, ao nos narrar esses fatos, afirmou-os categoricamente, inteirando-nos ainda de que ouvira a narrativa dos próprios protagonistas desta história. (Enganaram o homem!).

Conforme já registramos, a partir do momento em que os escravocratas se aperceberam de que dia menos dia, fatalmente, viria o dia da abolição da escravatura, articularam um plano composto de três frentes: **a)** imigrantismo (vinda de brancos europeus, para aumentar o número de brancos em face do número de pretos livres); **b)** expurgo à “população morena” (envio do máximo possível de pretos (negros e pardos) para morrerem na Guerra do Paraguai); e, **c)** a falsificação cultural, através da redescoberta de autores indianistas e construção de uma falsa cultura tupi-guarani, a que chamamos de tupiniquismo falsificado.

A partir daí os intelectuais de todo o Brasil esqueceram-se do latim e passaram a ensacar bobagens tupiniquistas, através de incurções e digressões filológicas calcadas em um tupi-guarani feito a martelo, ridículo. Passaram a validar, como se História fossem, todos os folhetins e romances tupiniquistas do passado e do presente. Mas, os mineiros exageraram, como se diz, demais da conta.

Só no período de 1888 a 1943, mais de duas centenas de cidades mineiras tiveram seus nomes arrancados e mudados para nomes “tupis-guaranis”, verdadeiras asneiras, frutos de elucubrações absurdas e pueris dos tupiniquistas mineiros de plantão.

Neste sentido, só a Lei No. 843 de 7 de setembro de 1923 - a mesma que mudou o nome de São Pedro do Doce para Moema - mudou o nome de quase uma centena de outras localidades, a exemplo das cidades a seguir demonstradas:

Nome Original	Novo Nome
Abadia do Bom Sucesso	Tupaciguara
Aguapé	Guapé
Aimorés	*Indiana-Nanuque
Sta. Helena do Manhuaçu	*Amazonita-Caputira
Arari	Itamogi
Araújos	Araúna (Guapé)
Dores do Indaiá	*Indaiá-Dores do Indaiá
Borda do Rio	Ibiaí
Cachoeira de S. Mateus	Aranã
Rio Preto	Unaí
Carmo da Escaramuça	Paraguaçu

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Sta. Rita do Sapucaí	Careaçu
Conceição do Rio Grande	Ijaci
Conquista	Itaguara

A maioria das cidades que tiveram seu nome mudado, sequer foram consultadas (lembra-se de Santo Antônio do Monte que virara Inhaúma?). Outras, que realmente tinham políticos de peso, aperfeiçoaram historicamente o seu nome, a exemplo do Aterrado que voltou a ser Luz, através desta mesma lei. Dores do Indaiá não aceitou perder as palavras “Dores do” de seu nome e as exigiu de volta. Moema aceitou o nome e os seus políticos de ontem, inconscientemente, passaram a colaborar na falsificação de sua própria história.

Informou-nos (por escrito) o ilustre Dr. Miguel Augusto Gonçalves de Souza⁵³², afilhado de Mário de Matos, que, no período de 1923/1926, seu padrinho fora deputado estadual de Minas Gerais. Tinha realmente uma filha de nome Moema, nascida em 9 de março de 1922. Portanto, na época do contato com os políticos de Bom Despacho, a menina devia ter cerca de um ano de idade. Só que esta menina, cujo nome é Moema Matos Santoro, viúva do médico Ernesto Santoro, AINDA É VIVA e mora (em 6 de fevereiro de 1991) no Rio de Janeiro.

Evidente, portanto, que Faustino (prefeito de Bom Despacho), quando sugeriu o nome de Moema para o Doce, só queria (sem nenhuma solicitação) prestigiar o deputado Mário de Matos, tupiniquista de coração, filho de Itaúna que, pela mesma razão já tivera, em 1901, subtraído o seu nome de Santana de São João Acima e ganhado o nome de Itaúna. O resto foi criação dos políticos locais.

A nossa total dissociação da falsa cultura tupiniquista chega ao ponto de confundirmos até mesmo as lendas e a própria bobajada tupiniquista. Em 25 de abril de 1993, ilustre advogado de Moema publicou matéria no Correio Regional No. 36, onde alude a “Moema, uma linda moça de lábios de mel”. Ora, a Virgem dos Lábios de Mel é Iracema, do romance tupiniquista de José de Alencar. Moema, a Doce e Suave, é personagem de “Caramuru”, poema épico do Frei José de Santa Rita Durão. Assim, a intenção do nobre colega, que era excelente - dar nome de moemenses ilustres às ruas de Moema - acabou nascendo morta, pois que, ao que parece, teria ficado desacreditado perante os tupiniquistas de Moema.

O escritor, deputado e escravocrata radical José de Alencar - contemporâneo e colega da faculdade do Largo de São Francisco de D. D. de Vasconcelos, João Dornas e Joaquim Felício dos Santos, os monstros sagrados da historiografia mineira - escreveu seu romance, totalmente fictício, no final do século passado. Já a história-base do poema de Santa Rita Durão, a Lenda do Caramuru, teria ocorrido nas

532 De quem o autor se tornaria confrade no IHGMG. O Dr. Miguel Augusto, faleceu em 26.10.2010.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

costas da Bahia em 1510, e foi escrita por volta de 1780⁵³³. Portanto, só têm em comum o fato de terem sido instrumento dos escravocratas para a propagação de uma falsa cultura tupiniquista.

Em síntese, esta é a lenda do Caramuru: tendo o português Diogo Álvares naufragado nas costas da Bahia, por volta do ano de 1510, viu todos seus colegas de naufrágio serem devorados pelos índios. Escapou porque estava doente. Depois, pegou sua arma, deu um tiro e recebeu o nome de Caramuru. A partir daí, ajudou o chefe da tribo a fazer guerra e vencer uma tribo inimiga. Casou-se com uma índia chamada Paraguaçu e com ela voltou para a Europa, onde contou sua história e recebeu honras e favores dos reis da Espanha e de Portugal.

Santa Rita Durão, ante o modismo enciclopédico-iluminista das discussões antropológicas sobre o “bom selvagem” do Século das Luzes, e ante a decisão lusitana de 1755, no sentido de proibir a escravidão dos índios e de reconhecer-lhes o direito à cidadania e vassalagem, tentando desesperadamente cair nas graças - que perdera - da corte portuguesa, apropria-se das formas e da estrutura de Os Lusíadas, e escreve o poema Caramuru, publicado pela primeira vez em 1781, na Europa.

Diogo Álvares, no seu poema, gostou da índia (branqueada, europeizada e falando português) chamada Paraguaçu, a quem - depois de casar-se espiritualmente com a mesma - dedica o seu amor e fidelidade. Pela amada, ajuda sua tribo a vencer dezenas de outras tribos inimigas. A cada batalha vencida, eram-lhe ofertadas donzelas, a quem, Diogo Álvares, marido casto e fiel de Paraguaçu, nunca desrespeitou, pois que, como um pai, ou como um diretor espiritual de convento, mantinha-as guardadas e puras numa espécie de “monastério”.

Quando o casto e fiel Diogo Álvares, socorrido por um navio francês, embarca com sua ESPOSA Paraguaçu, segundo o poema de Santa Rita Durão, todas as donzelas de seu “convento de índias”, desesperadas, saíram nadando atrás do navio, onde algumas morreram nadando e outras voltaram. É aí que entra a MOEMA. Era, ela, entre as “monjas-donzelas” de Diogo Álvares, a mais bela e a que mais perturbava o seu espírito de homem casado fiel à esposa. Ela nadou desesperadamente atrás do navio; alcançou-o e, trepada na âncora, vomitou todo seu despeito e raiva da “Vil Paraguaçu”, a escolhida do Diogo Álvares. Depois, passou a vituperar e a pôr o próprio Diogo Álvares abaixo dos cachorros, por ter este preferido a “Vil Paraguaçu” e não a ela, Moema, por esposa. O casto e fiel marido Diogo Álvares manteve-se firme no tombadilho do navio e fingiu que nem ouvia o que dizia a devassa e pecadora Moema. Assim, a amásia malsucedida deixou-se cair no mar e morreu afogada. Foi imortalizada em quadro de Vitor Meirelles⁵³⁴.

533 Santa Rita Durão - Caramuru, Livraria e Editora Agir, 1957.

534 [https://pt.wikipedia.org/wiki/Moema_\(Victor_Meirelles\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Moema_(Victor_Meirelles))

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

A publicação de 1781 destinou-se ao público europeu e agradou de cheio. A surpresa de Santa Rita Durão: de seus personagens, o que se tornou mais conhecido e famoso na Europa NÃO foi nenhum dos cônjuges protagonistas, Caramuru e Paraguaçu; nenhum dos grandes chefes filósofos indígenas de seu poema. Foi a Moema, um personagem secundário, criado única e exclusivamente para mostrar as virtudes do marido fiel e casto Diogo Álvares, o Caramuru. Moema deveria ser - nos planos de seu criador - apenas e tão somente, a outra, a amásia que atenta e inferniza a vida de um casto e fiel homem casado.

Várias reedições divulgaram na Europa, “O Caramuru”. Ao final dos anos oitocentos, dentro do projeto reacionário dos escravocratas, a obra é, finalmente, publicada no Brasil, onde, é claro, a figura de Moema já era cantada em verso e em prosa. Aliás, é daí que vem o apelido “caramurus” dado aos conservadores. Caramuru, na verdade, é o nome de um mísero peixe de água doce.

Malandros tupiniquistas sempre sobejaram no Brasil, onde o falso conhecimento do significado de palavras em “tupi-guarani” sempre carregou fama de grandes intelectuais a esses pilantras culturais. Um deles atribuiu à palavra Moema o significado de Doce e Suave, outros aplaudiram e assim ficou.

Neste mundo, como dizia o velho Chacrinha, nada se cria, tudo se copia. Com Santa Rita Durão não foi diferente. Quando escreveu o Caramuru, havia muito vivia na Europa (Portugal, Espanha e França). Buscou toda a sua inspiração no seu passado brasileiro. Nascido em 1722 no Arraial de Nossa Senhora do Nazaré do Inficcionado, hoje Santa Rita Durão, distrito do município de Mariana-MG, fez seus cursos secundários no colégio dos Jesuítas no Rio de Janeiro e foi para Portugal, onde, em 1737, entra para a Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho e se forma padre. Depois, seguiu tumultuada carreira de padre-político da corte portuguesa onde, por sinal, não se deu bem, o que, neste livro, não vem ao caso.

O fato é que em seu poema, Santa Rita Durão utiliza-se de fatos e de nomes como Ouro-Podre, Inficcionado, Emboabas, que nada têm a ver com a época da narrativa (1510) e sim com a sua infância em Minas Gerais.

A maioria dos nomes indígenas que menciona em seu poema são todos encontrados no dicionário de Anchieta e no “*Artes de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*⁵³⁵”, também de Anchieta, livros nos quais Santa Rita Durão estudou pelo menos durante quatro anos, quando de sua estada no Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro.

Sim. Foi do seu livro de escola “Artes de Gramática” que retirou o nome Moema. Fazendo exercícios de fixação no aprendizado da gramá-

535 Republicado em 1990, edição fac-similar, pela Edições Loyola.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

tica da língua geral - a língua dos paulistas - Santa Rita Durão aprendeu que a palavra MOEMA quer dizer MENTIRA⁵³⁶.

Para não haver dúvida, também o maior estudioso da língua geral, na atualidade, Prof. Eduardo de Almeida Navarro, dá o mesmo significado: Mo'ema = mentira⁵³⁷.

Este significado da palavra MOEMA, MENTIRA, analisado o poema e a verdadeira intenção de seu autor, não deixa dúvida. Realmente, o personagem foi criado para ser “a outra”, a mulher sem pudor que atenta um homem casado. Para um padre, sem dúvida que o nome mais original - e adequado, segundo o pensamento da Igreja - que poderia atribuir a esse tipo de mulher, seria este mesmo: A MENTIRA. Que ironia, não é mesmo?

Fica, assim, comprovada cabalmente a total dissociação do nome Moema com a existência de índios na região, ou qualquer outra hipótese, mesmo porque, ao ingresso do homem branco nesta região o que se encontrou foram os quilombos dos Negros do Mato⁵³⁸.

Quanto aos vestígios encontrados na Chapada, no ribeirão dos Machados e mesmo às margens do córrego do Doce, a exemplo das urnas funerárias (potes)⁵³⁹ e “pedras de gentios”, conforme diziam os antigos, duas hipóteses há: 1^a) seriam vestígios de uma civilização extinta, ou que se mudou do local, antes do ano de 1720⁵⁴⁰; 2^a) o que se imagina serem vestígios de índios, seriam vestígios de quilombos que por aqui, como vimos, existiam em abundância e foram derrotados pelos nossos pioneiros. Sugerimos que tais vestígios sejam coletados e levados a estudo por técnicos especializados. Hoje isto já foi feito e não há mais nenhuma dúvida científica de que são objetos milenares.

Havia Índios em Minas Gerais?

Evidentemente que sim. Por exemplo, quando da descoberta do ouro em 1692, Antônio Rodrigues Arzão com cinquenta companheiros, encontraram o rio Piranga, em seu melhor braço, descendente das serras auríferas e com indícios esperançosos, quando também depararam com índios da nação puri, que lhes deram notícia de mais rico manancial, o do Casca, originário da cordilheira, que os vinha atraindo⁵⁴¹.

Em 1837, ao escrever sua “Corografia Histórica da Província de Minas Gerais”, Raimundo José da Cunha Matos revela a situação dos índios mineiros⁵⁴².

536 Artes de Gramática, pp. 49 e 164.

537 Método Moderno de Tupi Antigo - A língua do Brasil dos primeiros séculos, Editora Vozes, 1998, Eduardo de Almeida Navarro, p. 610.

538 História de Bom Despacho, p. 36.

539 Chamadas igaçabas.

540 Encontradas em vários locais da região, como por exemplo em Pains - Vide Achegas à História do Oeste de Minas, pp. 15 a 19.

541 Corografia Histórica da Província de Minas Gerais/1837, 1º Volume, pp. 77/78.

542 Corografia Histórica da Província de Minas Gerais/1837, 2º Volume, pp. 65 e seguintes.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Havia na Comarca de Ouro Preto várias tribos cuieté (ou aimorés, ou timbiras), então, chamados botocudos. Os manachós, os malalises, os caposés e os panamés, “já em civilização”, habitavam os sertões entre o rio Doce e o da Pomba.

Na Comarca do Rio das Mortes existia um pequeno número de muraquitas, avarés, coroados e carapós (sic). Habitavam as margens do Paraíba e do rio Preto, serra da Mantiqueira até o rio Doce, também em princípio de civilização.

Na Comarca de Sabará existiam ainda algumas tribos de aimorés e outras de nação puri, no sertão contíguo à confluência do rio de Santo Antônio com o rio Doce.

Na Comarca de Paracatu existiam alguns índios caiapós que, na verdade, eram originários dos Goiasés e ocasionalmente atravessavam para as Minas Gerais: “*Ainda há poucos anos fizeram depredações nessa Comarca e na do Rio das Velhas, mas agora raríssimas vezes penetram no rio Paranaíba. Os índios bororós e xacribás (sic) existentes nas ruínas das 19 aldeias do julgado do Araxá e Desemboque montavam, em 1821, a 871 almas que se reputam civilizadas*”⁵⁴³.

Cunha Matos dá notícias de outras populações indígenas, inclusive selvagens, em outras regiões de Minas Gerais. Porém, nada consta sobre a região de Moema.

Como já demonstramos e ainda demonstraremos, diziam que os índios teriam se unido aos negros do Campo Grande e a eles se misturaram. O governo, inutilmente, tentou trazer índios de São Paulo, de Goiás e do Mato Grosso com a finalidade de atacar os quilombos. Sobre isto, Oiliam José registrou:

“*Fala eloquentemente a esse respeito a representação que ela (a Câmara da Vila de São João del-Rei) dirigiu a El Rei, em 28 de abril de 1745, e na qual sugere se instalasse em cada Comarca mineira uma aldeia de 40 índios trazidos da orla marítima e investidos da missão de 'continuamente desinfestarem as estradas desses negros e de os irem a cometer (sic) em seus próprios quilombos'. Esses reiterados apelos à colaboração dos indígenas, no combate aos escravos dos refúgios ora em estudo, não eram manifestações isoladas. Obedeciam de certo, a um plano estimulado pelas autoridades portuguesas, a fim de incompatibilizar o brasilíndio com o negro e, assim, evitar que os dois grupos étnicos se unissem nas Minas e, com poder reforçado, acometer, mais tarde, a população branca. Houvessem negros e indígenas chegado a um acordo em torno dos ideais de liberdade animados nos quilombos, e estariam riscados da paisagem humana mineira os portugueses investidos de autoridade e os brancos escravizadores de seus semelhantes*”⁵⁴⁴.

543 Corografia Histórica da Província de Minas Gerais/1837, 2º Volume, pp. 67/68.

544 A Abolição em Minas, Oiliam José, Itatiaia, 1962, pp. 53/54.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Como se vê, a considerar os pedidos reiterados das Câmaras das Vilas, do Rei e dos governadores (há dezenas) no sentido de se trazerem índios de outras capitanias para combater os negros, é óbvio que a população indígena de Minas Gerais nunca foi tão numerosa como, por exemplo, as de São Paulo, Mato Grosso, Ceará e Goiás.

Sobre as origens dos índios aldeados no Triângulo Mineiro, Cunha Matos fala das aldeias de Santa Ana do Rio das Velhas, São Domingos, Rio das Pedras, Estiva, Piçarrão ou Pissarrão, Lanhoso e mais duas, sem nome, nas proximidades de Uberaba, informando que:

*“As aldeias que ficam indicadas são as que restam das 19 fundadas em 1741, ao longo da estrada de São Paulo para Goiás, pelo coronel Antônio Pires de Campos, e à custa dos moradores e cofres da Fazenda Pública da última província (Goiás)”*⁵⁴⁵.

Francisco de Assis Carvalho Franco escreveu sobre Antônio Pires de Campos: *“(...) denominado o Pai Pirá, guerreou os caiapós de 1739, até fins de 1751, (ano) em que morreu pelas mãos dos mesmos. (...) É certo que em 1741 se achava em Cuiabá e dali foi, com seus bororos (sic) de arco e flecha, para Goiás, substituir Ângelo Preto de Godói, na luta contra o gentio caiapó e, no ano seguinte de 1742, fez ajuste com o governador (da então Capitania de São Paulo e da Comarca) de Goiás, dom Luís de Mascarenhas, para combater todos os índios que infestavam as minas dessa região e de Cuiabá, tais como os guaicurus, paiaguás, caiapós e outros. (...) a 15 de junho de 1748 novo ajuste foi celebrado entre o bandeirante e o mesmo governador (...) foi então ocupar com seus bororos, o rio das Pedras, em 1748, no caminho de Goiás e daí começou a lançar bandeiras parciais contra o gentio caiapó, espalhado principalmente na região entre o rio Mogi e Vila Bela. (...). Flechado no braço em 1751, o bandeirante veio a falecer em caminho de Paracatu. (...). Consta que fez barbaridades espantosas e grande mortandade, chegando até a aldeia do grande caiapó, que dizem ficava nas vizinhanças de Camapuã, em que se não animou a entrar por serem inumeráveis os seus habitantes: mas aliviou de alguma sorte o povo, tornou mais praticável o caminho de São Paulo fundando várias aldeias”*⁵⁴⁶.

Em 1822, visitando o que sobrou dessas aldeias no Triângulo Mineiro, Auguste de Saint-Hilaire constatou em todas elas, exceto na de Santa Ana do Rio das Velhas, resquícios (língua falada) de descendentes dos índios seguidores de Pires de Campos que ali permaneceram após a sua morte. A de Santa Ana, na tradição de então, trazia algumas lembranças de que já tivera índios caiapós e de inúmeras outras tribos. Aldeia de caiapós, o ilustre sábio francês encontrou em Goiás, ou seja, a aldeia de São José, na região de Serra Dourada, perto de Vila Boa⁵⁴⁷.

⁵⁴⁵ Corografia Histórica da Província de Minas Gerais/1837, vol. 2, pp. 212 a 213.

⁵⁴⁶ Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil”, pp. 103 a 104.

⁵⁴⁷ Viagem à Província de Goiás, Itatiaia/Edusp, 1975, pp. 127/158.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Quando a Capitania de Minas ficou independente da de São Paulo, não ficaram claros os seus limites com a região de Goiás. Assim, realmente, o Triângulo Mineiro pertenceu a esta última que, por sua vez, pertencia a São Paulo. A grande aldeia dos caiapós, no entanto, ficava em Camapuã e a reserva dos caiapós - após terem sido dominados - ficava perto de Vila Boa, também em Goiás, mas não no Triângulo Mineiro. Pires de Campos é que se instalou nessa região e, de lá, partia para o confronto com os caiapós em território goiano. Ao morrer, deixou seus índios bororos (sic) e, talvez, alguns caiapós e outros índios, aldeados no Triângulo Mineiro.

A guerra contra os caiapós faz parte da História da Capitania de Goiás; quanto a Minas Gerais, só no pouco que couber à região do Triângulo Goiano por onde incursionavam.

Ao final da última grande guerra do Campo Grande, encontramos apenas uma notícia de índios que se aliaram aos negros quilombolas e os ajudaram no combate: em 23 de agosto de 1760, os capitães do mato informaram ao governador que, *“atacando um quilombo de negros, lhes saíram ao encontro uma grande porção de gentios, que instantaneamente os rebateu com uma grande porção de flechas, de que ficaram três capitães do mato feridos, e dois com duas flechas pelo pescoço com grande perigo de vida”*⁵⁴⁸.

Sobre os índios aldeados no Triângulo, os que se misturaram aos negros sobreviveram. Os índios encontrados por Saint-Hilaire em 1822 eram todos pretos⁵⁴⁹. Os que ficaram sozinhos, com a expulsão dos jesuítas, morreram na miséria após a destruição dos quilombos do Campo Grande.

*“Quem prova o que eu digo são os índios das aldeias: cobertos de trapos, cheios de imundícies, magros, hediondos, e mais semelhantes a espectros do que a homens. São as ruínas das aldeias que durante a administração jesuítica prosperaram e estiveram cheias de famílias industriosas e morigeradas. São essas chamadas vilas de índios, de todas as províncias do Império, em que apenas se encontram 4 ou 6 famílias, restos de muitos milhares de pessoas que outrora as povoaram”*⁵⁵⁰.

A falsificação cultural tupiniquista, nos dias de hoje, não pode mais ser identificada com facilidade nas cidades de grande porte como, por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, isto dado ao movimento imigrantista do final do século passado até meados deste século XX. Porém, no interior de Minas Gerais, principalmente na região centro-oeste, o tupiniquismo ficou uma coisa esquisita, parecendo um braço na testa ou um dedão do pé no sovaco. Vejamos:

548 APM, SC 130, fl. 27.

549 Viagem à Província de Goiás, Itatiaia/Edusp, 1975, pp. 134.

550 Corografia Hist. da Prov. de Minas Gerais/1837, vol. 2, p. 75.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

- A) - Está provado que a população indígena de Minas Gerais sempre foi muito pequena em relação às outras capitânicas; os índios não participavam da vida das Vilas mineiras, tanto que até na festa do Áureo Trono Episcopal, o “gentio da terra” foi representado por mulatinhos vestidos de índios⁵⁵¹.
- B) - O estágio civilizatório até mesmo das tribos mais adiantadas como os tupis e os guaranis era o da Pedra Polida. As demais tribos, geralmente chamadas de bugres, tapuias ou botocudos, além disto, eram coletoras de alimentos, nômades e antropófagas. Ora é mais do que provado que povo nômade não põe nomes em acidentes geográficos, pois que a finalidade de se marcar a toponímia é exatamente propiciar sempre a “volta para a casa”.
- C) - Os nomes indígenas da toponímia e de acidentes geográficos mineiros são TODOS em tupi-guarani. As tribos que falavam tais línguas, desde o descobrimento do Brasil, sempre habitaram o Sul e o Litoral do Brasil; nunca habitaram o Centro, muito menos de Minas Gerais; só os paulistas falavam uma língua mista de tupi e guarani.
- D) - Os índios que povoavam Minas Gerais - e que ainda povoam determinadas regiões mineiras - além de poucos e nômades, nunca falaram dialetos tupi-guarani; falavam e ainda falam dialetos botocudos, completamente diferentes dos dialetos tupi-guarani. Ora se não falavam tupi-guarani, como poderiam dar nomes, nessa língua, à toponímia mineira? Por exemplo, vejamos uma comparação com a língua dos botocudos, habitantes das margens do Jequitinhonha:

Tupi-Guarani	Português	Língua Botocuda⁵⁵²
Anhangá	Diabo	Nantchon
Tupã	Deus/Trovão	Kupanne
Corumim	Menino	Krukutinhe
Urucu	Tinta Vermelha	Tchonc-kreine
Jaci	Lua	Munthnhiac
Oca	Casa	Kijeme
Juçara	Palmeira	Tchone-catune
Mumbuca	Abelha	Pot-panj
Ita	Pedra	Takruk

Pergunta: Alguém já viu ou conhece algum rio, morro, montanha, Cidade ou Vila mineira com algum nome em língua botocuda? Ora, como poderiam, os índios mineiros, que falavam outra língua, que não falavam tupi-guarani, ter colocado nomes desta última língua na toponímia mineira?

⁵⁵¹ Desclassificados do Ouro, Graal, 1982, p. 22.

⁵⁵² Vocabulário da Língua dos Botocudos, Mac-nanuks e GIPROCAS, habitantes das margens do Rio Mucury e Todos-os-Santos, também idêntico ao dos Kraik-Mus, habitantes das margens do Rio Jequitinhonha”, (sic), em Revista do APM.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Além disto, nenhuma tribo brasileira falava o dialeto tupi-guarani. Apesar de serem etnias e línguas bem parecidas (como português e espanhol, ou italiano, ou francês etc.) evidente que quem falava os dialetos tupis, eram os tupis; e quem falava os dialetos guaranis, eram os guaranis. Apenas os paulistas e seus índios domesticados (tupis, guaranis e outras tribos) é que falavam a língua-geral, ou seja, uma mistura do tupi-guarani⁵⁵³.

Entre os paulistas, somente os fidalgos sabiam falar, além da língua-geral, o português. O povilêu falava apenas e tão somente a língua-geral que, aliás, era a língua ensinada em todos os colégios jesuítas; e São Paulo surgiu do seio de um colégio jesuíta, o do Piratininga.

Os nomes da antiga toponímia mineira, que foram dados pelos paulistas, aliás, se repetem em todos os lugares por eles desbravados, a exemplo do sul de nosso País, Mato Grosso, Goiás, Pará etc. Também muitos documentos históricos não deixam dúvida de que os paulistas falavam mesmo a língua geral e não o português. Por exemplo, um episódio da Guerra dos Emboabas é descrito por diversos autores da época, a exemplo do Códice Costa Matoso. Aquele episódio em que o governador do Rio de Janeiro encontra-se com os paulistas que se dirigiam ao Arraial Novo onde pretendiam atacar os emboabas é bem ilustrativo:

*“O que eles não quiseram de nenhuma sorte retroceder, mas antes, pela língua da terra disseram os cabos: mandemos matar esse p... emboaba. E como o Sr. Antônio de Albuquerque tinha governado o Maranhão (onde havia um colégio Jesuíta) sabia a língua e um frade que o acompanhava, e disse logo o frade ao Sr. Antônio Albuquerque: Vamos seguindo viagem (...)”*⁵⁵⁴.

Ou ainda, *“E depois deste Albuquerque (...) encontrou em Guaratínguetá com o seu general Amador Bueno da Veiga e não o pôde reduzir a que voltasse, mas antes entre si começaram a falar a língua da terra que melhor era matá-lo, mas como o dito tinha estado em o Maranhão (onde havia colégio Jesuíta) e sabia muito bem a língua, lhes disse fácil era matar um homem, mas que esperassem a revolta”*⁵⁵⁵.

Assim, como se vê, ao aderir o tupiniquismo falsificado, Minas Gerais estaria imortalizando, isto sim, é o bandeirante paulista e não a índio nenhum. Os paulistas foram mesmo os pioneiros ancestrais mineiros, e nada haveria de errado em cantar as suas glórias. Ora, isso é um contrassenso, pois que nossos ancestrais portugueses venceram os paulistas e tomaram o poder nas Minas Gerais e no Brasil, diriam. O problema é que a historiografia mineira finge ser antilusitana. (!).

553 “Método Moderno de Tupi Antigo - A língua do Brasil dos primeiros séculos”, Eduardo de Almeida Navarro, Editora Vozes, 1998, pp. XI a XV.

554 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, p. 358.

555 Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, p. 364.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Desta forma, como se vê, o tupiniquismo - além de não se tratar de um verdadeiro culto aos verdadeiros ancestrais índios - acabou por transformar o povo mineiro em um Macunaíma, ou seja, “*o herói sem nenhum caráter, o índio amazônico que nasceu preto e virou branco, síntese do povo brasileiro*”. Ou seja, o mineiro nasceu mulato, porém, para se tornar branco, precisa não só apregoar uma exagerada ascendência “indígena tupy-guarany”, como negar a qualquer custo a sua mulatice.

Consigne-se que, na falta de uma melhor definição para essa confusão cultural, mantenho, para o tupiniquismo mineiro, as expressões comparativas de um braço na testa ou um dedão do pé no sovaco.

Sem dúvida que a mudança do nome de São Pedro do Doce para Moema, tem tudo a ver com o tupiniquismo. Voltemos, pois, à História de nossa terra, agora, Moema.

Estrutura Administrativa

Com a elevação à categoria de distrito, o Vilarejo se transmudara de DOCE a MOEMA. Ganhou estrutura administrativa, com a nomeação do seu primeiro juiz de paz, na pessoa do popularíssimo João Luiz de Oliveira, o Joãozinho Thomaz. O primeiro cartório começou a funcionar, subordinado a Bom Despacho, com a nomeação do primeiro “escrivão”, qual seja, o Mário Soares. José Delfino se iniciou como o primeiro estafeta de Moema, no constante ir e vir da mala postal de Bom Despacho que levava e trazia as notícias dos cidadãos⁵⁵⁶. Também o primeiro delegado de polícia, Longuinho, foi nomeado para dar mais segurança e tranquilidade ao distrito.

A Segunda Igrejinha

A população crescia e o comércio local se firmava. Por ocasião das festas religiosas, a exemplo da liturgia da Semana Santa, festas de São Pedro, São Sebastião e do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, que indevidamente passaria a ser chamado de Congado, o largo de São Pedro ficava abarrotado de gente. Urgia construir capela maior para abrigar os fiéis e os padres que, de Bom Despacho, vinham visitar o distrito nessas ocasiões especiais. Assim, em 1926 a antiga capelinha foi demolida por Manuel Pinto que construiu a segunda, agora já chamada dignamente de Igrejinha de São Pedro, feita de tijolos e madeira, cujas obras se encerrariam em 1931.

556 Segundo o ilustre Formiguense, José Francisco de Paula Sobrinho, in “História Postal de Minas Gerais”, 1997, p. 249, os serviços de Correio foram iniciados na região, com a linha Bom Despacho-Pitangui, em 1864.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Em 1927, com a morte do vigário Pe. Nicolau Ângelo Del Duca, o Doce e Bom Despacho perderam o seu anjo da guarda, homem justo e bom, bombasticamente verde-amarelo e Doce. A esta altura, passamos a contar com o Pe. Augusto Ferreira de Andrade e, esporadicamente, iríamos contar também com o cônego Gilberto Valadares, segundo o Livro do Tombo da Paróquia de São Pedro de Moema.

O Cemitério

Os mortos de Moema tinham que ser levados a enterrar em Bom Despacho. O cortejo seguia rumo ao município sede levando o defunto em padiola transportada por seis homens. Contam que, no meio do caminho, quando o defunto, por não querer ser enterrado fora de sua terra, começava a “*pesar muito*”, paravam, cortavam uma boa vara de marmelo e lhe aplicavam uma tunda. Após isto, o defunto, agora bem-comportado, se tornava leve e se deixava levar para a sua última morada em Bom Despacho. Brincadeira ou não, o distrito precisava, urgentemente, de um cemitério. Assim, por volta de 1930, o Joãozinho Thomaz cuidou de construir um cemitério, escolhendo o alto da colina próxima da igreja, em terras, também contidas na doação que Pedro Ferreira e seus filhos haviam feito. O primeiro moemense a descansar seu corpo no seio da terra-mãe, foi Antônio Ribeiro, ex-dono da fazenda do Zé Firmino. Posteriormente, o José Delfino, executando um projeto do Joãozinho Tomaz, cercou o campo santo, fincando profundamente estacas de aroeira em todo o seu perímetro.

A Igreja Matriz (a antiga)

Por volta de 1931, Moema recebeu um novo cidadão, João Ferreira Assunção, o João Irineu, filho de Irineu Ferreira da Silva que, como já vimos, é figura de destaque na história da construção de Moema. Chegando ao distrito, João Irineu cuidou de se entrosar na sociedade local ainda mais do que já o era. Abriu seu comércio e passou a participar do conselho da Igreja. Em 1939, assumiu o posto de juiz de paz, sucedendo ao farmacêutico Alexandre que fora o segundo juiz de paz.

Entre 1936 e 1937, José Etelvino apresentara ao conselho da Igreja um projeto para a construção da nova matriz. O conselho aprovou unanimemente o projeto e confiou sua execução ao João Irineu. TODA A POPULAÇÃO DE MOEMA colaborou de todas as formas para a execução do projeto. João Irineu formou sua equipe de trabalho e começou as obras. Entre outros colaboradores, citou-nos Geraldo Luiz, Pedro Teodoro, João Xavier, Aprígio Lúcio, Chico da Costa e muitos outros. A construção da torre da igreja ficou a cargo de João Indalécio.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Em 1945, quando teve de se mudar de Moema, João Irineu, consoante termo que ficou registrado no Livro da Igreja, passou a direção dos trabalhos ao Pedro Indalécio, com a pesarosa concordância de todo o conselho que assinou o documento na presença do Pe. Henrique Hesse. Ao ensejo, passou também ao Pedro Indalécio o seu cargo de juiz de paz e vendeu-lhe, também, o seu estabelecimento comercial. Assim, a matriz foi terminada após 1945 sob a direção do batalhador Pedro Indalécio.

A figura de João Irineu, a exemplo da figura de seu pai, não poderá, jamais, ser esquecida pelos moemenses.

Sobre a igreja matriz, registra-se à fl. 6v. do Livro do Tombo da Paróquia de São Pedro de Moema: *“Construída aos poucos. É sólida. Mede 20 metros por 31. Sacristias mal construídas. São dois pequenos apêndices. Tem uma torre de 15 metros. Uma porta principal e duas laterais. Dois “basculantes” na frente e dois em cada parede lateral. Não tem estilo. É semicubista e semibarroco. Altares: um, mor de cimento, horroroso. Dois de madeira (...)”* (Padre Assumpção).

GENTE E “CAUSOS”

Contou-nos o Juca Batista que, por ocasião da elevação do Doce à categoria de distrito, houve muita festa. Para abrilhantar os festejos, um grupo de violeiros animou os dançarinos de catira na casa do Mário Soares. Nesta festa esteve presente, é claro, o Faustino, prefeito de Bom Despacho. O ponto mais alto do evento foi a verdadeira guerra de versos configurada no desafio dos contendores-repentistas Marcolino Boi e Astolfo. Os dois cantadores eram muito bons e cada um conseguia superar o outro no verso seguinte. A batalha se acirrou e os versos começaram a ficar cada vez mais agressivos. Não fosse a intervenção de Faustino e o apaziguamento geral - todo mundo começou a aplaudir - o desafio fatalmente iria terminar numa terrível pancadaria, pois os cantadores eram mesmo muito bons e cada qual formara sua torcida.

Falando-se de gente, não há como esquecer o nome do Juca Batista. Além de carreiro afamado, exímio nadador, cantador e dançador de catira, foi também inspetor de escola, delegado, juiz de paz, condutor de mala do correio, tesoureiro do correio e chefe da agência do correio. Além de tudo isto, Juca foi o técnico do Lagoinha Futebol Clube por mais de dez anos. Esta agremiação, entre outros jogadores, contou com os seguintes atletas: Dico Satiro, Antônio Satiro, Doca, Sebastião, Álvaro Batista, Manoel Sebastião, Paulino Pinduca (goleiro) e muitos outros. Os adversários mais ferrenhos do Lagoinha eram o Campinho, o Bom Despacho e o Lagoa Vede. Ao se dirigirem para os estádios adversários faziam-no, às vezes a cavalo, mas, na maioria das vezes se utilizavam de viatura (um Fordinho) que o Chiquinho Davi colocava a

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

disposição do time. O Lagoinha, posteriormente, veio a ter os seguintes nomes: Brasil F.C., Associação Atlética Moemense e, atualmente, América F.C.

Sobre Juca Batista, disse-nos João Irineu, entre outros fatos, que o primeiro estafeta do correio de Moema foi José Delfino. O segundo iria ser o Juca. Este, no entanto, por um ato de incrível abnegação e solidariedade humana, ficou, de fato, fazendo o serviço, cedendo a nomeação e o cargo para a dona Ester, visto que achava que ela precisava mais que ele da nomeação. Posteriormente, também o Juca recebeu a nomeação.

O Sr. Juca, homem lúcido e de mente sistematizada, muito nos ajudou na 1ª Edição deste livro. Veio a falecer em 12 de julho de 1992, com 99 anos e seis meses de idade. Sua vida, além de tudo, é prova admirável de que o trabalho, o esporte e a solidariedade abençoam e premiam um homem com a longevidade feliz no seio de uma família unida.

AS FESTAS DO DISTRITO

Quando não havia festas, os pais de família, para que seus filhos e filhas pudessem conhecer outros jovens casadoiros, promoviam as catiras para os rapazes e homens e, para as moças, as danças de roda ao som da sanfona.

Registra a fl. 8 do livro do Tombo da Paróquia de São Pedro de Moema: *“Diversão - Às vezes um circo de cavalinho (...) Pequeno “footing” às noites de sábado e domingo”*. Sobre isto, contou-nos o vereador Adélio Cardoso Gontijo que à época em que não havia luz elétrica, ele arrumou uma iluminação de carbureto. Aos sábados saiam recolhendo dinheiro dos rapazes para comprar carbureto. Todos colaboravam. Assim, chegando a noite, podiam circular pelo Largo de São Pedro e namorar as senhoritas que desfilavam no palco, então, iluminado.

Sobre as festas tradicionais a fl. 9v do Livro de Tombo registra:

“São Sebastião. É a maior de todas. Todos dão suas esmolas. Medo da peste em suas criações. Boa renda. Desbaratada até agora pelos provedores da Igreja”. A Igreja tentou misturar esse culto com a Folia de Santos Reis, com o interesse de enfraquecer o Reinado do Rosário.

“Congado - Muito mal orientado (... comentários sobre a vida particular dos reis e rainhas pretas, pouco elogiosos). Come-se muito e bebe-se muita cachaça (...) É necessário o expurgo de muitos elementos e um paradeiro na comedoria e bebidas”.

Como vimos, a festa de Nossa Senhora do Rosário foi criada para os negros. É uma festa dos negros. A Igreja a criara para arrebanhar

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

os negros escravos. É esta, salvo melhor interpretação, a festa maior de Moema. Como se viu acima, o padre chamou a festa de “congado”.

Os padres que passaram pelo Doce e por Moema tentaram, por todos os meios, acabar com esta festa do povo⁵⁵⁷, porém, não conseguiram. Esta festa está no nosso sangue. O que tem de mais tradicional é o modesto corte do Moçambique. Nisto, tinha razão o padre Assumpção quando à fl. 17 do Livro do Tombo, registrou: *“Foi feita uma reunião no salão de São Vicente. Vigário e os aficionados da tal festa do Reinado. Exposto o que é a festa na sua origem e proposto que se faria de agora em diante nos moldes certos, sem sanfona, violão, mas com os instrumentos místicos de origem africana, não foi aceito que assim as fizesse. Queriam todos continuar com o carnaval antigo, com a bandeira de Nossa Senhora do Rosário. Resultado: Abolida a festa”*. *“Deu Grati-as”*. No final, o Pe. já não tinha razão. Os outros cortes, representam os brancos que, também, brincavam na festa dos negros. Deve-se mantê-los; apenas que se dê um destaque e apoio especial aos cortes genuinamente africanos.

Esta, na verdade, foi apenas mais uma das centenas de tentativas da Igreja de acabar com a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Mais uma vez não conseguiu. Ao ver a força do povo, o Pe. Assumpção teve de voltar atrás e permitir a continuidade.

Segundo os mesmos registros do Pe. Assumpção, outra festa tradicional é também a de São Pedro. Era comum rezar o terço, a cada dia, na casa de um Pedro. Todas estas festas devem ter-se iniciado à sombra daquela cruz que, muito antes da primeira capelinha, já existia no Doce de Cima e que, possivelmente, seja aquela que foi levada e fincada na porta do cemitério. Lembra?

O povo, as festas tradicionais e a cruz. O Doce é Moema.

MUNICÍPIO

Antônio Dionízio Ferreira, o Antônio Generoso, e seus filhos Sebastião Ferreira da Silva, o Sebastião Generoso, e Pedro Ferreira da Silva, o Doca, além de Antônio Ferreira da Costa, o Antônio Satiro, e Sandoval Mesquita, faziam uma boa política e se relacionavam muito bem com as autoridades de Bom Despacho, mormente com o então prefeito Hugo Marques Gontijo. Sebastião Generoso e Antônio Satiro eram os vereadores que representavam Moema na Câmara de Bom Despacho.

Em meados dos anos quarenta foi aberta a rodovia Belo Horizonte Araxá, ou Belo Horizonte Uberaba. Este foi um fator de relevância no progresso do distrito. A produção agropecuária, industrial e extrati-

⁵⁵⁷ É evidente que cumpriam ordem episcopal, principalmente do bispo dom Belchior Joaquim da Silva.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

va da região passou a ter um escoamento fácil e mais barato, fomentando um intercâmbio sem par com outras regiões.

Faltava a energia elétrica. O Dr. Fúlvio Cardoso criara uma usina própria para abastecer sua fábrica de tecidos em Bom Despacho. Fornecia energia também para as cidades de Bom Despacho e Luz. Assim, os políticos de Moema conseguiram que a energia fosse trazida até Moema. À fl. 9 do Livro do Tombo da Paróquia de São Pedro registra-se: *“Luz - A luz vem de Bom Despacho, passando para Luz. Deficiência enorme. Para funcionar a fábrica de tecidos, o Dr. Fúlvio Cardoso, concessionário, prejudica os contatos com Luz e Moema”*. Boa ou deficiente, chegara a energia elétrica como mais uma alavanca do progresso de Moema.

Dr. Nicolau Leite que, na época, era vereador pela UDN na Câmara municipal de Bom Despacho, deu-nos a sua versão de como teria ocorrido a elevação de Moema à categoria de município. Disse-nos que havia iniciativa no sentido de se obter a emancipação política de Moema e de Araújos. Como político da UDN, enfrentava uma forte oposição por parte do PSD que era a maioria na Câmara e que não queria a emancipação. Os políticos de Moema eram filiados ao mesmo PSD e, é claro, queriam a emancipação. Assim, o Dr. Nicolau os procurou e pediu-lhes o apoio. Como era de se esperar, apoiaram irrestritamente a iniciativa.

Assim, disse-nos o Dr. Nicolau, conseguiu duas coisas ao mesmo tempo: a primeira, que era realmente o seu interesse, ou seja, a de enfraquecer e rachar o PSD e conseguir que os moemenses aderissem a UDN; e a segunda, consequência da primeira, que foi a elevação de Moema à categoria de município. Assim, depois de tumultuada sessão, é que a Câmara de Bom Despacho aprovou o projeto de emancipação do município de Moema.

Juca Batista não negou a participação do Dr. Nicolau e da UDN no processo, porém contestou que o mesmo tenha conseguido rachar o PSD ou conseguido deste qualquer adesão. Disse que, àquela altura, a política de Moema já era bem estruturada e contava com o respeito de Bom Despacho. O Doca, o Sandoval e o Sebastião Generoso é que lideravam os movimentos, em Moema e em Bom Despacho, conseguindo sensibilizar a Câmara. Assim, conseguiram através do decreto nº 1039 de 12 de dezembro de 1953, a implantação do município com o território desmembrado de Bom Despacho. Em 1954, instalou-se o governo provisório com o intendente Fernando Queiroz Xavier, iniciando a vida do município de Moema.

Em 1º de fevereiro de 1955, às 14h00, no Cineteatro São Pedro, foi instalada a primeira Câmara Municipal. Com a presença do juiz de direito da Comarca de Bom Despacho, que presidiu a sessão solene, e sob a secretaria do vereador Altamiro de Mesquita, tomaram posse os vereadores:

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

- 1 - Altamiro de Mesquita
- 2 - Geraldo Ferreira da Costa⁵⁵⁸
- 3 - Antônio Rodrigues Bessa
- 4 - Orides Lúcio Ferreira
- 5 - José Lino de Lacerda
- 6 - Josias Pedro de Freitas
- 7 - Miguel Antônio de Araújo
- 8 - Agostinho Nunes Carneiro
- 9 - José Procópio Gontijo⁵⁵⁹

Foram eleitos Geraldo Ferreira da Costa, Altamiro Mesquita e Miguel Antônio de Araújo, respectivamente, para os cargos de presidente, vice-presidente e secretário da Câmara Municipal de Moema.

No mesmo dia e no mesmo local, às 14h30, a Câmara deu posse ao Poder Executivo composto pelo vice-prefeito João Felisbino Ferreira e pelo prefeito Pedro Ferreira da Silva. Sim, o Doca também se chamava Pedro Ferreira da Silva; neto do fundador, bisneto do alferes Pedro Ferreira da Silva e trineto do capitão Manoel da Costa Gontijo e de dona Francisca Romana de Mendonça, a grande matriarca do Doce. Neste sentido, não só o Doca, mas a esmagadora maioria dos filhos de Moema são, também, descendentes dos pioneiros capitão Manoel da Costa Gontijo e de sua esposa, Francisca Romana de Mendonça.

A partir daí, todos nós já conhecemos a história. A história que continuou sendo escrita pelos ilustres filhos de Moema, e que se realiza sem parar até hoje; é a que um dia, nossos netos quererão saber como foi que ocorreu. Desses filhos ilustres que continuaram nossa história dá para fazer um outro livro, ou muitos livros... Geraldo Ferreira da Silva - 01.02.59/31.01.63; José Evaristo de Lacerda - 01.02.63/31.01.67; Joaquim Andalécio Montezuma - 01.02.67 a 31.01.71; José Evaristo de Lacerda 01.02.71/31.01.73; Rafael Bernardes Ferreira - 01.02.73/31.01.77; José Maria da Costa - 01.02.77/31.01.83; Rafael Bernardes Ferreira - 01.02.83/01.01.88; Júlio Anunciação Lacerda - 1989/1992; Rafael Bernardes Ferreira - 1993/1997; Júlio Anunciação Lacerda - 1997/2.000; José Geraldo Andalécio Costa - 2001/2004; Marcelo Ferreira Mesquita 2005/2012.

COROINHA, SOLDADO, CHOFER E PREFEITO

JOSÉ EVARISTO DE LACERDA, filho de Gabriel Trindade de Rezende e Elzira Rita de Lacerda, nasceu no dia 26 de outubro de 1917 na zona rural de nossa querida Santo Antônio do Monte.

⁵⁵⁸ O vereador mais votado.

⁵⁵⁹ Faltou à sessão.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

“José Evaristo era o filho mais velho do casal, seguido de oito irmãs. Casou-se com Maria de Lourdes de Lacerda, em 24 de outubro de 1942. O enlace feliz durou 52 anos, com a comemoração de Bodas de Ouro. Seus filhos são doze.

Fez somente o curso primário em Santo Antônio do Monte, sua terra natal, ocasião em que servia de coroinha do Pe. Antônio (Português). Sempre foi católico praticante, muito ligado à Igreja. Em Moema, trabalhou no seguimento católico, auxiliando o pároco, na época, Pe. Jonas Martins Ferreira.

Quando completou 18 anos, idade regulamentar para o Serviço Militar, ele serviu o Exército, um ano, na Cidade de São João del-Rei, de onde saiu com a Carteira de Reservista de 1ª Categoria, da qual muito se orgulhava. Exibia o certificado e também, com muita categoria e entusiasmo.

Depois de seu único casamento, optou pela vida rural, envolvendo-se com plantações e criação de animais.

Em março de 1948, transferiu-se com a família para a Cidade de Moema, onde passou a explorar o comércio, tendo, antes, tentado a profissão de taxista, que naquele tempo tinha o nome de carro de corrida (Moema - Bom Despacho e vice-versa).

Era exímio motorista, dominou o volante aos treze anos de idade, quando os veículos eram pouquíssimos. Foi um furo na vida dele de adolescente. Uma grande vitória.

Em 1962 candidatou-se para prefeito municipal de Moema, sendo eleito com grande maioria, para surpresa de alguns, decepção de uns poucos, e alegria de muitos. Do povo, até hoje recebe elogios, como bom prefeito. De fato, o foi. Com honestidade e galhardia, cuidando dos interesses e necessidades do município, em tempos difíceis, com poucos recursos, mínimas verbas, com que podia contar.

Mas, tinha garra, tenacidade, ideal, misturando-se com os empregados da prefeitura, quando fabricava os tijolos para as construções, na olaria montada por ele. Não esperava muito dos cofres públicos. Decidia, enfrentava. Foi um homem público tenaz, imbatível, íntegro. Se mais não fez foi porque não teve condições de fazer.

Ele costumava dizer: entrei pobre para a prefeitura e saí paupérrimo. Desapegado do dinheiro, passava o pouco que tinha para ajudar o irmão, o próximo. Quando no executivo, deu maior importância e realizou mais, nas áreas de saúde, saneamento, educação, não se descuidando da construção e conservação das estradas.

Na época, com tão poucos recursos financeiros, foi ousado e arrojado, ao conseguir instalar e inaugurar o primeiro Ginásio em Moema, e para o pequeno lugarejo, o imponente prédio da prefeitura, onde hoje funcionam, até os dias atuais, prefeitura, Câmara, banco, correio e outras atividades municipais.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Apesar de sua pouca escolaridade, tinha grande alcance e visão política até além da época.

Era um homem simples, mas, um grande humanista, um democrata nato, sempre voltado para os interesses públicos particularmente em se referindo aos de Moema. Respeitava os valores éticos e morais fazendo valer a justiça.

Suas obras foram para valorizar a comunidade. Foi prefeito por dois mandatos: 1º, de 01/02/63 a 31/01/67 e, 2º, de 01/02/71 a 31/03/73.

Faleceu aos setenta e seis anos de idade, quando suportou as dores e os horrores do câncer implacável.

Foi a morte do justo, com a serenidade do dever cumprido estampada no pálido rosto. Valeu à pena sua vida. O dever cumprido e o povo agradecido. No céu, deve ter recebido a coroa da glória, pois combateu o bom combate. Para os seus filhos, deixou o bom exemplo de pai amoroso, trabalhador, honesto, e sobretudo o legado de autêntico e fervoroso cristão.

Hoje, ele repousa dignamente, numa lousa fria no cemitério de Moema, a *Terra Doce de Minas*, que ele tanto amou, e lutou por ela.

Moema, 28 de junho de 1997

(Assinatura de) Maria de Lourdes Lacerda

Nomes dos filhos: Maria do Rosário, Bernadete, Lázaro, José Francisco, Júlio, Elizabete, Clóvis, Maria de Lourdes, Simone, Cybelle, José Evaristo e Eneida Glória”.

Obs.: Quando saí de Moema, tinha um ano e seis meses de vida. Só em 1983, aos trinta e quatro de idade, pude conhecer minha Terra. Conheci, então, o meu padrinho de batismo José Evaristo. Reconheceu-me à primeira vista como gente do “Ribeirão” e, ao ver minha mãe, reconheceu-a de pronto e, com a voz embargada, abraçou-me e disse: Ah! Comadre, este é o meu afilhado! Lourdes! Vem cá! A madrinha Lourdes chegou... e foi uma alegria do céu, inesquecível.

A sua bênção, padrinho Evaristo. Obrigado por tudo.

TRIBUTO A RAFAEL BERNARDES

- Quem somos nós?

- De onde viemos?

“Ah! Meu filho, desde que o mundo tem sido mundo, a humanidade tem feito essas perguntas às estrelas do céu. Os homens sábios da antiguidade ficaram sem as respostas e, os homens de hoje, apesar de terem ido à lua, também não sabem, ainda, como responder a essas perguntas”.

“Vivemos num planeta chamado Terra, que faz parte de um grupo de planetas que giram em torno de uma grande estrela. Esta “grande” estrela, que não é das maiores, se chama Sol e esse grupo de planetas é

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

o nosso Sistema Solar. Iguais a este, existem incontáveis outros sistemas solares, isto, só em nossa galáxia”.

“Iguais à nossa galáxia, existem incontáveis outras e assim por diante. A isto, para não complicar a cabeça, chamamos de universo infinito. Infinito é coisa que sabemos que existe, mas não conseguimos explicar ou imaginar como é. Ninguém sabe, realmente, como tudo começou”.

“Há o ensinamento religioso que diz que tudo começou no Paraíso. Há as várias teorias evolucionistas que dizem que, após o esfriamento da Terra, surgiram os seres unicelulares, os vermes, os répteis, os peixes, os mamíferos e os pássaros, sendo, cada um, resultado da transformação natural, inclusive o homem”.

Rafael Bernardes tinha consciência cósmica, sem, contudo, tirar os pés do chão... do chão de Moema. Homem sentimental, bom e sereno como uma lagoa de tarde, diziam os amigos. Depois que sua Mazé se foi, andou triste... mas sempre sereno, sempre lagoa, lagoa de tarde. Cansou-se da sombra.

Esgrimiu com a tristeza, feriu-a de luz e saiu vencedor. Voltou a ser sol. Estava em plena campanha. Era novamente candidato a prefeito de nossa Terra. No dia 8 de agosto muito andou pelas ruas de Moema sorrindo, abraçando e abraçado, como sempre. O sol se foi, veio uma crescente lua grande e se aboletou no céu, a ouvir noite adentro as conversas com a rapaziada. Rafael recolheu-se tarde. Sorriu para as estrelas que lhe retiniram luzes quebradas com barulhos de sino. Rafael Dormiu sorrindo. Uma estrela o levou.

Os ventos da manhã de 9 de agosto de 2003 esparramaram em profusão pelas ruas e becos de Moema a última mensagem da vida-campanha do homem-doce de Moema:

*“Já não moro mais em minha casa.
Minha casa agora é a casa do Pai.
Já não falo mais a língua dos homens,
mas sim a dos anjos...
Se você quiser me encontrar,
Pense em mim.
Eu estarei sempre aí,
na sua memória,
no seu coração...”*

Permaneçam com vocês três coisas:

A fé, a esperança e o amor.

A vocês que dividiram conosco as alegrias e as tristezas, o nosso agradecimento.

Filhos, Netos, Noras e Genros”.

RAFAEL BERNARDES FERREIRA

* 23.08.1935.

+ 09.08.2003.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Rafael Bernardes foi casado com Maria José Mesquita Ferreira, sua querida Mazé. Filho de Pedro Ferreira da Silva, o Doca, e de Isabel Maria Bernardes, a Dona. Neto de Antônio Dionízio Ferreira, o Antonio Generoso, e de Francisca Vieira de Jesus. Bisneto de Pedro Ferreira da Silva Júnior e de Generosa Dionízio Pereira, os doadores e dotadores do Patrimônio do Povoado de São Pedro do Doce. Trineto do alferes Pedro Ferreira da Silva e de Francisca Romana de Mendonça Filha, pioneiros do Doce que, nos primórdios foi chamado também de Engenho e de Povoado dos Gontijo.

Rafael, como mais de 90% da população de Moema, era também descendente do patriarca capitão Manoel da Costa Gontijo, tetraneto, pois sua trisavó era filha do capitão e de sua mulher Francisca Romana de Mendonça.

Rafael, prefeito que foi por três mandatos, assim como outros prefeitos, trouxe grandes melhorias para a Cidade e para o povo de Moema. Porém, foi o único que se preocupou em devolver aos Moemenses a HISTÓRIA perdida de nossa Terra.

Lembro-me de que, sentado no banco de sua casa no Retiro, terminou de ler o meu primeiro livrinho e, com os olhos rasos d'água, disse-me:

- Tarcísio... gostei demais da conta desse livro... agora nossas crianças vão gostar mais ainda de terem nascido em Moema... eu vou ler de novo esse trecho final... é bonito demais, disse. Fui-me embora e ele ficou lendo.

- *“Quem somos nós?”*

- *“De onde viemos?”*

Ah! Meu filho, desde que o mundo tem sido mundo, a humanidade tem feito essas perguntas às estrelas do céu”.

Valeu, Padrinho Rafael. Saudade e carinho de seu afilhado

Tarcísio José Martins.

UM HOMEM BOM

À fl. 9 do livro do Tombo da Paróquia de São Pedro de Moema, encontramos o seguinte registro: *“Médico: não há. Apenas um charlatão, que ACERTA BEM. É o Pedro Basílio Gontijo. (Vulgo Menino Basílio...ou Professor...ou Doutor)”.*

Queremos prestar uma homenagem ao Menino Basílio, um misto de médico, prático, homeopata e anjo de bondade que, durante muitos anos, circulou pelas ruas e caminhos do Doce e de Moema, levando aos doentes a esperança e a cura com seus diagnósticos certos e com seus remédios infalíveis.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Seu nome era mesmo Pedro Basílio Gontijo, filho de dona Maria Vieira da Costa e de Manoel Basílio da Silva, nascido no Doce, às 22h00 do dia 1º de janeiro de 1894.

Consta que seu primeiro mestre foi um curador afamado de nome professor Tônico José. Após o falecimento de seu mestre, o Menino recebeu de presente alguns livros de homeopatia que eram dele. Ganhou de dona Jacinta (avó do Juca Batista), um outro livro de homeopatia de autoria do médico Torres Homem, o qual, pertencia a Manoel Batista Leite, esposo de dona Jacinta. Pôde, assim, sorver seus primeiros conhecimentos de homeopatia. Depois disto, trabalhou com o farmacêutico Victor Francisco e também com o sucessor deste, o Alexandre Cardoso.

Sobre o Menino, entrevistamos quase uma centena de pessoas que o conheceram. Todas elas, a exemplo de dona Maria Cecília, dona Maria Ferreira, Dr. Nicolau, Juca Batista, João Irineu e Pedro Lucrece, todas, foram unânimes em afirmar a desconcertante competência do Professor Basílio, a ponto de o próprio Dr. Miguel de Bom Despacho o respeitar como a um colega diplomado.

Doutor Basílio tinha um método de trabalho deveras interessante. Dizem que examinava o doente e depois se afastava um pouco, se isolando como se fosse fazer orações ou coisa parecida. Depois é que fazia a receita. Ao escrever receita, colocava uma das mãos na testa ou por sobre os olhos. Suas receitas eram incríveis. Apesar de ser semianalfabeto, receitava com total precisão, remédios até estrangeiros e recém-lançados no mercado e que, às vezes, só eram encontrados na capital.

Disseram-nos também que o Menino era capaz de produzir efeitos físicos e sonoros bastante estranhos. *“De vez em quando, para brincar com os amigos, fazia “sessões” em que pedia para ser acorren-tado, a exemplo do que ocorreu na casa do Procópio onde, a certa altura, uma tremenda barulhada de gatos, botou para correr todos os companheiros da brincadeira”*. Todos esses fatos e muitos outros que até hoje são contados a respeito do Professor, levam à interpretação de que, talvez, fosse uma pessoa paranormal.

Este personagem também andou pelas ruazinhas que, nascendo no largo de São Pedro, disparavam-se em várias direções até virarem trilhas no meio do cerrado imenso. Era sempre visto pelas ruas escrevendo as receitas em cédulas e papéis de propaganda eleitoral. Receitava até nas costas do paciente, utilizando-o como se mesa fosse. Ou então, quando não tinha papel, escrevia a receita diretamente na mão do doente. As suas camisas causavam observação à primeira vista, dado a estarem sempre chitadas de *“mordidas de pulgas”*. Era homem de baixa estatura, magro, moreno, e de um incrível bom humor. Tinha a mania de vestir, de uma só vez, inúmeras camisas e vários paletós,

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

sendo que, por fora, usava sempre o seu conhecidíssimo terno marrom.

Certo dia o céu ficou cinza, o cerrado ficou mudo e o vento parou. O Professor foi para Belo Horizonte e por lá ficou. Seu corpo voltou e foi sepultado no cemitério de Moema, ao lado de seu tio o Antônio Dionízio. Seu corpo está lá em paz. Porém, se no céu houver gente sofrendo, não tenham dúvida, o Menino Basílio deve estar por lá dando consultas aos santos e escrevendo as receitas em seus mantos ou talvez consertando a asa quebrada de algum anjo travesso. Pois, foi um homem bom, cuja única preocupação sempre foi a de aliviar o sofrimento do próximo.

- O -

- Quem somos nós?

- De onde viemos?

“Ah! Meu filho, desde que o mundo tem sido mundo, a humanidade tem feito essas perguntas às estrelas do céu. Os homens sábios da antiguidade ficaram sem as respostas e, os homens de hoje, apesar de terem ido à lua, também não sabem, ainda, como responder a essas perguntas. O que eu, com a minha ignorância, posso fazer é ensinar-lhe as coisas de Deus e contar-lhe a história de seus avós...”

Como se vê, naquilo que se refere à nossa origem cósmica, continuamos sem as respostas. Porém, quanto à nossa origem terrena, como povo brasileiro, mineiro e da região do Doce, não há mais mistério. Moemenses, sabemos quem somos e de onde viemos!

Cabe salientar ao leitor que, neste trabalho, preocupamo-nos mais com os fatos mais antigos e fomos apenas superficiais em nossa história mais recente, eis que, esta, todos já conhecem. Mesmo quanto aos pioneiros do Doce, citamos apenas os troncos mais antigos. Sobre isto, entregamos à Prefeitura Municipal três volumosas pastas contendo cópias de toda a documentação que conseguimos - carta de Sesmaria, fragmentos e inventários - sendo que, muitos desses documentos nem citamos neste trabalho. Quando desta segunda edição, repassamos à prefeitura outra pasta contendo os novos documentos trazidos à lume. Propositadamente, trouxemos a história até um ponto onde qualquer moemense, com um pouco de trabalho, poderá identificar seus ancestrais e, finalmente, chegar à sua ascendência nos Pioneiros do Doce. Para se ter uma ideia, cada pessoa tem quatro avós, oito bisavós, dezesseis trisavós, trinta e dois tetravós e assim por diante, de forma que dificilmente algum filho de Moema não será um descendente dos Pioneiros apontados.

Sugerimos que cada pai de família faça uma árvore genealógica de sua família e a dê de presente aos seus filhos e netos. Ensine a eles nossas tradições, o significado de nossas festas, os nossos costumes e

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

os nossos sentimentos. Ensine-os a serem humanos, brasileiros, mineiros e moemenses e a sentirem, por isto, muito orgulho e um grande amor.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

FONTES DE PESQUISA

Observação Importante

As citações diretas das fontes se fizeram sempre em *itálico*, preservando a ortografia vigente na época do documento ou bibliografia citada.

1 - Fontes Primárias (manuscritas)

1.1 - APM - Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte-MG)

Códices da Seção Colonial (SC)

Cartas de Sesmaria; correspondências dos governadores e autoridades; documentos esparsos; documentos relativos a quilombos; Livros de Querelas; Devassas; Livros Registros Paroquiais de Terras; etc.

1.2 - Museu do Ouro (Sabará-MG)

Inventários e Testamentos;

Livros de Querelas e Ações de Alma.

1.3 - AJP - Arquivo Judiciário de Pitangui (Pitangui-MG)

Processos de Medição e Demarcação de Sesmarias;

Libelos Criminais e Civis;

Ações de Alma;

Inventários e Testamentos;

Documentos Esparsos e Fragmentos.

1.4 - Instituto de Estudos Brasileiros - USP - São Paulo

Mapas Topográficos e Bibliografia.

1.5 - Cartórios Judiciários de Santo Antônio do Monte.

1.6 - Cartórios de Registro Civil e Imobiliário de Bom Despacho.

1.7 - Cartório de Registro Civil de Moema.

1.8 - Livros de Tombo da Paróquia de São Pedro do Doce, de Moema.

1.9 - Biblioteca Mário de Andrade (São Paulo-SP)

Mapas antigos de Minas Gerais; mapas topográficos de Minas Gerais e São Paulo.

1.10 - AHU/MG - Arquivo Histórico Ultramarino em CDs. Projeto Barão do Rio Branco.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

2 - Fontes Bibliográficas (Livros, Monografias, autores)

Almeida, Lúcia Machado de
Passeio a Ouro Preto
Itatiaia/Edusp - 1980.

Altavilla, Jayme de
O Quilombo de Palmares
Cia. Melhoramentos de São Paulo - 1926.

Anchieta, Pe. José de - S.J.
Artes de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil
Edições Loyola, São Paulo - 1990.

Antonil, André João (1649/1716)
Cultura e Opulência do Brasil
Itatiaia/Edusp - 1982.

Azevedo, Célia Marinho de
Onda Negra, Medo Branco
Paz e Terra, Rio de Janeiro - 1987.

Azevedo, José Afonso Mendonça de
Arquivo da Casa dos Contos de Minas Gerais
Imprensa Nacional, Rio de Janeiro - 1948.

Bangert, Wilian V. - S.J.
História da Companhia de Jesus
Livraria A I Porto/Edições Loyola, São Paulo - 1985.

Barbosa, Waldemar Almeida de
Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais
Saterb Ltda. Belo Horizonte - 1971.

Barbosa, Waldemar Almeida de
Negros e Quilombos em Minas Gerais
Belo Horizonte - 1972.

Barbosa, Waldemar Almeida de
Decadência das Minas e a Fuga da Mineração
Impr. da Univ. Federal de MG, Belo Horizonte - 1972.

Barreiros, Eduardo Canabrava
Episódio da Guerra dos Emboabas e sua Geografia
Itatiaia/Edusp - 1984.

Bellotto, Heloísa Liberalli
Autoridade e Conflito no Brasil Colonial
O Governo do Morgado de Mateus em São Paulo
Secret. Est. Cultura, São Paulo - 1979.

Boxer, Charles R.
A Idade de Ouro do Brasil - Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial
Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro - 2000.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Campolina, Alda Maria Palhares; Melo, Cláudia Alves; Andrade, Mariza Guerra de
Cadernos do Arquivo - Escravidão em Minas Gerais
Secret. Est. Cultura MG, APM, Belo Horizonte - 1988.

Carvalho, Castro
África Contemporânea
Edição do Autor, São Paulo - 1962.

Casadei, Antônio
Notícias Históricas da Cidade da Campanha - Tradição e Cultura
Niterói Servs. Gráficos, Campanha - 1987.

Castro, Celso Falabella de Figueiredo
Os Sertões de Leste - Achegas para a História da Zona da Mata
Imprensa Oficial de MG - Belo Horizonte - 1987.

Caviglia, Buenaventura
La Devocion de Gomes Freire de Andrada a Santa Teresa em "Júbilos da América"
Livraria do Globo, Porto Alegre - 1937.

Coelho, José João Teixeira
Instrução - Para o Governo da Capitania de Minas Geraes - 1780
Fls. 399/581 da Revista do APM, Vol. 8, Fasc. I e II, jan. e jun. - 1903

Corrêa, Leopoldo
Achegas à História do Oeste de Minas - Formiga e Municípios Vizinhos
Formiga-MG, 1993.

Cotrin, Gilberto
História e Consciência do Brasil - 2º grau
Editora Saraiva, São Paulo - 1994.

Critilo
Cartas Chilenas
Livraria Martins Editora, São Paulo - 1944.

Debret, Jean Baptiste
Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil
Itatiaia/Edusp - São Paulo.

Diniz, Sílvio Gabriel
Pesquisando a História de Pitangui - Edição Comemorativa 250 anos
Pitangui-MG, 1965

Documentos Interessantes - Arquivo do Estado de São Paulo

- a) Sobre a Separação das Capitanias de São Paulo e Minas Gerais, 22.08.1719, Revista Volume LIII, 1674/1720, pp. 172 a 195.
- b) Vários Artigos, Revista Volume XLVIII, 1929, pp. 65 a 145.
- c) Posse de Bartolomeu Correia Bueno, pelo Governo de São Paulo, nas Minas do Sapucaí, em 21.12.1742; Revista volume XXII, 1732/1748, pp. 176 a 179.

Durão, Santa Rita (frei)
Caramuru - Poema Épico do Descobrimento da Bahia
Livraria AGIR Editora, Rio de Janeiro - 1957.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Franco, Francisco de Assis Carvalho
Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil
Itatiaia/Edusp, São Paulo - 1989.

Fundação da Universidade de Brasília
Autos dos Inqueritos da Revolução de 1842 em Minas Gerais
Senado Federal, Brasília - 1979.

Gama, José Basílio da
O Uruguay
Livraria Clássica de Alves & Cia, Rio de Janeiro - 1893.

Grieco, Donatello
Viva a República!
Editora Record, Rio de Janeiro - 1989

Guimarães, Carlos Magno
A Negação da Ordem Escravista
Ícone, São Paulo - 1988.

José, Oiliam
A Abolição em Minas
Itatiaia/Impr. Oficial, Belo Horizonte - 1962.

Joviano, R.
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Paulo
Edição do Autor, São Paulo - 1952.

Leal, Hermes
Quilombo - Uma Aventura no Vão das Almas
Editora Mercuryo - 1995.

Leite, José Correia - 1900/1989
... E disse o Velho Militante
PMSP, São Paulo - 1992.

Leite, Serafim - S.J.
Breve História da Companhia de Jesus no Brasil - 1549/1760
Livraria a.l., Braga, Portugal - 1993.

Lima Júnior, Augusto de (1889/1970)
A Capitania de Minas Gerais
Itatiaia/Edusp, São Paulo - 1978.

Marinho, José Antônio
História do Movimento Político de 1842
Itatiaia/Edusp, São Paulo - 1977.

Martins, Tarcísio José
Quilombo do Campo Grande - A História de Minas Roubada do Povo
Edit. A Gazeta Maçônica, São Paulo - 1995.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Martins, Tarcísio José
SESMARIA - Cruzeiro, o Quilombo das Luzes
MGQUILOMBO Editora Ltda - 2018

Martins, Tarcísio José
Quilombo do Campo Grande: História de Minas que se devolve ao povo
MGQUILOMBO Editora Ltda - 3ª Edição - 2018

Martins, Tarcísio José
Quilombo do Campo Grande: Ladrões da História
Santa Clara Editora Ltda - 2011

Martins, Tarcísio José
Roubando a História, matando a Tradição
MGQUILOMBO Editora Ltda - 2017

Martins, Tarcísio José
Minas Gerais: ORIGENS
MGQUILOMBO Editora - 2018

Martins, Tarcísio José
Minas Gerais: Capitania de São Paulo e Minas do Ouro
MGQUILOMBO Editora Ltda - 2021

Mata Machado Filho, Aires da (1909)
O Negro e o Garimpo em Minas Gerais
Itatiaia/Edusp, São Paulo - 1985.

Mathias, Herculano Gomes
Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais - 1803.
Minist. da Justiça, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro - 1969.

Maxwel, Keneth R.
A Devassa da Devassa
Paz e Terra, São Paulo - 1977 e 1995.

Maxwel, Keneth R.
Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo
Paz e Terra, São Paulo - 1997.

Matos, Raimundo José da Cunha (1776/1839)
Corografia Histórica da Província de Minas Gerais/1837 (dois volumes)
Itatiaia/Edusp, São Paulo - 1981.

Mello e Souza, Laura de
Desclassificados do Ouro - A Pobreza Mineira no Século XVIII
Edições Graal, Rio de Janeiro - 1982.

Michelet, Jules
História da Revolução Francesa
Cia. das Letras - Círculo do Livro, São Paulo - 1989.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Moraes, Dilma
Santo Antônio do Monte - Doces Namoradas, Políticos Famosos
Minas Gráfica Editora, Belo Horizonte - 1983.

Morais Filho, Mello (1843/1919)
Festas e Tradições Populares do Brasil
Itatiaia/Edusp, São Paulo - 1979.

Mora, Clóvis de
Rebeliões de Senzala
Mercado Aberto, Porto Alegre - 1988.

Navarro, Eduardo de Almeida
Método Moderno de Tupi antigo - A Língua do Brasil dos Primeiros Séculos
Editora Vozes, São Paulo - 1998.

Novelli, Luiz Antônio
Monte Santo de Minas - História e Atualidade
Edição do Autor, Monte Santo - 1978.

Palacín, Luíz
Goiás - 1722-1822
Edit. Gráfica Oriente, Goiânia - 1972

Palacín, Luís (sic)
Subversão e Corrupção - Um Estudo da Administração Pombalina em Goiás
Universidade Federal de Goiás, Goiânia - 1983.

Paula Sobrinho, José Francisco de
História Postal de Minas Gerais (Caminhos, Correios, formação)
Ed. Gráf. O Lutador, Belo Horizonte - 1997.

Pinto Ribeiro, Coriolano
Dona Joaquina do Pompeu
Imprensa Oficial, Belo Horizonte - 1956.

Revista Anais da Biblioteca Nacional - ABN, Vol. 108, 1988
Artigo "Encontrando Quilombos"
Notícias da Expedição de Inácio Correia Pamplona, de 1769
Transcrição de Maria Filgueiras Gonçalves e introdução de Ana L. Louzada Werneck

Revista do Archivo Público Mineiro - APM (Artigos)

a) Carta da Câmara de Tamanduá à Rainha Maria I, Acerca dos Limites de Minas Geraes com Goyaz, Revista do APM, Ano II, 1897, pp. 372 a 388.

b) Discurso de ignomínia a Tiradentes, ou "Falla que na Câmara de Villa Rica Recitou um dos Vereadores Della, no dia 22 de maio de 1792", Revista do APM, Ano I, Fascículo II, 1896, pp. 405 a 415.

c) Fala que na Câmara de Vila Rica recitou um dos vereadores dela, no dia 22 de maio de 1792, Revista do APM Ano I, Fasc. 3, Impr. Oficial, 1896, pp. 405/415.

d) "Instrução e Norma" que Gomes Freire deu a seu irmão, José Antônio - Revista do APM, ano IV, Fascículos III e IV, julho a dez, de 1899, pp. 727 a 735.

e) Memórias Municipais - Campanha, Revista do APM, Ano I, Fascículo 3º, Julho/setembro de 1896, pp. 457 a 503.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

f) O Guarda-Mor Lustosa, fundador de Ouro Fino, Revista do APM, Ano XXII, 1928, pp. 161 a 175.

g) Vocabulário da Língua dos Botocudos, Mac-nanuks e GIPROCAS, habitantes das margens do rio Mucury e Todos-os-Santos, também idêntico ao dos Kraik-mus, habitantes das margens do rio Gequitinhonha”, (sic).

Ribeiro, Coriolano Pinto
Dona Joaquina do Pompeu
Imprensa Oficial, BH - 1956.

Rocha, José Joaquim da
Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais - 1780
Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte - 1995.

Rodrigues, Laércio
História de Bom Despacho - Origem e Formação
Imprensa Oficial - Est. MG, Belo Horizonte - 1968.

Saint-Hilaire, Auguste de (1779/1853)
Viagem à Província de Goiás
Itatiaia/Edusp, São Paulo - 1975.

Salles, Fritz Teixeira de
Vila Rica do Pilar
Itatiaia/Edusp, São Paulo - 1982.

Salles, Fritz Teixeira de
Associações Religiosas no Ciclo do Ouro,
UFMG, Belo Horizonte - 1963.

Santos, Joaquim Felício dos (1828/1895)
Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio
Itatiaia/Edusp, São Paulo - 1976.

Setúbal, Paulo
Ensaios Históricos
Cia. Editora Nacional, São Paulo - 1993

Setúbal, Paulo
O Romance da Prata
Cia. Editora Nacional, São Paulo - 1993

Setúbal, Paulo
O Sonho das Esmeraldas
Cia. Editora Nacional, São Paulo - 1993.

Setúbal, Paulo
A Bandeira de Fernão Dias
Cia. Editora Nacional, São Paulo - 1993.

Setúbal, Paulo
O El-Dorado
Cia. Editora Nacional, São Paulo - 1993.

MOEMA

As Origens do Povoado do Doce

Setúbal, Paulo
O Ouro de Cuiabá
Cia. Editora Nacional, São Paulo - 1993.

Setúbal, Paulo
Os Irmãos Leme
Cia. Editora Nacional, São Paulo - 1993.

Setúbal, Paulo
O Príncipe de Nassau
Cia. Editora Nacional, São Paulo - 1993.

Setúbal, Paulo
Nos Bastidores da História
Cia. Editora Nacional, São Paulo - 1993.

Setúbal, Paulo
A Marquesa de Santos
Cia. Editora Nacional, São Paulo - 1993.

Setúbal, Paulo
As Maluquices do Imperador
Cia. Editora Nacional, São Paulo - 1993.

Souza, Miguel Augusto Gonçalves de (1926)
História de Itaúna (dois volumes)
Imprensa Oficial, Belo Horizonte - 1986.

Taunay, Afonso de E.
Relatos Sertanistas
Itatiaia/Edusp, São Paulo - 1981.

Vasconcelos, Agripa
Sinhá Braba - D. Joaquina do Pompeu
Edit. Itatiaia Ltda., Belo Horizonte - 1966.

Vasconcelos, Agripa
Chico Rei
Editora Itatiaia Ltda., Belo Horizonte - 1966.

Vasconcelos, Diogo
História Antiga de Minas Gerais
Beltrão, Ouro Preto - 1901.

Vasconcelos, Diogo
História Média de Minas Gerais
Imprensa Oficial, Belo Horizonte - 1918.

Vieira, José Crux Rodrigues
Tiradentes - A Inconfidência Diante da História (três volumes)
Belo Horizonte - 1993.



QUILOMBO
EDITORA